



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ISADORA VICTORINO EVANGELISTA

**COMUNIDADES EPISTÊMICAS NO CAMPO DA ÉTICA EM
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:**
uma análise da literatura da área



Marília
2021

ISADORA VICTORINO EVANGELISTA

**COMUNIDADES EPISTÊMICAS NO CAMPO DA ÉTICA EM
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:**
uma análise da literatura da área

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação
como requisito parcial para
obtenção de título de
Doutora em Ciência da
Informação

Orientador: Prof. Dr. José
Augusto Chaves Guimarães

Linha de pesquisa:
Produção e Organização da
Informação – Linha 2

Marília
2021

E92c

Evangelista, Isadora Victorino

Comunidades Epistêmicas no campo da Ética em Organização e
Representação do Conhecimento : uma análise de literatura da área /
Isadora Victorino Evangelista. -- Marília, 2021

221 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: José Augusto Chaves Guimarães

1. Ética. 2. Organização e Representação do Conhecimento. 3.

Comunidades Epistêmicas. 4. Análise de Domínio

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Fac Filosofia e Ciências, Marília.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Título: Comunidades Epistêmicas no campo da Ética em Organização e Representação do Conhecimento: uma análise de literatura da área

Autora: Isadora Victorino Evangelista

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP como parte das exigências para a obtenção do Título de Doutora em Ciência da Informação pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Presidente)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Profa. Dra. Maria Cláudia Cabrini Grácio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Dr. Daniel Martínez Ávila
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Dr. Fabio Assis Pinho
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Suellen Oliveira Milani
Universidade Federal Fluminense

Data de defesa: 02 de março de 2021

Presidente da Comissão Examinadora
Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

*Dedico este trabalho aos meus pais.
Por conta de seus esforços desde o primário
é que me encontro aqui hoje.*

Agradecimentos

A Deus. Sem o cuidado dEle, nada sou.

À minha família, que tão amavelmente sempre me depositaram confiança, cuidado e orgulho. Eu sou muito abençoada por ter neles mais que laços de sangue, mas afeto e consolo.

Ao meu amado Gian Luca. Durante toda a minha trajetória acadêmica, me acompanhou inicialmente como namorado, depois como noivo e hoje marido. Me apoiou mesmo quando isso significava morar em outro país pelo meu sonho. Você é o verdadeiro significado de amor!

Ao meu orientador, Prof. José Augusto, que acreditou em mim há quase dez anos e me mostrou todos os passos para trilhar meu caminho. Quem compartilha o que sabe muda a história de quem aprende.

Aos membros de minha banca: Profa. Maria Cláudia, Prof. Daniel, Prof. Fábio e Profa. Suellen. Saibam que vocês foram escolhidos a dedo – fui inspirada e gentilmente auxiliada desde o início de minha pesquisa por vocês, é uma honra tê-los ao meu lado nesse momento.

Ao CEDHUM e tudo que ele envolve: o espaço, que conta tantas histórias; às pessoas que por lá passaram; a todas as aulas e conhecimento compartilhado nesse lugar. Vou me lembrar por toda vida das comemorações, dos cafés e das reuniões que tive oportunidade de participar. Muito mais que um espaço institucional, foi extensão de minha casa.

Aos presentes de Deus na minha vida, Laura e Andrieli. Passamos por tudo juntas, compartilhando sempre uma palavra de conforto e ânimo quando a outra precisava. Ter vocês ao meu lado era ter certeza de que Ele estava cuidando de mim.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o número de processo 2017/02327-8, que permitiu que eu me dedicasse integralmente ao desenvolvimento desse trabalho e sob o número de processo 2019/01339-8, que permitiu que eu ampliasse minhas fronteiras acadêmicas indo a outro país. Obrigada pela resistência a favor da Ciência desde sempre!

To my advisor Dr. Grant Campbell. Thank you to be such a lovely person, everything you taught me will be remembered for my entire life.

To Western Ontario University and all their professional for all the help during my internship. I certainly will be always “purple and proud”.

To Canada and all the people that I met there that so friendly welcomed me in that journey.

A Universidade Estadual Paulista e todos os professores que foram responsáveis pela minha formação. A profissional e o senso crítico que possuo hoje, só conquistei por meio da convivência e aprendizados nesse lugar.

Confesso que não foi fácil chegar até aqui, mas teria sido muito mais difícil sem vocês ao meu lado.

**“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar,
não seremos capazes de resolver os problemas causados
pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”
(Albert Einstein)**

RESUMO

O estudo da Ética no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento está em constante crescimento e, nos últimos anos, consideráveis pesquisas contribuíram para o desenvolvimento desse universo. Aliado a isso, tem-se o estudo das comunidades epistêmicas, ainda incipiente na Ciência da Informação, mas que possui grande valia para o estudo dos colégios científicos da área. Considerando a importância desses dois fatores, questiona-se quem são os participantes das comunidades epistêmicas da Ética em Organização e Representação do Conhecimento, quais são suas relações e principais temáticas trabalhadas? Utilizou-se da metodologia de análise de domínio para estudar a produção científica da área e, posteriormente, os resultados foram apresentados por meio de redes bibliométricas (citação, cocitação e de autoria), reconhecimento dos principais periódicos e anais de eventos que publicam sobre essa temática, além da investigação sobre os paradigmas e revoluções científicas ocorridas na área, por meio dos pressupostos teóricos de Thomas Kuhn. A partir de uma busca nas bases de dados LISA, KO Literature, Scopus e Web of Science, utilizando-se de termos do universo da Organização do Conhecimento e da Ética, foram recuperados 363 artigos que foram objeto de análise. Foi possível identificar que Hope Olson e Clare Beghtol configuram como grandes líderes da comunidade epistêmica analisada, comunidade essa que encontra um espaço amigável para difusão de seus conhecimentos principalmente no periódico Knowledge Organization e nos eventos ISKO. Também identificou-se que as preocupações da comunidade giram em torno dos problemas éticos que ocorrem em sistemas de classificação hierárquicos, em que se pressupõe universalidade e neutralidade. Foi possível concluir que as publicações da comunidade epistêmica podem agir como um importante arcabouço teórico para futuras pesquisas na área.

Palavras-chave: Ética em Organização e Representação do Conhecimento. Comunidades epistêmicas. Paradigmas Científicos.

ABSTRACT

The ethical studies in Knowledge Organization are in constantly growing, and in the last years, important researches contributed to this universe. Allied to this, the research in epistemic communities, that still incipient in Information Science, but has extremely importance to the studies in scientific colleges. Considering this two factors, asks who is the participants of epistemic community in Ethical in Knowledge Organization? What are their relations and the thematics most worked? The methodology that was used was domain analysis in scientific production in the area. The results was showed using the bibliometrical networks (citation, cocitation and authorship), recognizing the main journals and events in the field, beside the investigation about the paradigms and scientific revolutions occurred in Ethics in Knowledge Organization, using Thomas Kuhn ideas. Based on a search in the databases LISA, KO Literature, Scopus and Web of Science, using terms from Knowledge Organization and Ethical Aspects domains, was retrieved 363 articles subsequently analyzed. Was possible to identify that Hope Olson and Clare Beghtol are the epistemic community biggest leaders; that Knowledge Organization journal and ISKO events are receptive places to share and disseminate ideas about this thematic; also, that the research concerns on that community are about ethical problems in hierarquical classification systems, that presupposes a universal and neutral knowledge representation. As conclusions, the articles published by this community can help as an important theoretical framework to future investigations in the field.

Keywords: Ethics in Knowledge Organization. Epistemic communities. Scientific Paradigms.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ÉTICA EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	16
2.1 A presença da questão ética nos processos informacionais.....	18
2.2 A questão ética nos processos, produtos e instrumentos de organização e representação do conhecimento	33
2.3 Cenário brasileiro no âmbito ético em organização do conhecimento.....	50
3 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	57
4.1 Robert Merton, “Ensaio de Sociologia da Ciência”	60
4.2 Bruno Latour, “A Vida no Laboratório”	63
4.3 Pierre Bourdieu, “Para uma Sociologia da Ciência”	65
4.4 Thomas Kuhn, “A Estrutura das Revoluções Científicas”	68
3 COMUNIDADES EPISTÊMICAS.....	76
5. METODOLOGIA	87
5.1 Critérios considerados na coleta de dados.....	87
5.2 Fonte de obtenção de dados	90
5.3 Corpus de pesquisa.....	93
5.4 Descrição dos métodos utilizados na análise de dados	95
6 RESULTADOS	105
6.1 Análise quantitativa do domínio	105
6.2 Análise qualitativa.....	131
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
Apêndice 1 – Ranking mais citados	222
Apêndice 2 – Elite de pesquisa	225
Apêndice 3 – Lista de artigos da comunidade epistêmica.....	227

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, enquanto área que se preocupa com as questões relacionadas ao processamento, ao comportamento e à otimização do uso da informação (BORKO, 1968), tem como um de seus campos de intersecção a Organização e Representação do Conhecimento (ORC), este reconhecido como importante aporte teórico e metodológico para que o conhecimento, uma vez produzido e registrado, possa então ser disponibilizado para uso e adquira seu caráter social, o que garante um movimento helicoidal infinito. Esse âmbito pode ser dividido em duas importantes dimensões: a representação descritiva, que se vale dos aspectos físicos da informação, tendo como principal processo a catalogação; e a representação temática, que se preocupa com os aspectos de conteúdo do documento, tendo como processos fundamentais a classificação e a indexação. Essas duas dimensões tornam-se complementares, de forma a representar o item da melhor maneira possível, tornando sua utilização rápida e efetiva (GUIMARÃES, 2008).

As representações descritiva e temática não são neutras, uma vez que são realizadas intelectualmente e propensas a sofrer influência das visões de mundo, preconceitos e tendenciosidades dos profissionais que as realizam. É possível perceber, então, que é necessário um respaldo ético para essas ações.

A trajetória de pesquisa em Ética em Organização e Representação do Conhecimento tem seu início na década de 1970 e significativas pesquisas foram realizadas nesse contexto (BERMAN, 1971; FOSKETT, 1971, 1984; DAHLBERG, 1992; HUDON, 1997; OLSON, 2002; GUIMARÃES; FERNANDÉZ-MOLINA, 2002; BEGHTOL, 2002; GUIMARÃES et al., 2008), caracterizando um universo de pesquisadores ou, em outros termos, poderia ser concebido como uma comunidade epistêmica.

O conceito de comunidades epistêmicas (HAAS, 1992; MEYER; MOLYNEUX-HODGSON, 2010; HÅKANSON, 2010), ainda pouco abordado no campo da Ciência da Informação, pode trazer substancial contribuição nesse contexto, mais especificamente na identificação e sistematização de grupos dominantes em temáticas importantes para o campo. No entanto, esse conceito necessita ainda de maior sedimentação na área com vistas às suas aplicações.

Dessa forma, o tema da presente pesquisa se delinea como “As comunidades epistêmicas dos estudos éticos em Organização e Representação do Conhecimento”, encontrando bases para sua realização no contexto da linha de pesquisa “Produção e Organização da Informação”, mais especificamente em “Ética no tratamento da Informação” do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A definição do problema de pesquisa decorre de uma trajetória investigativa anterior, quando foi possível identificar que, embora a temática Ética em Organização e Representação do Conhecimento esteja em crescimento, a pesquisa sobre esse tema ainda é incipiente, principalmente no que tange aos trabalhos sobre as práticas dessa área. A partir disso, questiona-se: qual é a comunidade epistêmica, em âmbito internacional, da Ética em ORC? Quais são os relacionamentos existentes entre os atores dessa comunidade, a partir de seus diálogos científicos e o impacto que seus estudos causam no campo da Ética em ORC? Como se caracterizam as temáticas recorrentes em suas pesquisas?

Para se determinar a hipótese de pesquisa e considerando a trajetória investigativa da pesquisadora, percebeu-se que a literatura sobre Ética em ORC é visualizada enquanto um domínio separado e que não se comunica com a literatura sobre os processos e as práticas desse campo de maneira mais tecnicista. Dessa forma, identificar quem são os autores mais relevantes na temática Ética em ORC - os mais produtivos e utilizados como referenciais teóricos, pode auxiliar na divulgação sobre o assunto. Além disso, a disseminação dos estudos sobre comunidades epistêmicas na Ciência da Informação leva a uma melhor compreensão desse conceito na área.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar e caracterizar a comunidade epistêmica relativa às questões éticas em organização e representação do conhecimento – ORC por meio das relações teóricas, epistêmicas e de coautoria entre os autores e suas principais abordagens e influências teóricas, identificando as possíveis revoluções científicas que podem ter ocorrido em um período determinado cronologicamente.

Em um contexto mais específico, buscou-se a) identificar as conexões de pesquisa dos membros dessa comunidade, a partir das relações estabelecidas pelas análises bibliométricas de citação, cocitação e coautoria; b) caracterizar os possíveis paradigmas e revoluções científicas ocorridas no campo, utilizando-se para tanto as ideias de Thomas Kuhn aplicadas às temáticas estudadas pela comunidade, para que

seja possível estabelecer um corpus teórico sólido sobre o domínio que sirva como fonte para futuras pesquisas, dando visibilidade, assim, a uma dimensão pouco desenvolvida no âmbito da ORC.

Embora se tenha optado pelo termo “Ética em Organização e Representação do Conhecimento”, de uma maneira mais geral, buscamos abordar durante a pesquisa um grupo de termos representativo para esse universo – melhor explicados na seção metodológica. Essa escolha deve-se ao fato da complexidade em estabelecer um único traço distintivo para essa comunidade, composta por uma pluralidade de temas investigativos, que versam principalmente sobre a necessidade de reflexão fora de uma padronização ou encaixe normativo.

Este documento é dividido em sete seções – a primeira relativa à introdução, três puramente teóricas e a quarta sobre os métodos utilizados para se chegar aos resultados da pesquisa. Desse modo, a segunda seção diz respeito aos pressupostos teóricos sobre a Ética e suas incidências em distintas atividades da Ciência da Informação, discutindo-se ainda questões deontológicas. Posteriormente, apresentam-se as principais pesquisas e marcos teóricos da temática Ética em Organização do Conhecimento em um contexto internacional, finalizando a seção com as pesquisas nacionais sobre esse tema.

A terceira seção, por sua vez, preocupa-se em apresentar e discutir o conceito e a literatura existentes sobre comunidades epistêmicas de maneira a destacar sua instrumentalidade para a pesquisa em Ciência da Informação.

Na quarta seção, são expressos os principais trabalhos no âmbito da Sociologia da Ciência, de forma a apresentar essas pesquisas e de como elas influenciam a produção científica, englobando as comunidades epistêmicas nessa perspectiva.

Na configuração dessas seções teóricas, optou-se por utilizar uma abordagem cronológica na revisão de literatura de modo que o leitor possa melhor compreender como os conceitos foram se construindo e se sistematizando ao longo do tempo.

As seções cinco e seis, de caráter mais prático, é apresentado inicialmente os métodos que foram utilizados, a partir das teorias em que a presente pesquisa se baseou, bem como os critérios metodológicos adotados para construção do corpus. Na seção seis, os resultados são apresentados, a partir da análise dos corpus, definição dos membros da comunidade epistêmica, seus principais trabalhos e as revoluções científicas que ocorreram no campo. Encerra-se a presente tese com uma seção sobre as considerações finais que a presente pesquisa chegou.

2 ÉTICA EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de Ética, que na Filosofia ocupa área específica de estudo, define-se, em linhas gerais, como a busca pelo bem comum e a boa convivência em sociedade. Embora seus estudos remontem à Antiguidade, ainda se encontra dificuldade em defini-la, visto que envolve comportamentos e regras socioculturais que não são estáticos em um tempo e espaço definido, ou seja, se alteram conforme a evolução das sociedades.

Segundo Valls (1994), com as mudanças nas sociedades os valores também são modificados, como também a constituição das normas, ideais e saberes. Como exemplos o autor ressalta que na Grécia Antiga práticas como a pederastia eram socialmente aceitas, embora posteriormente passasse a ser condenável; ou ainda a conduta dos romanos, que autorizava o abandono de recém-nascidos; a convenção aceitável na Idade Média, em que se casar com uma prima de quinto grau era mais condenável penitencialmente do que o abuso sexual cometido contra uma criada do castelo.

Diversas são as situações em que se pode perceber que aquilo que no passado era consentido pela sociedade, na atualidade é repreensível. O inverso também ocorre quando refletimos que práticas incididas por grupos marginalizados – como a visão da mulher divorciada diante da coletividade; a não aceitação de relacionamentos além da união entre homem e mulher, entre outros –, também se transformaram.

As reflexões sobre a dimensão conceitual da ética refletem, obviamente, as visões de mundo do período em que foram tecidas. Nesse âmbito, para Sócrates, a definição do que era ético – utilizando-se o sentido do que era justo – pressupunha um questionamento profundo em que o sujeito se esforçava para assimilar valores e concluir se aquilo deveria ou não ser feito. Esse hábito de reflexão de Sócrates devia-se muito ao fato da normatividade inquestionável das leis na Grécia Antiga. Já para Kant, no século XVIII, para que uma ética universal fosse estabelecida, era necessária uma igualdade entre todos os homens. Para tanto o filósofo estabelece a noção de “imperativo categórico”, em que rege a noção de que devo agir da maneira como gostaria que toda a sociedade agisse (VALLS, 1994).

Outros pensadores dedicaram grande parte de suas vidas investigando o que poderia ser entendido enquanto Ética – Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Maquiavel,

Marx, entre outros. Nesse panorama, a presente pesquisa busca trazer a reflexão ética para um domínio específico: a Organização e Representação do Conhecimento (ORC). Dessa forma e não querendo parecer uma análise rasa, pretendeu-se entender a Ética de maneira mais generalizada e com definições utilizadas nos dias atuais.

De acordo com Valls (1994), a Ética possui como máxima o bem comum e seus problemas centram-se em três esferas: a família – entre os relacionamentos afetivos e o papel de cada um nesses relacionamentos, ou ainda entre pais e filhos; a sociedade civil – dizem respeito ao trabalho e propriedade, ao desemprego ou à forma escravista de trabalho, à riqueza na mão de poucos; e o Estado – com as declarações de direitos, divisão de poderes e a função do Estado, se esta ainda se caracteriza pela busca do interesse comum universal.

De acordo com Japiassú e Marcondes (2001, p. 69), a Ética compõe a filosofia prática e reflete sobre alguns problemas de natureza moral, como “finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, a natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.”. Para chegar a respostas desses questionamentos, a Ética centra-se em critérios e normas que possam ser aceitas universalmente e que possuam fundamentos na sabedoria filosófica, almejando alcançar justiça e convivência harmônica.

Na perspectiva de Blackburn (1997), a Ética é visível na sociedade em questões de ordem prática que envolvem principalmente ordem legal, política e social, como aborto, eutanásia ou o tratamento concedido aos animais. Para o autor, essa ciência constitui-se no estudo de conceitos relacionados às ações corretas visando o bem comum da sociedade.

Souza (2002) reflete que o conceito de Ética possui duas definições: a primeira relacionada como um conjunto de fundamentos utilizados para orientar ou definir as ações humanas; a segunda, um pouco mais estrita, define esse âmbito enquanto um conjunto de normas que determinam o agir humano ou o funcionamento de instituições. Para o autor, o primeiro enfoque é mais subjetivo, enquanto princípios que uma vez materializados resultam na segunda acepção.

É então que o autor recorre ao preceito kantiano e afirma que a Ética está relacionada ao momento em que se percebe o indivíduo e sua relação com outros semelhantes: ser igual, embora possuindo individualidade. A busca não é pelo não sofrimento, mas sim pela felicidade e o bom convívio (SOUZA, 2002).

A questão ética está presente de grande maneira no universo da Ciência da Informação, visto que seus profissionais possuem o “poder” de dar acesso à informação ou lhe negar acesso, podendo participar de modo cooperativo ou excludente (SOUZA, 2002). É desse ponto de vista que se parte a necessidade do estudo da Ética no âmbito da Ciência da Informação, principalmente no que tange à Organização e Representação do Conhecimento, área que possui em seu cerne a preocupação em criar meios de representar e disponibilizar os documentos aos usuários.

2.1 A presença da questão ética nos processos informacionais

No ano de 1988 Paula Kaufman, Diretora Acadêmica do Grupo de Serviços de Informação da Universidade de Columbia, reportou ao Comitê de Liberdade Intelectual da Biblioteca Pública de Nova York que a Biblioteca de Ciências Matemáticas de Columbia havia sofrido uma visita hostil de integrantes do FBI, questionando a presença de estrangeiros nas dependências da biblioteca e seus históricos de busca no acervo. O FBI foi então notificado, visto que a vigilância de usuários a materiais não classificados como censurados, além de antiética, era considerada extremamente antiprofissional. Como justificativa, o governo informou que a ação fazia parte de um programa denominado Library Awareness Program e que a recusa em fornecer as informações solicitadas pelo órgão poderia ser encarada enquanto uma um ataque à declaração de direitos americana e aos deveres dos bibliotecários enquanto patriotas (SHIELDS, 1991).

Tal atitude motivou o tema de um evento realizado na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, que resultou em uma coletânea de textos editada por F. W. Lancaster e que tratam sobre os conflitos éticos encontrados pelos bibliotecários entre preservar a confidencialidade do uso de materiais da biblioteca e suas responsabilidades enquanto cidadãos americanos (LANCASTER, 1991).

De acordo com Shields (1991), essa atitude do governo americano demonstra o grau de comprometimento dos bibliotecários com os seus usuários e com o livre acesso à informação, uma vez que não se intimidaram, recusando-se a desenvolver atividades de vigilância quando isso significasse afetar a comunidade. Vale recordar que os bibliotecários devem auxiliar os usuários a encontrar a informação necessária, promovendo, assim, o acesso à informação sem, no entanto, ater-se a julgamentos

morais como a origem do indivíduo, por exemplo. Para o autor, a informação é considerada o infinito recurso que a humanidade pode deixar, e portanto é essencial para a sobrevivência da sociedade.

White (1991) reflete sobre como a ética é ensinada nas escolas de Biblioteconomia. Para o autor, analisar a premissa kantiana de que “você deve fazer com os outros o que gostariam que fizessem com você” não basta para reflexões éticas no universo das bibliotecas, pois é uma incógnita saber como o usuário vai utilizar a informação fornecida.

Nas bibliotecas, as preocupações éticas não são fáceis ou óbvias, razão pela qual a abordagem do tema no ensino de graduação torna-se fundamental, buscando-se, ainda, discutir como essas preocupações podem surgir e como podem se desenvolver. (WHITE, 1991).

Segundo o autor, essas questões se expressam principalmente em três momentos: na seleção de novos livros – o julgamento do bibliotecário deve ser pertinente, pois ele está definindo o que pode ou não ser lido pelos usuários, o que pode ocasionar censura; na responsabilidade social – as bibliotecas devem servir pessoas de diferentes camadas sociais, níveis de instrução (no caso de bibliotecas públicas) e pontos de vista; nesse contexto e considerando que a neutralidade constitui uma utopia, deve-se dedicar especial atenção aos preconceitos inerentes a todos nós para que possam ser reconhecidos de modo que não interfiram no fazer profissional; responsabilidade com o funcionário, usuário e consigo – o bibliotecário deve ser fiel à instituição, tendo em mente seu quadro de funcionários e suas necessidades de modo a permitir que o usuário receba informação de qualidade no menor tempo possível e que a profissão, como tal, seja respeitada, mesmo diante de pressões de instituições ou governos (WHITE, 1991).

Bunge (1991) alerta para as práticas antiéticas realizadas no serviço de referência e, para tanto, seleciona alguns conceitos-chave que devem estar presentes nesse serviço:

Competência: refere-se à importância de o bibliotecário não prover informações sobre assuntos em que não detenha suficiente conhecimento (caso em que deve sempre solicitar o auxílio do especialista), recordando-se das suas limitações (e se dedicando a aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades) e, mesmo assim, das limitações do acervo da instituição (o que não o exime do dever de buscar informação ou encaminhar

o usuário para fontes externas quando o acervo da instituição não responder à demanda do usuário);

Diligência: requer que o bibliotecário se esforce e se preocupe em responder às necessidades do usuário, sendo digno de sua completa confiança. Para isso, é importante que o profissional se atente às características de um bom serviço de referência: solicite ajuda de outros colegas quando for preciso; preze pela qualidade do atendimento e promova equidade de acesso à informação também devem ser itens primordiais, evitando discriminações;

Confidencialidade das informações fornecidas aos usuários: de modo a preservar o sigilo no que se refere, por exemplo, ao seu histórico de busca ou às informações por ele fornecidas ou prestadas durante o serviço de referência;

Independência de julgamento: de modo que o serviço realizado pelo profissional não seja influenciado por julgamentos pessoais ou conflitos de interesse, reforçando a necessidade de que o profissional tenha clareza quanto a suas crenças e pontos de vista, de modo a evitar que elas interfiram em sua atuação profissional;

Honestidade: a verdade deve prevalecer no atendimento ao usuário, o que envolve questões como informar aos usuários todas as possíveis fontes de informação, assim como preferir recursos gratuitos aos usuários, dentre outras.

De acordo com o referido autor, é necessário ainda pensar na responsabilidade do bibliotecário de referência frente à sociedade como um todo, permeada por uma reflexão que vai além do que seja ético ou não para buscar, nesse contexto, ir ao encontro das necessidades do usuário e da sociedade como um todo. Isso exige que o bibliotecário pondere sobre as questões legais, analisando se há potencial de o usuário utilizar a informação para cometer algum ato ilegal ou imoral de acordo com a coletividade em que ele está inserido.

No capítulo denominado “*Feeding the hand that bites you*”, Wessells (1991) atenta para as relações éticas entre os bibliotecários e dois grupos de pessoas que geralmente causam situações complicadas em bibliotecas públicas: os governantes e os fundamentalistas. Segundo o autor, há quatro passos que os bibliotecários devem seguir para a resolução desses conflitos: a) conhecer a linguagem – e as estratégias – de seus “inimigos”; b) encontrar um espaço comum onde possam ser compartilhados interesses que os dois grupos dividem; c) oferecer ajuda em alguma carência que o outro grupo

possui, pois isso estabelece um contexto de colaboração e solidariedade; e d) voltar a atenção para as necessidades de ambos os grupos, buscando por um possível aliado ou pelo menos uma conjuntura de neutralidade.

Para o autor, o primeiro grupo de pessoas, os governantes, deveriam ser encarados antes como usuários em potencial do que como “inimigos”. Assim, embora alguns parlamentares reconheçam a biblioteca como um espaço importante para a cidade, muitos deles nunca utilizaram uma biblioteca pública e não percebem como podem se beneficiar da instituição. É preciso que as mudanças sejam solicitadas e documentadas, de preferência, com estatísticas claras relativas às necessidades.

Com o segundo grupo de pessoas – os fundamentalistas, compreendidos pelo autor como parte da comunidade abrangida pela unidade informacional que possui ideias conservadoras e opiniões muitas vezes, consideradas preconceituosas – as questões são mais delicadas, pois suas ideias e ações são permeadas pelo radicalismo e pela inflexibilidade – o que afeta não apenas sua vida, mas também todos os ambientes em que atua, sendo um primeiro passo para a censura. Para lidar com essa comunidade, é necessário que o bibliotecário esteja disposto a ouvir e, diante das imposições desse público, sugerir que recomendem bibliografia sobre o seu ponto de vista, sendo possível chegar a conclusões amigáveis dando o primeiro passo e pautado pelo código de ética pertinente (WESSELS, 1991).

Morrison (1991) apresenta os aspectos éticos relacionados ao acesso à informação. De acordo com o autor, dois valores se apresentam como fundamentais e que devem caminhar lado a lado: a igualdade de acesso e a qualidade e relevância do serviço prestado. Nesse contexto, utiliza-se do exemplo das minorias, em que a biblioteca deve não apenas conhecer quais são esses grupos, suas individualidades sociais, culturais, demográficas e, principalmente, suas necessidades informacionais para, de posse desses conhecimentos, se esforçar para que haja a inclusão desse grupo por meio de objetivos traçados e projetos específicos voltados a eles.

Para tanto, o autor aponta quatro vertentes da questão:

- Acesso à coleção: é preciso que barreiras culturais, educacionais e linguísticas sejam reconhecidas para que sejam evitadas, pois de nada adianta uma seleção criteriosa de recursos que incluam essas minorias se o processamento técnico desse material não é feito da maneira adequada;

- Funcionários da biblioteca: devem ser orientados sobre como lidar com essa coletividade, estando cientes das barreiras e conhecendo a literatura que possa interessar;
- Programação específica: em que se discutam temas que promovam uma reflexão sobre as distintas minorias que compõem a comunidade usuária;
- Instalações: devem estar apropriadas para receber as minorias, mesmo que as demandas ainda não sejam explícitas.

Em “*Ethical issues in Library Personnel Management*”, Richard Rubin (1991) destaca que as questões éticas podem afetar três tipos de relacionamento em bibliotecas: entre os administradores e os empregados, dos empregados entre si e entre a instituição e o público.

Nesse contexto, o autor explicita quatro princípios que podem afetar o desenvolvimento das atividades na biblioteca:

- Princípio da Sobrevivência: relativo ao compromisso de a organização ser o mais eficiente e efetiva possível para que a chance de se manter aberta seja amplificada;
- Princípio da Utilidade Social: bibliotecas possuem um valor social, pois contribuem para questões educacionais, culturais e de lazer para a comunidade, e esses valores devem ser respeitados;
- Princípio da Responsabilidade Social: as organizações, principalmente públicas, possuem um dever para com a sociedade, que pode ser evidenciado promovendo empregos e atentando para a igualdade entre os sexos, entre outros;
- Princípio da Individualidade: embora o objetivo da biblioteca seja trabalhar em função da sociedade, as vontades e necessidades das pessoas devem ser consideradas de maneira individual, respeitando sua autonomia e sua forma de pensar.

Segundo o autor, esses princípios devem ser aplicados em questões como privacidade e confidencialidade: os dados pessoais dos funcionários da unidade – e dos usuários – devem ser mantidos em sigilo. Nesse âmbito, questões como a utilização de exames toxicológicos, a divulgação de conversas entre subordinados e chefes ou o uso de câmeras de monitoramento dos espaços da instituição devem ser considerados com

parcimônia, sempre respeitando o princípio da individualidade, mas sem deixar de lado o princípio de sobrevivência da instituição.

Os princípios também devem ser empregados em situações como as relativas ao julgamento emocional dos envolvidos, por exemplo, atos como favoritismos a amigos ou relativos a privilégios especiais quando se trata de férias ou aumento de salários, devem ser questões sensíveis ao tratamento ético, aqui implicando o princípio da individualidade e o princípio da responsabilidade social (RUBIN, 1991).

Cenários envolvendo a liberdade de expressão também estão sujeitos à avaliação ética, pois os funcionários devem se sentir à vontade para elaborar críticas construtivas aos seus superiores. Outra situação relacionada a esse aspecto é o controle de publicações elaboradas pela instituição, mas que passam pela análise da biblioteca. Até que ponto a liberdade do autor é respeitada? (RUBIN, 1991)

De acordo com o autor, determinar o que é ético ou não demonstra ser complicado, visto que há uma série de interesses envolvidos. Assim, ao invés de adotar um código ético já existente, o ideal seria adotar um método que guie decisões éticas permeado por alguns imperativos: equidade e justiça (as políticas e práticas da organização devem ser justas e aplicadas de forma coerente e rígida); verdade e comunicação completa (toda a informação deve ser comunicada a todos os funcionários, a não ser que haja um motivo legal para ser retida); e bem maior (as políticas e práticas devem ser realizadas visando à promoção de um bem maior ao maior número de pessoas possível).

Froehlich (1994) acrescenta ainda, indo além dos princípios propostos por Rubin (1991), a sobrevivência profissional, o respeito por outras instituições e indivíduos, os padrões culturais da comunidade e os padrões legais também podem influenciar decisões éticas.

A sobrevivência profissional, aspecto já destacado pelas Associações Profissionais, visa evitar conflitos de interesse, proteger a privacidade dos usuários e das fontes de informação, o que reforça a existência da profissão e garante direitos a ela inerentes (FROEHLICH, 1994).

O respeito por outras instituições e indivíduos, influenciado pela ética kantiana, relaciona-se ao fato de que o homem não deve ser visto como um meio, e sim como um fim, com pensamentos próprios que devem ser respeitados mesmo quando em desacordo com o dos demais, aspecto que deve ser considerado mesmo quando as

opiniões não forem individuais, mas coletivas, como no caso das perspectivas e visões de uma organização (FROEHLICH, 1994).

Os padrões culturais da comunidade em que a unidade informacional está inserida afetam o desenvolvimento de coleções, no momento da aquisição ou exclusão de determinado material da biblioteca, podendo ainda atuar como um agente moral em relação a atitudes que podem ser agravantes em um grupo específico ou uma organização (FROEHLICH, 1994).

As questões legais podem afetar decisões éticas, como é o caso das legislações que garantem o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais às unidades informacionais, ou ainda a imposição legal de se conservar um documento por determinado período de tempo, aspecto que, no caso do Brasil, encontra respaldo na lei brasileira de Acesso à Informação, que regulamenta o acesso a documentos públicos, o que pode implicar decisões éticas relacionadas à transparência dessas informações, além do seguro acesso a elas (FROEHLICH, 1994).

Semelhante a Rubin (1991), Froehlich (1994) sugere um guia para decisões éticas por meio de alguns preceitos, como o respeito por si mesmo e pelos demais (aceitando a autonomia dos indivíduos e permitindo seu acesso à informação para que sejam capazes de formar opiniões), a busca pela alternativa com a menor possibilidade de dano (ainda que este possa ocorrer); a busca pela equidade e justiça (atentando-se no momento de determinar o que é justo em uma dada situação); a promoção da harmonia social (analisando o que é melhor para o maior número de pessoas); e a fidelidade de organização e à profissão (com ações em conformidade com os objetivos da instituição e com o código de ética do profissional).

A confluência das ideias dos citados autores – Rubin e Froehlich – se materializou, em 2010, em um artigo conjunto na *Encyclopedia for Library and Information Science*, em que os autores apontam cinco grupos de dissonâncias éticas que podem ocorrer nesse âmbito e que demonstram o quanto as unidades informacionais não são neutras e que suas ações e decisões afetam pessoas: a) quando se está disposto a mentir sobre algo; b) quando se está prestes a fazer algo ciente de que pode prejudicar alguém; c) quando se recebe algo que não é merecido ou devido; d) quando se priva alguém de alguma informação; e e) quando alguma autoridade propõe que se aja de maneira ilegal ou antiética (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Por meio de uma revisão de literatura sobre essa temática, os autores chegam a um grupo de problemas éticos na dimensão informacional, relativos, respectivamente, à seleção de materiais e censura, em que medida é justificável recusar certos itens que podem afetar participantes da comunidade sem que isso seja considerado censurar a informação.

Os autores ressaltam igualmente a ideia de privacidade, o que ficou ainda mais evidente após o atentado de 11 de setembro de 2011, em Nova York, gerando a criação do Ato Patriota e a constituição do crime de “terrorismo doméstico”, que permitia atos de vigilância até então considerados invasivos. Desde então, questões como a liberdade de acesso ao acervo, privacidade do histórico de busca e de páginas acessadas na internet têm se tornado objeto de discussão. Tornar públicos esses históricos poderia deixar os usuários embaraçados; no entanto, como agir diante de pesquisas sobre assuntos que poderiam ser preocupantes, em especial no caso de uma instituição pública, em que deve haver transparência?

É questionado ainda se os pais deveriam estar cientes do histórico de busca de seus filhos menores de idade e em que medida o bibliotecário possui o dever ético de vigiar essas atitudes e comunicar o usuário sobre sua possível conduta ser ilegal (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Como se pode observar, essa questão envolve fortemente o serviço de referência em bibliotecas, acerca do qual os autores mencionam uma série de ocorrências que poderiam demandar um pensamento ético, como, por exemplo, em que medida uma informação que demanda pagamento é excludente para aqueles que dela necessitam, mas não possuem condições de arcar com o seu custo; o quão ético é um assistente estar autorizado a dar uma informação que deveria ser fornecida por um bibliotecário; de que maneira é ético limitar uma informação que poderia causar algum dano ao usuário; entre outras (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Para os autores, os direitos autorais também exigem uma reflexão ética, visto que é comum na nossa área o uso de cópias ou de acesso eletrônico. Esse princípio é incompatível com o princípio de dar acesso à informação, de maneira rápida e a baixo custo para o usuário, porém não cumpri-lo seria ilegal. Ainda relacionado a questões de acesso, os autores questionam em que proporção a informação deveria ser considerada um direito básico e como o custo de adquirir, estocar e catalogar informações seriam barreiras explícitas para que esse direito seja cumprido (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

São apresentadas também situações no ambiente administrativo que demandam uma reflexão ética, como: esconder informação propositalmente, que possa afetar outros indivíduos; prover informação falsa ou distorcida; violar a privacidade dos colaboradores, monitorando seus e-mails ou histórico de acesso à internet; considerar inimizades ou ganho pessoal no momento de tomar decisões; e, ainda, agir de maneira discriminatória (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Questões relativas à tecnologia também demonstram envolver problemas éticos, ainda mais quando os autores consideram práticas como a catalogação, indexação e classificação tecnologias intelectuais, de modo que da mesma forma que elas possibilitam o acesso à informação também são capazes de distorcer essa informação de acordo com as tendências e visões de mundo da maioria da população. Rubin e Froehlich (2010) também consideram a tecnologia relacionada ao acesso eletrônico como passível de problemas éticos, como o mau treinamento em bases de dados ou sobre as maneiras corretas de se realizar uma busca nos sistemas.

A lealdade, embora possa ser considerada um valor ético, demonstra-se um problema quando realizada de maneira incorreta ou desproporcional. Tem-se assim, por exemplo, quando por motivações econômicas o indivíduo demonstra ser mais leal à instituição do que à profissão (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

Por último, os autores sugerem questões sociais como suscetíveis de análise ética. Para tanto, argumentam que unidades informacionais causam impacto local, nacional e internacional, sendo importante considerar de que forma e quais são os resultados desse impacto. Dessa forma, é necessário analisar como a informação pode se tornar centralizada e monopolizada em sociedades de maior poder econômico e como isso pode causar falta de estabilidade e problemas de saúde em sociedades menos desenvolvidas economicamente; e ainda como culturas ocidentais, principalmente as que utilizam o idioma inglês, podem ser predominantemente culturais sobre aquelas falantes de outros idiomas (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

No referido artigo, os autores apresentam, ainda, alguns valores intrínsecos ao profissional da informação. O primeiro deles diz respeito à verdade, o que não implica apenas disponibilizar documentos que condizem com informações reais e verdadeiras, mas também deixar à disposição do usuário todo o material necessário para que ele construa sua verdade. Esse valor também é evocado nas questões administrativas, em

que as informações devem sempre ser veiculadas de maneira verdadeira e objetiva entre os funcionários.

Um segundo princípio é o princípio da tolerância, em que se deve aceitar que não existe uma verdade única e absoluta e que todas elas devem ser respeitadas. Essa capacidade de tolerância com a diversidade é o que torna a biblioteca um ambiente livre e democrático e o que alimenta o fluxo informacional e de ideias (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

O valor da liberdade individual também é evidenciado pelos autores, assegurando que a unidade informacional deve existir para auxiliar os usuários para uma vida melhor, mesmo que de maneira singela, resolvendo um problema ou realizando uma tarefa. Dessa forma, o progresso de ideias precisa ser sempre alimentado e qualquer ação que impeça esse progresso é considerada uma interferência à liberdade do indivíduo (RUBIN; FROEHLICH, 2010).

A justiça também é considerada um valor para os autores; todo indivíduo tem direito à informação de qualidade e de igual acesso a ela; assim, fornecer informação inferior tendo por base raça, sexo, religião, origem ou orientação sexual é um grave descumprimento desse valor. Rubin e Froehlich (2010) ainda ressaltam que não basta oferecer informação e serviços iguais a todos, mas fornecer informação de acordo com a necessidade especial de cada um, sempre considerando que o acesso deve ser permitido a todos. Em suma, propõe a adoção da equidade nessas ações.

O quinto valor diz respeito à “beleza”, ou seja, os bibliotecários possuem profundo respeito por obras que educam e servem de lazer à população, geralmente obras consagradas na literatura e nas artes. A abordagem ética deve-se ao fato de que mesmo esses documentos podem sofrer censura por parte dos conservadores, prejudicando coleções que deveriam ser preservadas e disponibilizadas.

Os autores por fim propõem algumas ações que promovem a conduta ética, dividindo-as em três grupos:

- Ações organizacionais: ter uma administração que conduza pelo exemplo; ter uma política ética explicitamente escrita; conduzir orientações que incluam discussões éticas; conduzir programas de treinamento dos colaboradores; contratar e promover com uma consciência ética;
- Ações profissionais: possuir um código de conduta; oferecer treinamento em condutas éticas na profissão;

- Ações individuais: agir de maneira confiável com os trabalhadores e usuários; possuir responsabilidade com a profissão e com a sociedade.

As reflexões éticas também encontram lugar em discussões mais voltadas aos preceitos estabelecidos em códigos profissionais, aspectos relevantes para a área da Filosofia denominada Deontologia. Esse campo é responsável por designar o conjunto de deveres intrínsecos a determinada profissão, que se expressam por meio de regras formais e explícitas, cujo não cumprimento é passível de sanção. Essas regras são geralmente apresentadas em um Código de Ética Profissional e evocam valores morais universais como a honra, a lealdade, a confraternidade, entre outros (CANTO-SPERBER, 2007).

Na Biblioteconomia, o Código de Ética Internacional, desenvolvido pela American Library Association (ALA), remonta ao ano de 1939, em que a associação compila princípios básicos da profissão do bibliotecário em um documento denominado Library Bill of Rights, baseando-se no valor da liberdade intelectual. Nos anos 1960, esse código passou por uma revisão, quando foi também incluído o valor da responsabilidade social, considerando o contexto da época, com expressivos grupos a favor das minorias. Após a década de 1960 esse código passou por mais duas atualizações – 1981 e 1995 – e foram compreendidos ainda valores como a lealdade à instituição, a dignificação da profissão, a formação contínua, a cooperação, o respeito às leis de copyright e propriedade intelectual, a proteção da privacidade e a confidencialidade do usuário diante do avanço tecnológico (PEREZ PULIDO, 2001).

Na América Latina, o primeiro código deontológico nacional foi o do Chile, aprovado em 1977, oito anos após a atuação do bibliotecário ser considerada uma profissão no país. O código brasileiro foi aprovado em 1986 pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e possui um caráter inovador até então: caracteriza-se por ser um conjunto de deveres e obrigações em que está explicitamente escrito o que não se deve fazer no desempenho de suas funções (PEREZ PULIDO, 2001).

De acordo com o site da International Federation of Library Associations (IFLA), em sua seção Professional Codes of Ethics for Librarians, há atualmente 61 códigos de ética de diferentes países, todos traduzidos para o inglês ou espanhol pela instituição, além do código internacional da própria IFLA, traduzido para 20 idiomas diferentes. Segundo Perez Pulido (2001), os códigos possuem tipologicamente caráter

educacional e disciplinar, centrando-se em aspectos como a formação do profissional – preocupando-se com a formação contínua; a contribuição ao avanço da profissão – com a participação em congressos e reuniões e a divulgação de pesquisas; a relação com outros colegas – respeitando outros profissionais e os tratando com cortesia e solidariedade; a dignificação da profissão – criando uma boa imagem e protegendo a reputação; e as relações com a instituição e a qualidade do serviço oferecido – garantindo a integridade e contribuindo para os objetivos da instituição.

Em um estudo realizado por Koehler e Peberton (2000), foram analisados códigos de ética de 37 associações, concluindo que os aspectos expressos nos códigos podem ser sintetizados em cinco valores principais: sempre que possível coloque as necessidades dos usuários em primeiro lugar; aja de maneira profissional e competente, de acordo com o que a profissão exige; dê apoio à profissão e a suas associações; caso não haja conflito com as obrigações profissionais, seja sensível a questões de responsabilidade social; esteja ciente dos direitos da comunidade usuária e dos colaboradores da unidade de informação. Esses valores podem servir de modelo para a elaboração de novos códigos.

Em estudo semelhante, Dole, Hurych e Koehler (2000) analisaram quais são os principais valores éticos da profissão do ponto de vista do profissional. Embora a relevância dos valores se altera de acordo com a especialidade – bibliotecários jurídicos possuem maior preocupação com direitos autorais, enquanto que bibliotecários governamentais importam-se mais com questões relacionadas à neutralidade, por exemplo – foi possível identificar que o grupo de valores principais comuns a todas as especialidades corresponde ao atendimento ao usuário, à liberdade intelectual, à preservação dos registros e à igualdade de acesso. Exceto o valor da preservação, os outros três podem ser considerados universais, pois demonstraram igual importância em todos os países pesquisados.

Preocupados com o fato de que os estudos tradicionais de Ética na Ciência da Informação centravam-se em aspectos práticos – negligência, responsabilidade – ou em aspectos legais – direito à privacidade, autoral, censura, liberdade intelectual etc., Fernández-Molina e Guimarães (2002) ressaltam a importância desses estudos no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento – ORC. Apresentam um grupo de valores em que o profissional da informação deve se basear no momento dos

processos ali envolvidos, tais como a catalogação, a classificação, a indexação, a elaboração de resumos etc.

Os autores identificam sete valores intrinsicamente relacionados à ORC: os interesses dos usuários vêm em primeiro lugar – os processos de ORC devem ser realizados prezando o usuário; proporcione serviços de maneira objetiva, sem qualquer tipo de tendenciosidade – as ferramentas utilizadas, como vocabulários controlados, devem ser objetivas; ofereça ao usuário a informação mais atualizada e precisa possível – considerando que o índice é a ponte entre o usuário e o documento, é necessário que a indexação atribua termos que contemplem o vocabulário do documento e do usuário; evite a censura no momento de seleção de materiais – os sistemas e softwares utilizados pela unidade de informação podem ditar o que o usuário deve ou não acessar, e julgamentos morais no momento dessas rotulações devem ser evitados; se houver algum tipo de filtro ou limitação, o usuário deve estar ciente – relacionado ao valor anterior, para que o usuário não seja prejudicado no momento da busca; separe crenças pessoais dos serviços profissionais – os preconceitos não devem ser evidenciados no momento da representação do documento e, por fim, seja competente – valor geral que deve ser aplicado a todas as áreas relacionadas ao profissional da informação (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002).

Após essa primeira constatação, os autores recorreram aos códigos de ética de 16 associações profissionais da área, nos distintos continentes do planeta, de forma a verificar se compreendiam os valores a que se chegou à análise anterior. A correspondência foi positiva e praticamente todos os códigos faziam referência à maioria dos valores supracitados, com o valor “seja competente” presente em todos os códigos e o valor “os interesses dos usuários vêm em primeiro lugar” presente na maior parte deles. No entanto, valores importantes como “ofereça ao usuário a informação mais atualizada e precisa possível” e “se houver algum tipo de filtro ou limitação, o usuário deve estar ciente” ocorreram em apenas cinco e dois códigos, respectivamente (FERNÁNDEZ-MOLINA; GUIMARÃES, 2002).

Bair (2005) propõe um código de ética específico para os catalogadores, visto que de acordo com a autora existem atividades específicas da catalogação que exigem um olhar ético que não está explícito nos códigos de ética gerais da profissão, como o código da American Library Association (ALA). Para a autora, a catalogação possui problemas muito específicos, como descrever o documento da maneira correta,

realizando o controle de autoridade de modo que corresponda aos nomes dos autores buscados pelos usuários, além da catalogação cooperativa realizada sem maiores reflexões.

Dessa maneira, Bair (2005) elabora um código de ética de catalogação baseando-se em dez premissas básicas: dar acesso à informação de maneira igualitária e sem censura para todos os tipos de usuários, colocando sempre seus interesses em primeiro lugar; descrever a informação de maneira compreensível e fornecer pontos de acessos precisos, além de sugerir as buscas quando necessário; evitar a censura e a negligência por meio de descrições equivocadas; ser honesto e verdadeiro em relação aos documentos representados; manter os cabeçalhos de autoridade atuais, respeitando as especificidades culturais dos nomes dos autores; contribuir para o desenvolvimento de sistemas e códigos de catalogação justos e sem tendenciosidades; comprometer-se a fornecer os registros de maneira precisa e com um alto nível de catalogação nas bases de dados compartilhadas; comprometer-se a reportar erros encontrados em catalogações cooperativas; rever cuidadosamente registros de catalogação cooperativa antes de importá-los; e por fim comprometer-se com uma educação continuada, oferecendo cursos e treinamentos para o melhor desenvolvimento da área.

No contexto arquivístico, Rego et al. (2014) analisam códigos de ética profissionais de associações de arquivo. A partir de uma reflexão sobre a influência do desenvolvimento tecnológico nas atividades de informação, os autores analisam que a dimensão ética deve estar presente especialmente a partir de códigos deontológicos que regularizem e normatizem as práticas profissionais desses indivíduos. Essas formas de proceder devem estar englobadas em um universo axiológico representado por valores profissionais que encontram destaque nesses documentos.

Para a análise, os autores escolheram três códigos de importantes associações arquivísticas: o proposto pelo International Council of Archives (ICA), que data de 1996; o da Society of American Archivists, desenvolvido em (2012) e os princípios propostos pela Associação Brasileira de Arquivistas, que não disponibilizou sua data de elaboração.

A partir da análise desses códigos, os autores chegaram a um total de sete valores éticos comuns aos três documentos e que portanto, poderiam ser compreendidos como valores fundamentais desse universo profissional, a saber: respeito ao princípio da proveniência; integridade dos documentos; atuação imparcial; comunicabilidade dos

documentos; autenticidade dos documentos; acesso e sigilo aos documentos; e por fim, relação profissional.

Os autores ainda destacaram que de todos os valores apresentados, apenas os os referentes ao respeito ao princípio da proveniência e comunicabilidade não foram encontrados nos três códigos analisados – apenas nos da ICA e nos princípios da associação brasileira. Nesse sentido, refletiu-se ainda que para a corrente francesa, seguida também pelo Brasil, o respeito à proveniência parece ser elemento basilar para o desenvolvimento das atividades arquivísticas. Já no contexto norte-americano, que segue uma linha teórica diferente, a preocupação é mais relativa aos documentos históricos, como forma de preservação e à organização de documentos contemporâneos.

Por fim, os autores concluem que esses valores podem ser divididos em dois grupos: um mais próximo às ações de organização do conhecimento, em que estão compreendidos os valores do princípio à proveniência; integridade dos documentos; comunicabilidade; autenticidade e acesso e sigilo aos documentos; e um segundo grupo, mais voltados ao relacionamentos, seja com outros profissionais ou em respeito a uma atuação imparcial. Embora haja a visualização desses dois grupos, os autores destacam que esses valores não devem ser vistos de maneira indissociável, aplicados de maneira conjunta no desenvolvimento das atividades profissionais.

No cenário da privacidade de dados, a ética arquivística também encontra seu destaque, conforme mencionado por Martínez-Ávila (2021). Para o autor, um dos princípios elementares da Arquivologia é a democratização do acesso, como meio de garantir o direito à verdade. Nesse sentido, principalmente no contexto das leis de acesso à informação, a descrição para o acesso encontra barreiras com questões relativas à segurança dos dados de indivíduos e entidades governamentais, em especial a informações consideradas sensíveis.

Nesse âmbito, o autor analisa o conceito de privacidade encontrado no código proposto pelo ICA, em que esse conceito está relacionado com a legislação vigente e a segurança nacional, além da pressão sofrida por outras categorias profissionais, como os jornalistas. Outros aspecto desse universo encontrado no código é a respeito das restrições impostas por parte da legislação, da instituição ou dos doadores do documento de arquivo, que devem estar claramente descritas e condicionadas, especificando períodos de tempo.

Outros códigos também foram analisados pelo autor, como o catalão – que reforça as ideias expressas pela ICA; o da Associação de Arquivistas canadense, em que a privacidade é mencionada múltiplas vezes; e o código de ética da Sociedade Americana de Arquivos (SAA), importante documento e utilizado como referência para outras nações, que buscou definir o conceito de acesso e relacionar seus conteúdos com os preceitos éticos dos bibliotecários.

Após essa explanação sobre o conceito de ética aplicado à Ciência da Informação em especial aos seus aspectos deontológicos e axiológicos, buscou-se na próxima seção apresentar a dimensão ética especificamente em atividades e sistemas de organização do conhecimento.

2.2 A questão ética nos processos, produtos e instrumentos de organização e representação do conhecimento

A presente subseção objetiva apresenta as principais pesquisas realizadas nessa dimensão, de maneira cronológica. Faz-se importante ressaltar que muitas vezes o conceito ético não estava explícito nas investigações, mas por se tratar de trabalhos que visam ao livre acesso à informação e ressaltam os preconceitos sofridos por grupos marginalizados, tomou-se a liberdade de classificá-los enquanto estudos éticos em ORC.

O primeiro trabalho que menciona essas questões no universo da ORC é o livro seminal publicado por Sanford Berman, em 1971. Com o título *Prejudices and antipathies: a tract of Library of Congress Subjects Headings concerning people*, o autor busca ressaltar todos os preconceitos encontrados na linguagem documentária da Biblioteca do Congresso Americano, linguagem essa amplamente utilizada em âmbito universal. O livro é dividido em seis capítulos: “Chauvinismo, ‘Síndrome de Bwana’ e o terceiro mundo”; “Raças, nacionalidades, fés e grupos étnicos”; “Políticas, paz, trabalho, aplicação da lei etc.”; “Homem/mulher/sexo”; “Crianças, adolescentes, ‘idiotas’ e o ‘subterrâneo’” e, por último, “Faça você mesmo”. Cada um dos capítulos fornece exemplos claros de discriminações sofridas por esses grupos na linguagem documentária e uma sugestão de como esses preconceitos poderiam ser evitados caso houvesse uma transformação da linguagem. Vale destacar alguns exemplos significativos trazidos pelo referido autor:

Descoberta e exploração como uma subdivisão de termos como continentes e países ou Índios da América do Norte, Civilização de: aparenta que essas regiões não existiam de fato até que expedições de outros países chegassem ao território.

França – Colônias; Grã-Bretanha – Colônias: o termo “colônias” está equivocado, visto que o que realmente ocorreu foi uma invasão e posse do território.

Sociedade e primitiva utilizadas de maneira conjunta com outras variações (Arte – Primitiva; Vestimentas – Primitivas etc.): esses termos estão diretamente ligados a noções de inferioridade e infantilidade, embora as áreas a que se referem demonstraram ser extremamente complexas e criativas.

Áreas subdesenvolvidas: reforça a ideia de chauvinismo, realçando a ideia de superioridade de países como os Estados Unidos.

Lendas – Budismo; Lendas – Célticas; Lendas – Germânicas; Lendas – Judias; Lendas – Orientais ou Igreja; História da Igreja; Batismo; Sermões para Crianças; Literatura Devocional (sem nenhuma subdivisão): reforça a ideia da religião cristã como a única aceitável.

Japoneses nos Estados Unidos; Mexicanos nos Estados Unidos; Chineses nos Estados Unidos etc.: o problema nesses termos é que esses grupos de pessoas são indexadas exclusivamente por sua raça, nacionalidade ou origem étnica sem levar em conta que, embora esses fatores, todos vivam nos Estados Unidos e alguns inclusive nasceram americanos, mesmo a família sendo originária de outro país.

Judeus criminosos; Negros criminosos: este é um exemplo claro de racismo institucionalizado, apenas esses dois grupos raciais possuem essa distinção na linguagem.

“Sangue misturado” como uma subdivisão abaixo de Índios; Índios do México; Índios da América do Norte; e Índios da América do Sul: embora o sangue seja um dos fatores que influenciam as diferenças raciais, ele não é determinante e essas diferenças não ocorrem por conta dele. Dessa forma, esse não seria um termo apropriado para diferenciar esse grupo étnico.

Moral e Condições Sociais como uma subdivisão (unicamente) abaixo de Negros: utilizar esse termo apenas abaixo do termo principal Negros demonstra grande preconceito racial e visão do Homem Branco como detentor de poder.

Todas as formas que se iniciem com Negros (Negros – Arte; Negros – Bibliotecários; Negros em Literatura; Negros em África; Negros como

Empresários; etc.) e outras inversões relevantes (Luteranos, Negros): novamente, isso só ocorre com esse grupo racial específico, não havendo entradas semelhantes para Caucasianos ou Orientais. Além disso, a palavra “como” implica que essa ocupação é incomum no grupo a que se refere.

Trapaceiros e vagabundos como cabeçalho principal para Ciganos.

Álcool e Judeus; Álcool e Negros; Álcool e Mulheres: como se apenas esses grupos consumissem bebidas alcoólicas.

Mulheres como Contadoras; Mulheres como Arquitetas; Mulheres como Astronautas etc.: como já ocorrido com os negros, o conector “como” dá a entender que mulheres são incapazes de exercer essas profissões.

Mulheres Delinquentes e Mulheres – Anatomia e Fisiologia: não há o termo no masculino, estabelecendo o homem como a norma.

Homossexualidade e Lesbianismo abaixo de Perversão Sexual: a homossexualidade deve ser vista como uma prática sexual entre outras variedades, não melhor ou pior que qualquer outra.

Divórcio abaixo de Mulher – Questões morais e sociais: mais uma vez, a supremacia do homem é ressaltada, visto que o termo não ocorre de maneira semelhante para homens.

Crianças – Administração: refere-se a crianças como objetos ou animais.

Idiotice; Asilos de Idiotas: utilizada para pessoas com deficiência mental.

Insano; Insano, Criminosos e Perigosos, Insanidade etc.: a insanidade é uma condição que remete a lunáticos ou malucos, e não a pessoas com instabilidade mental, que deveria ser o foco do termo.

Após a publicação do referido livro e pelo fato de a terminologia de representação da informação passar sucessivamente por revisões, alguns cabeçalhos foram alterados – uma vez que os valores da sociedade se alteraram ao longo do tempo. É importante ressaltar, no entanto, o quanto as linguagens eram produzidas sem uma preocupação de natureza ética e como refletiam uma visão de mundo na qual a norma era o homem, branco e cristão (BERMAN, 1971).

No mesmo ano, A. C. Foskett publica um artigo semelhante, denominado “Misogynists all: a study in critical classification”, em que analisa como as classificações podem se demonstrar preconceituosas e tendenciosas, principalmente no

que tange aos homossexuais e mulheres. Uma das críticas do autor é que, embora as classificações devam refletir uma verdade “externa e eterna”, o que realmente ocorre é que elas estão longe de ser objetivas, refletindo os preconceitos do período em que são elaboradas e das pessoas que as elaboram.

Os exemplos utilizados pelo autor, da mesma forma, demonstraram-se muito interessantes. Na 17ª edição da Classificação Decimal de Dewey (CDD), os assuntos “homossexualidade” e “sexo antes do casamento” eram classificados juntamente com outros como sexo fora do casamento, prostituição, adultério, concubinação. Já na Classificação de Bliss, o termo “homossexualidade” é visto como sinônimo de masturbação e onanismo (FOSKETT, 1971).

Em 1984, Foskett se aprofunda nessas questões em um artigo intitulado de excelente maneira como “Better dead than read: further studies in critical classification”. Para o autor, foram vistas mudanças maiores nas ferramentas e produtos que utilizamos do que na maneira e teoria de como classificamos. O autor demonstra por meio de exemplos da CDD – 19ª ed., que na classe “Costumes Gerais (394)” podem ser classificados documentos que tratem de assuntos como palavrões, suicídio e canibalismo; na classe “Controle de população (304.66)” podem ser listadas práticas como genocídio ou infanticídio; na classe “Ética das relações sociais (177)” aparecem assuntos como amor e amizade, de maneira conjunta com assuntos completamente diferentes, como escravidão e práticas discriminatórias, profanidade, suicídio, homicídio, genocídio etc.; entre outros.

Para o autor, é comum dizer que a classificação e a catalogação são o cerne de todas as atividades dos bibliotecários. Sendo assim, se o que foi refletido por meio dos exemplos é o melhor que podemos fazer, como podemos desejar que sejamos reconhecidos enquanto profissionais? Ou ainda, que sejamos pagos enquanto profissionais? (FOSKETT, 1984)

No ano de 1981, Anthony Judge publica o artigo “*Anti-developmental biases in thesaurus design*”, em que apresenta uma série de tendenciosidades (ou biases, como o autor utiliza) que são identificadas no momento da construção de um tesouro.

A primeira tendenciosidade que o autor expressa é sobre a relação estática que alguns tesouros estabelecem, mesmo havendo dinamicidade em um dos objetivos na construção de tesouros para que eles possam se alterar conforme a linguagem vai crescendo e se modificando. Uma das soluções que Judge sugere para evitar esse tipo de

ocorrência é não utilizar verbos (ou verbos substantivados) como termos do tesouro, pois como por exemplo em “desenvolvimento” não fica claro se esse termo representa um processo em desenvolvimento ou o ato de desenvolver (JUDGE, 1981).

O segundo viés apresentado por Judge é como os tesouros são elaborados de acordo com o modo de pensar e a linguagem ocidental. Para o autor, a imposição desses esquemas ocidentais a comunidades orientais não apenas é violenta como também dificulta a comunicação e a transferência de conhecimento entre essas comunidades (JUDGE, 1981).

O padrão conservador encontrado nos tesouros também é criticado por Judge, mais uma vez evocando a dinamicidade que a ferramenta deve ter. É necessário que o tesouro cresça em extensão, problema que ocorre quando não há mais espaço para novas subcategorias. Normalmente, quando isso ocorre, um novo tesouro é criado, mas com o mesmo padrão conservador que irá impedir, em algum momento, a criação de outras subcategorias. Segundo o autor, novos tesouros são elaborados sem se comprometer a efetivamente sanar os problemas apresentados pelo esquema anterior (JUDGE, 1981).

Ainda com relação à construção de novos tesouros, o autor reprova os tesouros elaborados de maneira rígida. Os tesouros, quando implementados, são produtos de pesquisas em que foram empregados recursos financeiros e um tempo consideráveis e, portanto, dificilmente a instituição irá permitir esse investimento novamente em um período próximo. Dessa forma, todas as decisões relacionadas à construção do tesouro devem ser pensadas considerando futuras mudanças ou ampliações. O que também deve ser considerado nesse momento é que o tesouro é um construto social que reflete a subjetividade e as ideias pessoais de quem o produz e isso deve estar descrito na ferramenta, juntamente com as implicações que podem ocorrer (JUDGE, 1981).

Outro problema encontrado pelo autor são os tesouros disfuncionais. Para Judge (1981), muitos tesouros são construídos sem considerar ou ressaltar as relações entre fenômenos. Como exemplo, o autor cita que o mercúrio afeta seriamente a sobrevivência de espécies de pássaros; mesmo não sendo o propósito do tesouro ressaltar esse tipo de relacionamento, é considerável que ele o faça e não apenas “absorva” esse tipo de ocorrência.

Judge (1981) ainda ressalta como a escolha da hierarquia das classes pode se demonstrar enviesada. De acordo com ele, os principais motivos que influenciam essa escolha são as pré-determinadas prioridades da instituição na qual o tesouro está

inserido e as divisões de mundo em que o tesauro é construído; essas escolhas demonstram grupos e hierarquias dominantes.

A questão da polarização também é criticada pelo autor, pois muitas vezes os pontos de vista são apresentados de forma dicotômica – sim/não, certo/errado – e acontece ainda de apenas uma visão estar implícita no tesauro, geralmente a visão que a instituição apoia. O autor afirma que todos os modos de pensar devem ser apresentados no tesauro, e não apenas em uma visão polarizada, mas de forma que todos os conjuntos de dados e usuários se sintam representados. Dessa mesma forma, os valores também são ressaltados no momento da construção do tesauro. Para o autor, um tesauro institucional é a melhor forma de verificar os preconceitos da instituição que o produziu. Uma maneira de evitar situações excludentes é permitir que os usuários possam interferir nas categorizações, sugerindo alterações quando julgarem necessário. Outra maneira de impedir essas situações é preferindo relações associativas em vez dos relacionamentos hierárquicos tradicionalmente encontrados nos tesouros (JUDGE, 1981).

Em 1991, dez anos após o artigo de Judge, Hazel K. Bell publica o trabalho *“Bias in indexing and loaded language”*, em que elenca cinco possíveis fontes de tendenciosidade no momento da indexação: atitudes autoritárias, quando o indexador reforça opiniões “fortes” expressas pelo autor; indexadores intrusivos, quando o profissional reforça seus próprios preconceitos na representação do documento; imposição da classificação, quando a linguagem demonstra-se inflexível, com cabeçalhos de assunto que não correspondem da maneira correta (ou ideal) às suas subdivisões; limitações linguísticas pelo fato de as modificações linguísticas ocorrerem mais lentamente do que as alterações sociais (atualmente, há problemas de identificação de minorias na linguagem, subdivisões que podem ofender essas minorias e ainda o sexismo patriarcal) e, por último, a supressão de assuntos, que também pode ser considerada um fator de censura.

Em 1992, Ingetraut Dahlberg, fundadora da International Society for Knowledge Organization – ISKO, elabora um editorial em memória a Ranganathan em que pondera sobre algumas implicações éticas na organização do conhecimento, como por exemplo quando se utiliza um sistema de classificação como base para a criação de outro sem a devida permissão do autor; quando documentos são indexados ou classificados de

maneira negligente e sem o zelo apropriado; ou ainda quando um sistema de informação é comprado por um valor considerável, mas não cumpre com o que se compromete.

Cinco anos após o editorial de Dahlberg, Michele Hudon (1997) reforça a preocupação ética no âmbito da indexação, como já ressaltado por outros autores anteriormente. Em seu artigo, a autora demonstra atenção em relação aos tesouros multilíngues. Para a autora, com o avanço das tecnologias a linguagem tornou-se uma barreira ainda mais crítica e uma forma de evitar dificuldades é promover uma linguagem controlada que abarque diferentes idiomas, o que permitiria que estrangeiros pudessem acessar os dados dos sistemas de recuperação da informação. No entanto, alguns obstáculos são encontrados ao desenvolver ferramentas como essa: ampliar uma linguagem para que abarque conceitos estrangeiros pode fazê-la ficar pouco reconhecível para seus próprios falantes; transferir toda uma estrutura conceitual de uma cultura para outra, mesmo quando não pareça adequado; a tradução literal de termos de um idioma para outro sem carregar consigo os conceitos próprios. Segundo a autora, produzir um tesouro multilíngue vai além de achar termos equivalentes em idiomas diferentes, há uma dimensão cultural no processo, o que transforma essa ferramenta em um tesouro multicultural (HUDON, 1997).

Um tesouro multicultural é um instrumento que oferece a terminologia e os conceitos de determinados idiomas e toda a estrutura semântica de um tesouro – relações de equivalência, hierárquicas e por afinidade, de maneira fidedigna. Dessa forma, independentemente do idioma da pesquisa, as informações semânticas recuperadas serão as mesmas (HUDON, 1997).

Para Hudon (1997), a maneira mais adequada para elaborar um tesouro multilíngue é criá-lo de maneira simultânea nos idiomas a que se destina, não apenas traduzir um tesouro já existente ou fundi-lo a partir de um tesouro monolíngue. Além disso, é necessário que haja uma perspectiva não idêntica ou simétrica, ou seja, o número de termos descritores pode variar de uma língua para outra, visto que conceitos que existem em determinada cultura não necessariamente estão presentes em outra.

Para a construção desses tesouros multiculturais, a autora expressa alguns requisitos globais: a estrutura administrativa deve ser semicentralizada, com representantes de cada idioma do tesouro; todas as versões linguísticas do tesouro são desenvolvidas simultaneamente; a equipe desenvolvedora da ferramenta deve possuir

nativos em um dos idiomas e que possuem ainda certo conhecimento no outro idioma envolvido; o uso de neologismos deve ser restrito; entre outros (HUDON, 1997).

No que concerne à representação da comunidade homoafetiva, Campbell (2001) declara que esse grupo é geralmente marginalizado em ferramentas consideradas universais, pois os termos utilizados usualmente são arcaicos ou inválidos, não satisfazendo as necessidades informacionais desses usuários. Outro problema ressaltado pelo autor é o fato de o processo de indexação ser um ato subjetivo, que varia entre indexadores, com diferentes perspectivas.

Para compreender melhor essas questões, o autor analisa os conceitos de aboutness – o principal assunto de um documento, e meanings – os usos específicos de determinado documento, relacionando-os com teorias queer. De acordo com Campbell (2001), esses conceitos são especialmente frágeis na literatura homoafetiva, pois são documentos que em geral recebem diversos tipos de interpretação e, embora os assuntos permaneçam relativamente estáveis, seus diversos usos se alteram de acordo com a comunidade ou o período.

No entanto, ainda que haja certa estabilidade nos assuntos dos documentos, na literatura é comum encontrar conteúdos relativos à homossexualidade de maneira não explícita, aparecendo de forma sutil, não declarada. Refletindo sobre axiomas propostos por Sedgwick, em *Epistemology of the Closet* (1990), Campbell (2001) afirma que questões de categorização são vitais para comunidades homossexuais; que todos os assuntos, em alguma extensão, são úteis para homossexuais e, portanto, um sistema de classificação elaborado para uma comunidade gay poderia abarcar os mais diversos assuntos; os paradigmas não são constantes, eles se alteram de acordo com construtos históricos, locais e culturais, logo categorias e rótulos são provisionais.

Em relação à visão essencialista versus a visão construtivista, o autor declara que os sistemas devem compreender a mudança dinâmica das sociedades e serem sensíveis a essas alterações, observando como esses termos se constroem e os substituindo, quando necessário, de maneira efetiva. Sobre os aspectos relativos às minorias e universalizações, o autor destaca que o sistema de classificação deve possuir a capacidade de negociar entre esses dois extremos, pois quando se “universalizam” os termos, aparenta ser um desvio de norma; quando se os “marginalizam”, traz-se a “visibilidade a qualquer custo”. No tocante à perspectiva do aboutness e dos meanings, os sistemas são elaborados intelectualmente e estão sujeitos às posições, declaradas ou

não, de quem os elabora, posições estas que podem não estar de acordo com as da comunidade usuária e, desse modo, além de questionar sobre quem é o público alvo daquele sistema, faz-se necessário ainda avaliar a posição do indexador em relação aos usuários, tendo consciência de que as discussões irão ocorrer, e isso é saudável (CAMPBELL, 2001).

Beghtol (2002) também reflete sobre as questões culturais na elaboração de sistemas de representação, principalmente relacionadas aos aspectos éticos no desenvolvimento desses sistemas diante do avanço das novas tecnologias. Para a autora, o ponto essencial é o conceito de garantia e hospitalidade cultural, em que diferentes culturas podem estar inseridas em uma mesma sociedade e elas devem ser representadas pelos sistemas de maneira igualitária. A autora ressalta que a própria cultura reside na informação, visto que as necessidades informacionais daquele grupo de pessoas, como as informações são utilizadas, o que eles valorizam e escolhem perpetuar, podem auxiliar na definição dos aspectos culturais.

Tendo isso em vista, qualquer sistema de organização do conhecimento pode ser considerado um artefato cultural, e ele só pode ser considerado plenamente efetivo quando reflete as garantias culturais de grupos específicos de população usuária do sistema e é aceito por esses indivíduos. E são esses fatores que tornam o desenvolvimento desses sistemas tão complexo, pois para alcançar o objetivo de ser aceito e utilizado por diferentes culturas é necessário que os potenciais conflitos entre essas culturas sejam considerados (BEGHTOL, 2002).

A autora propõe, ainda, o conceito de “hospitalidade cultural”, relacionando-o com o conceito de garantia cultural. Para Beghtol (2002), a hospitalidade cultural assegura que as necessidades individuais de usuários de comunidades específicas que se utilizam do sistema sejam representadas no sistema, permitindo tanto a escolha individual do usuário como também, a representação coletiva de uma comunidade muitas vezes marginalizada pelos sistemas de organização do conhecimento.

A preocupação com os sistemas de organização do conhecimento, especificamente as linguagens de indexação, também é reforçada por Olson (2002) no livro intitulado *The power to name: locating the limits of subject representation in libraries*, em que a autora deixa explícita a importância do nomear inerente à indexação e, como muitas vezes, esse ato demonstra-se preconceituoso e enviesado, principalmente quando representando assuntos relacionados a mulheres, latinos e

homossexuais. Para a autora, o ato de nomear é uma necessidade básica da comunicação e, como bibliotecários, nós decidimos o que deve ser representado e o que não deve ser nomeado, afetando o acesso e o uso da informação.

Para Olson, os problemas relacionados a essa prática possuem dois aspectos principais: nomear reflete valores sociais e não há neutralidade nesse processo ou em suas ferramentas, que são geralmente construídas a partir de visões patriarcais. A escolha dos conceitos que serão incluídos no vocabulário controlado demonstra suas limitações, o que é incluído na linguagem e o que não é permitido, muitas vezes desconsiderando variáveis individuais dos documentos e impondo uma linguagem universal que pode não ser a utilizada pelo usuário (OLSON, 2002).

A respeito das classificações, Olson (2002) afirma que, apesar de elas terem a pretensão de serem universais, são, na verdade, culturalmente específicas, refletindo o mainstream da sociedade em que são elaboradas, e diferentes paradigmas culturais, conforme a evolução do tempo, podem afetar as ferramentas de representação.

O elemento da globalização contribuiu muito para que esses instrumentos se demonstrassem imperialistas e culturalmente homogêneos: um exemplo desse fator é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), que é uma ferramenta produzida no contexto anglo-saxão, em uma estrutura hierárquica do geral para o mais específico – o que também pode ser entendido como do mais para o menos importante, ou estabelecendo a ordem de todo-parte – mas que foi traduzida para mais de 30 idiomas e utilizada por culturas completamente diferentes (OLSON, 2002).

No mesmo ano, García-Gutierrez (2002) remete ao conceito de “cultura de fronteira” para nos propor uma “ética transcultural de mediação”. De acordo com o autor, vivemos em uma época de permanente mutação, com as posições se alterando constantemente, em que se torna complexo definir onde são os limites e fronteiras dos territórios e, portanto, sistemas fechados e rígidos não podem ser aceitos nesse paradigma.

Para tanto, o autor propõe a ideia de “epistemografia interativa”, em que redes semânticas se configuram de maneira aberta e horizontal, diferentemente de uma posição vertical e hierárquica, permitindo, assim, que a diversidade não seja reduzida. Como justificativa, García-Gutiérrez (2002) alerta que a ORC não apenas lida com a organização do conhecimento, mas também seleciona esquemas de representação,

processos e permite o acesso, características que não são banais ou neutras, mas mediadas.

García-Gutiérrez (2002) faz então uma crítica ao conceito de “multiculturalismo”. Para ele, o prefixo “multi” remete ao conceito apenas de quantidade, como se estivessem claras as fronteiras entre uma cultura e outra e, portanto, fosse possível enumerá-las. Como termo ideal, o autor sugere a noção de “ética transcultural”, em que as categorias fossem aceitas de maneira transcultural, em que houvesse uma série de regras que permitissem identificar preconceitos, elaboradas por pessoas preparadas e cientes dessas possíveis ocorrências.

O autor ainda ressalta que elaborar ferramentas multiculturais de forma individualizada e paralela pode ter como efeito o isolamento dessas culturas, estereotipando-as ainda mais. O defensável, portanto, é uma teoria dialógica, interativa e aberta (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2002).

No que concerne às teorias de classificação, Mai (2004) ressalta a importância de um novo paradigma, focado nos estudos de usuários e nas estruturas dos domínios por meio de uma visão construtivista. Apesar de as estruturas das classificações bibliográficas serem baseadas na estrutura das classificações científicas, elas se diferem substancialmente, visto que as primeiras se preocupam em registrar as ideias e pensamentos sobre o mundo, com características únicas, enquanto as segundas fundamentam-se em aspectos físicos, em um nível diferente de individualização. Para o autor, as classificações bibliográficas preocupam-se em classificar documentos particulares, ao passo que as classificações científicas se dedicam a classificar tipos particulares.

Dessa maneira, de acordo com o autor o ideal no momento de criar uma classificação é estudar o universo da unidade de informação que fará uso dessa ferramenta, estudando o discurso daquela comunidade e suas principais atividades e conhecendo os termos utilizados pelos usuários para que os sistemas de organização do conhecimento correspondam a suas necessidades (MAI, 2004).

Ainda relacionado ao âmbito das linguagens de indexação e classificação, Van der Walt (2004) salienta adversidades que podemos encontrar diante da norma básica da Organização do Conhecimento, que é dar acesso à informação: diferentes usuários possuem necessidades informacionais diversas e, portanto, um termo de indexação pode não servir a todos; o processo de indexação deve ser subjetivo, os assuntos em potencial

do documento devem ser reconhecidos; e nós ainda não temos uma teoria sedimentada sobre a relação entre documentos.

Esses fatores implicam problemas éticos, como uma má indexação, termos não correspondentes – de maneira a atribuir uma maior “popularidade” ao documento – e uma representação tendenciosa ou preconceituosa. Para refletir sobre esses problemas, o autor traz alguns questionamentos que merecem maior aprofundamento, como estabelecer quais são os conflitos éticos em ORC, quais são as diretrizes éticas que devem conduzir essa área, quais são as responsabilidades sociais da área, além de reflexões sobre o aspecto pedagógico das unidades informacionais e o acesso livre à informação (VAN DER WALT, 2004).

Feinberg (2007) demonstra grande preocupação com as biases implícitas aos sistemas de organização do conhecimento considerado universal. A autora afirma que mesmo em abordagens como a análise de domínio – proposta na Ciência da Informação por Hjørland e Albrechtsen (1995) – é ainda provável que ocorram tendenciosidades e que, possivelmente, a melhor opção não seja estabelecer um único domínio, mas ter em mente que múltiplos domínios coexistem entre si e não apenas diferentes perspectivas em um mesmo domínio. Para a autora, caso não seja viável eliminar todos os tipos de vieses, o ideal seria ser mais responsável sobre eles, explicitar sua presença e defender a perspectiva que o sistema está adotando. Desse modo, para elaborar um sistema de organização do conhecimento é necessário “tomar partido” sobre como aquele domínio do conhecimento está sendo interpretado e, para tanto, é necessário que esteja claro como a informação é avaliada, incluída, excluída e mantida pela organização. Mesmo que ocorra algum tipo de bias, será de uma maneira responsável, com as perspectivas do sistema e da unidade claras. Deve-se ainda estar ciente e ser responsável pelas possíveis consequências que esse posicionamento pode acarretar (FEINBERG, 2007).

Refletindo sobre a teoria crítica racial como abordagem para a análise da CDD, Furner (2007) atenta para a legitimação da ideologia dominante por esquemas de classificação e que o baixo nível de usuários negros em unidades informacionais pode se dever ao fato de eles não se sentirem representados por esses esquemas, ademais a essas unidades não se encontrarem predominantemente em regiões pobres e suburbanas. Por essas circunstâncias, a teoria crítica racial seria de grande valia para bibliotecários: pelo comprometimento social dessas instituições e pela potencial aplicabilidade dessa teoria nesses espaços, de maneira a evitar ao máximo o racismo institucionalizado.

Nas bibliotecas, o racismo institucionalizado pode se manifestar por ações como ignorar sua presença ou negar que seja um problema, pela indiferença quando de atitudes racistas no ambiente do trabalho, pela distribuição desigual de brancos e negros entre a equipe de trabalho da unidade, ou mesmo pela falta de recursos e serviços que apoiem a diversidade da comunidade na biblioteca. Assim, ao fazer referência a um serviço justo de biblioteca, Furner (2007) cita alguns objetivos – ou valores éticos – que devem ser perseguidos pela equipe da unidade, tais como a satisfação do usuário, o amparo aos usuários, a equidade de oportunidades, a divulgação dos serviços oferecidos, a liberdade de escolha, as recomendações de qualidade, a responsabilidade na prestação de contas, a eficiência, a diversidade, conformidade com as normas e padrões e a busca pela estabilidade, evitando-se a opressão, de tal modo que uma biblioteca justa possa ser aquela em que os recursos são utilizados de maneira ativa, de forma a dar suporte às mudanças sociais e reconhecendo os direitos dos grupos oprimidos.

A principal crítica do autor no que tange aos sistemas de organização do conhecimento residem na Tabela Auxiliar de grupos étnicos e nacionais da CDD, que remete o termo “raça” somente a grupos étnicos, sem o valor social desse conceito. Ademais, a previsão de uma subdivisão de assunto denominada “raças básicas” como norma e marginalizando outros grupos raciais que nela não se encaixam evidencia discriminação, o que se acentua pela subdivisão “raças misturadas”. (FURNER, 2007).

a partir da primeira conferência em Ética na Organização da Informação, realizada na University of Wisconsin-Milwaukee em maio de 2009, a questão ética na Organização e Representação do Conhecimento assumiu um espaço investigativo institucionalizado. A conferência foi publicada na revista *Cataloging and Classification Quarterly* referindo-se a temáticas como a abordagem retórica na tecnologia da informação (BADE, 2009); a falta de reflexão das necessidades dos usuários na prática da catalogação (HOFFMAN, 2009); os aspectos éticos da classificação na segurança nacional (UNSWORTH, 2009); a análise da tabela auxiliar 5 da CDD sobre etnias e grupos nacionais e sua relação com os padrões de representação dessa linguagem (BEALL, 2009); e a análise dos padrões de descrição dos recursos e suas implicações éticas (SMIRAGLIA, 2009).

Em 2012, ocorreu a segunda conferência em Ética na Organização da Informação e, dessa vez, igualmente em Milwaukee, cujos artigos geraram um número

especial da revista *Knowledge Organization* em aspectos relativos à globalização e aos efeitos na relação entre bibliotecários e editores (MARTÍNEZ-ÁVILA; KIPP; OLSON, 2012), a folksonomia de nomenclaturas sexuais e a liberdade de classificação nesse universo (KEILTY, 2012); as implicações éticas de dar nome aos metadados sobre objetos visuais (SEEMAN, 2012); as consequências éticas da digitalização de documentos de arquivo e sua representação (ZHANG, 2012), a representação das ideias e visões de mundo dos autores dos documentos no momento da descrição arquivística (GILLILAND, 2012); a responsabilidade dos bibliotecários no desenvolvimento de coleções e suas atitudes diante de livros considerados “ruins” perante normas éticas (HOMAN, 2012), a apresentação de um modelo para o desenvolvimento do trabalho do bibliotecário enquanto um ofício majoritariamente intelectual (COPE, 2012); a análise de linguagens documentárias brasileiras e a forma como representam termos homoafetivos (PINHO; GUIMARÃES, 2012); o uso de social tagging como alternativa à utilização de linguagens disciplinárias como a da Biblioteca do Congresso (ADLER, 2012); a análise das responsabilidades morais das instâncias de desenvolvimento e uso dos sistemas de organização do conhecimento (FOX; REECE, 2012); e a análise dos conceitos de disfemismo, eufemismo e ortofemismo e as discussões em indexação (MILANI; PINHO, 2012).

Baseando-se na filosofia dos movimentos de Artes do século XX, na teoria crítica da organização do conhecimento e na filosofia do budismo, Tennis (2013) propõe uma organização do conhecimento eticamente comprometida, destacando o trabalho de catalogação e classificação como de natureza não apenas técnica, mas artística, de tal modo que a industrialização e a produção em massa podem afetar sua realização. Indo além o autor ressalta a necessidade de decisão responsável durante a indexação ou a classificação, ciente de que a ausência desse cuidado pode gerar um ato de violência contra o usuário. Para tanto, evoca trabalhos de Slavoj Žižek e sua sistematização de violência objetiva – aquela presente em linguagens de grupos específicos e em consequência de sistemas políticos e econômicos –, o que se encontra presente nas atividades de indexação, razão pela qual a prática da indexação deve estar comprometida com ações corretas e responsáveis (TENNIS, 2013).

Nessa seara tem lugar a intenção do indexador, que pode escolher entre agir de maneira a beneficiar ou a prejudicar outros e, para que se possa medir as intencionalidades, o autor propõe cinco níveis: um ato praticado sem intenção nenhuma

de prejudicar alguém – como pisar acidentalmente em um inseto; agir de maneira incorreta mesmo sabendo os possíveis danos, mas quando está fora do controle de si, como bêbado ou apaixonado; realizar um ato prejudicial, mas quando se está enganado sobre a parte prejudicada; agir de maneira incorreta mesmo consciente sobre o que está fazendo e de maneira premeditada; e o último nível é semelhante ao primeiro, mas, nesse caso, o autor da ação não reconhece que está agindo de modo danoso.

Tendo esses conceitos em mente, Tennis (2013) propõe uma série de variáveis que devem ser levadas em conta para uma organização do conhecimento ética fundamentada na concepção do Budismo Engajado:

- Vínculo à doutrina: não agir de maneira dogmática ou presa a nenhuma doutrina, teoria ou ideologia, mesmo que profissional.
- O conhecimento se transforma: se atos de violência forem identificados em ferramentas de organização do conhecimento, estas devem ser prontamente alteradas;
- Prejuízo na organização do conhecimento: a organização do conhecimento deve educar, mas somente por meio do diálogo e evitando a intolerância;
- Agindo porque possui conhecimento: deve-se estar ciente dos possíveis atos de violência na organização do conhecimento, não os ignorando.
- Dividir e se conectar com todos: o foco da organização do conhecimento deve ser dividir o conhecimento entre todos e melhorar cada vez mais nossas atividades;
- Alegria na função naquele momento: deve-se sentir bem e alegre durante a realização do trabalho e liderar pelo exemplo.
- Linguagem correta: o discurso e a linguagem são fatores importantes e, portanto, deve-se falar de maneira verdadeira e evitando conflitos. Além disso, as linguagens documentárias e seu poder encontram-se contempladas por esse preceito.
- Boa vocação: relacionado aos pesquisadores em organização do conhecimento e como eles devem estar comprometidos em benefício da área.
- Recursos escassos: deve-se prezar por todo o potencial disponível na interação entre o indexador e o documento.

Refletindo sobre o conceito de harm – ou dano – na organização do conhecimento, Adler e Tennis (2013) ponderam sobre como a linguagem utilizada de forma errônea pode ser considerada um ato de violência e, por conseguinte, as classificações estão sempre suscetíveis a causar algum dano. Como no trabalho citado anteriormente, os autores vão além da perspectiva de “poder do acesso” que as ferramentas – e os bibliotecários – possuem, pois esses instrumentos podem ser empregados de maneira violenta e autoritária, uma vez que eles impõem e controlam a partir de suas utilizações. Esse poder é disciplinado e quem o exerce determina a posição dos que serão classificados ou transformados em categorias. Assim, para evitar esse tipo de violência, os autores elaboraram uma taxonomia do dano, centrando-se em três questões relativas ao momento da classificação: o que acontece, quem participa e quem e como pode ser afetado.

Para responder à primeira questão, os autores relembram algumas ações que podem acontecer no momento da classificação e que tendem a ser danosas, como excepcionalismo, omissão, terminologia enviesada, estrutura do padrão inapropriada, entre outras. Pensando sobre a salubridade dessas ações, reforça-se que os classificadores possuem a responsabilidade de causar o menor dano possível, e, para tanto, deve-se recorrer a atitudes sábias e conscientes. Outro componente considerado essencial pelos autores é a intencionalidade desses atos – o que já havia sido alertado por Tennis (2013). Por último, deve-se considerar as implicações desses atos, pois ao invés de darem acesso aos recursos, esses sistemas centrados na objetividade e padronização acabam por impedir o uso desses documentos (ADLER; TENNIS, 2013).

Sobre a participação dos envolvidos, os autores questionam sobre os níveis de cooperação desses participantes. Quem produz esses sistemas possui um poder elevado em relação àqueles que escolhem, dentre os termos determinados, quais utilizar; este segundo grupo possui um poder maior que um terceiro grupo, daqueles que apenas importam os dados desses registros sem modificá-los. Em qualquer um desses níveis é possível uma decisão ética e crítica em relação a essas ferramentas (ADLER; TENNIS, 2013).

Sobre as possíveis lesões causadas por essas questões, os autores reforçam que ainda que a principal lesão seja a falta de acesso à informação, esses danos se estendem à propagação de discursos dominantes e premissas discriminatórias. Como exemplo desses danos, os autores citam o uso do termo “parafilia” pela Biblioteca do Congresso,

de forma a representar “desvios sexuais” e o termo “eugenia”, utilizado pela CDD até a década de 1950 e depois excluído, mesmo sendo o termo utilizado pela literatura, possivelmente pelo fato de representar algo que “negativo” para a sociedade (ADLER; TENNIS, 2013).

Em 2015, teve lugar a terceira edição da conferência sobre Ética em Organização da Informação, quando se discorreu sobre: o desenvolvimento de uma taxonomia das críticas à organização do conhecimento (GROSS, 2015); a cobertura de artigos relativos à temática em ética em organização do conhecimento em duas bases de dados importantes da área – Web of Science e Library and Information Science and Technology Abstracts (MARTÍNEZ-ÁVILA; GUIMARÃES; PINHO; FOX, 2015); a análise das temáticas dos livros banidos pela American Library Association (KIPP; BEAK; GRAF, 2015); a representatividade do público infantil em sistemas de organização do conhecimento (BEAK, 2015); a representação de músicas tradicionais em sistemas de organização do conhecimento (WEISSENBARGER, 2015); a análise do RDA e de uma faceta do modelo conceitual FRBR focado no bibliocentrismo da representação descritiva (SMIRAGLIA, 2015); o estudo sobre o conceito de cultura e como ele pode ser levado em consideração no momento da construção de sistemas de classificação para diferentes grupos (LEE, 2015); o feito das práticas de classificações sobre dietas no desenvolvimento de manuais nacionais para a saúde e o entendimento sobre esse assunto pela população (McTAVISH, 2015); os aspectos éticos envolvidos em práticas acadêmicas como plágio, coautoria ou citações (ORAVEC, 2015); a análise de conceitos bakhtinianos em relação aos profissionais da organização do conhecimento e sua responsabilidade em mediar discursos no momento da representação (ARBOIT; GUIMARÃES, 2015); a análise de valores como representação fidedigna, acessibilidade e controle em esquema de metadados arquivístico no âmbito artístico (McQUEEN, 2015); a proposta de um modelo analítico para a avaliação de práticas de classificação (McCOURRY, 2015); a análise de valores éticos para processos de descrição e classificação arquivística por meio de códigos de ética da área (SILVA; GUIMARÃES; TOGNOLI, 2015); a proposta de recomendações para um código de ética em catalogação (SHOEMAKER, 2015); e o estudo sobre a classificação utilizada por serviços como a Netflix para recomendações de serviços e sua falta de neutralidade (LAWRENCE, 2015).

2.3 Cenário brasileiro no âmbito ético em organização do conhecimento

A temática de pesquisa relativa aos aspectos éticos em organização do conhecimento teve forte repercussão na Ciência da Informação brasileira, em especial pelo forte componente social que a integra. Assim, no ano 2000 José Augusto Chaves Guimarães apresentou um conjunto de compromissos éticos do profissional da informação divididos em cinco instâncias: com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e consigo mesmo. O primeiro compromisso considera que o usuário não é meramente o destinatário de uma entrega, mas aquele que irá se apropriar da informação e produzir um novo conhecimento; a organização ou unidade de informação constitui-se como compromisso do profissional, pois é ali que ele encontra os meios para a realização da profissão; em relação à profissão, seu compromisso ético deve estar expresso para que haja “(...) aspirações conjuntas e práticas integradas” (GUIMARÃES, 2000, p. 66); por último, há o compromisso consigo mesmo, do profissional como indivíduo que possui preferências, ideias e perspectivas de autorrealização. Para tanto, o autor apresenta um segundo nível de compromissos, decorrente dos primeiros, que influenciam a formação de novos profissionais, tais como: a abertura de novos mercados profissionais, a geração de novos conhecimentos e produtos para a área, a qualidade dos serviços e produtos fornecidos, a penetração social, a sensibilidade quanto ao valor estratégico da informação, a sensibilidade quanto ao valor social da informação, a garantia de confiabilidade da informação fornecida, a responsabilidade profissional e, por fim, o respeito às especificidades da área, evitando os perigos de eventuais mergulhos no escuro (GUIMARÃES, 2000).

Em 2006, Guimarães elabora uma série de valores ou premissas éticas, dessa vez voltadas às atividades de organização e representação do conhecimento. Para o autor, faltava uma sistematização desses compromissos éticos, que eram subjacentes a esses processos. Dessa forma, o autor chama a atenção para fatores como precisão, tempo, especificidade, garantia literária, revocação, preconceitos nas linguagens documentárias, entre outros, que até então eram visualizados como meros aspectos, mas que na verdade implicam responsabilidade do profissional que os executa.

Para Guimarães (2006), o que impulsionou a literatura sobre a temática ética nas atividades informativas, na década de 1990, foi o desenvolvimento tecnológico, que

gerou uma série de preocupações que até então não eram foco dos profissionais da informação, como acessibilidade de informações em bases de dados e a privacidade do registro dessas buscas. Considerando esse contexto, o autor realiza então uma busca no periódico *Ethics and Information Technology*, no período de 1999-2003, de maneira a identificar os possíveis valores éticos que circundam esse âmbito.

O autor identifica então um grupo de cinco valores éticos que merecem destaque nas atividades de organização do conhecimento: privacidade, propriedade intelectual, compromisso, segurança e liberdade. São reconhecidos ainda um grupo de valores diretamente ligados ao desenvolvimento tecnológico, como diversidade na representação, desvios ou representação insuficiente e má-fé na representação.

Considerando o exposto pela literatura pesquisada, Guimarães (2006) formula então um grupo de problemas concretos que podem ocorrer por conta do descumprimento desses valores, como os preconceitos que residem nos sistemas de organização do conhecimento, as categorias dicotômicas estabelecidas por essas linguagens, suas visões de mundo específicas, problemas relacionados à precisão dos termos utilizados, a polissemia dos termos e ainda a questão do politicamente correto na representação.

Também em 2006, Fábio Pinho elabora sua dissertação fazendo uma triangulação entre os conceitos de epistemografia interativa, de García Gutiérrez, o de multilinguismo, de Hudon, e as concepções de garantia e hospitalidade cultural preconizadas por Beghtol. Para o autor, há aspectos convergentes entre os discursos desses autores, como, por exemplo, a ideia de epistemografia interativa difundida por García Gutiérrez como um grupo de diretrizes para a elaboração de representações em meio a um universo de diferentes culturas e discursos por meio de uma linguagem documentária comprometida com a representação da diversidade e utilizando-se, principalmente, de relações associativas, para que nenhum assunto seja priorizado. Nessa perspectiva, encontra-se uma maneira de se efetivar esse instrumento por meio dos estudos de Hudon a respeito da elaboração de um tesouro multilíngue enquanto ferramenta que respeita e pode ser inserida em diferentes sociedades e culturas (PINHO, 2006).

García Gutiérrez e Hudon ainda trazem conceitos como “purificação conceitual” e “imperialismo linguístico”, respectivamente, para refletir sobre a predominância de determinados idiomas nos documentos científicos, o que afeta seu acesso e uso por

nações não falantes de idiomas dominantes, muitas vezes sendo essas caracterizadas como subdesenvolvidas. Esses conceitos vão ainda ao encontro do que Beghtol afirma ser necessário: uma integração entre o conhecimento e a ciência mediante um sistema de representação efetivo e agregador. A autora ainda evoca o conceito de “ética transcultural”, de García Gutiérrez, no sentido de que para um sistema possuir garantia cultural, sem que outras culturas se sintam excluídas, é necessário que haja um elemento de união entre essas diferentes culturas (PINHO, 2006).

No tocante aos problemas e valores éticos em OC, Guimarães et al. (2008) analisaram um grupo de seis revistas internacionais importantes na área — *Journal of the American Society for Information Science and Technology* — JASIST, *Journal of Documentation*, *Knowledge Organization*, *Cataloging & Classification Quarterly*, *The Indexer* e *Ethics and Information Technology*. Para recuperar os artigos relacionados à temática, foram estabelecidos dois domínios conceituais: Ética (por meio dos termos *ethics; ethical; ethos; deontology; value(s); conduct e moral*) e Organização do Conhecimento (por meio dos termos *knowledge organization; knowledge representation; indexing; classification; subject cataloguing; subject analysis; content analysis; abstracting; thesaurus(i) e subject headings*), compreendendo como período de busca os anos de 1995 a 2004. Desse modo, chegaram a um grupo de valores intrinsecamente relacionados à ORC, que podem ser divididos em três dimensões: valores superiores que devem guiar as atividades profissionais – respeito à privacidade, direitos autorais, acessibilidade, liberdade, segurança, equidade, diversidade e minimização de riscos; valores reconhecidos enquanto requisitos profissionais – competência, eficiência, flexibilidade, confiabilidade, reconhecimento profissional, atualidade, autonomia, consciência de poder e cooperação; e, por fim, valores antes vistos apenas como medidas, mas que foram reconhecidos enquanto parte do universo axiológico da OC – precisão, revocação, garantia cultural, exaustividade, consistência, usabilidade e hospitalidade (GUIMARÃES et al., 2008).

Por meio do corpus, chegou-se ainda a um grupo de problemas éticos associados à OC, divididos em: problemas não específicos à OC, mas onipresentes na atualidade – segregação digital, pornografia, lixo eletrônico, profissionais substituídos pela tecnologia e violência; e problemas diretamente relacionados às atividades de OC – vigilância, censura, falta de garantia cultural, negligência, informação direcionada, ineficiência profissional, má representação, racismo, ambiguidade, marginalização,

imparcialidade ou crença na neutralidade, idiossincrasia, inacessibilidade informacional, terminologia tendenciosa e traduções inadequadas (GUIMARÃES et al., 2008).

No que tange ao universo feminino, Milani (2010) buscou analisar, nas ferramentas de indexação, como esse grupo é representado. Por meio dos termos feminilidade, feminina(s), feminino(s), feminismo(s), feminista(s), materna(o), maternal, mulher(es) e seus respectivos equivalentes em inglês, a autora realizou uma busca nas linguagens do Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo, Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional e Classificação Decimal de Direito para analisar como esses termos eram representados.

Por meio dessa análise, a autora identificou uma série de biases – tendenciosidades – nessas linguagens, como por exemplo: a violência conjugal vista como uma questão apenas de saúde pública, negligenciando os aspectos sociológicos e criminais; a mulher enquanto um tipo específico e o homem como geral (mulheres delinquentes, mulheres casadas, mulheres na ciência etc.); qualificadores de gênero sem a devida necessidade (educação feminina); o sufixo –ismo em lesbianismo, que caracteriza ser uma doença, ao invés de condição afetiva; entre outras (MILANI, 2010).

Buscando aprofundar-se na temática relacionada às linguagens de indexação no que tange aos grupos marginalizados, Pinho (2010) realizou uma análise da representação dos homossexuais masculinos em linguagens brasileiras. O ponto de partida do autor é que as linguagens podem estar carregadas de eufemismos preconceituosos, visto que muitas vezes, principalmente no universo da homossexualidade, elas representam conceitos-tabus e são consideradas impróprias. Esses eufemismos nem sempre estão claros, o que pode revelar uma tentativa de “abafar” o termo ou atribuir-lhe uma perspectiva de politicamente correto. Como exemplo, o autor cita que a expressão “garoto sensível e educado”, dita para referir-se a um homossexual, pode, além de mascarar o que a pessoa realmente quer dizer, ser ofensiva ou irônica para a pessoa referenciada.

Como universo de pesquisa, Pinho (2010) selecionou três das mais importantes linguagens controladas do país, a saber: Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, o Vocabulário Controlado da Universidade de São Paulo e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional. Para realizar a análise, o autor selecionou um grupo de termos oriundos de artigos publicados em revistas científicas de destaque

na temática homossexual – *Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* – e os comparou com os termos utilizados pelas linguagens documentárias.

Como resultados, o autor pôde perceber que grande parte dos termos utilizados pela comunidade representada – aqueles advindos das revistas da área – não se encontra refletido nas linguagens documentárias analisadas. Uma das justificativas para esse fato é que esses termos geralmente são tratados de maneira periférica, sem uma efetiva reflexão sobre sua representatividade. Para Pinho (2010), visto que é impossível representar todo o conhecimento humano, deve-se pelo menos ter em mente a sua pluralidade e, para tanto, os estudos éticos tornam-se especialmente necessários.

Novamente no âmbito axiológico da área, utilizando-se metodologia semelhante a pesquisas anteriores, Guimarães, Milani e Evangelista (2015) expandem o universo de busca para os anos de 1990-1994 e 2005-2012 e incluem também a série *Advances in Knowledge Organization* e os *Proceedings da North American Society for Knowledge Organization*, de maneira a ampliar os resultados de Guimarães et al. (2008) e atualizar esse grupo de valores e problemas. Nessa nova pesquisa, foram incluídos valores como respeito ao propósito específico de cada linguagem de indexação, multiculturalismo, comprometimento com as bases filosóficas da organização da informação e postura mediadora na indexação. Em relação aos problemas, foi possível identificar ainda biases na representação de assunto, falta de comprometimento com a catalogação descritiva, distorção da informação, categorias remanescentes gerando empecilhos ao fluxo informacional.

De maneira a abordar em dois valores específicos, que até então eram vistos apenas como medidas, Evangelista, Simões e Guimarães (2016) realizaram um estudo analisando a exaustividade e a especificidade enquanto valores éticos da organização do conhecimento. Para tanto, foram recuperados artigos das bases de dados B-On, EBSCO e *Search Direct*, da Elsevier, visto que esse estudo foi realizado durante um estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra e estas serem as bases mais relevantes ao nível português.

Dessa forma, identificaram-se variáveis que vêm à tona nesses processos: o número de conceitos extraídos de um documento, a forma e o nível de especificidade que são representados são diretamente proporcionais à informação que pretende representar-se; os níveis de exaustividade e de especificidade concorrem para o impacto

na recuperação informacional; elevados níveis de exaustividade concorrem a uma maior atribuição de termos a um documento, que se fará de acordo com o serviço e o usuário; um elevado nível de especificidade concorre para uma maior precisão do documento; a especificidade pode contribuir para a elaboração de uma rede semântica consistente no que diz respeito a relações hierárquicas; um conjunto significativo de termos específicos atribuídos a um documento expressa de forma mais precisa os conceitos; a articulação entre a exaustividade e a especificidade concorre para uma maior recuperação informacional; a exaustividade corresponde a um nível elevado de revocação; a especificidade corresponde a níveis elevados de precisão; a exaustividade traz regularidade e densidade à indexação; e, por fim, as relações semânticas entre termos-conceitos são identificadas de forma mais precisa a partir de meios intelectuais (EVANGELISTA, SIMÕES, GUIMARÃES; 2016).

De maneira a identificar esses valores éticos, mas no âmbito arquivístico, Silva, Tognoli e Guimarães (2017) realizaram estudo relativo às atividades de descrição e classificação consideradas nucleares para a representação arquivística. Para constatar esses valores, foram recuperados 16 códigos de ética da profissão que compreendiam dez países e uma associação internacional, que, após uma primeira análise – relativa à presença ou não dos termos classificação e representação –, chegou-se a um corpus de análise de dez artigos. Foi, assim, possível identificar, referente ao processo de classificação, valores como: acesso à informação; respeito à proveniência; respeito à ordem original; preservação do valor arquivístico do documento; preservação; conservação; confiabilidade; autenticidade; custódia; e imparcialidade. Na segunda categoria de análise, o processo de descrição, chegou-se a valores como: acesso à informação; respeito à proveniência; respeito à ordem original; preservação; confiabilidade; custódia; e imparcialidade (SILVA; TOGNOLI; GUIMARÃES, 2016).

A preocupação de a linguagem refletir sua comunidade usuária, principalmente no que tange aos usuários homossexuais masculinos, também é objeto de reflexão de Guimarães, Nascimento e Pinho (2017). Os autores abordaram essa realidade na região do Cariri, no interior do Ceará, que, embora seja conhecida por seus hábitos religiosos, possui minoria que foge à normativa heterossexual. De forma a representar essa comunidade até então marginalizada, os termos utilizados por essa população foram categorizados, chegando-se a um total de 815 termos metafóricos, que podem ser divididos em três categorias temáticas: nomes femininos; partes do corpo, geralmente

fazendo referência a órgãos sexuais; e ações geralmente relativas a ações sexuais e traços de personalidade.

Em aspectos linguísticos, os autores perceberam uma forte influência de termos indígenas e estrangeiros e identificaram que as figuras de linguagem constituem uma forma de essa comunidade construir sua identidade, utilizando-se muitas vezes de metáforas, o que é um grande desafio para a ORC (GUIMARÃES; NASCIMENTO; PINHO, 2017).

Posteriormente, os autores, em coautoria com Campbell e Martínez-Ávila, relacionaram esses resultados com a questão do “poder de se autonear”, em alusão ao termo evocado por Olson (2002) “poder de nomear”. Para os autores, esses padrões terminológicos utilizados por essas comunidades reforçam três aspectos: o poder de afirmar sua identidade, o poder de ironizar ou realizar uma crítica social e ainda o poder que evoca a autoproteção dessa população. Esses fatores devem ser considerados no momento da construção de uma linguagem documentária que abarque regiões como a estudada (CAMPBELL et al., 2017).

Esse levantamento bibliográfico se justifica quando é considerada a necessidade de se conhecer o ambiente científico em que se produz, de maneira a reconhecer seus principais autores e tendências de pesquisa. Uma maneira de se evidenciar esses estudos é a partir da identificação de comunidades epistêmicas e seus principais atores.

3 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

De acordo com Barjak (2006), analisar as comunicações científicas de determinado campo é uma condição básica para o desenvolvimento do conhecimento compartilhado por esse grupo. Para o autor, é por meio dessas análises que se identifica como o trabalho de pesquisa é dividido, como os resultados podem ser comparados, e com a oportunidade de réplicas e discussões sobre os dados, o que caracteriza um fluxo de informações.

É baseado nesse contexto que o conceito de Sociologia da Ciência é aplicado, em que a informação científica é tratada como algo de valor, tanto por quem a produz como para quem a recebe e utiliza em outras pesquisas. Quem a produz recebe prestígio e reconhecimento por meio de revisões por pares ou citações, e essa produção é um fator decisivo no momento de requisitar auxílio financeiro para o desenvolvimento de novas pesquisas ou ainda para o compartilhamento dessas informações em eventos científicos. Quem utiliza essas informações é beneficiado por meio de um “conhecimento acumulado”, que poderá subsidiar teoricamente suas pesquisas (BARJAK, 2006).

Para González de Gómez (2015), avaliar qualitativamente a informação científica produzida passa a ser uma necessidade ética, uma vez que a falta de integridade na pesquisa, permeada por práticas fraudulentas, traria consequências sérias. A autora pondera que a pesquisa se desenvolve e intervém em ambientes complexos nos quais permeia uma série de pontos de vista, teorias e conceitos, devendo-se, então, levar em conta o conhecimento em rede e suas formas sociais e epistêmicas.

A autora afirma, que as citações seriam importantes indicadores de validação da ciência, posto que não basta saber os resultados a que uma pesquisa chegou, mas também o que está sendo feito em determinada temática e por quem esse trabalho é realizado. Para cumprir essa validação, os periódicos constituem-se hoje determinantes na produção e socialização do conhecimento. Para tanto, as análises das formas de representação da ciência devem ser refletidas, uma vez que

a análise da inovação e aperfeiçoamento dos dispositivos de representação da ciência, deveria considerar com maior cuidado as mudanças dos contextos normativos e de validação das práticas de produção científica, as quais afetam os pressupostos prévios de

homologia entre certos algoritmos e determinados paradigmas epistêmicos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2013).

Esse processo de qualificação da produção científica resulta no que a autora determina como redes: um grupo de relações significativas de modo a demonstrar a interlocução entre assuntos e questionamentos em um dito estado do conhecimento, ou seja, a relevância de uma determinada investigação se explicita após o surgimento de novas pesquisas e intervenções epistemológicas e empíricas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Jarvie e Agassi (2011) criticam alguns pressupostos que são atribuídos à Sociologia da Ciência, expondo uma visão oposta ao que até então era compreendido como inerente à área. O primeiro pressuposto criticado declara que a autoridade, na ciência, é adquirida por meio de uma construção social e que, portanto, deve ser aceita. Os autores ressaltam que embora o prestígio acadêmico seja atribuído por meio de construções sociais, a autoridade que é atribuída à ciência também é construída por esses meios, da mesma forma que outros sistemas, como o político e o religioso. É por conta de fatores como esses que muitas vezes a população não admite as decisões científicas com confiança ou ainda porque se prefere financiar pesquisas da ciência aplicada, como as tecnologias, do que das ciências puras e humanas.

A crítica atribuída pelos autores a esse pressuposto é que essa autoridade intelectual de fato não existe. O que deve ser explicado por meio da Sociologia da Ciência é a construção das instituições sociais que produzem esse conhecimento por meio de esforços para refutar ideias e para criar novas ideias que irão depois fazer parte de um mercado intelectual que pode ser dividido em mercado inicial, pequeno e reservado, composto por *brainstormings*, propostas de pesquisa, *preprints*; um segundo mercado denominado futuro, em que as ideias com grande impacto continuam a ser difundidas e aquelas com pouco impacto mantêm sua neutralidade ou podem começar a ter sua influência reconhecida; há ainda um terceiro mercado, que é formado pelo público em geral, quando as informações difundidas pelas pesquisas científicas atingem outras camadas da sociedade, como as doenças ensinadas em escolas ou hábitos de higiene recomendados. Considerando esses mercados, para os autores a única autoridade a ser reivindicada é a divisão entre problemas que deveriam de fato ser pesquisados e opiniões não testadas (JARVIE; AGASSI, 2011).

O segundo pressuposto criticado por Jarvie e Agassi (2011) declara que embora a ciência e a tecnologia sejam vistas de maneira conjunta na mente popular, devem ser entendidas de maneira diferente quando considerados seus objetivos, sua organização social e sua estrutura institucional. Para os autores, diferentemente de pesquisas em ciências humanas, os pesquisadores em tecnologia são responsáveis legalmente por seus produtos, possuindo assim uma autoridade não somente intelectual, mas também institucional. Dessa forma, os objetivos, estruturas sociais e a ética dos dois grupos são distintos.

O terceiro pressuposto diz respeito à influência dos fatores socioeconômicos no desenvolvimento científico, que embora possam influenciar, não são suficientes para evidenciar como esse conhecimento social é construído. De acordo com os autores, o cerne dessa influência é como esses fatores intelectuais se desenvolvem, pois “(...) as deficiências de uma teoria explicam a negligência para com a mesma; e são os suplementos e modificações que explicam a mudança para uma recepção positiva” (JARVIE; AGASSI, 2011, p. 54). Uma teoria que é bem recebida não é garantia de que ela não seja posteriormente considerada um fracasso, da mesma forma que uma teoria que em um primeiro momento possa parecer frustrada não significa que em algum momento ela não seja reconhecida como um êxito.

Segundo os autores, atualmente a Sociologia da Ciência se revela tendenciosa e não suficientemente crítica e comprometida com a importância inerente da ciência para a sociedade. É necessário, assim, que se faça uma sociologia preocupada em evidenciar as verdades do mundo sem buscar somente interesses institucionais ou prestígio público (JARVIE; AGASSI, 2011).

Após evidenciar algumas definições de Sociologia da Ciência mais contemporâneas, vê-se necessário resgatar ideias de seus principais autores e precursores dessa teoria. Considerando que não haveria tempo hábil para se aprofundar em todos seus teóricos proeminentes, buscou-se dar destaque àqueles que a pesquisadora considerou fundamentais: Robert Merton – por meio da obra *Ensaio de Sociologia da Ciência*, em que estão reunidos alguns de seus principais trabalhos, Bruno Latour e Stevie Woolgar – *A vida no laboratório*, Pierre Bourdieu – a partir de seu livro *Para uma Sociologia da Ciência* e Thomas Kuhn, baseando-se em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, obra que será usada na interpretação dos resultados da presente pesquisa.

4.1 Robert Merton, “Ensaio de Sociologia da Ciência”

Embora o pioneirismo da Sociologia da Ciência tenha ocorrido com a *Royal Society of London* em meados de 1660, o responsável por sistematizar os estudos desse colégio invisível e começar a construir um conceito para a Sociologia da Ciência foi Robert Merton na década de 1930. O principal argumento do autor é que os interesses religiosos baseados no protestantismo foram um fator primordial para os ingleses fortalecerem os estudos científicos por meio de uma ética puritana, em que pesquisas sobre a natureza evidenciavam as obras divinas.

Além desses princípios, a construção dessa Sociedade também fora baseada no bem-estar social, em que o bem da maioria deveria ser considerado em todas as instâncias, desenvolvendo tecnologias que pudessem ser utilizadas para a dominação da natureza. De acordo com Merton (2013), esses princípios eram baseados em valores éticos intrínsecos à sociedade da época, principalmente apoiados nas ideias do utilitarismo e empirismo, uma inovação para o tempo, visto que no período medieval a ciência era repreendida ou meramente tolerada.

Merton então realiza um trabalho profícuo sobre a origem da Sociedade Real e de como o conhecimento era ali construído e compartilhado posteriormente por meio de seus ensinamentos. Segundo o autor, os membros do principal núcleo da sociedade eram em sua grande maioria clérigos e declaradamente puritanos, o que é destacado pelo autor, considerando que os puritanos não constituíam a maioria da população da época. Esse grupo foi responsável pela construção de diversas academias pelo Reino Unido, difundindo o conhecimento científico baseado não no conhecimento clássico, até então disseminado pelas universidades, mas aquele em que era possível verificar seu utilitarismo (MERTON, 2013).

O estudo de como o conhecimento foi difundido e compartilhado pela Sociedade Real realizado por Merton pode ser considerado a investigação pioneira em Sociologia da Ciência. O autor conseguiu identificar que ainda que os protestantes correspondessem a um terço da população católica, sua presença entre os cientistas era sempre em maior parte (MERTON, 2013).

Em um novo estudo, Merton buscou identificar qual era a relação entre o desenvolvimento científico e tecnológico da Inglaterra, promovido pela Sociedade Real, e como ele pode ter influenciado a ascensão do país no que diz respeito ao

armamentismo. Por meio de problemas técnicos – como fórmulas de velocidade e estabilidade das armas – os membros da sociedade puderam sugerir soluções efetivas e que levaram o país a ser considerado líder no setor. Por intermédio desses estudos, foi possível ainda chegar a novos problemas que despertavam o interesse dos engenheiros da época, tornando as investigações cada vez mais especializadas (MERTON, 2013).

Outro estudo de Merton que merece destaque no contexto da Sociologia da Ciência é a análise, por meio das atas da Sociedade Real, sobre quais temáticas despertavam o interesse de pesquisa na época e quais eram os fatores extrínsecos para a realização dessas investigações. Mediante essa análise, o autor averiguou que as pesquisas possuíam em sua maioria interesse em necessidades socioeconômicas e podiam ser divididas em grupos relacionados com transporte e navegação marítimos, mineração e metalurgia e tecnologia militar. Ainda que os interesses parecessem ser de cunho prático, o autor identificou que grande parte das pesquisas era do campo das ciências puras, com uma minoria de natureza utilitarista. O que cumpre destacar aqui é que por meio de uma análise baseada em registros deixados por uma comunidade como a Sociedade Real, Merton conseguiu identificar quais eram as tendências de pesquisa do período e justificar por que determinados tipos de pesquisa eram utilizados, claramente uma decisão de autoafirmação necessária na época (MERTON, 2013).

Além dos estudos realizados, Merton buscou definir o conceito de Sociologia da Ciência afirmando ser a “(...) dependência do conhecimento em relação à posição social e, em um nível excessivo e estéril, às implicações epistemológicas de tal dependência¹” (MERTON, 2013, p. 95). Como justificativa da importância desse conceito, o autor afirma que o desenvolvimento do conhecimento muitas vezes não pode ser explicado por leis baseadas na observação e na lógica, mas por fatores extrateóricos, que podem determinar a percepção do problema, a formulação teórica, a escolha dos materiais, entre outros.

Para tanto, o autor propõe alguns paradigmas para a Sociologia do Conhecimento: **onde está localizado o existencial das produções mentais** – bases sociais (como posição social, classe, geração, entre outras) e bases culturais (valores, *ethos*, clima de opinião etc.); **quais são as produções mentais sociologicamente analisadas** – esferas de crenças morais, ideologias, categorias de pensamento, entre

¹ Aqui o autor alerta fazer referência ao termo *Seinsverbundenheit des Wissens*, que possui como tradução “o pertencimento existencial do conhecimento”.

outras e aspectos como focos de atenção, nível de abstração, pressuposições etc.; **como as produções mentais relacionam-se com a base existencial** – por meio de relações causais ou funcionais, como determinação, causa, condições necessárias e assim por diante, ou relações simbólicas ou orgânicas, como harmonia, coerência, compatibilidade etc.; **porque funções latentes e manifestas são imputadas a essas produções mentais existencialmente condicionadas** – para manter o poder, promover estabilidade, fornecer motivação etc.; e ainda, **quando se estabelecem as relações imputadas à base existencial e ao conhecimento** – por meio de teorias historicistas e analíticas gerais (MERTON, 2013).

O autor destaca ainda que mudanças na estrutura institucional podem afetar o desenvolvimento científico, sendo muitas vezes responsável por bloquear seu avanço. De acordo com Merton, a hostilidade à ciência pode vir de dois grupos: o primeiro diz respeito à conclusão lógica de que conclusões científicas podem acometer valores importantes da sociedade e o segundo conjunto aborda o “sentimento de incompatibilidade entre os sentimentos incorporados no *ethos* científico e aqueles encontrados em outras instituições” (MERTON, 2013, p. 160).

Conforme o autor salienta, todas as revoluções contra a ciência tiveram por base esses dois grupos, ainda que em diferentes graus e da mesma forma, o reconhecimento científico por parte da sociedade também levou em conta esses fatores. Como exemplo de como essa alteração na estrutura pode afetar o desenvolvimento científico, Merton cita os estados dominantes – em especial o estado nazista na Alemanha – em que caso o conhecimento científico entrasse em conflito com os interesses do estado, suas investigações eram censuradas ou proibidas (MERTON, 2013).

Outro conceito de destaque atribuído a Robert Merton é a definição do Efeito Mateus, que é definido pelo autor como o “reconhecimento pelos pares dos cientistas de grande reputação por suas contribuições particulares em contraste com a minimização ou recusa desse reconhecimento para os cientistas que ainda não deixaram sua marca” (MERTON, 2013, p. 206). Basicamente, o autor faz uma relação com o versículo bíblico de Mateus (13:12 e 25:29) e afirma que aquele pesquisador com maior prestígio acadêmico está suscetível a ter cada vez mais reconhecimento, enquanto que o pesquisador que ainda não está em evidência pode ser ignorado ou esquecido. A melhor forma de analisar esse efeito é por meio de citações e qualidade dos artigos de periódicos científicos.

4.2 Bruno Latour, “A Vida no Laboratório”

Outra obra de grande importância para a Sociologia da Ciência é a do etnólogo Bruno Latour e Stevie Woolgar, *A vida de laboratório*. A pergunta inicial é apresentada pelo primeiro autor, que questiona a falta de uma análise sobre o discurso científico baseada nos princípios etnológicos. Para Latour, as relações compartilhadas no laboratório deveriam ser estudadas considerando sua “(...) cultura, as sociedades e os discursos pré, para ou extracientíficos” e que embora o interesse dos etnólogos tenha sido o estudo sobre costumes exóticos, a técnica da cientificidade ainda é pouco estudada (LATOURE; WOOLGAR, 1997).

A análise foi realizada no Instituto Salk, nos Estados Unidos, liderado pelo pesquisador Roger Guillemin. Os recursos do instituto são financiados pelo governo – por meio de agências como National Institute of Health ou National Science Foundation – e sua legitimidade deve-se ao fato da descoberta de aspectos relacionados a um hormônio denominado TRF (H). Latour passou dois anos realizando a investigação, avaliando qual era a dinâmica de trabalho no laboratório e então se juntou a Woolgar, também pesquisador da etnometodologia, para elaborar a obra.

De acordo com os autores,

Esse livro pretende ser uma observação de primeira mão do trabalho do saber, que utiliza pesquisadores como informantes – com certeza informantes privilegiados, sem usar o que eles dizem para explicar o que fazem. E, no entanto, o livro não se contenta em tratar dos erros ou dos trâmites de suas condutas, mas esforça-se para mostrar, por meio de explicações simétricas, porque, muitas vezes, eles estão certos (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 25).

O livro é dividido por estilos de observadores, desde aquele completamente alheio ao trabalho realizado em laboratórios científicos, passando por um historiador preocupado em estabelecer o fato científico, um etnometodólogo investigando as linguagens específicas utilizadas, um sociólogo clássico e o discurso reunido de todos esses observadores, retratado na última seção.

É salientado pelos autores o conceito de *identificação* em um campo. Para eles essa compreensão é equivalente a participar de um grupo que possui afinidades como “(...) crenças, hábitos, tradições orais e práticas” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 48).

Esse “conjunto de atributos” – ou cultura, na linguagem antropológica – poderia ser entendido ainda como um paradigma, conforme evidenciado por Kuhn (1998) e que será descrito detalhadamente mais à frente.

Os autores ainda evidenciam sobre a importância de os instrumentos utilizados para o desenvolvimento das pesquisas – denominados por eles como “inscritores” – não serem adequadamente levados em consideração. A partir do momento que os processos de elaboração dos produtos são concluídos, não se atenta para os instrumentos necessários para essa conclusão. Na verdade, o que torna esses instrumentos tão importantes “(...) é o fato de que nenhum dos fenômenos aos quais eles se referem existiriam sem eles (...), os fenômenos dependem do material, eles são totalmente constituídos pelos instrumentos utilizados no laboratório” (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 61).

Isso acaba determinando uma configuração particular de utilização desses utensílios, embora existam ferramentas mais necessárias que outras, o que representa a essencialidade desse material é sua utilização em conjunto. É por conta desses fatores que quando um desses equipamentos se danifica ou não há verba suficiente para a compra de novos materiais, o desenvolvimento de pesquisas fica tão comprometido, considerando ainda que muitas vezes alguns desses inscritores são os únicos exemplares em todo o país. Esses inscritores possuem importância ainda mais extrema quando se considera que eles mesmos são produtos de pesquisas anteriores (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Outro ponto destacado pelos autores é o fato da imprescindibilidade dos artigos científicos, entendidos como muito além de meros relatórios das evoluções da pesquisa, e que podem ser definidos como *produtos* dessas investigações. Uma das habilidades desses produtos é seu caráter de persuasão: eles são necessários para convencer sobre a importância da pesquisa desenvolvida, e muitas vezes convencer os próprios pesquisadores da sua legitimidade – não porque estão convencendo outros, mas porque acreditam estar seguindo uma linha de raciocínio e análise de dados sólida (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

São esses documentos a finalidade do trabalho do pesquisador e que irão, posteriormente, legitimá-los enquanto autores. As listas de publicações também possuem sua notoriedade, visto que no laboratório analisado eram proporcionalmente divididas de acordo com o objetivo a ser atingido: em publicações de medicina, quando

o objetivo era se conseguir financiamento por conta da credibilidade das fontes; um segundo gênero voltado a pesquisadores não especializados, com publicações em manuais de nível superior ou conferências ministradas; e um último tipo, caracterizado por possuir um grande número de coautores e responsável por resumir o “estado da arte”, geralmente apresentado em congressos científicos da área (LATOURE; WOOLGAR, 1997).

É geralmente nesse último tipo de publicação que são apresentadas informações inéditas e, por meio de uma conclusão tautológica dos autores, foi possível perceber que o retorno desse financiamento para a publicação de artigos é calculado por meio do interesse nesses materiais por parte dos pesquisadores externos ao laboratório (LATOURE; WOOLGAR, 1997).

Outro aspecto evidenciado pelos autores é o conceito de crédito, que pode ser categorizado em quatro acepções: **uma mercadoria que se pode trocar** – como exemplo, os autores citam uma carta de um dos pesquisadores a outro que permitiu o uso de seus *slides* em uma conferência; **o crédito pode ser dividido** – quando um pesquisador de maior renome inclui outro ainda iniciante em seus trabalhos; **o crédito pode ser roubado** – quando pesquisadores não atribuem o devido crédito a outros que contribuíram para o trabalho; e ainda **o crédito pode ser acumulado ou desperdiçado** – acumulado para o pedido de um financiamento, por exemplo, ou desperdiçado quando publicado em uma publicação de pouca evidência.

Por meio dessas noções, os autores assimilam a ideia com uma série de outros conceitos, como “(...) concessão de crédito, referências profissionais (em inglês, *credential*), o crédito dada às crenças (‘credo’, ‘crível’) e as contas a serem prestadas (‘prestar contas de seus atos’, ‘prestação de contas’, ‘crédito em conta’)” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 270).

4.3 Pierre Bourdieu, “Para uma Sociologia da Ciência”

A próxima obra trabalhada – *Para uma Sociologia da Ciência*, de Pierre Bourdieu – inicia com uma crítica aos estudos até então realizados nesse âmbito. Para o autor, as barreiras enfrentadas para que haja progresso na ciência são essencialmente sociais e, portanto, há necessidade de estudos nessa temática. Para que haja legitimidade na ciência, é preciso que haja lutas sociais, escapando-se de um **discurso justificativo**

da ciência, em que os discursos dominantes são repetidos e aceitos sem reflexão (BOURDIEU, 2001).

A grande crítica do autor aos Mertonianos é a crença de que essas relações científicas e sociológicas estabelecidas nas citações são encaradas de maneira lógica e objetiva: quem é mais citado possui maior conhecimento sobre o assunto. No entanto, a própria teoria difundida por Merton não explicita como são resolvidos os conflitos científicos existentes nessas relações, limitando-se apenas à autojustificação, em um sistema de *reward*, em que os mais produtivos são recompensados e aqueles que ainda não tiveram seu trabalho reconhecido podem seguir por vias alternativas, como carreiras administrativas (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu (2001) também faz duras críticas aos denominados “estudos de laboratório”, como aqueles preconizados por Knorr-Cetina e o acima relacionado trabalho de Latour e Woolgar. Para o autor, o laboratório é um *microcosmo social*, constituído em um espaço em que estão presentes outros laboratórios e relações de hierarquias e esse espaço e posição não devem ser ignorados durante os estudos. Embora as críticas sejam feitas, o autor reconhece a importância desses estudos, visto que buscam aproximar a visão da ciência ao seu contexto de produção e ressaltam práticas condenáveis, como omissão em relatórios, resultados decisivos a partir de experiências equívocas, ou ainda modificação da ordem de realização de experiências, entre outros.

É então que o autor ressalta alguns conceitos elaborados por ele que devem ser considerados no momento dos estudos em Sociologia da Ciência. O primeiro deles é seu conceito de *campo*. Para Bourdieu (2001) faz-se necessário levar em conta as relações objetivas existentes entre os laboratórios e seus pesquisadores, em especial aqueles que lideram essas pesquisas. O campo compreende forças, uma estrutura e relações de tensão para a manutenção ou sua transformação.

Como exemplo desse conceito o autor afirma que os pesquisadores e outras instituições envolvidas – denominadas como fontes de campo – criam, por meio de suas relações, um espaço condicionante que só existe por conta dessas relações. São esses indivíduos que podem deformar o espaço que estão inseridos, estabelecendo uma estrutura em que relações de força são determinadas e exercidas sobre a produção e práticas científicas (BOURDIEU, 2001).

Outro conceito determinante para o autor é o de *capital científico*. Para que essas forças sejam atribuídas, são necessários alguns diferenciais do pesquisador que garantam sua vantagem sobre outros pesquisadores e esses elementos dependem do nível de capital que o cientista possui. Para o autor, esse capital científico pode ser definido como

Espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento. Poder que funciona como forma de crédito, pressupõe a confiança ou a crença dos que o suportam porque estão dispostos (pela sua formação ou pelo próprio fato de pertencer ao campo) a atribuir crédito [...] O dominante é aquele que ocupa na estrutura uma posição tal qual que a estrutura age em seu favor (BOURDIEU, 2001, p. 53).

Nesse contexto, o autor também propõe o conceito de *capital social*, que diz respeito ao conjunto de relações relativamente institucionalizadas de compartilhamento de conhecimentos, ou seja, o senso de pertencimento a um grupo, composto por usuários que possuem afinidades entre si e estão unidos por vínculos permanentes e úteis. O volume do capital social de determinado membro do grupo pode ser medido por meio da extensão dos elos que ele mobiliza e o volume do capital pertencente àqueles a quem ele está vinculado (BOURDIEU, 1980).

Destaca-se ainda o conceito atribuído pelo autor ao termo *disciplina*, que consiste em um campo científico estável e delimitado que já possui denominação reconhecida socialmente e no nível acadêmico – como nas classificações bibliográficas, departamentos universitários ou em congressos científicos. As disciplinas são constituídas por um capital coletivo em que estão presentes métodos, teorias e conceitos de determinada especialidade e que possui delimitação mais ou menos definida, havendo ainda a possibilidade de intersecções entre diferentes disciplinas (BOURDIEU, 2001).

De acordo com o autor, a contribuição do cientista é manifestada por meio de publicações, fornecendo bases teóricas mediante as referências utilizadas e que posteriormente serão ação de reconhecimento público por seus concorrentes. A posição desse cientista na distribuição desse capital é atribuída de acordo com sua contribuição para o avanço da ciência. Ressalta-se ainda que “o campo científico dá crédito aos que já tem”, ou seja, aqueles de maior prestígio receberão maior reconhecimento (BOURDIEU, 2001).

O reconhecimento desse capital também recebe influência de alguns fatores como, por exemplo, a caracterização de seu laboratório enquanto instituição de pesquisa, ou seja, o quão reconhecida é sua universidade ou instituto. O autor destaca ainda a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, em especial em áreas como a física ou a sociologia e de como o capital também afeta como esses recursos serão distribuídos (BOURDIEU, 2001).

O espaço para elaboração de manobras visando o desenvolvimento de estratégias para a transformação dessas relações de poder pode ser encontrado, de acordo com o autor, em diferentes níveis: desde o capital monopolizado, como é o caso de um estudo realizado sobre a Academia de Belas-Artes na época de Monet, até um ordenamento mais igualitário, ainda que ao redor de dominantes – que possuem o poder de impor, tendo vantagens sobre os outros – e os dominados – que para manter sua posição devem se inovar constantemente. O autor ressalta que conhecer essas estruturas de poder pode auxiliar a prever comportamentos prováveis entre esses agentes (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu (2001) evidencia que o pesquisador é, de fato, a materialização de determinado campo científico. Os ofícios desenvolvidos nesse campo, ainda que permeados por técnicas e esquemas, possuem sua especificidade declarada a partir do fato de que essas atividades podem ser aprendidas por meio de fórmulas matemáticas ou ainda por meio da formalização de teorias.

O autor também traz seu conceito de *comunidade*, ou seja, instituições científicas ou corporativas de dado campo científico que possuem composição social e organizacional, de maneira a visar a proteção e garantia dos valores compartilhados pela categoria profissional.

4.4 Thomas Kuhn, “A Estrutura das Revoluções Científicas”

Embora a obra de Thomas Kuhn *A Estrutura das Revoluções Científicas* esteja localizada cronologicamente como anterior às duas últimas obras trabalhadas, decidiu-se por dedicar uma seção apenas a ela devido à sua importância metodológica para a presente pesquisa.

Thomas Kuhn era físico por formação; no entanto, durante um curso experimental realizado ao longo de sua pós-graduação, teve contato pela primeira vez

com a História da Ciência. O curso visava apresentar a ciência física para não cientistas e o autor sentiu-se incomodado com a exposição de “práticas científicas antiquadas”, o que o levou a aprofundar-se mais em seu interesse pela Filosofia da Ciência.

O autor inicia sua obra conceituando o que é ciência de seu ponto de vista, definindo-a como o compilado de teorias e fatos que são disponibilizados por meio de documentos atuais alimentados por cientistas, que com ou sem sucesso formularam elementos para a construção desses documentos. Essa é uma prática crescente, que exemplifica o processo de desenvolvimento constante da ciência. A História da Ciência é, portanto, a disciplina que se dispõe a estudar e registrar esses fenômenos (KUHN, 1998).

Outro conceito importante na obra do autor é a concepção de “ciência normal”, definida por ele como “a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas” (KUHN, 1998, p. 29). Para o autor, essas realizações servirão, por certo período, como base para as práticas dessa comunidade científica, que pode ser compreendida pelo autor enquanto um grupo com treino e experiência comuns, que compartilham regras e critérios de julgamentos, possuindo habilidade para determinar problemas e métodos que serão investigados pelas gerações posteriores de cientistas. Kuhn considera ainda que essas realizações possuem dois atributos primordiais: são originais a ponto de não haver pesquisas anteriores similares e, portanto, atraem um grupo interessado em dar continuidade, e ainda são abertas o bastante para deixar problemas que serão resolvidos por esse novo grupo.

Por meio de uma definição mais objetiva, o autor afirma que

Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente, as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio (KUHN, 1998, p. 220).

O autor denomina as realizações da comunidade científica como “paradigmas” compartilhados pela comunidade científica e que irão preparar os futuros cientistas, agora estudantes, para tornarem-se parte dessa comunidade. Considerando que esses estudantes terão contato com pesquisadores consolidados – que produzem suas

pesquisas tomando por base essas realizações anteriores – suas opiniões sobre pontos fundamentais dificilmente irão entrar em desacordo. Isso pode ser evidenciado na afirmação de Kuhn (1998, p. 30) “homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica” e é esse comprometimento que caracteriza a propriedade de continuidade da ciência normal.

Kuhn (1998) salienta ainda que a aquisição de um paradigma é uma forma de amadurecimento no desenvolvimento dos campos científicos, uma vez que um novo paradigma é trazido em evidência por um grupo capaz de atrair outros praticantes a seguir essa nova concepção. Dessa forma, as teorias mais antigas iniciam um processo de desaparecimento natural, sendo que aqueles pesquisadores que insistem na não adoção do novo paradigma acabam por ter seus trabalhos excluídos.

Sendo assim, o paradigma pode ser considerado “um modelo ou padrão aceito” que se apresentou como a melhor forma de resolução de conflitos encontrados pela comunidade científica até o momento, ainda que haja limitações. A ciência normal passa então a estudar melhor esses paradigmas, buscando manter sempre atual, além de analisar os problemas evidenciados por ele de maneira a garantir um maior conhecimento sobre seus aspectos (KUHN, 1998).

A resolução dos problemas suscitados pelo paradigma é entendida por Kuhn (1998) por meio da metáfora de montagem de quebra-cabeças. Esses problemas surgem para testar a habilidade dos cientistas em encontrar soluções, funcionando inclusive de maneira motivacional para a continuidade do trabalho do pesquisador, de forma a provar seu potencial. Esses problemas que são definidos pelo paradigma – como suscetíveis de solução – serão os problemas encorajados a serem estudados pela comunidade científica em que são apresentados, outros problemas poderão ser considerados metafísicos ou parte de outra disciplina.

Outra analogia ao conceito de quebra-cabeça é a realizada pelo autor no sentido de, da mesma forma que no jogo, a resolução de problemas possui regras. O quebra-cabeça não é meramente a montagem de um quadro, é necessário respeitar regras como a utilização apenas do lado com figuras e que as peças estejam perfeitamente entrelaçadas umas nas outras. Da mesma forma, o autor afirma que na pesquisa científica é necessário compreender regras enquanto concepções prévias e estabelecidas,

identificadas enquanto teorias científicas, conceitos e enunciados de leis aceitos pela comunidade científica (KUHN, 1998).

Essas regras podem ser exemplificadas por meio de uma rede de compromissos, composta por aspectos conceituais, teóricos, metodológicos e instrumentais. Embora o autor afirme que essas regras devem ser altamente determinantes no desenvolvimento da ciência normal, ele também ressalta que a ciência não deve ser inteiramente definida por essas regras, pois “as regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras” (KUHN, 1998, p. 66).

Para se identificar quais são as regras aceitas de uma comunidade científica, apenas determinar quais são seus paradigmas compartilhados é insuficiente. Para tanto, é necessário que o historiador compare esses paradigmas com os relatórios científicos produzidos pelo grupo de investigadores, dessa forma é possível identificar elementos explícitos e implícitos, além de distinguir paradigmas mais globais (KUHN, 1998).

Tendo isso em mente, o autor salienta que não é possível identificar os paradigmas meramente por meio de seu conjunto de regras satisfeitas, e sim analisando as semelhanças que se moldam ao *corpus* científico já adotado pela comunidade científica. Para compreender como os paradigmas são determinantes, ainda que sem a influência de regras, é necessário considerar algumas razões: há uma grande dificuldade em determinar quais foram as regras seguidas pelos cientistas tradicionais ao longo de suas descobertas; as teorias e os conceitos não são aprendidos de maneira isolada, há sempre um contexto temporal e de aplicação; e ainda a existência de paradigmas seguros garante seu funcionamento sem que seja necessária uma racionalização (KUHN, 1998).

Kuhn (1998) também ressalta que os paradigmas são influenciados pelo nível de especialidade da área do conhecimento. As diferentes áreas do conhecimento possuem fontes de conhecimento distintas e, mesmo em áreas semelhantes, a forma como esse conhecimento se dá difere ao longo do processo de aprendizagem, dependendo muito das leituras realizadas durante esse período e cursos frequentados. Dessa forma, quando um paradigma se mostra revolucionário, não precisa necessariamente o ser para todos os membros do campo científico, apenas para aqueles que compõem a especialidade.

Segundo o autor, a concepção de novos fatos e teorias não ocorre de maneira isolada, mas por meio de episódios prolongados que possuem um ciclo regular. Tudo se inicia com a identificação de uma anomalia, definida pelo autor como “o

reconhecimento que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal” (KUHN, 1998, p. 78). A partir daí, busca-se explorar melhor as causas dessa anomalia, até que a teoria do paradigma seja adequada e então, caso mude a visão do cientista, essa anomalia passa a ser um fato científico. É dificultoso atribuir esses fatos a um único indivíduo ou espaço no tempo, impossibilitando estabelecer de maneira fixa esses fatores.

De acordo com Kuhn (1998), o surgimento de novos fenômenos possui três características fundamentais: o reconhecimento da anomalia, o aprofundamento nos planos conceitual e de observação e as possíveis mudanças paradigmáticas, que podem vir acompanhadas de resistência.

Uma vez que a anomalia persiste por um tempo considerável, inicia-se um processo de crise crescente ocorrida pela frustração na resolução do quebra-cabeça. Essa ocorrência precede o surgimento de novas teorias ou alterações das regras vigentes e é o cerne do desenvolvimento de crises científicas. Assim, a crise possui o papel fundamental no desenvolvimento científico, visto que é responsável por forçar a mudança de percepção e a construção de novos instrumentos de pesquisa, o que não ocorre em momentos de estabilidade (KUHN, 1998).

Ainda que essa sensação de crise constante possa desestabilizar os cientistas, eles não abrem mão do paradigma que iniciou a crise e nem da busca por soluções. O paradigma só perde sua credibilidade quando outro surge capaz de substituí-lo. Assim, rejeitar um paradigma significa automaticamente aceitar um novo. Essa capacidade de suportar crises é o que mantém o trabalho dos cientistas. A crise demonstra-se ainda mais necessária, pois nenhum paradigma é capaz de responder a todos os problemas identificados, uma vez que as poucas pesquisas em que isso pareceu possível logo perderam sua relevância para a ciência (KUHN, 1998).

Segundo o autor, a resolução de quebra-cabeças pode ser entendida sob outra perspectiva, enquanto um contraexemplo e um importante motivo para o surgimento de crises. Importantes e tradicionais pesquisas ao longo do tempo foram refutadas, visto que aquilo que os cientistas consideravam um quebra-cabeça resolvido era na realidade um contraexemplo, alterando a perspectiva da pesquisa realizada. No momento em que o paradigma manifesta diversos pontos de vista, o quebra-cabeça torna-se fraco, facilitando o surgimento de novos paradigmas (KUHN, 1998).

Ainda que as crises tenham seu início por meio de anomalias persistentes, não é válido que todo o surgimento de anomalia valha o esforço minucioso. É necessário que se diferencie aquelas que merecem uma atenção e estudo maior por meio de exames que evidenciem questões como: a anomalia questiona as generalizações até então aceitas no paradigma; ela passa a possuir um importante papel prático; ou, ainda, um fato que até então era apenas um incômodo. De acordo com o autor, considerando essas circunstâncias, é possível identificar quando ocorre a transição da ciência normal para uma crise ou ciência extraordinária (KUHN, 1998, p. 114).

Após demonstrar como as crises surgem, o autor declara três possíveis maneiras de concluir essa etapa: encontra-se a solução para o problema evocado pela crise; determina-se ser impossível encontrar a solução, deixando os dilemas para gerações futuras com suficiente instrumental para a resolução; e também a crise termina com a emergência de um novo paradigma. Nesse último caso, o novo paradigma não se reconstrói baseando-se no antigo, mas fazem-se necessárias novas teorias e metodologias a serem utilizadas, ainda que haja coincidências, a forma de ser resolver os problemas será substancialmente modificada e é então que ocorre uma revolução científica (KUHN, 1998).

A escolha do termo pelo autor justifica-se pelo seu sentido na área política: as revoluções ocorrem quando as instituições passam a não corresponder de maneira satisfatória aos problemas encontrados. Da mesma forma, as revoluções científicas ocorrem quando a comunidade científica percebe que o paradigma existente já não funciona de maneira correta na resposta de problemas, esse sentimento “defeituoso” é primordial para que uma crise se inicie (KUHN, 1998).

No momento das revoluções, as visões de mundo são alteradas, ainda que se olhe para os mesmos instrumentos de pesquisa, as perspectivas são outras. Como exemplo, o autor cita a visão da Lua após os estudos de Copérnico, na qual antes o que se acreditava ser um planeta nesse momento passa a ser visto enquanto um satélite. Nesse sentido, as interpretações sobre fenômenos já identificados são alteradas (KUHN, 1998).

Um instrumento de autoridade responsável por evidenciar a existência dessas revoluções são os manuais científicos, textos de divulgação e obras filosóficas, em que são reunidos “um corpo já articulado de problemas, dados e teorias e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica

na época em que esses textos foram escritos” (KUHN, 1998, p. 174). Esses documentos são responsáveis por registrar os resultados das revoluções passadas e demonstrar o percurso da ciência natural.

Considerando os aspectos desses materiais, o autor sugere que a partir do momento em que ocorre uma nova revolução científica, eles deveriam ser atualizados, de maneira a conter um registro histórico das revoluções ocorridas nesse período, demonstrando que na maioria das vezes esse não é um processo linear. Uma vez que essas revoluções não são trazidas à tona por esses documentos, elas tornam-se invisíveis, causando uma falsa impressão de que a ciência chegou a seu nível atual por meio de descobertas pontuais e gradativas (KUHN, 1998).

De acordo com o autor, o progresso da ciência deve-se ao trabalho das comunidades científicas, ainda que em níveis dissemelhantes – a Física tem seu progresso mais expressamente visto que em áreas de humanas, por exemplo. O progresso científico caracteriza-se como o trabalho dessas comunidades por meio do estudo de um paradigma ou grupo de paradigmas relacionados de maneira rigorosa. No entanto, durante o período revolucionário, em que as disciplinas são questionadas, esse progresso fica nebuloso, podendo ser percebido apenas durante a fase de ciência normal (KUHN, 1998).

Contudo, o fim das revoluções científicas é justamente o progresso científico, em que uma das teorias acaba sendo definida enquanto um novo paradigma, triunfando sobre outra teoria utilizada anteriormente. Dessa forma, a existência da ciência se deve à escolha dos paradigmas por essas comunidades científicas, ou seja, os problemas e tendências de pesquisa definidos como primordiais naquele momento pelo grupo.

Essas comunidades possuem algumas características que são definidas pelo autor como, por exemplo, preocupação com a resolução dos problemas da natureza que ainda que possuam dimensão global, devem ser analisados de maneira muito específica. Além disso, as soluções encontradas não podem corresponder às expectativas apenas do cientista, mas aceitas pela maioria dos membros da comunidade composta por profissionais correlatos. Por meio dessas comunidades, é possível identificar com precisão como os problemas suscitados pelos paradigmas foram resolvidos (KUHN, 1998).

Outra característica dessas comunidades é o fato de verem a si mesmas e pelos outros enquanto encarregadas da busca por um grupo de objetivos em comum, como,

por exemplo, a educação das gerações de cientistas posteriores. Essas comunidades são descritas ainda pelo autor como “produtoras e legitimadoras do conhecimento científico” (KUHN, 1998, p. 222).

A partir do exposto, buscou-se na próxima seção ir, de maneira mais específica, ao estudo de comunidades epistêmicas como uma das propostas de análise sociológica da ciência. É importante ressaltar a convergência entre os trabalhos de Kuhn e a presença de seus conceitos no estudo dessas comunidades, de modo a auxiliar no reconhecimento de paradigmas e revoluções científicas. De maneira a elucidar esses aspectos, a próxima seção apresenta os principais trabalhos em comunidades epistêmicas, seu contexto de surgimento e quais são seus conceitos.

3 COMUNIDADES EPISTÊMICAS

O conceito de comunidades epistêmicas foi utilizado pela primeira vez pelo sociólogo alemão Burkart Holzner em seu livro *Reality Construction in Society*, de 1968. No entanto, foi a partir de um fascículo da revista *International Organization*, de 1992, que o conceito se expandiu, principalmente por conta de Peter Haas, estudioso do conceito e que se preocupou em escrever sobre o que abrange o referido termo. A noção de comunidades epistêmicas foi utilizada majoritariamente em áreas como política internacional – em especial no controle de armamentos e em princípios ecológicos e em desenvolvimento organizacional –, a presente pesquisa acredita que esse conceito pode ser bem empregado na Ciência da Informação, em especial na Organização e Representação do Conhecimento (CROSS, 2013; HÅKANSON, 2010).

Um dos mais proeminentes estudiosos desse conceito é Peter Haas, cujas ideias resgatam em um artigo na *International Organization*, busca sistematizar e interpretar o termo. Para o autor, comunidades epistêmicas podem ser definidas como “(...) uma rede de profissionais com reconhecida *expertise* e competência em um domínio em particular, com autoridade e conhecimento relevante em políticas dentro desse domínio ou área” (HAAS, 1992, p. 3, tradução nossa). Para Haas, essa abordagem de análise permite identificar como redes de especialistas em determinado domínio agem diante dos problemas enfrentados pela área, confirmando o poder implícito no controle do conhecimento e da informação, além de demonstrar novos padrões de comportamento verificados na difusão de novas ideias.

Ainda segundo o autor, essas comunidades podem ser compostas por diferentes profissões, mas devem compartilhar: um conjunto de normativas e princípios baseados nos valores da comunidade; crenças causais derivadas da prática e que serão utilizadas posteriormente para possíveis ações políticas ou resultados desejados; noções de validade como critérios definidos internamente para avaliar e validar o conhecimento no domínio; e por fim uma política em comum, em que práticas associadas a um grupo de problemas no domínio da competência profissional da comunidade são destacadas para alcançar como consequência o bem-estar humano (HAAS, 1992).

Essas comunidades emergem por meio de uma demanda de informação, em que especialistas se propõem a prover estudos sobre o tema, transformando-se em

importantes atores em âmbitos nacional e internacional e que passam a influenciar e ser solicitados por aqueles que tomam decisões no domínio, institucionalizando suas influências. Da mesma forma, essas comunidades podem auxiliar na formação e preservação de instituições dedicadas ao âmbito de estudo (HAAS, 1992).

Haas (1992) afirma ainda que, por meio dessa abordagem, é possível verificar cooperações independentes de níveis de poder, declarando que a comunidade científica valida e dá crédito aos estudos realizados na temática, proporcionando que sejam estabelecidos *links* entre os assuntos estudados, evitando comprometer decisões futuras. No entanto, o autor alega que muitas vezes os responsáveis por decisões no âmbito de estudo deixam de reconhecer a importância dessas comunidades, geralmente porque os estudos podem ir contra políticas ou atitudes até então tomadas, o que é comum nos avanços científicos. Além disso, esses responsáveis podem sentir sua autoridade abalada, considerando que decisões como as supracitadas podem ir contra os interesses políticos da comunidade (HAAS, 1992).

Diante dessas incertezas, o autor argumenta por que ainda assim as comunidades epistêmicas devem ser consultadas: diante de crises, os especialistas podem elucidar as razões e circunstâncias que levaram aos embates e fornecer conselhos sobre as diversas formas de agir; pode-se esclarecer a natureza de conexões entre assuntos e eventos que podem auxiliar na tomada de decisões ou estabelecimento de políticas; podem auxiliar a definir os interesses das instituições, redefinindo interesses antigos ou identificando novos interesses; e, por fim, auxiliam em formular e selecionar políticas que apoiem decisões futuras (HAAS, 1992).

Essas comunidades determinam os limites e delimitam as opções. Essa autoridade para o estabelecimento de políticas no domínio deve-se justamente ao fato de seu conhecimento na temática. Embora as noções de validade e crenças sejam comuns às metodologias das ciências naturais, o autor afirma que a composição desses grupos depende apenas do estudo em determinado corpo do conhecimento, que possui reivindicação por parte da sociedade enquanto área valorizada e necessária de estudo e essas noções e crenças podem ser verificadas por meio da natureza social ou dos processos desenvolvidos, métodos analíticos ou técnicas apropriadas aos domínios (HAAS, 1992).

Haas (1992) ainda afirma que os encontros dos participantes dessa comunidade não precisam ser realizados a partir de encontros regulares e formais, ainda mais

considerando o caráter transnacional² dos integrantes. A produção científica compartilhada por esses membros durante eventos de interesses mútuos são propagadas e difundidas posteriormente por aqueles que foram influenciados por essas ideias por meio de citações e, dessa forma, causando o que o autor denomina de “impacto sistemático”. Por conta dessa extensa difusão, comunidades transnacionais tendem a ser mais intensas e sustentáveis do que aquelas desenvolvidas de maneira mais local.

Distinguindo as comunidades epistêmicas de meros grupos de profissionais ou comunidade científica, o autor afirma que embora essas categorias também possuam abordagens similares e uma base de conhecimento consensual, eles podem possuir diferentes comprometimentos e normativas. Nas comunidades epistêmicas, os compromissos éticos não são expostos por meio de um código, mas surgem de acordo com os princípios do problema em questão, buscando valores e crenças perseguidos pela sociedade em que estão inseridas. Um exemplo dessas características referidas pelo autor é que, embora os bibliotecários sejam profissionais de determinada categoria, há subgrupos desses profissionais, como aqueles preocupados com as questões éticas e sociais que refletem nas atividades desenvolvidas, que compartilham crenças, pontos de vista e ideais similares, visando à resolução de problemas identificados (HAAS, 1992).

A solidariedade entre os participantes da comunidade não está apenas no compartilhamento de crenças casuais, princípios para o desenvolvimento de políticas ou interesses mútuos, mas também no compartilhamento de aversões baseadas em relutância a políticas e princípios considerados inaceitáveis pela comunidade. Essa solidariedade também é fortalecida por meio dos laços institucionais, redes informais de compartilhamento – como colégios invisíveis e práticas políticas, esses ambientes são responsáveis por estruturar a troca de informação e encontrar apoio moral para suas crenças (HAAS, 1992).

Peter Haas (1992) ainda reforça que nossa realidade é socialmente construída por meio de suposições e experiências prévias e, portanto, validar as diferentes visões de mundo torna-se um desafio, principalmente em relação a construções de mundo mais radicais. Dessa forma, não é possível alcançar uma objetividade na realidade, a

² Transnacional é aqui compreendido pelo autor como se os preceitos difundidos pela comunidade fosse visto de uma maneira mais extensa que apenas localmente, mas que os membros também fossem ouvidos em um nível internacional. Sendo assim, os membros dessa comunidade transformam-se em importantes atores nas tomadas de decisão nacional e internacionalmente, em que seus conhecimentos são solicitados independente de sua localização geográfica.

construção e representação do objeto ocorrem de maneira conjunta com a subjetividade, independentemente dos espaços sociais nos quais essa construção é realizada. O foco da comunidade epistêmica é, portanto, identificar o consenso entre essas diferentes realidades e como o conhecimento é difundido por meio de diferentes atores.

De acordo com Adler e Haas (1992), que estudaram as comunidades epistêmicas no âmbito da cooperação internacional, essa abordagem é um “método pluralista”, em que é possível verificar a interpretação coletiva sobre determinado assunto. Os autores afirmam que as relações internacionais devem ser compreendidas além de apenas discursos ou hábitos, a maneira como instituições e pessoas interpretam fenômenos e suas estruturas possui o poder de influenciar esses relacionamentos. Dessa maneira, os autores ressaltam que em estudos de comunidades epistêmicas reconhece-se uma ontologia composta por aspectos históricos, fatores interpretativos e padrões estruturais, esclarecendo as alterações dos fenômenos de forma dinâmica e baseada em uma epistemologia intersubjetiva³.

Por conta dessas características, as comunidades são determinadas de acordo com o tempo e espaço definidos pelo problema estudado; e quanto maior a extensão dessas comunidades, envolvendo atores de países diversos, maior será sua influência em atribuir valores e práticas e em motivar que outras pessoas se dediquem a compor essas comunidades (ADLER; HAAS, 1992).

Os autores ainda se utilizam da metáfora da evolução para evidenciar os aspectos das comunidades epistêmicas em um processo composto por inovações intelectuais produzidas pelas comunidades, instituições a que essas comunidades pertencem e processos políticos empregados para tomada de futuras decisões. O impacto desse processo é posteriormente verificado pela inclusão dos membros da comunidade no desenvolvimento de políticas e na persuasão para convencer participantes externos sobre a correção de conduta (ADLER; HAAS, 1992).

Nesse sentido e em alusão ao que Haas anteriormente propôs sobre a importância das comunidades para determinação do problema de pesquisa, reflete-se aqui que as comunidades epistêmicas surgem a partir de um problema evidenciado no

³ Para os autores, o conceito de “epistemologia intersubjetiva” deve ser compreendido como algo além que meras reflexões dos discursos e hábitos, mas que a maneira como os indivíduos e instituições representam os fenômenos e estruturas também deve ser considerada. Sendo assim, o foco exclusivo no discurso e nas palavras é rejeitado, mas o contexto epistemológico e ontológico dos objetos que são comumente associados deve ser refletido.

domínio como um todo e que são elas que determinam aqueles que fazem jus à dedicação da comunidade em sua resolução, por meio de pesquisas e discussões sobre políticas e sistemas. Essa noção muito se aproxima com o ciclo helicoidal do conhecimento, uma vez que não possui um fim em si – a partir do momento que os problemas são em alguma medida superados, novas questões surgem e assim sucessivamente.

Adler (1992) aplica o conceito de comunidades epistêmicas no controle de armamento e verifica que o termo pode ser aplicado para organizar, estruturar e coordenar a atuação internacional de acordo com práticas em comum que estruturam e dão sentido a mudanças. O autor também concorda que as cooperações internacionais são estabelecidas em encontros transnacionais, em que pesquisadores de prestígio de países diversos reúnem-se para discutir suas perspectivas sobre problemas em comum. Para Adler, o sucesso dessas comunidades está diretamente relacionado ao contingente histórico, proporcionado pela tecnologia utilizada, a distribuição de poder, a política nacional, estruturas administrativas, economia e eventos militares, e conforme esses aspectos se alteram, ocorrências até então consideradas insignificantes podem adquirir caráter político.

Ainda de acordo com Adler (1992), a validade dessas cooperações irá derivar da presença de expectativas compartilhadas por uma comunidade epistêmica, de expectativas de práticas de governo para o avanço de interesses nacionais e o cumprimento dessas expectativas difundidas entre as nações como um fundamento epistêmico para relacionamentos entre países.

Segundo Adler (1992), a comunidade será composta, portanto, de associações informais entre cientistas e profissionais que por razões intelectuais, ideológicas ou políticas adotaram abordagens similares para a resolução de um problema, apesar das possíveis diferenças entre os membros. Os participantes da comunidade conhecem-se bem, encontram-se frequentemente em debates e mesas-redondas e, em alguns casos, são colegas em universidades próximas e aprenderam um com o outro sobre as questões pesquisadas.

De acordo com Meyer e Molyneux-Hodgson (2010), a ciência é uma “arte coletiva” e essas comunidades preocupam-se justamente em como o conhecimento científico é produzido e disseminado, e compartilham certa fé nos métodos científicos enquanto produtores de verdades. O conhecimento produzido por essa comunidade deve

ter condições de ser utilizado pela sociedade e possui propriedade conectiva, ou seja, estabelece relação não apenas entre pessoas, mas entre assuntos e documentos, pessoas e lugares, individualidade e coletividade. Essas conexões podem ocorrer mediante publicações, periódicos, conferências, *sites* e comitês, pois é nesses espaços que as comunidades epistêmicas se tornam explícitas, identidades são demarcadas e o senso de pertencimento é evocado.

Outro aspecto das comunidades epistêmicas evidenciado pelas autoras é a perspectiva de “alvos móveis”, essas comunidades não são estáticas e nem possuem espaços fixos, a investigação não deve focar na essência das comunidades ou como surgiram, mas sim em sua dinamicidade e em seus diversos modos de organização e existência (MEYER; MOLYNEUX-HODGSON, 2010).

Analisando os trabalhos da temática, as autoras estabelecem quatro características básicas para as comunidades epistêmicas: elas **agem** com o conhecimento – eles produzem, divulgam e controlam o conhecimento; essas comunidades são estáveis e realizadas de acordo com as demandas da comunidade; elas são dinâmicas e se alteram conforme as possibilidades, alterações temporais e intensidades de interação; além de produzir objetos de conhecimento, elas também são responsáveis por render produtores de conhecimento, configurando e articulando futuros especialistas para compor as comunidades (MEYER; MOLYNEUX-HODGSON, 2010).

Cross (2012) chama a atenção para o uso desse conceito em um mundo globalizado como o atual, em que esses especialistas podem não apenas influenciar governos, mas também indivíduos com autoridade para a tomada de decisões, transformando conhecimento em poder. Essas comunidades possuem diferentes níveis de influência, e quanto mais coesa for, maior será seu domínio em decisões políticas. O autor conceitua o termo como “*networks of experts who persuade others of their shared causal beliefs and policy goals by virtue of their professional knowledge. Their policy goals must derive from their expert knowledge (...)*” (CROSS, 2012, p. 142).

Distinguindo o termo de redes informais, Cross (1997) já afirmava que comunidades epistêmicas são mais diretas e preocupam-se não com benefícios individuais, mas coletivos de acordo com o objetivo do grupo. Comunidades epistêmicas vão além de apenas compartilhar algum conhecimento ou discussões casuais, elas ainda possuem normas, crenças, pontos de vista, regras comportamentais,

expectativas, intenções e testes de validade em comum, visando ações que resultem no objetivo que pretendem alcançar, fundamentadas no conhecimento de autoridades no assunto – esse conhecimento é o ponto essencial do poder e influência das comunidades.

De acordo com o autor, esses objetivos sempre possuem motivações sociais, como direitos humanos ou preservação ambiental, utilizando-se da influência externa para promover a mudança em padrões domésticos. Embora as comunidades epistêmicas não se localizem apenas em uma perspectiva política, uma de suas premissas básicas é que os estados avançam mais trabalhando de maneira conjunta do que separados. Outro ponto importante apontado pelo autor sobre o desenvolvimento dessas comunidades diz respeito à concordância sobre a interpretação dos dados de pesquisa, pois os membros devem estar de acordo com os métodos utilizados para essa interpretação (CROSS, 1997).

Cross (1997) apresenta uma estrutura de análise dessas comunidades conforme a descrição de seus objetivos e características realizada anteriormente. A estrutura é apresentada na figura a seguir.

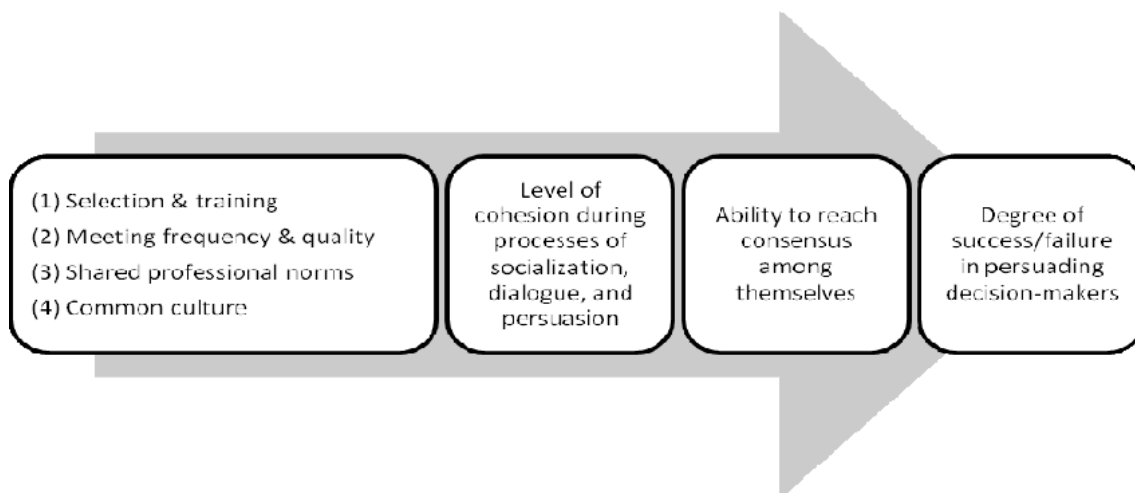


Figura 1 – *Epistemic communities framework of analysis* (CROSS, 1997)

Para o autor, o que define se uma comunidade epistêmica é “fraca” ou “forte” são fatores como coesão interna – e a cooperação internacional afeta positivamente esse fator, autoridade no assunto e habilidade de persuasão. Cross (1997) declara que a primeira característica descrita – seleção e treinamento – possui mais relação com o surgimento das comunidades do que com sua continuidade, a seleção ocorre no

momento em que os indivíduos embarcam em suas profissões e novamente em eventuais promoções e o treinamento, durante todo o percurso do indivíduo, de maneira formal, informal e de acordo com sua experiência.

A segunda característica descrita – encontros frequentes e de qualidade – reforça o compartilhamento de normas e culturas dentro da comunidade epistêmica, além de formar laços de cooperação entre os membros. O terceiro aspecto – compartilhar normas profissionais – consiste no compartilhamento de protocolos, processos e normas consensuais de maneira a articular as práticas dos membros da comunidade. A última propriedade – cultura comum – faz referência à identidade, simbolismo, senso de propósito, devoção aos objetivos do grupo e noção de companheirismo que os membros da comunidade compartilham (CROSS, 1997).

Levando em consideração esses fatores, o autor afirma, com propriedade que

Conhecimento é uma fonte de poder e poder influencia relações internacionais de maneira profunda (...) se o conhecimento não é organizado de uma forma além do nível individual e não é modelado a partir de um consenso coerente, ele terá pouco impacto. Dessa forma, comunidades epistêmicas podem auxiliar a entender quando e porquê o conhecimento se transforma em poder (CROSS, 1997, p. 40, tradução nossa).

O conhecimento tácito⁴ também pode influenciar como as informações são compartilhadas dentro da comunidade epistêmica, levando em consideração que esse conhecimento é totalmente contextual e depende dos objetivos da comunidade para se tornar relevante. Dessa forma, os indivíduos que compõem a comunidade possuem quadros de referência (inferimos aqui, que o autor diz respeito aos referenciais teóricos e estudos de caso compartilhados pela comunidade) e sistemas de orientação semelhantes, adquiridos por meio de socializações e treinamentos formais ou experiências na rotina de trabalho (HÅKANSON, 2010).

Håkanson (2010) também procura definir o conceito declarando que as comunidades epistêmicas podem ser compreendidas como um grupo de pessoas que domina as teorias, códigos (como linguagens de especialização) e ferramentas de uma determinada prática. Para o autor, esses três elementos são essenciais para a delimitação

⁴ O autor toma como base o conceito conhecimento tácito como a extensão com que esse conhecimento foi ou tem sido articulado e codificado, que é repassado aos outros membros a partir de interações face-a-face. Para Håkanson, a importância desse conhecimento se deve ao fato de ser incorporado a práticas individuais e organizationais, sendo ainda inimitável e apropriado a determinadas funções.

de uma comunidade e referem-se aos quadros de referência que tornam possível a troca de informações entre os participantes, aos símbolos utilizados pela comunidade para se comunicar – como linguagens de especialização, fórmulas matemáticas, imagens e gráficos – e as ferramentas que permitem analisar os fenômenos estudados.

Para o autor, essas comunidades ocorrem independentemente de os membros residirem no mesmo país ou de se encontrarem frequentemente e que devem ser consideradas significantes, pois elas afetam a maneira com que o conhecimento é compartilhado. Além disso, as comunidades epistêmicas trazem identidade e prestígio aos seus membros, certificando-os como referência em seu âmbito de pesquisa (HÅKANSON, 2010).

Ainda de acordo com o autor, há quatro tipos de processos de conhecimento que podem ser evidenciados *dentro* de comunidades epistêmicas e *entre* comunidades epistêmicas. Em relação ao primeiro caso, há a *articulação* do conhecimento tácito para os códigos, teorias e ferramentas e a *replicação*, em que há a transferência ou a reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, a importância da orientação científica se dá pelo compartilhamento desses conhecimentos de maneira fundamentada, confiável e disponibilizada para eventuais avaliações entre os pares. Na articulação há um esforço dos membros em cooperar para um objetivo da comunidade, como no desenvolvimento de um *software* ou de uma política para um departamento universitário. Na replicação o conhecimento adquirido é reproduzido e transmitido por meio de um código ou livro (HÅKANSON, 2010).

Em relação aos processos de conhecimento entre comunidades epistêmicas, há a *integração* desses conhecimentos entre diferentes comunidades, em que uma perspectiva é adotada como parte do saber e a combinação, em que os conhecimentos integrados alteram as concepções dos participantes da comunidade. Esses dois tipos de processos ocorrem quando as comunidades epistêmicas não estão familiarizadas com as teorias, códigos e ferramentas uma da outra (HÅKANSON, 2010).

Um exemplo do uso efetivo dessas comunidades foi dado por Haas (1989) para o desenvolvimento de um plano para o controle de poluição no Mar Mediterrâneo. Conforme o autor, o ponto mais importante para a colaboração dessas comunidades é que o objetivo é alcançado mesmo quando não corresponde ao interesse a curto prazo dos que desenvolvem as políticas, ou há antipatia política entre os participantes das nações. Há ainda o fato de que se as sugestões dadas pela comunidade são acatadas, o

regime adotado irá fortificar-se e cumprido, e essa comunidade possui maiores chances de ser consultada em crises futuras.

O *Mediterranean Action Plan* foi um projeto elaborado por ecologistas e cientistas marinhos para que países da costa mediterrânea diminuíssem a emissão de poluentes e detritos jogados no mar de forma a preservar a natureza marinha. Os participantes da comunidade possuíam crenças similares a respeito da severidade dos poluentes e a necessidade de preservar o meio ambiente e o plano continha políticas para o controle de poluição e informações e pesquisas necessárias para estabelecer a relação entre as causas poluentes e as atividades econômicas desenvolvidas pelos países participantes por meio de uma visão ecossistêmica (HAAS, 1989).

A comunidade epistêmica era composta por oficiais do governo de vários países e uma variedade de profissões – como engenharia, física, oceanografia, microbiologia, planejamento urbano, entre outras. Esses indivíduos encontravam-se em conferências bianuais para a discussão de técnicas e para fortalecer laços de cooperação; as pesquisas eram ainda divulgadas em periódicos da área. Os princípios políticos e crenças dessa comunidade giravam em torno de auxiliar e intervir domesticamente para proteger o meio ambiente e o plano desenvolvido foi então composto por um conjunto de princípios baseado em relações de causa-efeito (HAAS, 1992).

A comunidade epistêmica foi responsável por influenciar na aceitação do plano por países como Argélia e Egito, que desconfiados das motivações políticas de países como a França, sentiam-se reticentes na adoção do plano. Ainda como resultado do plano, foi possível não apenas desenvolver políticas para controlar o uso de poluentes, como também previu ações em potencial que poderiam degradar o meio ambiente (HAAS, 1992).

Para Cross (1997), a noção de comunidade científica proposta por Thomas Kuhn em 1962 é um dos pontos iniciais para o desenvolvimento do conceito de comunidades epistêmicas. O autor afirma que essas comunidades podem surgir de posições burocráticas e tecnocratas e são conectadas por meio de paradigmas. Essa proximidade é ainda evidenciada uma vez que Kuhn também salienta que esses paradigmas apresentam um conjunto de normas, valores e práticas compreendidos pela comunidade.

Essa proximidade também é salientada por Meyer e Molyneux-Hodgson (2010), que ressaltam que para Kuhn, para ser aceito enquanto cientista é necessário que se aceite trabalhar com um paradigma e que são esses paradigmas, revelados por meio de

textos, leituras e exercícios, que são responsáveis por inserir estudantes em comunidades científicas.

Sabe-se que a trajetória de pesquisa das comunidades epistêmicas na organização do conhecimento já foi iniciada por trabalhos como Guimarães, Martínez-Avila e Alves (2015), Martínez-Avila, Guimarães e Evangelista (2017) e Martínez-Avila et al. (2018). A presente tese objetiva sistematizar melhor esse conceito na organização e representação do conhecimento, principalmente no que tange aos estudos éticos desse campo.

Para presente pesquisa, consideramos que as comunidades epistêmicas compartilham mais do que conhecimento, mas valores, visões de mundo e comprometimento com causas específicas. Dessa forma, as comunidades devem ser vistas sob duas perspectivas: de maneira específica, inserida em um domínio particular e ainda, de maneira multidisciplinar, ou seja, sua intersecção com outros domínios que também abordam temáticas semelhantes.

O fato de auxiliar na socialização do conhecimento e no desenvolvimento de novas pesquisas caracteriza o grande poder que as comunidades epistêmicas possuem. No entanto, esse poder acompanha também o grande perigo que essa influência pode provocar, considerando que esse grupo é responsável por determinar problemas de pesquisa e agir com autoridade na resolução desses problemas.

É possível perceber a similaridade entre o conceito de comunidades científicas para Kuhn e o conceito de comunidades epistêmicas. Dessa forma, destaca-se a convergência dos trabalhos de Kuhn com os objetivos da presente pesquisa: identificar as comunidades epistêmicas no âmbito da Ética em Organização do Conhecimento e ainda, conforme proposto por Kuhn, registrar quais foram as principais revoluções científicas nesse âmbito desde o início de suas publicações. Para consecução desses objetivos, seguiu-se critérios metodológicos como apresentado a seguir.

5. METODOLOGIA

A presente seção busca expor quais serão os métodos, instrumentos e técnicas a serem utilizados, de maneira a demonstrar os caminhos a serem percorridos para que se possa recuperar o *corpus* de maneira consistente. De caráter descritivo, a pesquisa está focada em resgatar, interpretar e registrar fenômenos, em especial aqueles que ocorrem por meio do conhecimento socializado e que podem influenciar na construção de novos conhecimentos, caracterizando comunidades epistêmicas. Para tanto, está centrada em materiais bibliográficos, compreendidos enquanto fontes de registro desses referidos conhecimentos (MARCONI, LAKATOS, 2008).

Em um primeiro momento foi realizada uma minuciosa revisão de literatura, buscando trabalhos de teóricos relevantes na temática Ética em Organização do Conhecimento, Sociologia da Ciência e Comunidades Epistêmicas. Essas pesquisas foram utilizadas para a construção das primeiras seções da presente tese, buscando respaldá-la teoricamente, além de posicioná-la no domínio estudado.

Posteriormente, foi realizada a etapa empírica da pesquisa mediante a coleta e análise dos dados recuperados. Optou-se metodologicamente pela recuperação de documentos exclusivamente do tipo artigo científico, produzidos no âmbito da Ciência da Informação. Aliando-se à revisão de literatura elaborada anteriormente, buscou-se analisar os artigos recuperados de maneira a identificar as possíveis comunidades epistêmicas que ocorrem nesse contexto.

Nas próximas subseções, descrevem-se mais detalhadamente os critérios que foram utilizados para a recuperação do *corpus*, além da descrição das fontes e métodos empregados na análise dos dados.

5.1 Critérios considerados na coleta de dados

Conforme já mencionado, foram utilizados, na análise, apenas artigos científicos. A busca nas bases de dados foi realizada por meio da opção *busca avançada*, que permite a combinação de termos e utilização de operadores booleanos,

além de possibilitar que se limite a busca nas partes de maior conteúdo informacional dos artigos, como título, resumo e palavras-chave.

Essa busca deu-se por meio de duas fases distintas: a primeira, realizada até o período da qualificação da presente tese, demonstrou-se carente na recuperação de artigos que pudessem representar o universo estudado. Dessa forma, conforme recomendação da banca buscou-se ampliar o número de termos de pesquisa, de maneira assim a obter um maior número de documentos a serem objetos de análise, respaldando substancial a pesquisa. Essas fases caracterizam-se da seguinte forma:

1ª fase de recuperação de dados

Em um primeiro momento, utilizou-se a seguinte equação de pesquisa: [ethic* AND (“knowledge organization” OR “knowledge organisation” OR “information organization” OR “information organisation”)]. No entanto, a partir dos dados recuperados, verificou-se uma lacuna de artigos e autores considerados pela pesquisadora de extrema importância para o universo estudado.

Pesquisadores como Hope Olson, Melissa Adler e Melodie Fox ficaram de fora do grupo de autores analisados, mesmo que considerados pela autora da tese como de proeminência para a área de estudo. Percebeu-se então, que ainda que os artigos desses pesquisadores encontrem-se inseridos na dimensão ética e social da Organização do Conhecimento, muitas vezes os autores utilizavam-se de outros termos para representar suas pesquisas.

Outro déficit dessa primeira equação de pesquisa utilizada é o fato da presença de investigações em processos e sistemas de Organização do Conhecimento e dessa forma, as pesquisas eram representadas por termos mais específicos – como estudos em classificação ou catalogação, e não eram empregados termos mais gerais como o próprio nome da área – Organização do Conhecimento.

2ª fase de recuperação de dados

De maneira a ampliar o corpus, decidiu-se basear-se em artigo escrito por Wang (2019). A autora buscou identificar qual é o panorama de pesquisa no âmbito dos estudos éticos em Organização do Conhecimento. Para tanto, realizou busca nas bases de dados Web of Science e Library, Information Science and Technology Abstracts (LISTA) por meio dos termos “*cultur**” “*ethic**”, “*moral*”, “*ethos*”, “*sex*”, “*gender*”,

“*homosexual**”, “*queer*”, “*feminism*” and “*feminist*” combinados aos termos “*knowledge organization*”, “*knowledge organisation*”, “*information organization*”, “*information organisation*”, “*classification*”, “*taxonomy*”, “*catalog**” “*metadata*” and “*ontology*”, de modo a representar o universo da Organização do Conhecimento.

Esses termos foram então incluídos em uma nova equação de pesquisa, de maneira a adicionar um maior número de pesquisas no corpus de análise. A única exceção foi o termo “*cultur**”, uma vez que é descrito de maneira muito abrangente, estando presente em artigos de diversas temáticas, já que é elemento caracterizador da construção e aplicação de sistemas de organização do conhecimento.

Adicionalmente a esse grupo de termos, achou-se pertinente incluir os termos “*racism*” e “*race*”, uma vez que analisar os preconceitos e racismos expressos, em especial, nos sistemas de organização do conhecimento, é um dos pontos elementares da presente pesquisa. Também incluiu-se o termo “*indexing*” no âmbito dos termos em organização do conhecimento, uma vez que essa é uma atividade primordial na representação documentária e que não estava contemplada no grupo de termos de Wang (2019).

A opção dos termos no idioma inglês dá-se pela representatividade da língua na produção de conhecimento nessa temática, além de que ainda que os artigos tivessem sido escritos em outro idioma, eram indexados pela base de dados por meio de termos em inglês. Quando o mesmo artigo foi recuperado em diferentes bases de dados, foram tabulados e analisados apenas uma única vez.

Outro parâmetro utilizado para a seleção do *corpus* é aquele proposto por Abad García (2005), baseando-se em trabalhos de Saracevic (1996), denominado como critério de relevância ao usuário. Para tanto, a autora expõe quatro aspectos desse tipo de critério: *relevância do conteúdo*, em que o documento será julgado apenas pelos conteúdos expressos nele; *pertinência*, em que os conteúdos do documento e as necessidades informacionais da busca serão considerados de maneira conjunta; *relevância situacional*, que relaciona o conteúdo do documento com as ações que motivaram a sua busca; e *relevância motivacional ou afetiva*, em que os assuntos tratados no documento serão confrontados mediante o seu propósito de uso.

A partir desses critérios de relevância, puderam-se ser definidos alguns critérios de exclusão, de forma a melhor selecionar o corpus, de acordo com a sua relevância para a presente pesquisa:

- Conforme mencionado, foram selecionados apenas artigos específicos do âmbito da Ciência da Informação. O principal motivo da escolha dessa delimitação é o fato de que um número exponencial de artigos impossibilitaria a análise, uma vez que ela foi realizada intelectualmente, sem utilização de nenhum software de pesquisa. O número de artigos recuperados será melhor descrito nas próximas seções, mas a título de exemplo, quando não selecionada a área específica de Ciência da Informação em uma das bases, foram recuperados 126.718 artigos das mais diversas áreas, o que tornaria a análise humanamente impossível.
- Outro critério de exclusão foi a não seleção de qualquer documento que não artigos científicos. A razão para essa definição é que a presente pesquisa busca definir a comunidade epistêmica no âmbito da comunidade científica e acadêmica da Organização do Conhecimento, identificando pesquisadores que influenciam outros pesquisadores na temática. Nesse sentido, materiais como editoriais, resenhas de livros ou artigos de jornais teriam sua validade comprometida uma vez que em sua grande maioria, não se utilizam de citações e referências – parte informacional mais importante para as análises realizadas nessa pesquisa.
- Um terceiro critério de exclusão é o idioma das pesquisas: foram selecionados apenas artigos escritos em português, inglês ou espanhol. A justificativa para esse critério é o fato de que para identificarem-se as revoluções científicas ocorridas no âmbito da Ética em Organização do Conhecimento, os artigos escritos pela comunidade epistêmica seriam sistematicamente lidos e analisados pela pesquisadora, análise essa que seria comprometida se o idioma fosse desconhecido. Ainda que este critério possa soar enviesado, cumpre destacar que a literatura da comunidade epistêmica na área é majoritariamente escrita em inglês, ainda que os membros da comunidade sejam falantes de outros idiomas.
- Por último, o quarto critério de exclusão foram para artigos recuperados por meio dos termos *sex* e *gender* que tratavam dessas palavras no âmbito metodológico, ou seja, a utilizavam para descrever critérios empregados para seleção de indivíduos em análises de pesquisa.

5.2 Fonte de obtenção de dados

A escolha das bases de dados utilizadas como fontes de pesquisa fundamentou-se principalmente em artigo de Lucas, Pinto e Lara (2013), que realizaram levantamento das bases mais expressivas na área de Ciência da Informação em âmbito mundial. As autoras analisaram duas das principais bases de dados interdisciplinares utilizadas para levantamento bibliográfico que contemplam a Ciência da Informação, *Scopus* e *Web of Science*, além da considerada pelas autoras como a mais expressiva da área, a *Library and Information Science Abstracts*

Outras três bases especializadas da área também compuseram o estudo, a saber: *Library Literature Information Science – Full texts (LLIS)*, *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA)* e *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)*.

O principal objetivo do artigo foi demonstrar a visibilidade dessas fontes, verificando a partir de aspectos bibliométricos a mensuração da pesquisa e o status científico que possuem os periódicos contemplados por essas bases e os autores produtores desse conhecimento. Por meio dos resultados apresentados Lucas, Pinto e Lara (2013), foi possível considerar que esse grupo de fontes de informação pode ser utilizado de maneira fidedigna para a recuperação de corpus de pesquisa na área por indexarem um considerável nível de material produzido no âmbito da Ciência da Informação, além de se complementarem, uma vez que há periódicos que não são abrangidos por todas as seis bases.

O presente trabalho utilizou como ferramenta de busca três das seis bases de dados, com exceção da base *Library Literature Information Science - Full texts (LLIS)*, por esta não se encontrar mais disponível no Portal de Periódicos da CAPES, impossibilitando seu acesso e ainda, as bases *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)* e *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA)*, que foram excluídas na primeira fase de pesquisa, por não terem recuperado nenhum artigo por meio da equação definida inicialmente.

A *Scopus* é editada pela Elsevier e é considerada uma importante base de dados interdisciplinar de literatura revisada por pares, compreendendo áreas da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades, conforme informado em seu *website* oficial. A base disponibiliza os resumos e referências dos artigos, além de oferecer o *download* do documento em formato PDF caso a unidade de informação possua direito de acesso ao periódico ou que estejam em acesso aberto. Sua cobertura

possui extensão de cerca de 22.800 revistas indexadas com mais de 70 milhões de itens datados a partir de 1788, com as referências inclusas nos registros a partir da década de 1970. Além da recuperação de dados, a base fornece ferramentas como o *CiteScore*, responsável pela análise de impacto de citações, e ainda o *SciVal*, que permite analisar indicadores de produção científica de instituições, países ou autores (SCOPUS, 2019).

A *Web of Science* também é caracterizada como uma base interdisciplinar e faz parte da editora Thomsom Reuters. Contemplando trabalhos da área de ciências sociais, artes e humanidades, a base possui parceria com cerca de 3.300 editores e 1 bilhão de referências citadas, que remontam ao ano de 1900. Da mesma forma que a base anterior, também são informados resumos e citações, podendo ser disponibilizado o artigo completo dependendo da concessão disponível à unidade informacional.

A base de dados *Library and Information Science Abstracts* – LISA é uma ferramenta especializada em informações para profissionais da informação, de responsabilidade da editora ProQuest. Atualmente, a base cobre 440 periódicos na área distribuídos em 68 países e em mais de 20 diferentes idiomas. É considerada por Lucas, Pinto e Lara (2013) uma base com maior cobertura que as descritas anteriormente, embora o número de periódicos indexados seja substancialmente menor. Semelhante às demais, a base apresenta o resumo do artigo e direciona ao texto completo, a depender da concessão na unidade informacional, no entanto a base não fornece as referências utilizadas no documento ou ferramentas adicionais de análise, como está disponível nas bases interdisciplinares expostas (PROQUEST, 2019).

Adicionalmente, considerando sua expressividade no universo da Organização do Conhecimento, utilizou-se também como fonte de pesquisa a base de dados *KO Literature*. A responsável pela base é a International Society for Knowledge Organization, a instituição mais conceituada no que diz respeito às publicações sobre temáticas relativas à organização e representação do conhecimento. Nesse âmbito, a ferramenta é alimentada por membros da instituição distribuídos ao redor do mundo, responsáveis pela inclusão e indexação de pesquisas na área em seus respectivos países. Evangelista, Guimarães e Martínez-Ávila (2019) ressaltam sobre a relevância e representatividade dessa base de dados para estudos éticos e sociais no âmbito da Organização do Conhecimento.

Considerando que, por regra, todos os textos indexados pela *KO Literature* precisam necessariamente ser da área de Organização do Conhecimento, nessa base

especificamente os termos aplicados foram apenas aqueles do universo ético e social. Outro aspecto metodológico da base é a impossibilidade de busca avançada ou utilização de operadores booleanos e, portanto, os termos foram buscados de maneira individual.

É importante destacar também que não houve período determinado para recuperação do corpus – todos os artigos passíveis de recuperação que foram indexados pelas supracitadas bases de dados, foram considerados para compor o corpus. Destaca-se ainda que embora as bases compreendam diferentes períodos de início de indexação, o primeiro artigo cronologicamente analisado pelo corpus foi publicado em 1976 (CHAPPEL, Marcia. The Place of Reference Service in Ranganathan's Theory of Librarianship. **Library Quarterly**, v. 46, n. 4, p. 378-396, 1976.) e foi recuperado pela base de dados LISA.

Destaca-se ainda, o nível de especificidade das bases de dados utilizadas, sendo duas interdisciplinares – Scopus e Web of Science, uma focada em textos de Ciência da Informação – LISA e uma quarta, focada especificamente em pesquisas relacionadas a Organização do Conhecimento – KO Literature. Esses três níveis de abrangência, do mais geral para o mais específico, foi utilizado para que se pudesse abranger a totalidade de artigos no âmbito de análise.

Na próxima seção, o corpus utilizado para análise é melhor descrito, especificando separadamente a contribuição de cada uma das bases para o total de artigos analisados.

5.3 Corpus de pesquisa

A busca e recuperação do corpus de pesquisa nas supracitadas bases de dados ocorreu entre abril e julho de 2020 e o total de artigos recuperados em cada uma das bases é descrito a seguir:

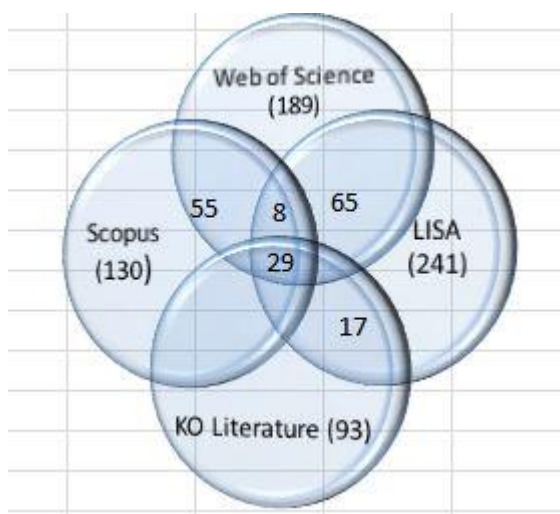
- Na base de dados Scopus, haviam sido recuperados na primeira fase da pesquisa 42 considerados pertinentes. Na segunda fase, após os critérios de exclusão, foram recuperados 88 novos artigos, totalizando 130 artigos recuperados para o corpus por essa base de pesquisa;

- Na Web of Science, haviam sido recuperados 35 artigos a partir da utilização da primeira equação de pesquisa, considerados pertinentes. A esse universo, excluindo-se aqueles que não possuíam o critério de relevância, foram incluídos 154, novos artigos, o que suscitou em um montante de 189 artigos recuperados para o corpus por meio dessa base;
- Na base LISA inicialmente haviam sido recuperados 42 artigos que cumpriam os critérios de relevância. A partir da segunda fase, foram recuperados 199 artigos considerados relevantes. Dessa forma, essa base de dados contribui para o corpus com 241 artigos.
- A base KO Literature em um primeiro momento contribuiu para o corpus com 56 artigos. A partir dos novos termos de pesquisa utilizados, foram recuperados 37 novos artigos considerados pertinentes para a análise.

Excluídas as repetições e artigos que não foram recuperados em sua totalidade – 77 artigos publicados em periódicos científicos disponibilizados em formato físico, que não eram assinados pelas universidades no país e no exterior em que a pesquisadora desenvolveu a investigação – o corpus possui um total de 363 artigos diferentes.

De forma a melhor compreender a sobreposição dos artigos entre as bases de dados, elaborou-se um Diagrama de Venn, conforme exposto a seguir:

Figura 2 – Diagrama de Venn – Sobreposição dos artigos



Fonte: elaborado pela autora (2021)

É possível perceber que a maior sobreposição encontrada é entre a base de dados LISA e Web of Science e entre Scopus e Web of Science. Não foram encontrados artigos apenas na base Scopus e KO Literature e do total do corpus, 29 foram encontrados nas três bases. Após essa análise, foi possível constatar que a experiência de utilizar das quatro bases de dados separadamente é recomendada, uma vez que as sobreposições encontradas foram percentualmente pequenas perto do total do corpus.

Na próxima seção, busca-se descrever melhor quais foram os métodos utilizados para análise do corpus recuperado, de modo a chegar nos resultados da pesquisa.

5.4 Descrição dos métodos utilizados na análise de dados

O primeiro método no qual a pesquisa baseou-se foi a análise de domínio, apresentada na Ciência da Informação por Hjørland e Albrechtsen (1995). Embora os autores não tenham proposto uma definição objetiva do termo, afirmam que o estudo dos domínios enquanto comunidades discursivas podem viabilizar perspectivas sociolinguísticas, de sociologia do conhecimento e da ciência na área. A análise do domínio possui ainda uma interpretação funcionalista, compreendida pelos autores como a forma de identificar funções implícitas e explícitas da informação, de maneira que se possa reconhecer o comportamento informacional do domínio.

Ainda segundo os autores, o domínio deve ser analisado por meio de sua visão em conjunto, e não por meio de seus componentes individuais. Esse método pode também ser utilizado para interpretar outros tipos de metodologia, como os estudos bibliométricos, de modo a identificar padrões culturais de pesquisa, além das tendências em diferentes áreas. Ademais, a análise de domínio possui abordagens filosóficas – como, por exemplo, demonstrar que antigas teorias se tornam ultrapassadas e deveriam ser substituídas por teorias mais recentes; e abordagens sociológicas (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

De maneira mais prática, Hjørland (2002) apresenta 11 abordagens da análise de domínio:

Produção de guias de literatura e entradas de assunto – a elaboração desses instrumentos consiste no levantamento de literatura sobre determinados domínios,

classificando-os de acordo com objetivos específicos, selecionando as informações mais importantes e descrevendo como utilizá-las;

Construção de classificações especiais e tesouros – em domínios específicos, a construção de classificações em tesouros demanda um conhecimento próprio na área, estabelecendo conceitos centrais e arranjos por meio de relações semânticas;

Indexação e recuperação da informação – para o autor, essas atividades são sempre específicas, exigindo assim uma análise das diferentes demandas dos domínios, adaptando os focos de acordo com suas necessidades;

Estudos de usuário – para a construção das ferramentas anteriores, faz-se necessário a utilização desse tipo de estudo buscando conhecer melhor os diferentes domínios. A pesquisa em estudos de usuário pode auxiliar a criar uma teoria para sua realização, o que permite a aproximação entre o que o usuário busca e o que a unidade informacional pode oferecer;

Estudos bibliométricos – esses estudos são uma importante abordagem da análise de domínio, pois permitem visualizar os relacionamentos existentes na produção científica da área. O autor alerta para a necessidade dessa análise ser feita apropriadamente, para que se evite possíveis tendenciosidades com a escolha das fontes, a motivação dos autores e a conveniência ou popularidade dos métodos;

Estudos históricos – esse tipo de investigação possibilita a ascensão de domínios, permitindo sua mudança de *status*. Permite ainda um discernimento coerente de documentos, organizações e sistemas. Em Ciência da Informação, esses estudos se apresentam como uma análise de domínio quando utilizados para a construção de terminologias, categorias, sistemas de comunicação, entre outros.

Estudos em documentação e gênero – os textos completos têm sido muito utilizados na recuperação automática da informação, no entanto a estrutura textual desses documentos varia consideravelmente entre os diferentes domínios – como exemplos, o autor cita os mapas para os geógrafos e as partituras para os músicos. A padronização dessa estrutura em artigos científicos prejudica a recuperação da informação nesses domínios, promovendo um caráter normativo e tecnicista;

Estudos críticos e epistemológicos – estudos como esses proporcionam conhecimento sobre os principais fundamentos e as evoluções dos domínios. As outras abordagens devem basear-se nesses estudos para que não se tornem análises superficiais e negligenciadas;

Estudos terminológicos, em linguagens para propósitos específicos, semântica em base de dados e discursivos – esse tipo de estudo é utilizado para conhecer os termos de especialidade utilizados no domínio, linguagem essa que deve refletir a realidade sociológica do público representado e seu nível de especificidade.

Estruturas e instituições de comunicação científica – o estudo de disciplinas formadas por instituições e a informação produzida e compartilhada pode ser caracterizado como estudos em domínios. Esses estudos podem se basear nas fontes de literatura dessas disciplinas, fontes de informação incidentais e a popularização de textos, utilizados para informar pessoas de fora do domínio sobre suas características.

Cognição científica, conhecimento especializado e inteligência artificial – nesse tipo de domínio, os estudos centram-se na análise das semelhanças e variáveis dos sistemas que o compõem, buscando melhorar a eficiência e o desenvolvimento desses sistemas. Em Ciência da Informação, essas análises devem ser realizadas considerando as diferentes disciplinas e as perspectivas sociológicas no momento da elaboração de sistemas de representação do conhecimento.

Tendo em vista o exposto, a presente pesquisa vale-se da análise de domínio considerando especificamente as seguintes abordagens bibliométricas de Hjørland (2002): **estudos bibliométricos**, para que se determinem os relacionamentos entre os produtores de conhecimento em Ética em Organização do Conhecimento, além de identificar os autores mais produtivos e suas instituições de pesquisa; é ainda considerado um **estudo histórico**, já que pretende demonstrar a ascensão desses estudos e como as abordagens e preocupações alteraram-se nos períodos analisados; também por esses motivos caracteriza-se como um **estudo crítico**, uma vez que busca apontar quais foram as revoluções científicas ocorridas no intervalo estudado, dividindo essa literatura em décadas; por fim, também se classifica como um **estudo em instituições de comunicação científica**, posto que investiga a informação produzida e compartilhada por uma comunidade epistêmica, de forma a perceber suas influências, além de examinar as instituições a que esses pesquisadores estão afiliados.

Smiraglia (2012) também buscou definir o domínio enquanto “um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses comuns, consenso epistemológico em abordagens metodológicas, e uma semântica social”. O referido autor, a partir de uma perspectiva paradigmática, concebe a análise de domínio como o estudo do conhecimento baseado em contextos específicos valendo-

se de uma metodologia utilizada para identificar como o conhecimento se constrói em comunidades em particular. Segundo o autor, o estudo em análise do domínio torna-se necessário para o avanço da organização do conhecimento, uma vez que nos encontramos em uma era pós-moderna na área, em que várias realidades e dimensões podem coexistir e que, para que se alcance a interoperabilidade, deve-se conhecer o domínio inteiramente. Essa concepção de domínio enquanto um grupo, muito se aproxima do conceito de comunidades epistêmicas, objeto de estudo da presente pesquisa.

Para que se analise o *corpus*, em um primeiro momento, serão utilizadas as análises bibliométricas⁵. A partir dessas análises, é possível visualizar a produção científica de indivíduos, instituições e países, permitindo a avaliação desse desempenho acadêmico considerando suas atividades técnicas e científicas por meio de indicadores quantitativos – mediante técnicas estatísticas; e qualitativos – utilizando-se o aporte teórico de teorias como a Sociologia da Ciência (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011).

Esse tipo de análise revela-se flexível por proporcionar a avaliação de tipos de documentos, incidência de fontes de informação, a qualidade e visibilidade dessas fontes, quais foram as fontes citadas e consideradas referência no desenvolvimento das pesquisas, entre outros aspectos. No entanto, apenas por meio dessas características não é possível analisar o impacto social desses dados, sendo necessário avaliar por meio de inferências e teorias fundamentadas no compartilhamento social do conhecimento científico (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011).

De forma a tornar as investigações sob outra perspectiva, caracteriza este estudo ainda uma abordagem cientométrica, que é definida por Macias-Chapula (1998, p. 134)

⁵ Nesse universo merecem destaque as seguintes leis e fenômenos bibliométricos : a **lei de Lotka** (1926), em que se analisa a produtividade dos autores, questionando-se quais são os principais teóricos nas diversas áreas, a **lei de Bradford** (1934), conhecida como Lei de Dispersão, permite a mensuração da produtividade dos periódicos, os classificando em ordem decrescente de publicação de artigos sobre determinado tema, **lei de Zipf** (1935), que caracteriza a produção científica conforme os termos utilizados nos trabalhos, os termos mais citados são considerados como de maior importância – essas três primeiras antecedem o surgimento da bibliometria enquanto área científica, na década de 1960, mas atualmente participam de seu universo de pesquisa. Tem-se ainda o **efeito Mateus** – anteriormente citado na presente pesquisa – em que Merton (1968) afirma que quanto mais um autor for citado, maiores serão suas oportunidades de novas citações; a **lei de Price** (1976), que declara que a raiz quadrada do total de autores corresponde à elite de pesquisa daquele domínio; entre outras (SILVA; HAYASHI; HAYASHI, 2011; GUEDES, 2012).

como “(...) um segmento da sociologia da ciência sendo aplicado no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria”. Segundo o autor, essas duas abordagens – bibliometria e cientometria – quando utilizadas de maneira conjunta, permitem identificar macroanálises – como a produção de um país em relação ao mundo ou em relação a determinado periódico, ou microanálises – papel de uma instituição científica em um domínio muito específico.

Para tanto, foram selecionados três tipos distintos de análise. A primeira é denominada análise de citação e tem como base as referências utilizadas pelos autores, buscando identificar quais dos autores elencados tiveram maior influência naquela literatura, sendo possível observar os principais autores e escolas de pensamento de determinado domínio científico. Além disso, possibilita reconhecer autores mais produtivos, o país e a instituição de origem desses autores e os periódicos de maior impacto da área (VANZ, CAREGNATO, 2003; ARAÚJO, 2003). Essa análise será utilizada para identificar as influências entre diferentes pesquisadores e suas conexões intelectuais, reconhecendo ainda as frentes de pesquisa do domínio, ou seja, suas comunidades epistêmicas.

Um segundo tipo de análise utilizado é a análise de cocitação, que tem por objetivo analisar autores citados juntos em um mesmo trabalho, buscando identificar proximidades em suas pesquisas. Para Grácio e Oliveira (2014, sem página), a rede de cocitação segue a seguinte premissa: “(...) quando dois documentos ou autores são citados juntos em uma literatura posterior, há uma proximidade de assunto entre os citados, na perspectiva dos citantes. Assim, quanto maior a incidência de cocitação, maior a similaridade entre os citados”. Por meio dessa análise, foi possível observar quais são os documentos citados simultaneamente e frequentemente.

Baseando-se em uma pesquisa realizada por Wolfram (2016), além da rede de citação e cocitação, buscaremos identificar a *citation image* dos autores definidos como comunidade epistêmica. Ou seja, representar graficamente os autores citantes de cada um dos autores citados participantes da comunidade, de forma individual. Para tanto, a pesquisa tomará por base a lista de citações recebidas informada pela base de dados Web of Science, que identifica de forma rápida quantas citações e quem foram os citantes de cada um dos autores indexados pela base.

Também nos utilizaremos da análise de coautoria, que de acordo com Oliveira e Grácio (2008), é utilizada como uma das evidências para analisar a colaboração científica entre pesquisadores de uma mesma instituição ou colaborações entre pesquisadores de diferentes instituições, sendo possível perceber relações dentro de um mesmo país ou internacionalmente. Para que essas colaborações aconteçam, é necessário senso de divisão de trabalho e interações entre as ideias dos investigadores. Além disso, as redes de coautoria podem refletir colégios invisíveis resultantes de discussões sobre congressos e conversas informais. Essa análise será utilizada para que se observem as colaborações intelectuais ocorridas nesse âmbito e as afinidades temáticas entre os pesquisadores.

Embora reconheça-se a importância das análises bibliométricas para visualização de influências científicas e relacionamentos entre pesquisadores, também constata-se que esses tipos de análise possuem alguns *gaps*. Como exemplo, tem-se uma maior utilização de artigos, capítulos e livros, em relação a outros documentos como editoriais, o que acabou por influenciar na frequência de citações de um importante editorial de Dahlberg, publicado na International Classification em 1992 e que já alertava sobre a dimensão ética dos processos de indexação. Outro fator que também pode levar a uma diminuição da potencialidade de citação é quando os aspectos éticos não são o objeto central de análise dos artigos, embora sua dimensão seja citada como um avanço na área, como é o caso de López-Huertas (2008), que apontou os aspectos éticos em Organização do Conhecimento como tendências de pesquisa para os próximos anos.

Para a visualização dessas análises, optou-se pelas redes de colaboração científica. De acordo com Dias et al. (2017), essas redes permitem visualizar o grau de importância de cada região ou indivíduo ao longo do processo de desenvolvimento da ciência. Além disso, a visualização dos dados de maneira gráfica proporciona a análise destes de maneira mais efetiva e rápida.

Foi utilizado o *software VOSViewer*, de maneira a elaborar esses elementos gráficos a partir dos dados de pesquisa. Esse instrumento caracteriza-se por ser um programa de computador disponibilizado de maneira livre, utilizado para o desenvolvimento de mapas bibliométricos. O programa permite que os pesquisadores interajam com os mapas, focando em diferentes aspectos a partir de ferramentas como *zoom*, rolagens e buscas no mapa, entre outras (VAN ECK; WALTMAN, 2010).

Toda essa perspectiva nos leva à concepção de redes egocêntricas. Esse tipo de estudo demonstra-se especialmente pertinente na concepção de comunidades epistêmicas, uma vez que permite recuperar as publicações de autores específicos para a utilização de usuários que ainda conhecem pouco sobre o tema. Segundo White (2000), a utilização de autores de renome na temática – aqui compreendidos como líderes da comunidade epistêmica – demonstra ser o ideal no momento da recuperação, uma vez que possibilita que usuários não especialistas na temática reconheçam os principais teóricos na área e os outros pesquisadores que estão vinculados às suas ideias, ou seja, os outros participantes da comunidade.

Para elaborar esse tipo de rede, é necessário que se recupere uma lista, contendo todos os autores que co-ocorrem com o nome do autor principal, ordenada de maneira decrescente. Posteriormente, utilizando-se de algum critério, essa lista é reduzida para um número significativo, que no caso da presente pesquisa, serão os dez autores com maior co-ocorrência com cada um dos autores líderes da comunidade epistêmica.

A partir daí, é possível construir a rede a partir da perspectiva “*ponto-linha-plano estratégico*”, em que **ponto** será o nome do autor principal (ego), **linha** a lista dos nomes dos autores cocitados com o principal (alter) e **plano estratégico**, será a matriz composta por todos esses pares de autores. Essa perspectiva pode ser analisada ainda por meio de outra vertente: “identidade de citação” como o grupo de autores que determinado pesquisador cita – os pontos, “criadores de imagem de citação”, como os autores que citam um autor de interesse – as linhas e “imagem de citação”, que constitui-se de todos os autores que um autor de interesse recebeu citação (WHITE, 2000).

Por meio das redes egocêntricas, é possível visualizar de que forma se constitui a ciência em determinado momento histórico, quanto menor for a distância entre um autor principal e os outros relacionados a ele, mais eles estão relacionados intelectualmente. Esse tipo de mapa permite ainda, que os usuários não tomem por base o conhecimento prévio nos assuntos e sim, a recuperação da informação baseada no compartilhamento do conhecimento e mais relacionada com as escolhas teóricas (WHITE, 2000).

Um exemplo do uso dessa metodologia é o trabalho de Wolfram (2016). O autor elaborou uma rede egocêntrica tendo como autor principal – a identidade de citação – a professora Hope Olson. Para tanto, o autor fez uma busca na base *Web of Science*, utilizando-se como termo de pesquisa o nome da professora. Esse grupo de trabalhos

recuperados constitui-se como o *oeuvre* da pesquisadora na base de dados. A partir desses dados e por meio da ferramenta *Create Citation Report*, foi possível identificar os pesquisadores que citaram os trabalhos de Hope Olson, ou seja, os criadores de imagem de citação. A partir das referências desses trabalhos, determinou-se os autores que foram cocitados com a professora, isto é, a imagem de citação dessa pesquisadora.

Outro estudo que merece destaque é o realizado por Cronin e Shaw (2002), que a partir da análise de três pesquisadores – Blaise Cronin, Stephen Harter e Rob Kling. Embora possa parecer egocêntrica a escolha de um dos autores do artigo como termo de pesquisa, a justificativa é de que mais do que analisar a identidade de citação, buscava-se ver como os autores eram citados, a motivação dessas citações recebidas. Além dos processos realizados para estabelecer essa identidade de citação, os autores ainda se preocuparam em estabelecer outros aspectos, como: o surgimento de citações em comunidades epistêmicas de outras áreas do conhecimento; as alterações dessas citações, considerando períodos diacrônicos; e ainda, a comparação entre a criação de identidade e a criação de imagem, com base na premissa: o mundo me vê da forma como eu me vejo?

A presente pesquisa pretende fazer estudo semelhante como os supracitadas, utilizando-se os pesquisadores líderes da comunidade epistêmica como identidades de citação.

De forma a enriquecer o panorama da pesquisa, vê-se necessário, também, analisar quais os principais veículos de comunicações científicas nos quais os autores integrantes dessas comunidades publicam. Para tanto, serão analisados os periódicos em que os artigos recuperados foram escritos, verificando a incidência de cada uma das revistas ou eventos científicos da área e depois demonstrando esses resultados por meio de um gráfico.

De forma a complementar esses esquemas, foi elaborado ainda um mapa temático, apresentado por meio de uma nuvem de palavras. Assim, foi possível analisar os conceitos e termos mais utilizados pelos autores em seus trabalhos, visualizando uma imagem dos elementos textuais de destaque nos documentos. Para tanto, utilizou-se das palavras-chave dos autores e, quando essas não constavam nos artigos, palavras significativas dos títulos.

A partir dessas informações, identificou-se marcos temáticos, principais questões de pesquisa, estudos em destaque e teorias e métodos utilizados. Cumpre

destacar que foram utilizados como fonte apenas os artigos produzidos pela comunidade epistêmica, ainda que em coautoria com autores de fora da comunidade, uma vez que o principal objetivo era analisar as tendências de pesquisa nesse universo especificamente.

Inicialmente, foi considerado a utilização do software *CiteSpace*, ferramenta livre em que é possível verificar a existência de termos significativos de resumos, títulos e palavras-chave e que também representa as relações entre esses termos. O software importa os dados da base Web of Science, a partir de um arquivo em formato .txt e que, uma vez inserido na ferramenta, não é possível que seja normalizado os dados. Isso acabou demonstrando ser uma dificuldade para presente pesquisa, uma vez que não havia critérios de normalização para que termos similares fossem controlados a partir de um único descritor, com a exclusão de termos sinônimos e também de termos pouco significativos – muito abrangentes ou nomes de países, por exemplo.

Assim, optou-se por utilizar uma ferramenta mais simples – o website Infogram, a partir da opção de layout “Wordcloud Chart”, que os dados são inseridos manualmente, podendo haver modificação por parte do autor. A partir dos dados coletados, foi realizado um controle de vocabulário, buscando a consistência em relações de equivalência e utilização dos termos em seu devido contexto.

De modo a contribuir com os resultados e partir para uma análise mais aprofundada do domínio analisado, adotaram-se critérios qualitativos de análise do corpus.

Nesse sentido, explorou-se as possíveis revoluções científicas ocorridas no âmbito da comunidade epistêmica analisada, conforme proposto pela obra de Kuhn (1962). Conforme exposto pelo autor, a abordagem de análise de revoluções e paradigmas científicos deve ser diacrônica, ou seja, deve ser analisada a partir de períodos temporais específicos. Para a presente pesquisa, optou-se por adotar o período de cinco anos: as publicações publicadas em conjuntos de quinquênios foram analisadas de maneira conjunta, de forma a identificar como essa literatura se construiu e se suas perspectivas foram alteradas ou superadas no decorrer do tempo.

A parte quantitativa da pesquisa apresenta-se a partir de uma revisão sistemática da literatura nos 81 artigos publicados pela comunidade epistêmica e recuperados pelo corpus. Essas publicações foram divididas em períodos que compreendem os seguintes anos: 1º período – com um artigo de 1994 e o restante de 1998 a 2003; 2º período – que possui publicações de 2004 a 2008; o 3º período – com pesquisas de 2009 a 2013; e o

último e 4º período – com publicações a partir de 2014 até o ano mais recente da recuperação, em 2019.

Após essa divisão, os artigos foram sistematicamente lidos em sua totalidade e de maneira cronológica, de maneira a interpretar motivações de pesquisa, problemáticas evidenciadas e possíveis soluções exploradas pela comunidade. A partir da sistematização desses dados qualitativos, buscou-se verificar presunções – temas que a comunidade aceita como adequado sem questionamentos e premissas – temas que serão passíveis de verificação para identificar sua veracidade. Com esses dados, analisaram-se posteriormente os possíveis paradigmas e revoluções científicas enfrentadas pela área.

A partir dessas análises, pretendeu-se visualizar da maneira mais clara possível os dados a que a pesquisa chegar, de forma a constituir de maneira contundente a comunidade epistêmica em *Ética em Organização do Conhecimento*.

6 RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, a presente pesquisa adota a análise de domínio como principal elemento metodológico, a partir de diferentes formas de investigação do corpus para que se tenha a visão de um todo, este considerado o domínio de pesquisa. Nesse sentido, determina-se como domínio de maneira mais ampla o universo de estudos em Organização e Representação do Conhecimento, em estreito diálogo com a Ciência da Informação e que diz respeito aos processos, sistemas e produtos de organização e representação da informação bibliográfica. De maneira mais específica, pretende-se analisar os estudos éticos que envolvem esses processos e sistemas de organização do conhecimento, caracterizando uma análise dos aspectos sociais da Organização e Representação do Conhecimento.

Nesse sentido, a presente seção é dividida em duas subseções: a primeira, referente aos aspectos quantitativos da pesquisa e apresentando os resultados das análises bibliométricas e o segundo, apresentando o caráter qualitativo da pesquisa, fazendo uma revisão sistemática de literatura e analisando as temáticas e presunções de pesquisas realizadas pelo domínio analisado.

6.1 Análise quantitativa do domínio

Para se determinar esse domínio, foi feita uma análise do corpus, constituído pelos 363 artigos recuperados a partir de busca nas bases de dados selecionadas. Desse grupo, foram analisados quais foram os autores mais citados e quais os mais produtivos determinando-se, assim, a comunidade epistêmica de Ética em Organização e Representação do Conhecimento.

A partir das referências desse corpus, identificaram-se 12.185 autores diferentes que foram citados. Nesse número foram excluídas as citações institucionais e as autocitações; além disso, aplicou-se o princípio de recitação: era somada a quantidade de vezes que o autor foi citado em diferentes artigos e, quando diferentes obras de um mesmo autor eram citadas em um artigo, o autor era contabilizado apenas uma vez.

Com base nesse total, foi aplicada a Lei de Elitismo de Price, que afirma que a raiz quadrada do total de autores citados deve ser aplicada no topo das incidências da

citação, identificando assim quem é a elite de pesquisa. A raiz quadrada do total de autores foi 110, o que determinou que a elite seria composta pelos 124 autores que receberam ao menos 06 citações, como destacado no Apêndice 1.

Faz-se importante destacar o papel dos autores Hope Olson com 86 citações, Birger Hjørland em segundo lugar, com 56 citações, Geoffrey Bowker e Susan Leigh Star com 46 e 44 citações cada – estes últimos principalmente por sua obra “Sorting things out: classification and its consequences”, amplamente utilizada para retratar os problemas éticos das classificações sociais. Em quinto lugar figura Clare Beghtol, com 42 citações.

Posteriormente, foi analisado, do universo dos autores responsáveis intelectualmente pelo corpus de pesquisa, os que publicavam com frequência na temática. Chegou-se, assim, a um total de 542 autores e, novamente aplicada a Lei de Elitismo de Price, chegou-se a um conjunto de 46 autores que publicaram ao menos 2 vezes sobre o tema. A lista desses autores pode ser visualizada no Apêndice 2.

Como terceira etapa, foram comparados os 124 autores mais citados com os 46 mais produtivos para se chegar a uma comunidade epistêmica, composta por autores que publicaram de forma frequente sobre o tema e que influenciam os outros pares, tendo seus trabalhos reconhecidos por meio de citações em outros trabalhos. A partir dessa comparação, foi possível determinar que 22 pesquisadores figuravam nas duas listas, podendo ser definidos como membros da comunidade epistêmica em Ética em Organização e Representação do Conhecimento, a saber:

Quadro 1 – Membros da comunidade epistêmica em Ética em ORC

Nome do pesquisador	Número de citações recebidas	Número de trabalhos na temática
Olson, H.	86	9
Beghtol, C.	42	4
Mai, J-E.	30	2
Furner, J.	28	4
Tennis, J.	28	4
Smiraglia, R.	23	5

Floridi, L.	22	4
Fox, M.	20	8
Adler, M.	20	5
Guimarães, J. A. C.	19	17
Campbell, D. G.	18	4
Drabrinski, E.	18	2
García-Gutierrez, A.	16	2
López-Huertas, M-J.	15	5
Ward, D.	15	2
Pinho, F. de A.	14	9
Capurro, R.	14	2
Milani, S. de O.	12	5
Keilty, P.	10	4
Fernandez-Molina, J-C.	9	3
Hirschheim, R.	8	2
Martinez-Ávila, D.	7	6

Fonte: elaborado pela autora (2020)

A partir desse quadro, já é possível que algumas inferências sejam feitas. Embora Hjørland, Bowker e Star figurem como autores mais citados, não produzem de maneira expressiva na temática analisada. Dessa forma, dos líderes da frente de pesquisa mais citada, constam na comunidade epistêmica apenas Clare Beghtol e Hope Olson – essa sendo a líder da frente de mais citada e também produzindo frequentemente na temática. Esses fatores podem ser melhor explorados quando considerando que Bowker e Star possuem uma obra citada de maneira relevante em questões relativas à classificação, sendo grande parte das citações atribuídas a esses autores por esse único livro. Em relação a Hjørland, pode-se inferir que grande parte de suas citações sejam para conceituar aspectos da Organização do Conhecimento, uma vez que o pesquisador é um dos teóricos mais seminais na área, não possuindo pesquisas nos aspectos culturais da área.

No que diz respeito às líderes da frente de pesquisa analisada, Hope Olson e Clare Beghtol, destaca-se o caráter de serem pesquisadoras sêniores, que possuem seus primeiros

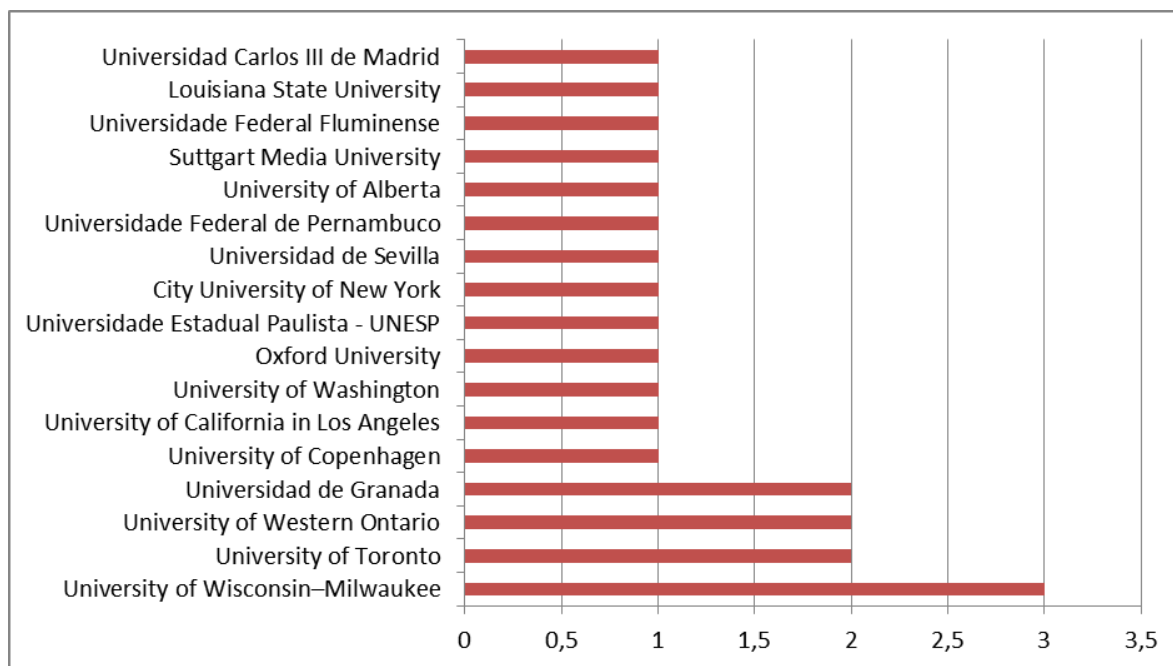
artigos na temática na década de 90 e início dos anos 2000 e seus últimos artigos no domínio publicados ainda na primeira década dos anos 2000. Por conta dessa trajetória, seus trabalhos serviram de matrizes teóricas para outros pesquisadores recentes na temática, mas que já possuem projeção – como Martínez-Ávila, com 6 artigos em 3 anos (2013-2016) de publicações no corpus e Fox, com 8 artigos em 5 anos (2011-2016).

Também pelo quadro, é possível identificar uma forte sedimentação teórica na área por meio de representantes dos seguintes países: **Estados Unidos** (com Hope Olson, Jonathan Furner, Joseph Tennis, Richard Smiraglia, Melodie Fox, Melissa Adler, Emily Drabinski e Rudy Hirschheim); **Brasil** (com José Augusto Chaves Guimarães, Fabio Assis Pinho, Suellen Oliveira Milani e Daniel Martínez-Ávila); **Espanha** (com Antônio García-Gutiérrez, Maria José López-Huertas e Juan Carlos Fernández-Molina); **Canadá** (com Clare Beghtol, D. Grant Campbell, Patrick Keilty e Dennis Ward⁶); **Dinamarca** (com Jens-Erik Mai); **Inglaterra** (com atuação do italiano Luciano Floridi) e **Alemanha** (com o uruguaio Rafael Capurro). Em números, os Estados Unidos são responsáveis por 36% da comunidade epistêmica na área, liderando as perspectivas na área.

Institucionalmente, os autores estão distribuídos nas seguintes universidades:

Gráfico 1 – Instituições dos membros da comunidade

⁶ Cumpre destacar que Joseph T. Tennis, Melissa Adler e Hope Olson, embora americanos e com atuação o nesse país, também tiveram atuação profissional no Canadá, na University of British Columbia, University of Western Ontario e University of Alberta, respectivamente. O mesmo pode ser dito do dinamarquês Jens-Erik Mai, que foi professor associado na University of Toronto.



Fonte: elaborada pela autora (2021).

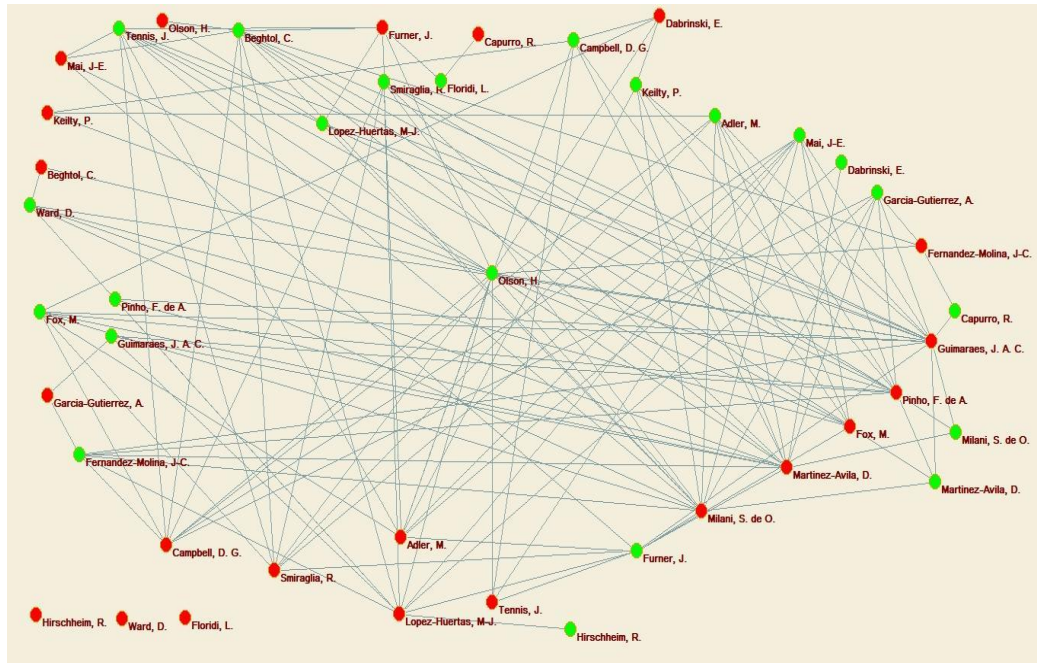
É possível perceber por meio do gráfico a proeminência da University of Wisconsin-Milwaukee, com três membros da comunidade epistêmica em seu corpo de acadêmicos. Outras três universidades – University of Toronto, University of Western Ontario e Universidad de Granada – possuem dois membros da comunidade entre seus pesquisadores. Esses espaços demonstram ser produtivos e abertos às temáticas investigadas pela comunidade epistêmica, podendo ser consideradas no momento de desenvolvimento de projetos de pesquisa e acordos internacionais.

De forma a melhor visualizar essas relações – e como uma das abordagens da análise de domínio definida por Hjørland (2002) –, têm-se os estudos bibliométricos. Esses estudos visam à representação da ciência a partir de elementos como as citações e as colaborações científicas. Para demonstrar essa perspectiva, foram utilizadas as redes bibliométricas, uma maneira visual de se verificar esses estudos. As redes foram elaboradas a partir dos dados dos artigos da comunidade epistêmica, de forma a identificar qual é a interlocução entre esses membros e o quanto se reconhecem e são reconhecidos enquanto especialistas na área.

A primeira rede a ser apresentada é a rede de citação. Nessa perspectiva, são analisadas as citações da comunidade e quem ela reconhece como membro da comunidade. Ou seja, quem a comunidade cita e reconhece como membro do seu

círculo, levando em consideração os pesquisadores atribuídos por essa pesquisa como membros da comunidade epistêmica. A rede pode ser verificada a seguir:

Figura 5 – Rede de citação da comunidade epistêmica



Fonte: elaborado pela autora (2020).

É importante destacar que para essa rede, foi utilizado o software Pajek, uma vez que era necessário que a pesquisadora diferenciasse os autores citantes dos autores citados, o que o software VosViewer não permite mecanicamente. Na imagem, os círculos verdes representam os autores citados e os círculos em vermelho, os autores citantes.

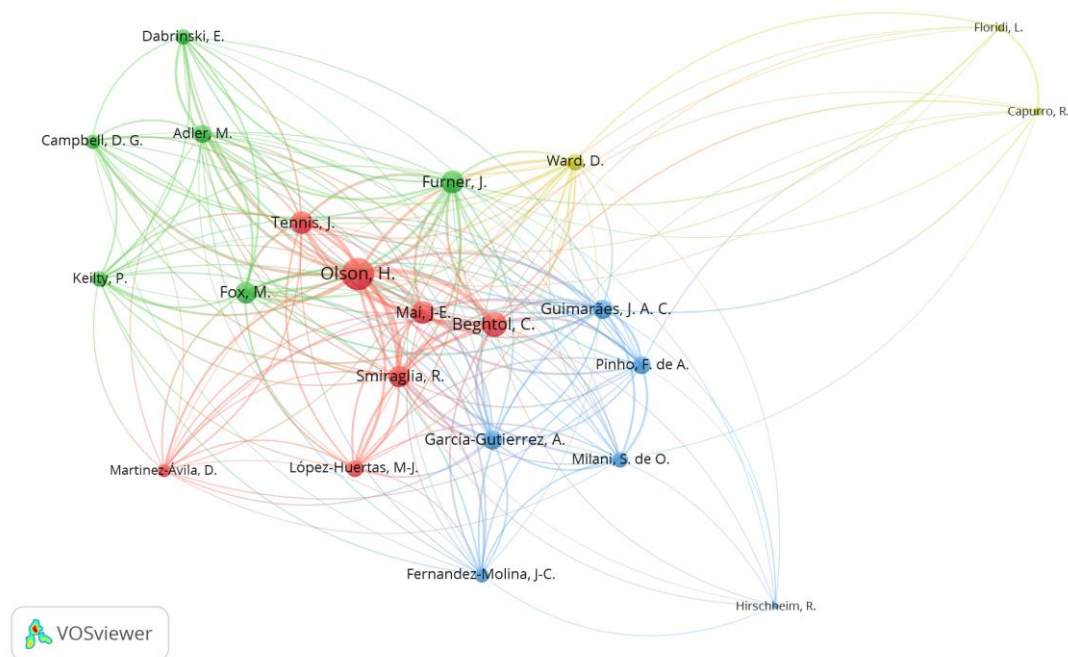
Faz-se importante destacar o fato que os autores Rudy Hirschheim, Dennis Ward e Luciano Floridi não citam em suas obras nenhum dos membros da comunidade epistêmica e possuem baixa incidência de citação: Rudy Hirschheim é citado uma única vez por Maria José López-Huertas; Luciano Floridi é citado uma vez por Jonathan Furner e três vezes por Rafael Capurro e as citações recebidas por Dennis Ward são todas advindas de uma única obra, em coautoria com Hope Olson, a líder da comunidade epistêmica – “*Ghettoes and Diaspora in Classification: Communicating Across the Limits* (1997)”. O pesquisador Rafael Capurro também é citado em uma única obra, um artigo de José Augusto Chaves Guimarães e Juan-Carlos Fernández-

Molina. Nesse sentido, questiona-se se essa baixa interlocução e reconhecimento seriam o suficiente para garantir esses pesquisadores na comunidade epistêmica.

Outro destaque vai mais uma vez para a autora Hope Olson: ela é citada em praticamente todas as obras dos membros cerne da comunidade epistêmica, o que já havia sido comprovado na rede anterior. Isso caracteriza fortemente que, quando se trata de *Ética em Organização do Conhecimento*, as obras da pesquisadora devem ser utilizadas para nortear novos pesquisadores na temática, uma vez que são reconhecidas pelos pares como matriz teórica.

A próxima rede elaborada foi a de cocitação, em que é possível ver como a comunidade é citada de maneira conjunta: em quais obras esses membros formam subgrupos temáticos e são reconhecidos com mérito científico pelas produções da comunidade:

Figura 3 – Rede de cocitação da comunidade epistêmica



Fonte: elaborada pela autora (2020)

A primeira inferência que merece destaque é a alta incidência de citações em conjunto com os autores Hope Olson e Clare Beghtol, o que mais uma vez evidencia o papel de notoriedade dessas duas pesquisadoras na comunidade epistêmica. Essa alta

incidência é percebida por meio do tamanho dos círculos que correspondem às investigadoras, ressaltando uma maior ocorrência dessas relações.

Também por meio da rede, percebe que há uma articulação intensa entre os membros da comunidade, com um alto índice de relacionamento entre os investigadores. No entanto, autores como Rudy Hirscheim, Rafael Capurro e Luciano Floridi possuem uma interlocução mais discreta, tendo sido citados em conjunto com os outros membros em apenas um artigo cada. Uma razão para essa baixa ocorrência é o fato de que são autores mais voltados para Ética Informacional, em seu sentido mais puro e teórico, não tendo como foco as aplicações desse universo na área da Organização e Representação do Conhecimento, por meio de seus processos e instrumentos.

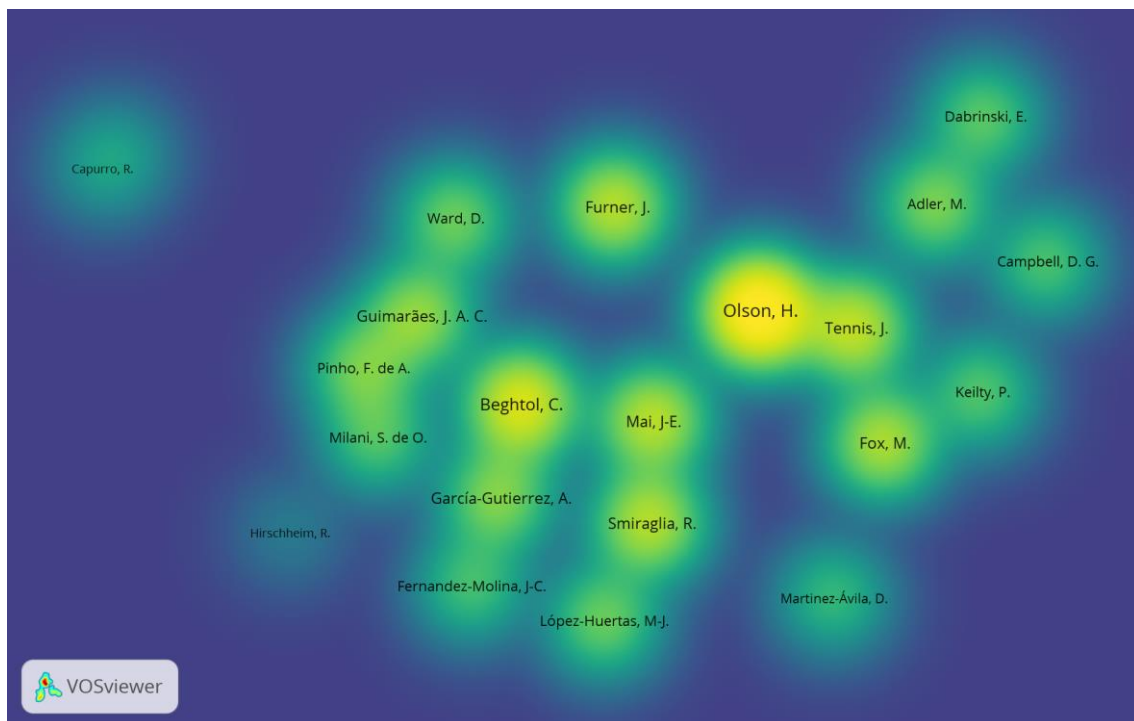
Foi utilizado o software Vosviewer, que elabora *clusters* por meio da relação entre as entidades descritas o que, nesse caso, pode ser visualizado enquanto clusters temáticos. O primeiro, representado pela cor azul, pode ser identificado por uma comunidade mais ibero-americana em Ética em Organização do Conhecimento, representada por José Augusto Chaves Guimarães, Fábio Pinho e Suellen Milani, do Brasil, e Juan Carlos Fernández-Molina e Antônio García-Gutierrez, da Espanha. Esses pesquisadores possuem como principal temática os aspectos éticos dos sistemas de organização do conhecimento, mais especificamente as linguagens alfabéticas; a ética profissional descrita nos códigos de ética da área e uma ética transcultural, que perpassa elementos de uniformidade e se adapta de acordo com a cultura e sociedade em que está inserida. Por ser uma comunidade fora do *mainstreaming* norte-americano, essas preocupações culturais e conceituais de termos de indexação podem ser justificadas, uma vez que são problemas que afetam diretamente os usuários de informação desse universo.

O cluster em verde escuro representa um universo mais norte-americano, com pesquisadores como D. Grant Campbell, Patrick Keilty e Melissa Adler, representantes do Canadá, que se preocupam com a representação homoafetiva nos sistemas de organização do conhecimento. Essa mesma preocupação – de objetividade e do que é considerado “normal” para essas linguagens – é discutida nos trabalhos dos estadunidenses Melodie Fox, Emily Dabrinisky e Jonathan Furner. O cluster em vermelho caracteriza-se como o mais plural de todos, tendo representantes dos Estados Unidos, Dinamarca e Espanha, que investigam sobre diferentes vertentes na Ética em

Organização do Conhecimento, o que também justifica o fato de as líderes da comunidade Hope Olson e Clare Beghtol estarem presentes nesse grupo, uma vez que as autoras preocupam-se com os sistemas de organização do conhecimento em diferentes aspectos, buscando abranger os aspectos éticos sob distintos ângulos e enquanto um problema macro.

Outra visualização que o software permite é a densidade desses relacionamentos, comprovando mais uma vez a interlocução entre os membros e a forte influência de suas líderes:

Figura 4 – Densidade de cocitação

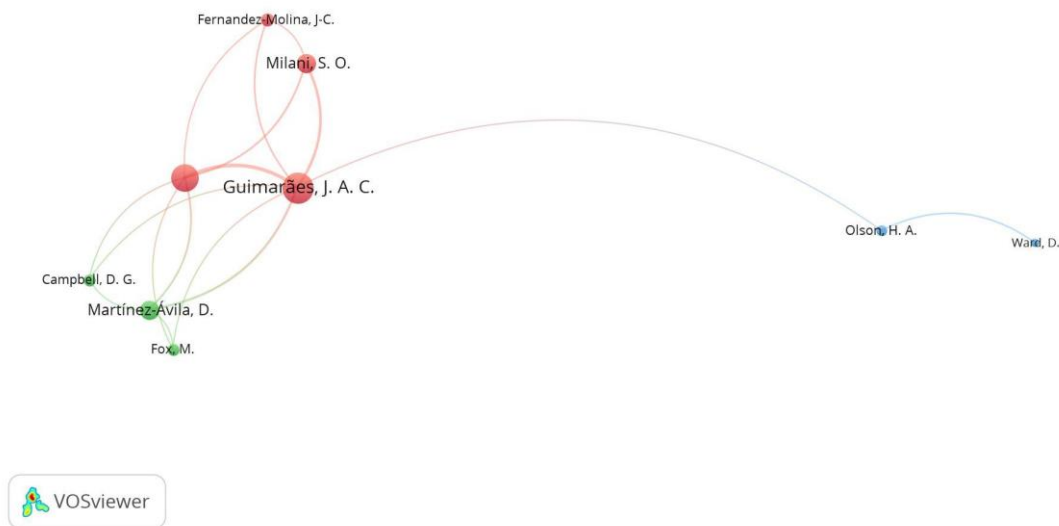


Fonte: elaborada pela autora (2020)

Na imagem é possível identificar as líderes da comunidade epistêmica – Hope Olson e Clare Beghtol como mais brilhantes na rede, evidenciando seu maior número de relações, enquanto outros autores com menor interlocução são representados de maneira mais apagada. Nessa nova visualização, os clusters encontram-se mais distribuídos, o que comprova os relacionamentos entre a comunidade, ainda que uns mais intensos que outros.

A última rede elaborada para visualização dos resultados é a rede de coautoria. Assim, perguntas-se: há uma interlocução de autoria entre os membros dessa comunidade? Os membros dessa comunidade contribuem intelectualmente de maneira conjunta para o crescimento do campo? Essas informações podem ser verificadas a seguir:

Figura 6 – Rede de coautoria entre os membros da comunidade epistêmica



Fonte: elaborado pela autora (2020).

É possível perceber que essa rede é bem mais discreta que as anteriores, o que demonstra que embora essa rede se reconheça e dê crédito científico por meio de citações, ainda pouco colabora de maneira conjunta. Algumas justificativas para isso podem residir no fato de que, até então, esses autores não haviam sido reunidos em uma comunidade epistêmica – não eram identificados como tal de maneira institucionalizada – o que, portanto, vem a ser uma contribuição desta tese. Uma vez que esses pesquisadores percebiam que compartilham dos mesmos valores, crenças e possuem problemas de pesquisa em comum não apenas a partir de suposições, mas de maneira declarada academicamente, espera-se que essas contribuições teóricas em conjunto

ocorram em um maior número de vezes e quem sabe, até institucionalizadas por meio de uma associação ou elaboração de políticas⁷.

Por meio da rede, pode-se identificar uma forte colaboração científica entre José Augusto Chaves Guimarães, Fábio Pinho e Suellen Oliveira Milani – o que também revela um aspecto de genealogia acadêmica – José Augusto foi orientador na pós-graduação de Fábio Pinho e na graduação e pós de Suellen Milani. Esse mesmo grupo possui interlocução teórica com outros autores como Campbell, Fox, Martínez-Ávila, Fernández-Molina e Olson, o que também revela uma preocupação do grupo em inserir outros membros da comunidade em suas pesquisas e de ser visto de maneira conjunta com as ideias desses outros autores. Também percebe-se, como elemento central desse subgrupo, o professor Martínez-Ávila, que aparenta ser o elemento integrador da comunidade com outros membros.

O segundo relacionamento de coautoria que pode ser identificado por meio da rede é entre Dennis Ward e Hope Olson. Ressalta-se que, conforme referido anteriormente, os autores possuem um artigo muito citado na área e por conta disso, suas referências em conjunto são sistêmicas. O fato de essa ser uma das únicas relações de Dennis Ward com o restante da rede mais uma vez nos faz questionar se ele de fato, é membro da comunidade epistêmica ou apenas possui interesse enquanto pesquisador na temática – o que não é nenhum demérito, apenas o coloca na classificação de produtor no tema, mas que ainda não atingiu um nível de influência considerável para ser considerado participante da comunidade epistêmica.

Faz-se importante destacar ainda que no campo da Ética observa-se uma tendência de produção científica de autoria individual tal como ocorre na Filosofia ou, ainda, de pequena incidência de trabalhos em colaboração, aspecto que se reflete, de alguma maneira, quando essa temática é tratada na Ciência da Informação. Tal fato poderia justificar o fato de mais da metade dos artigos recuperados serem de autoria única (55% do corpus).

⁷ É possível perceber que esse reconhecimento está iniciando-se, ainda que de maneira discreta, quando lembramos que no primeiro Simpósio de Ética em Organização do Conhecimento, realizado em Milwaukee/USA e organizado por Hope Olson, foram convidados como keynote speakers Jens-Erik Mai, José Augusto Chaves Guimarães e Maria José López-Huertas, membros da comunidade epistêmica. Isso também ocorreu na terceira edição do evento, em 2015, organizada por Richard Smiraglia e que teve como um de seus keynote speakers Joseph Tennis.

A próxima etapa dos resultados da pesquisa foi determinar as redes egocêntricas dessa comunidade. Para tanto, devido a sua importância para a comunidade epistêmica, determinou-se que seriam elaboradas as redes das autoras líderes da comunidade: Hope Olson e Clare Beghtol. No entanto, em 2016, o pesquisador Dietmar Wolfram elaborou um trabalho seminal sobre os trabalhos de Hope Olson e sua influência em outros pesquisadores a partir da construção de redes egocêntricas e portanto, decidiu-se focar na elaboração das redes da vice-líder da comunidade epistêmica, trazendo a tona os resultados de Wolfram para representar os dados da pesquisadora Hope Olson.

Para que se elaborem essas redes egocêntricas, é necessário que se analisem duas vertentes complementares: a imagem de citação, que caracteriza-se pelo grupo de autores em que determinado autor é cocitado em diferentes artigos e identidade de citação, que são os autores citados pelo autor. Essa perspectiva analisa o autor tanto como citante quanto como citado, podendo compreender de uma maneira diacrônica como a trajetória do autor é construída na Ciência.

Para tanto, utilizaram-se as publicações indexadas pela base de dados Web of Science, uma das bases utilizadas para recuperação do corpus e que possui compatibilidade para elaboração de redes pelo software VosViewer. A justificativa para utilização específica da base dados Web of Science, uma vez que ela não foi a base de dados que mais contribuiu para o corpus e, além do fato de sua compatibilidade com o software utilizado para análise, deve-se ao fato de seguir os mesmos passos metodológicos de Wolfram a respeito das redes egocêntricas de Hope Olson, de forma a fornecer elementos para comparação com os resultados do egocentrismo de Clare Beghtol.

Assim, buscou-se pelo nome dos autores na ferramenta de busca, compreendendo apenas os artigos científicos na recuperação e a partir da ferramenta de citação da base de dados, exportou-se os dados em uma planilha do Excel, contendo o nome dos autores citados pela autora – sua identidade de citação, e citados em conjunto com os autores – sua imagem de citação.

A respeito de Clare Beghtol, foram recuperadas 14 publicações de sua autoria na base WoS, do ano de 1986 até 2005 – um período de quase duas décadas. Embora reconheça-se que esse número não seja a totalidade das publicações da autora, considera-se que certamente esse grupo caracteriza-se como o *oeuvre* da autora – o

grupo de trabalhos mais significativos publicados pela pesquisadora. Os artigos analisados foram os seguintes:

Tabela 2 – Publicações de Clare Beghtol na WoS

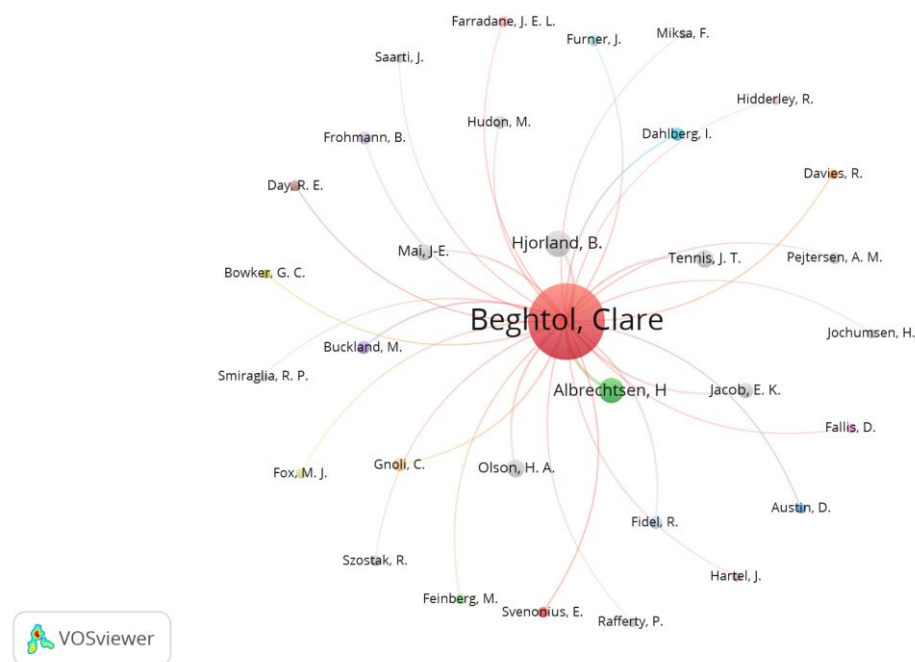
Citações	Título
57	BEGHTOL, Clare. Semantic validity - concepts of warrant in bibliographic classification systems. Library Resources and Technical Services , v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.
8	BEGHTOL, Clare. The gender-gap in library-education and publication. Journal of Education for Library and Information Science , v. 27, n. 1, p. 12-30, 1986.
6	BEGHTOL, Clare. Access to fiction - a problem in classification-theory and practice - 1. International Classification , v. 16, n. 3, p. 134-140, 1989.
3	BEGHTOL, Clare. Retrieval effectiveness - theory for an experimental methodology measuring user-perceived value of search outcome. Libri , v. 39, n. 1, p. 18-35, 1989.
8	BEGHTOL, Clare. Access to fiction - a problem in classification-theory and practice - 2. International Classification , v. 17, n. 1, p. 21-27, 1990.
29	BEGHTOL, Clare. Domain analysis, literary warrant, and consensus - the case of fiction studies. Journal of the American Society for Information Science , v. 46, n. 5, p. 30-44, 1995.
4	BEGHTOL, Clare. Within, among, between - 3 faces of interdisciplinarity. Canadian Journal of Information and Library Science , v. 20, n. 2, p. 30-41, 1995.
8	BEGHTOL, Clare. Stories: applications of narrative discourse analysis to issues in information storage and retrieval. Knowledge Organization , v. 24, n. 2, p. 64-71, 1997.
28	BEGHTOL, Clare. Knowledge domains: multidisciplinary and bibliographic classification systems. Knowledge Organization , v. 25, n. 1/2, 1998.
3	BEGHTOL, Clare. Knowledge representation and organization in the Iter Project: A web-based digital library for scholars of the Middle Ages and Renaissance (http://iter.utoronto.ca). Knowledge Organization , v. 28, n. 4, p. 170-179, 2001.
61	BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. Journal of Documentation , v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
33	BEGHTOL, Clare. Classification for information retrieval and classification for knowledge discovery: Relationships between "professional" and "naive" classification. Knowledge Organization , v. 30, n. 2, p. 64-73.
14	BEGHTOL, Clare. Exploring new approaches to the organization of knowledge: The subject classification of James Duff Brown. Library Trends , v. 52, n. 4, p. 702-718, 2004.
34	BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. Journal of the American Society for Information Science , v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Embora Beghtol tenha obras que tratem de outros aspectos que não a classificação – como representação de obras de ficção (1990; 1997) ou projetos de bibliotecas digitais (2001), é notório que sua maior contribuição reconhecida pelos pares por meio das citações seja em pesquisas sobre garantia literária e ética na organização do conhecimento. Mais uma validação de que esse seja o grupo de artigos mais representativo da autora é a presença de “*A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems*” e “*Semantic validity - concepts of warrant in bibliographic classification systems*”, as duas maiores contribuições de Beghtol para a área de estudos em classificação – com 40% das citações recebidas pela autora na WoS.

O próximo passo foi identificar quem é a identidade de citação da autora, ou seja, quem são os autores que Beghtol reconhece cientificamente por meio de citações em seus trabalhos. Para tanto, recuperou-se as citações dos trabalhos via WoS, exportando os dados para uma planilha do Excel. As autocitações foram excluídas, mais uma vez aplicando-se os passos metodológicos seguidos por Wolfram em sua análise egocêntrica de Hope Olson, e baseou-se no critério de recitação: a presença dos autores em diferentes artigos e não quantas vezes o autor aparece no mesmo artigo. Assim, considerou-se como identidade de citação os autores que Beghtol citou ao menos em dois trabalhos diferente. Esses dados foram utilizados para elaborar uma rede bibliométrica no software VosViewer, conforme pode ser visualizado a seguir:

Figura 7 – Identidade de citação de Clare Beghtol



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na rede, estão posicionados ao centro os autores mais citados pela autora – como Hjørland, Albrechtsen, Mai, Tennis, Olson, Jacob, Buckland e Gnoli, autores reconhecidamente especialistas em pesquisas referentes a aspectos da Organização e Representação do Conhecimento. Além disso, destacam-se a presença de Smiraglia, Fox, Feinberg, Rafferty, Hudson e Furner, autores que trabalham com os aspectos éticos no que tange à representação do conhecimento. Por meio dessa análise de imagem de citação é possível perceber a intenção e com quem Beghtol compartilha das mesmas ideias: um grupo de autores que trabalham sobre sistemas de organização do conhecimento, além de refletir sobre questões éticas desse universo.

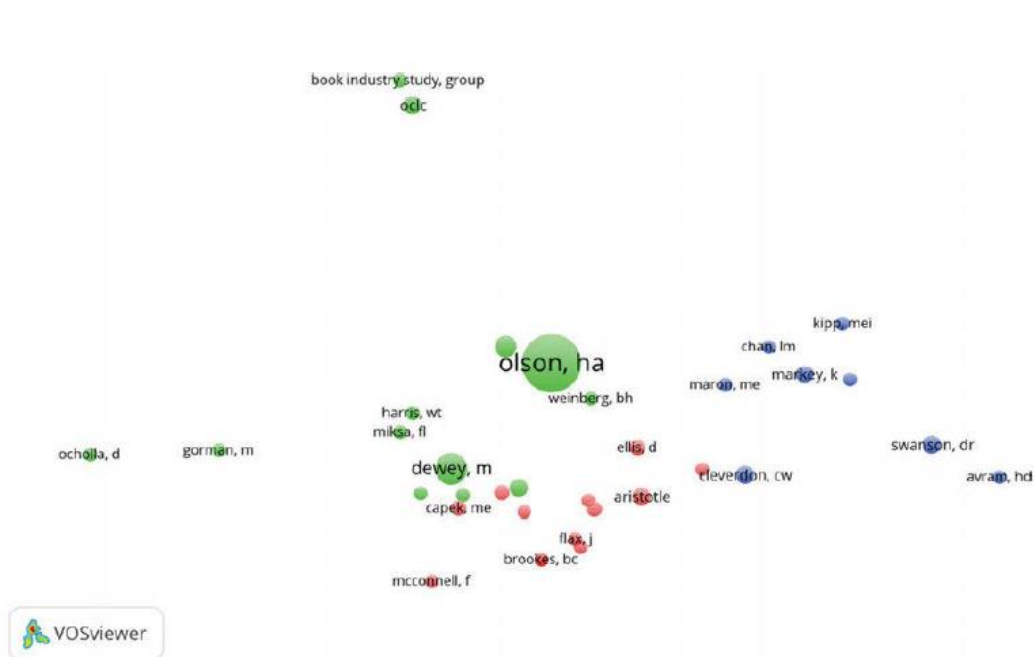
A seguir, tratou-se de determinar quem seria a imagem de citação da autora – quem são os pesquisadores que são citados em trabalhos que também citam as obras de Beghtol, quem são os autores cocitados com a autora. Para tanto, determinou-se como *image citation makers* os autores que citaram os trabalhos da autora em ao menos quatro artigos diferentes. O número justifica-se porque as autocitações foram realizadas em ao menos três trabalhos de Beghtol e assim, definiu-se o número de total de trabalhos anterior ao número total de trabalhos com autocitações – artigos que foram publicados por Beghtol e que receberam citações de outros trabalhos seus.

Nessa rede, merece destaque a presença de autores como Koehler e Pemberton, que escreveram artigo sobre códigos de ética para profissionais da informação e Olson, a outra líder da comunidade epistêmica em *Ética em Organização do Conhecimento*.

Em relação à comunidade epistêmica, a rede de cocitação também reflete a imagem de citação da autora no domínio analisado. Sendo assim, evidencia-se a imagem de Beghtol sendo referenciada de maneira conjunta a 20 dos 22 membros da comunidade epistêmica, em especial com pesquisadores como Jens-Erik Mai e Joseph Tennis (15 ocorrências) e Richard Smiraglia (13 ocorrências).

Conforme mencionado, Wolfram (2016) realizou um trabalho primoroso ao identificar a imagem e a identidade de citação da pesquisadora Hope Olson, a partir de seus trabalhos indexados na WoS no período de 1987-2015, ano de sua aposentadoria. O autor analisou um total de 30 obras da pesquisadora, identificando como sua identidade de citação Dewey, Cutter, Aristoteles, Cleverdon, Foskett, Markey, a instituição OCLC e Swanson. Esses autores pesquisam majoritariamente a respeito de catalogação, classificação ou elementos fundantes da Ciência da Informação. Esses dados podem ser visualizados na rede a seguir:

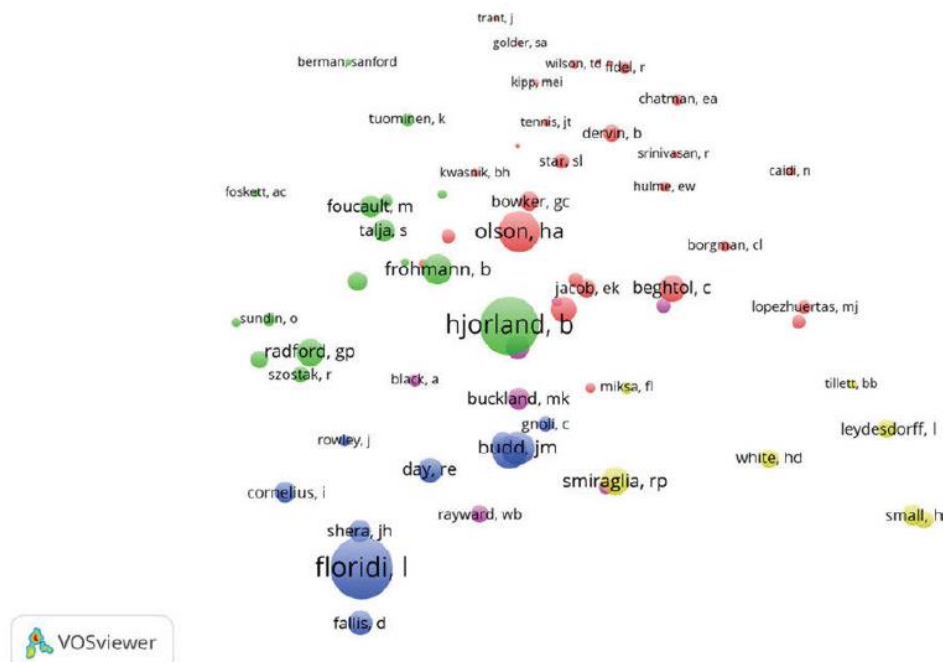
Figura 9 – Identidade de citação de Hope Olson



Fonte: Wolfram (2016).

Wolfram também analisou quem é a imagem de citação de Hope Olson, identificando os autores que foram citados em conjunto com a pesquisadora em ao menos três artigos diferentes, conforme pode ser visualizado:

Figura 10 – Imagem de citação de Hope Olson

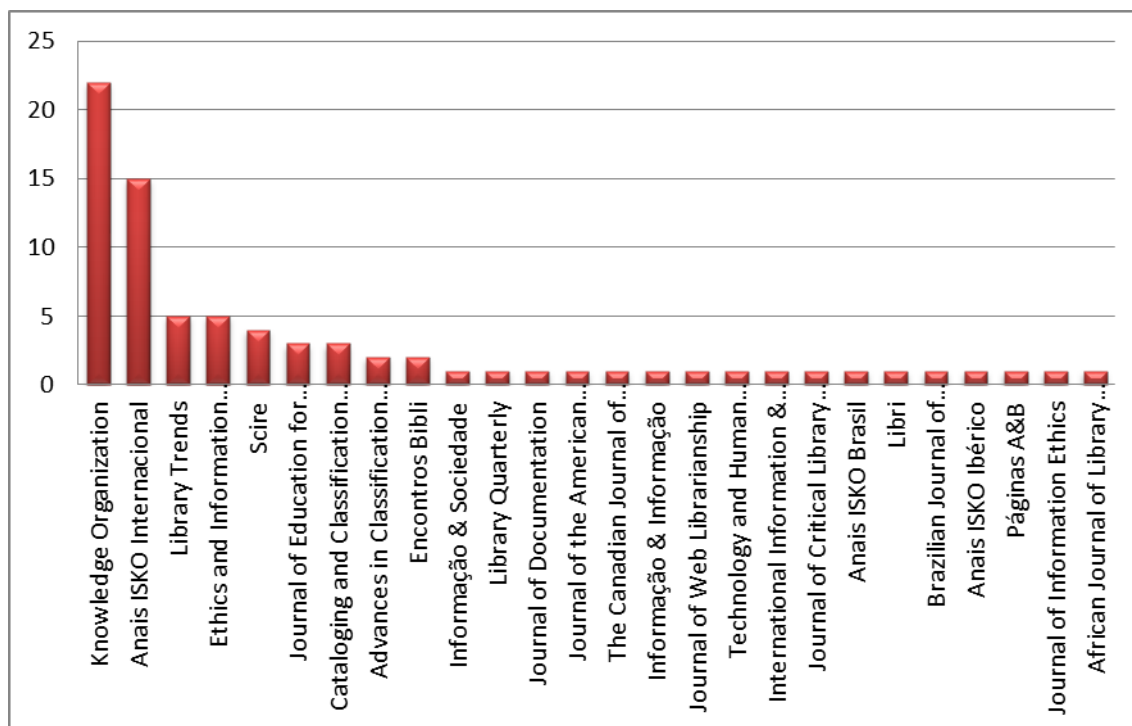


Fonte: Wolfram (2016).

Nesse grupo, faz-se importante destacar a presença dos pesquisadores Floridi, Smiraglia, Beghtol, López-Huertas e Tennis – o que comprova que Olson além de ser considerada pela presente pesquisa como líder da comunidade epistêmica em Ética em Organização do Conhecimento, também é reconhecida como participante dessa comunidade pelos pares, sendo citada de maneira conjunta com outros membros da comunidade.

A próxima etapa de análise realizada foi identificar em quais periódicos esse seletivo grupo dos membros da comunidade epistêmica publicavam suas pesquisas – quais eram os veículos que validavam suas ideias e que poderiam, portanto, servir como fonte de pesquisa para novos investigadores na temática analisada. Esses dados podem ser verificados no gráfico abaixo. Destaca-se que quando membros da comunidade publicavam juntos, a fonte era contabilizada uma única vez.

Gráfico 2 – Fontes com maior publicação na temática



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Verifica-se que o ambiente ISKO é o local mais produtivo para publicações que dizem respeito à temática Ética em Organização do Conhecimento pois 50% dos artigos foram publicados na revista Knowledge Organization ou nos anais dos eventos internacionais e dos capítulos regionais da ISKO. Essa característica do ambiente ISKO tem suas origens no congresso internacional da ISKO realizado em 2002, em Granada, quando pela primeira vez se abordaram as questões culturais da área, aqui inserindo-se as questões éticas⁸. O fato do caráter multilíngue e multicultural da sociedade é outro elemento de destaque desse ambiente científico, uma vez que esses fundamentos proporcionam um incentivo à popularização das publicações nessas fontes.

Além do destaque de títulos em língua inglesa, há ainda a presença da revista Scire, espanhola, com 4 artigos publicados. Percebe-se a posição de evidência da comunidade espanhola na temática, com a presença ainda dos seus representantes na

⁸ Destaca-se que membros da comunidade como Clare Beghtol, Joseph Tennis e Maria Jose López-Huertas foram presidentes da ISKO; José Augusto Chaves Guimaraes foi fundador da ISKO-Brasil e membro do Executive Board; assim como os pesquisadores Hope Olson, Jonathan Furner, Daniel Martínez-Ávila e Melissa Adler; e Suellen Milani atua como uma das indexadoras da base de dados KO Literature).

comunidade epistêmica – Antônio García-Gutiérrez (Universidad de Sevilla), Maria José López-Huertas e Juan-Carlos Fernández-Molina (Universidad de Granada).

No que diz respeito ao Brasil, ressalta-se a presença dos periódicos *Encontros Bibli-* com dois artigos publicados, e *Informação e Sociedade* e *Brazilian Journal of Information Science*, com um artigo cada. Ainda que com um número baixo de publicações na temática, a presença desses artigos nos leva a perceber que são veículos receptivos e sensíveis a essas questões. Salienta-se ainda que a pesquisa foi realizada em bases de dados com regras criteriosas de indexação de periódicos e que possui ainda uma baixa incidência de revistas brasileiras presentes. No entanto, destaca-se que em todos os congressos ISKO Brasil (2011, 2013, 2015, 2017 e 2019), assim como o congresso internacional da ISKO realizado no Rio de Janeiro em 2016, tiveram como um de seus subtemas, a dimensão cultural da Organização do Conhecimento, o que abrange os aspectos éticos. Essa preocupação demonstra como a comunidade brasileira considera importante as pesquisas nessa temática.

A próxima etapa de pesquisa foi analisar quais os principais temas pesquisados pela comunidade, por meio da análise das palavras-chave dos artigos. Para tanto, listou-se em um arquivo Excel todas as palavras-chave representadas pelos autores em seus artigos. Quando os artigos não possuíam palavras-chave – o que é muito comum nas publicações da Knowledge Organization, por exemplo – eram descritos os termos de maior conteúdo informacional presentes nos títulos dos artigos. Tanto nas palavras-chave como nos títulos, foram considerados na descrição apenas termos que carregavam grau de consistência semântica para pesquisa, como substantivos. Foram excluídos termos demasiado abrangentes, siglas de instituições, nomes pessoais e de países, de forma a garantir o grau de consistência.

Após isso, buscou-se elaborar um controle de vocabulário desses termos, de modo a identificar relações de equivalência a partir de um controle de sinônimos e também de relações associativas e hierárquicas. Assim, por exemplo, os termos **ethical aspects**, **ethics** e **moral** foram incluídos sob o único descritor “ethics”, que embora não seja um termo sinônimo de “moral”, carrega relação associativa. Da mesma forma, o cabeçalho **classifications** foi definido como termo preferido, contendo termos como **Dewey Decimal Classification**, que possui relação de gênero-espécie com o termo descritor. Há também o termo **Critical Theories** que abrange todas as teorias utilizadas pelos autores – como Critical Race Theory, Pós-modernismo, Queer Theory, dentre

outras –, isso se dá uma vez que há uma multiplicidade de teorias utilizadas pelos autores, todas do mesmo universo que as teorias críticas.

Ressalta-se que optou-se por manter os termos em inglês, pelo fato de a grande maioria dos artigos estarem nesse idioma e seguir o critério metodológico utilizado na busca do corpus, em que também houve a preferência dos termos nesse idioma.

Essas informações podem ser melhor verificadas na tabela a seguir, em que também são apresentadas as referências dos artigos que utilizaram-se dos referidos termos:

Tabela 3 – Controle de vocabulário da tematicidade dos artigos

Termo preferido	Termos não-preferidos	Referências
Archival Arrangement		Silva, Guimarães e Tognoli (2012)
Archival Classification		Silva, Guimarães e Tognoli (2012);
Archival Description		Silva, Guimarães e Tognoli (2012)
Archival Science	Archivists; Archival Ethics	Rego et al. (2015); Silva, Guimarães e Tognoli (2017)
Bias		Martínez-Ávila e Guimarães (2013); Milani e Guimarães (2008)
Bibliocentrism		Smiraglia (2009); Smiraglia (2015)
Big Data	Linked Data	Campbell e Cowan (2016)
Cataloging	Catalog; Catalog standards;	Dabrinski (2013); Beghtol (2008); Ocholla et al. (2015); Olson (2012); Smiraglia (2015)
Classification	Bibliographic Classifications; Library Classifications; Categories;	Martínez-Ávila, Ferreira e Semidão (2015); Martínez-Ávila, Ferreira e Magro (2015); Mai (2019); Martínez-Ávila e Guimarães (2013); Ocholla et al. (2015); Adler e Harper (2018); Adler (2016); Fox (2016); Fox (2016); Fox (2016); Furner (2007); Keilty (2009); Keilty (2012); Kublik et al. (2003); Schegl e Olson (2001); Olson (2001); Campbell (2000); Olson (2012); Olson e Ward (1998); Fox (2011); Adler (2014); Campbell (2004); Furner e Dunbar (2004); Keilty (2013); Tennis (2014);

		Iivari, Hirshchheim e Klein (1998)
Computer Ethics	Artificial Agent; Artificial Evil; Cyberspace; Online communication research	Floridi (2002); Floridi e Sanders (2001); Capurro e Pingel (2002)
Consciousness		Arboit e Guimarães (2015)
Contractualism		Floridi (2007)
Critical Theories	Critical Race Theory, Queer Theory, Poststructuralism, Pragmatism, Dialectics, Postcolonialism, Epistemography	Martínez-Ávila, Ferreira e Semidão (2015), Martínez-Ávila e Guimarães (2013); Dabrinski (2013), García-Gutiérrez (2014); Furner (2007); Campbell (2000); Olson (2012); Porra, Hirschheim e Parks (2014)
Culture	National Cultures; Culture of the Border, Cultural Warrant	Guimarães, Milani e Pinho (2016); García-Gutiérrez (2014); Beghtol (2006); García-Gutiérrez (2002); Smiraglia (2009); Smiraglia (2015); Smiraglia (2015)
Dialog		García-Gutiérrez (2014)
Environmentalism		Floridi (2007); Floridi e Sanders (2001)
Ethics	Ethical, Ethical Values, Ethical Problems, Ethical Aspects, Information Ethics, Ethical Principles; Ethical dilemmas; Axiology; Moral evil.	Silva, Guimarães e Tognoli (2012); Guimarães et al. (2008); Guimarães, Milani e Pinho (2016); Martínez-Ávila, Ferreira e Magro (2015), Mai (2019); Martínez-Ávila e Guimarães (2013); Rego et al. (2014); Beghtol (2006); Beghtol (2005); Silva, Guimarães e Tognoli (2017); Guimarães et al. (2007); Smiraglia (2015); Guimarães, Milani e Evangelista (2015); Alves, Casarin e Fernández-Molina (2016); Fernandez-Molina e Guimarães (2002); Smiraglia (2009); Beghtol (2008); Capurro (2000); Capurro (2006); Floridi e Sanders (2001); Tennis (2013); Tennis (2014); Smiraglia (2015); Capurro e Pingel (2002); Floridi (2006)
Exomemory		García-Gutiérrez (2014)
Gender	Women; Identity; Hermaphroditism; Feminism, Women's issues	Fox (2016); Fox (2016); Kublik et al. (2003); Olson (2001); Pinho (2017); Adler (2009); Beghtol (1986);

		Olson (1994); Olson (2010); Olson e Ward (1994); Milani e Guimarães (2008); Fox (2011); Smiraglia (2015); Fox (2012); Fox (2014); Gender (2013); López-Huertas e Barité-Roquetá (2002); López-Huertas, Torres Ramirez e Barité (2004); López-Huertas (2006); López-Huertas e Torres Ramirez (2007)
Globalization		Floridi (2007)
Ideology		García-Gutiérrez (2014)
Indexing	Specificity; Exhaustivity; Indexing languages; Thesauri; Subject Headings; Folksonomy; Controlled Vocabularies; Tagging	Guimarães e Pinho (2012); Evangelista, Simões e Guimarães (2016); Olson (2007); Schegl e Olson (2001); Campbell (2000); Adler (2009); Milani e Guimarães (2008); Fox (2012); Fox (2014); Keilty (2013); López-Huertas e Barité-Roquetá (2002); López-Huertas, Torres e Barité (2004); López-Huertas e Torres Ramirez (2007)
Information Databases		Martínez-Ávila et al. (2015)
Information Literacy		Alves, Casarin e Fernández-Molina (2016)
Information Systems		Beghtol (2006); Beghtol (2005); Iivari, Hirshchheim e Klein (1998); Porra, Hirschheim e Parks (2014)
Knowledge Organization Systems	RDA; Metadada; Dewey Decimal Classification; Thematic maps	Billey, Dabrinski e Roberto (2014); Smiraglia (2015); Fox (2014); Furner e Dunbar (2004); Graf e Smiraglia (2014); López-Huertas (2006); Smiraglia (2015)
Language		Arboit e Guimarães (2015)
Legal Discourse		Fox (2016)
LGBTQ	Homosexuality; Queer	Guimarães, Pinho e Nascimento (2017); Guimarães e Pinho (2012); Campbell et al. (2017); Pinho (2017); Dabrinski (2013); Keilty (2009); Campbell (2000); Campbell (2004); Pinho e Guimarães (2012)
LIS Education	Education; Classification Education; Catalog Education	Ocholla et al. (2015); Adler e Harper (2018); Billey, Dabrinski e Roberto (2014);

		Beghtol (1986)
Methodological aspects	Methodology; Resource Description; Case Study; Activity Theory; Domain Analysis; Four-tired research framework; Meta-theory;	Martínez-Ávila, Ferreira e Semidão (2015); Martínez-Ávila, Ferreira e Magro (2015); Smiraglia (2009); Graf e Smiraglia (2014); Porra, Hirschheim e Parks (2014)
Ontology		Capurro (2006); Floridi (2002); Graf e Smiraglia (2014); Iivari, Hirshchheim e Klein (1998); Porra, Hirschheim e Parks (2014); Capurro e Pingel (2002); Floridi (2006)
Paradigms	Paradigmatic analysis	Iivari, Hirshchheim e Klein (1998)
Philosophy of Information		Mai (2019); Porra, Hirschheim e Parks (2014)
Plagiarism	Academic Plagiarism; Academic Honesty	Alves, Casarin e Fernández-Molina (2016)
Pluralism		García-Gutiérrez (2014)
Power		Campbell et al. (2017)
Privacy	Passive privacy; Personal identity; Public privacy.	Mai (2019); Campbell e Cowan (2016); Capurro e Pingel (2002); Floridi (2006)
Professional Ethics	Codes of conduct; Professional Values	Rego et al. (2015); Guimarães et al. (2007); Fernandez-Molina e Guimarães (2002); Beghtol (2008)
Race	Ethnicity; African, Reparations, Indigenous, Americans	Adler e Harper (2018); Adler (2016); Furner (2007); Smiraglia (2015); Adler (2014); Furner e Dunbar (2004); Graf e Smiraglia (2014)
Respect		Floridi (2002)
Sex	Pornography	Fox (2016); Fox (2016); Keilty (2012); Keilty (2012); Fox (2011); Smiraglia (2015); Keilty (2013)
Social Voices		Arboit e Guimarães (2015)
Transculturality	Transcultural Operator; Transcultural Ethics	García-Gutiérrez (2014), García-Gutiérrez (2002)
Universality	Universal systems	Martínez-Ávila, Ferreira e Semidão (2015); Martínez-Ávila e Guimarães (2013)
User satisfaction		Beghtol (2006)

Fonte: elaborado pela autora (2021).

A partir desses termos construiu-se a nuvem de palavras apresentada abaixo. Destaca-se que a partir da incidência dos termos nos artigos, a palavra ficava em maior ou menor evidência – termos que ocorreram em apenas um artigo, como “*respect*”, aparecem em tamanho menor, enquanto palavras como “*classification*”, que foi a que obteve maior ocorrência, possui um destaque maior.

Figura 11 – Nuvem de palavras dos artigos



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os termos que ocorreram em um maior número de vezes foram “*classification*” (em 26 artigos) e “*ethics*” (em 25 artigos). Este segundo já era esperado, uma vez que na busca dos artigos, era necessário que os termos do universo éticos fossem combinados com termos referentes à Organização do Conhecimento. O que merece ênfase é a preocupação para uma boa parte dos membros da comunidade epistêmica com o processo e instrumentos de classificação utilizados nas unidades de informação – processo esse que é base para Organização do Conhecimento.

Percebe-se que essa preocupação gira em torno principalmente do fato de que as ferramentas mais utilizadas atualmente – baseadas em sistemas hierárquicos e considerados “universais”, com pouco espaço para aqueles considerados fora do *mainstream* – já apresentam problemas de obsolescência (ainda que sejam periodicamente atualizadas), uma vez que, originalmente elaboradas há mais de um século, refletem, em sua estrutura, visões de mundo muito diferentes das atuais.

Outro processo que também é objeto de pesquisa da comunidade epistêmica é o processo de Indexação, também essencial no processo de representação do conhecimento. As investigações nessa temática circundam principalmente os instrumentos desse processo: os vocabulários controlados que determinam quais serão os termos representativos daquele documento e permitem que os recursos sejam buscados e recuperados por meio de seu conteúdo temático.

Para a comunidade, o controle realizado por essas ferramentas deve dialogar não apenas com o documento representado, mas também com a comunidade a que serve, promovendo um diálogo intercultural, por meio de uma “ética transcultural de mediação” (GARCIA GUTIERREZ, 2002) e servindo como ponte entre a necessidade informacional e o documento que pode de fato, corresponder à solução dessa necessidade. Além disso, da mesma forma que ocorre com as linguagens classificatórias, tesouros e cabeçalhos de assunto podem servir a propagação de preconceitos, censura e de proselitismos.

A Organização do Conhecimento é formada, basicamente, por um tripé de processos: a Classificação, a Indexação e a Catalogação. Os dois primeiros processos, conforme mencionado, são temáticas amplamente pesquisadas entre os membros da comunidade. No entanto, a representação descritiva ainda é pouco pesquisada pelos pesquisadores, tendo apenas alguns estudos em relação às regras de Catalogação e Códigos de Ética na área. Essa carência de pesquisas pode ser justificada porque até pouco tempo atrás, a Catalogação era vista como atividade muito mais técnica e com pouca reflexão intelectual comparada às atividades de representação temática. No entanto, a presente pesquisa acredita que com a utilização de ferramentas voltadas para modelos conceituais como o FRBR, como o novo código de catalogação RDA, esses estudos sejam cada vez mais frequentes.

Outra área que também tem certa escassez de pesquisas pela comunidade epistêmica é o âmbito da Arquivologia. Sabe-se que o campo da Organização do

Conhecimento abrange todas as áreas de representação em unidades de informação, tanto em bibliotecas como em arquivos, e que, pela sensibilidade ética e moral, são atividades delicadas em qualquer um dos campos. Sendo assim, reflete-se que é necessário um maior esforço na investigação das atividades representativas em arquivo, como as atividades de descrição e classificação, que embora sejam elaboradas de maneira diferente a realizada em bibliotecas, também merece atenção a questões éticas e morais que circundam esse universo.

6.2 Análise qualitativa

Após essa análise bibliométrica e estatística do corpus de pesquisa, partiu-se para uma abordagem mais qualitativa: o estudo dos paradigmas científicos e as possíveis revoluções científicas ocorridas no âmbito das comunidades epistêmicas em *Ética em Organização do Conhecimento*. Para tanto, dividiram-se as publicações dos membros da comunidade em quinquênios em média - com exceção do primeiro e último período, em que foram analisados um espaço de tempo maior - e analisaram-se quais foram as perspectivas de investigação nesses períodos específicos.

Destaca-se que, como ocorreu na elaboração da nuvem temática anteriormente, os artigos aqui considerados também incluíam autores membros da comunidade em coautoria com pesquisadores que não participavam da comunidade.

1º período (1994-2003)

Olson (1994) inicia as pesquisas aqui relatadas com uma análise sobre a história da universalidade nas classificações bibliográficas. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, a autora identifica que o discurso presente nessas ferramentas são construídos a partir do discurso dos elaboradores responsáveis por essas linguagens. A autora destaca ainda que o ato de representar o conhecimento possui um poder intrínseco às atividades, que podem ainda construir o discurso a respeito desse conhecimento.

A autora realiza uma análise de textos dos principais nomes na representação do conhecimento: Cutter, Dewey, Ranganathan e Cleverdon, além de padrões para

construções de tesouros. Esses teóricos compartilham o mesmo pressuposto - de que a universalidade é algo desejável e necessário. Para atingir esse objetivo, as linguagens utilizam-se da noção de hierarquia, embora cada ferramenta a adote segundo sua maneira. Além disso, as ferramentas evocam que os assuntos devem ser determinados e padronizados de acordo com um paradigma universal, o que reflete que seus usuários também podem ser inseridos em modelos universais. Mesmo a Colon Classification, proposta por Ranganathan e utilizada a partir de facetas, pressupõe um nível de hierarquização na ordem de utilização.

Para evidenciar a problemática dos esquemas universais, Olson utiliza-se de exemplos do universo feminista. Em uma visão pós-estruturalista, um conceito é definido pelo que ele não é, sendo assim, as classes são definidas a partir do que seus conceitos não excluem e essas distinções e similaridades entre conceitos são construídos a partir de um contexto histórico. A literatura feminista encontra dificuldades em se encaixar nessa conjuntura, considerando sua interdisciplinariedade, não tradicionalidade e dinamicidade de termos e conteúdos.

Quando a perspectiva universal é adotada, os assuntos são vistos de maneira binária: a mulher é o que o homem não é. A concepção binária força a separação de dois lados que de fato, são inseparáveis, compreendendo a homem como norma e a mulher como a parte diferente desse tópico. Essa compreensão faz com que a literatura feminista seja representada como algo diferente da normalidade e que os autores ou usuários desses materiais sejam concebidos como “os outros” nos modelos universais.

Para que os danos dessas perspectivas sejam evitados, Olson sugere que sejam usados na representação ferramentas de garantia de usuário – como hipertextos e interfaces dinâmicas; as vozes dos autores também devem ser ouvidas por meio da análise de citação e auto-classificação, a partir de clusters temáticos construídos tendo como base o contexto dos autores; por fim, a autora sugere que os vocabulários controlados sejam examinados de maneira próxima à linguagem natural, para que limites sejam identificados.

Olson e Ward (1998) criticam a Classificação Decimal de Dewey, uma das mais utilizadas no mundo bibliográfico, a nível internacional. As alterações propostas pelos autores possuem três escalas: global, que são revisões a categorias já existentes na CDD de maneira a evitar marginalizações e exclusões; regional, que são revisões que partem da perspectiva feminista e de estudo de gênero e escala local, em que são encontradas

inconsistências nas classificações já utilizadas, mas que com adaptações, poderão continuar a ser utilizadas.

Para tanto, os autores se utilizam de duas teorias. A primeira é proposta por Cornell e refere-se a desconstrução como uma filosofia de limites. Uma vez que todos os sistemas são por definição limitantes, em que o que é incluído e o que é excluído é previamente definido, ainda que esses limites sejam alterados isso não significaria uma proposta universal, que se encaixaria a todos os contextos. Assim, Cornell sugere uma postura ética, em que esses limites sejam permeáveis e permitam que vozes marginalizadas sejam ouvidas, a partir da aplicação de um espaço de implementação.

Para esse espaço, a segunda teoria utilizada pelos autores é a de espaço paradoxal, proposta por Gillian Rose, em que conceitos incompatíveis e oposições aparentes estão simultaneamente presentes no mesmo espaço. Para utilização desse conceito, Olson e Ward lembram que estudos feministas são interdisciplinares, dificultando que sejam colocados em espaços demarcados e criar espaços ou reinterpretar os já existentes pode auxiliar que a lógica *mainstream* e aqueles marginalizados pelo sistema, coexistam.

O problema sob a perspectiva global destacado pelos autores é a classe “trabalho não remunerado” em oposição a “trabalho remunerado”. Ao longo da classe Economia do Trabalho, há diversas subclasses referindo-se a trabalhos salarizados, enquanto uma única subclasse para trabalhos que não são tradicionalmente remunerados. Para os autores, uma possível solução para esse problema é criando um espaço paradoxal, buscando o conceito geral do que seja trabalho não remunerado, criando um maior número de categorias, ao invés de uma única subclasse.

Em uma perspectiva regional, Olson e Ward dão como exemplo o “feminismo socialista”. Em tesouros da área de estudo de gênero, esse conceito é assimilado a partir das compreensões de discriminação econômica, política e desigualdade, e não apenas uma junção dos conceitos feminismo e socialismo, como é compreendido nas linguagens de classificação. Na CDD, classes como anarco-feminismo, feminismo socialista e feminismo espiritual são estudos feministas modificados por esses adjetivos, como se deixassem de ser a ideia inicial de feminismo. Segundo os autores, conceitos plurisignificativos precisam, da mesma maneira, de plurilocalizações, em que há uma expansão das classes de forma a enfatizar os aspectos referidos anteriormente.

A partir de uma instância local, os autores criticam a ordem de aplicação dos conceitos na construção de notações de classificação. Olson e Ward ressaltam que muitas vezes a ordem definida pela linguagem pode não estar de acordo com as intenções do autor ou com os interesses informacionais dos usuários, além de que essa presunção de que uma “ordem perfeita” ser alcançada, pode limitar o que irá ou não ser representado. Como sugestão, os autores propõe que a ordem dos assuntos seja construída a partir do contexto dos usuários da unidade de informação, a partir de uma análise caso a caso, não uma única estrutura aplicada a toda representação.

Capurro (2000) apresenta alguns dos desafios éticos a partir da sociedade da informação no século XXI. Para o autor, a produção, seleção, armazenamento, transmissão e recuperação da informação vêm se modificando drasticamente a partir dos novos meios de comunicação. A liberdade de informação não pode ser avaliada de maneira periférica, mas enquanto elemento central no desenvolvimento político, ético e legal das sociedades. O autor compara esse novo paradigma com a invenção da prensa de Gutenberg, que também modificou de uma sociedade oral para uma sociedade escrita no final do século XIX.

A partir de um evento realizado pela UNESCO, o autor sumarizou quais são as principais premissas éticas enfrentadas por essa nova era: como a globalização, em que o ambiente digital divide não somente nações mas também regiões mais ou menos favorecidas, a partir desse colonialismo digital, o acesso igualitário a essas ferramentas é prejudicado; outro fator ético é a privacidade e confidencialidade dos dados, em que há uma linha tênue entre compartilhamento de informação e proteção da informação, o que evidencia uma crise ética entre a confiança e o controle, a partir de métodos de distribuição ou criptografia de informação; há também a regulação do conteúdo, o que é considerado pelo autor como um dos elementos mais complicados, porque evoca questões como o que é considerado boa informação, questões de direitos autorais temas delicados, como pornografia infantil ou o uso inadequado da informação por grupos terroristas.

Campbell (2000) traz uma reflexão sobre como comunidades homoafetivas são representadas em classificações. De acordo com o autor, o processo de representação de assunto é altamente subjetivo, o que dificulta o consenso entre indexadores. Além disso, os sistemas de organização do conhecimento considerados “universais” não são adequados na categorização de grupos marginalizados, o que impede o acesso à

informação desses indivíduos. Esses termos reforçam ideologias e presunções já superadas pela comunidade.

Para dar suporte à análise, o autor faz uma distinção entre dois termos. O primeiro é o termo “*aboutness*”, que é definido como os conceitos que representam os principais conteúdos de um documento e são relativamente estáveis, geralmente traduzidos em uma notação de classificação ou em termos de uma linguagem controlada. O segundo termo, “*meaning*”, refere-se ao uso específico que aquele documento terá em determinado contexto que está inserido. De acordo com Campbell, em termos de conotação homoafetiva essa distinção pode difundir “barreiras de aceitação”, considerando perspectivas novas em documentos até então indexados sob uma normatividade aceita pela maioria.

Nesse contexto, o autor questiona o conteúdo homoafetivo em uma história popular norte Americana chamada Billy Budd. Campbell aponta que em pessoas diferentes, as categorias se alteram e os rótulos são temporários - não é possível lidar com uma identidade singular, estável e consensual de categorias. Nesse sentido, ferramentas que refletem como os conceitos de sexualidades são construídos através do tempo, pode aperfeiçoar a compreensão das equivalências do termos e a imposição das interpretações dos termos atuais.

Segundo Campbell, a comunidade *queer* geralmente se divide diante de dois conceitos de sobrevivência: o primeiro diz respeito a uma integração universal e o segundo, a uma minoria visível – e as linguagens de classificação terão que negociar entre esses dois conceitos para construir seus sistemas. Na primeira abordagem, a presença de uma categoria do universo homoafetivo é considerada um desvio da normalidade. Já a segunda abordagem diz respeito ao fato de ser visto pelos sistemas classificatórios ainda que de uma forma negativa, uma vez que esse contexto presume que é melhor ser representado de alguma forma, do que não ser representado.

Quando o sistema de classificação é orientado ao usuário, ou seja, construída de acordo com os termos utilizados por aquela comunidade, torna-se mais fácil representar de acordo com um contexto socialmente determinado e culturalmente relativo. Nesse sentido, ao invés de sistemas de organização do conhecimento serem compreendidos de forma estática e imutável, devem ser visualizados a partir de uma posição cultural específica, assim os sistemas e os desenvolvedores deles podem ser avaliados a partir de suas posições nesse contexto (CAMPBELL, 2000).

Olson (2001) reflete como teorias críticas baseadas no conceito de pós-estruturalismo podem auxiliar na construção de ferramentas de representação. Para a autora, o pós-estruturalismo rejeita a ideia de existência de uma verdade absoluta e singular, criando aparatos para questionar presunções aceitas pela sociedade.

A autora identifica como principal oposição binária a mulher sendo vista em uma relação de oposição ao homem, o que implica em outras oposições como razão/emoção. Descentralizar essa oposição não é colocar a mulher em posição dominante, mas a ruptura de relações hierárquicas. Para tanto, faz-se necessário que os aspectos relativos ao limite sejam evidenciados, permitindo que a natureza do outro se manifeste. A partir disso, é possível transcender essas oposições, focando nas marginalizações e não apenas em uma reversão de elementos.

Essas mesmas etapas são aplicadas pela autora para análise do conceito de universalismo em sistemas de organização do conhecimento. Para Olson, o binário universalidade/diversidade é estimulado na representação de documentos porque permite um controle de vocabulário, além de evitar falhas de comunicação. No entanto, essa concepção é constantemente excludente e evoca pontos de vista a partir de uma lógica do *mainstream* branco, homem e cristão.

De acordo com a autora descentralizar e transcender essa oposição, revelando esses conceitos que implicam visões anti-éticas e identificando quais são os limites, são passos importantes para a construção de uma Organização do Conhecimento mais ética. Para tanto, Olson sugere que algumas técnicas sejam aplicadas, como romper os limites, abrindo espaços ao invés de preenchê-los, abordando discursos adequados a determinados contextos.

Schlegl e Olson (2001) analisam o panorama de pesquisas que buscam compreender os principais problemas éticos no contexto dos sistemas de organização do conhecimento. Para as autoras, realizar esse levantamento teórico pode, a curto prazo, auxiliar profissionais a desenvolver medidas e políticas para guiar esses processos; e, a longo prazo, pode evidenciar aos desenvolvedores desses padrões possíveis problemas de suas ferramentas e como podem evitá-los em versões futuras desses instrumentos.

A partir da análise de artigos publicados em no âmbito da Ciência da Informação, que contivessem termos como classificação, listas de cabeçalho de assunto e tesouros, as autoras identificaram padrões que são objeto de pesquisa, categorias de problemas, grupos marginalizados e base teórica das discussões. A motivação das

pesquisadoras é reconhecer onde esses pesquisadores focam sua energia e quais são as mudanças ocorridas nas suas áreas de investigação.

Como resultados, Schlegl and Olson (2001) notaram que todos os padrões amplamente utilizados na Organização do Conhecimento foram objeto de algum tipo de crítica, em especial aqueles empregados no contexto norte-americano – o que pode ser justificável, uma vez que a literatura analisada foi escrita em inglês. A ferramenta mais comumente analisada são as listas de cabeçalho de assunto, possivelmente porque as omissões e preconceitos descritos nas linguagens são percebidas mais facilmente por meio dos termos nos catálogos. No caso da classificação, as *biases* são mais sútis, uma vez que os assuntos são traduzidos em números de classificação.

Alguns problemas identificados pelas autoras centram-se em questões como o uso de qualificadores em listas de cabeçalhos de assunto, como em “*women as...*”; problemas de linguagem, privilegiando idiomas europeus e depreciando linguagens indígenas; norte-americanos aborígenes separados de norte-americanos como um todo; de cunho racista, em especial relativo à religiões, linguagens e culturas africanas, dentre outros aspectos.

Em relação aos tópicos estudados, merece importante destaque o estudo das questões feministas nesse universo. Embora em um primeiro momento isso possa ser justificado pelo fato da Biblioteconomia ser uma área em que o número de mulheres profissionais é amplo, as autoras vão além, compreendendo como razão desses estudos o fato dos programas universitários reconhecerem esse tópico em suas convocações para bibliotecários, o que leva esses profissionais a se especializarem nessas questões. A forte presença de trabalhos de Sanford Berman, que muito se preocupou com questões de gênero em cabeçalhos de assunto, também pode ser considerada um forte fator para essa ocorrência.

Floridi e Sanders (2001) apresentam o conceito de “maldade artificial” e como ela pode afetar a ética informacional. Segundo os autores, “maldade” pode ser conceituada enquanto a maior desaprovação ética, como sinônimo de atitudes morais errôneas e o oposto do bem moral, sendo um conceito chave para a axiologia.

Os autores explicam que qualquer atitude, sendo ela moralmente aceita ou não, possui uma estrutura lógica de processos variáveis, que é composta pelo agente – que inicia esse processo e compõe a variável de fonte e o paciente – que reage ao processo e que compõe a variável de destino do processo. As ações morais podem ser concebida a

partir de um processo informacional, como uma série de mensagens iniciadas pelo agente que traz uma transformação de estado ao paciente, que pode responder a essa moralidade de maneira transformadora, a partir de como esse indivíduo interpreta os métodos do agente.

A respeito do mal, os autores conceituam como sendo o oposto da responsabilidade, um atributo diretamente orientado ao paciente da mensagem – embora seja dependente dos agentes para que ocorra, é definida como mal de acordo com grau de dano causado ao paciente. Sendo assim, uma atitude só é considerada maldosa tendo como base a interação e resposta do paciente a que se destina, levando em conta possíveis corrupções, diminuição, privação, censura ou limitação de bem-estar.

Segundo a abordagem de objeto orientado ao agente utilizada pelos autores, mensagens morais são processos que afetam objetos positivamente ou negativamente, em que mensagens positivas respeitam o bem-estar do paciente enquanto que mensagens negativas, trabalham para desrespeitar o bem-estar do paciente. Ações maldosas são classificadas como uma subclasse das mensagens negativas, em que o objetivo não é apenas não respeitar o destinatário, mas causar danos a ele.

A partir dessas explicações, Floridi e Sanders (2011) propõem cinco teses: a ética informacional pode infligir uma política de redução da existência do mal; as tecnologias da informação modificam a interpretação de algumas ações maldosas, as transformando de naturais a morais; a tecnologia da informação amplia a classe de agentes, dando origem ao mal artificial; elas também ampliam a classe de pacientes, estimulando uma nova compreensão do mal como introdução ou aumento de entropia; e por fim, as teses apresentadas contribuem para uma nova discussão no âmbito da ética computacional.

Nesse contexto, os autores apresentam o conceito de “maldade natural”, que ocorre sem a dependência de nenhuma ação humana, que não se inicia a partir dela e que nenhum indivíduo pode prevenir ou controlar. No entanto, com o desenvolvimento de novas tecnologias e ampliação do mundo digital, é cada vez mais comum que esses eventos sejam previstos, alterando o paradigma de uma maldade natural em favor de uma expansão da maldade moral. De acordo com os autores, em um mundo ideal, a maldade ocorreria justificada apenas pelo mal comportamento humano, no entanto, a questão vai além disso: é possível inferir que a tecnologia é cada vez mais responsável pela forma como o mundo é, moralmente falando.

Contudo, é difícil definir quando os objetos artificiais são de fato responsáveis por estimular atitudes moralmente repreensíveis. É comum nas sociedades atuais ocorrer o confronto entre ações visivelmente más, mas que não podem ser imediatamente definidas como naturais ou não morais. Como exemplo, os autores citam uma ambulância que ficou presa no trânsito e o paciente acabou morrendo ou um sistema computacional cirúrgico, que falhou por não ser compatível com outros sistemas em uso, deixando o paciente vulnerável. Nesses casos, como definir o tipo de mal existente? Uma dicotomia entre maldade natural ou maldade moral é ineficiente, uma vez que essas diferenças foram elaboradas em um momento que os humanos eram os únicos agentes. Em suma, os autores dizem que o traço distintivo entre a era passada e a era digital não é de fato, a natureza, mas o fato de que os humanos são autônomos em suas decisões, enquanto as máquinas não.

Nesse sentido, os autores propõem que os objetivos artificiais sejam encarados como construtos humanos da realidade que dependem, ao menos inicialmente, da intervenção humana. Isto é, um mal produzido por essas máquinas são de responsabilidade humana, ainda que não diretamente.

Capurro e Pingel (2002) analisam a questão a partir do conceito de ontologia digital. Para os autores, o ser humano está cada vez mais ligado ao fato de ser online; nesse ambiente digital que as atuais sociedades hoje estão, especialmente no que diz respeito às pesquisas acadêmicas, os objetos de pesquisas e métodos desenvolvidos são analisados a partir de sua digitabilidade. Aqui os autores evocam o conceito de paradigma de Kuhn: nessa nova perspectiva não se considera apenas o ato de criar objetos digitais, mas pelo fato de transformar em digitais objetos e processos não digitais.

Os autores então definem o que constitui ser uma existência digital: em primeiro lugar, a existência online pressupõe uma abstração corporal, o que conseqüentemente, também implica em uma abstração individual e de identidade; a existência online também altera nossa posição situacional, o que quer dizer dividir tempo e espaço distintos com outros; por último, existência online é presença, globalmente orientada. Nesse sentido, alguns problemas éticos em investigações acadêmicas se originam no mundo digital a partir da tensão entre os próprios objetos de pesquisa, sua existência online e o que os autores denominam como “existência corpórea”.

O primeiro desses dilemas destacados pelos autores é o conceito de identidade online. Para Capurro e Pingel, quando se reflete sobre a identidade corporalmente, têm-

se a estrutura dos genes, das impressões digitais e outras características, como publicações, vida acadêmica, hobbies. De maneira ontológica, a identidade corporal diz respeito a diferentes projetos de vida que se relacionam, mas não são idênticos. Quando consideradas a instância de identidade, um desafio na comunicação online relaciona-se a possibilidade do dano que um pesquisador pode causar ao categorizar e registrar dados que podem influenciar direta ou indiretamente a vida de pessoas com projetos e características diferentes. Para os autores, nossas pesquisas não estão lidando apenas com pessoas e seu comportamento no universo digital, mas com seres humanos, que disponibilizam seus dados e sofrem consequências como falta de privacidade ou manipulação para os mais diversos propósitos.

Outro dilema ético nesse universo é a linguagem online. A partir de um ponto de vista hermenêutico, esse dilema reside na consciência sobre o papel desempenhado pela compreensão e conhecimentos implícitos na análise de registros na internet, como posts em fóruns de dúvidas, salas de bate-papo, e-mails, etc. Essa compreensão pré-concebida não pode ser dissociada da existência corpórea e da vida em sociedade, o que também reflete barreiras linguísticas, assim como a linguagem natural. Isso significa que quando análises orientadas de comunicação online forem realizadas, é preciso ter a garantia de que os limites desse discurso estão estabelecidos e claros, para que se evite compreensões errôneas.

Há também um problema ético que diz respeito ao consentimento para participação em pesquisas online e a confidencialidade desses dados. Em pesquisas realizadas com seres humanos, é exigido pelo comitê de ética uma declaração de consentimento dos participantes, afirmando ter ciência sobre os propósitos daquela investigação e os possíveis problemas ocasionados pelo processo de pesquisa. No ambiente digital, não há a necessidade desse consentimento escrito: estamos constantemente avaliando o comportamento de seres humanos nas ferramentas digitais, sem que eles muitas vezes ao menos saibam que estão sendo objeto de pesquisa. Um outro agravante é que mesmo pesquisas realizadas pessoalmente, podem posteriormente ser digitalizadas e servirem como fontes de dados para outras pesquisas, o que não estava inicialmente especificado na declaração de consentimento dos participantes.

Nesse mesmo sentido, os autores alertam para o último dilema ético destacado, que diz respeito à confidencialidade online. Esse dilema evoca principalmente questões como vigilância e liberdade, que se refletem em questões como a criptografia de

mensagens – que ao mesmo tempo que protege a liberdade online, também garante a privacidade quando não há aspectos legais que possam reforça-la. Há também as iniciativas de acesso aberto, que propõem um ambiente aberto e mútuo suporte, o que implica em dividir alguns resultados de pesquisa com aqueles que fizeram parte da investigação.

Capurro e Pingel apresentam então alguns padrões de melhores práticas em investigações científicas no ambiente digital, como por exemplo: o respeito pela identidade e como isso pode ser afetada pela pesquisa em identidade digital; o respeito pelos interesses e valores das pessoas objeto de pesquisa, dando a oportunidade de uma ativa e livre cooperação; a manifestação de práticas consideradas abusivas em instrumentos de pesquisa; a criação de uma atmosfera de responsabilidade social para pesquisadores online assim como para seus usuários, destacando a utilidade e usabilidade de suas pesquisas; pesquisadores de dados online devem ter consciência de suas *biases* e da coexistência de diferentes culturas.

Em outra perspectiva, Fernández-Molina and Guimarães (2002) buscam analisar os códigos de ética das principais associações profissionais, de forma a identificar aspectos éticos voltados para as atividades de Organização do Conhecimento. De acordo com os autores, os estudos em questões éticas em Ciência da Informação geralmente centram-se em aspectos como práticas profissionais (como negligência ou responsabilidade) ou relacionadas à direitos (direitos autorais, censura e privacidade) e pouco tem se atentado aos aspectos éticos inerentes às práticas profissionais voltadas para uma atividade essencial nas unidades da informação como a representação do conhecimento.

A partir da análise desses códigos, os autores identificaram uma série de valores referentes aos processos e ferramentas de Organização do Conhecimento, como:

- Interesse dos usuários vêm primeiro: processos e atividades de organização do conhecimento devem ser centrados no usuário;
- Provêr serviços objetivamente, sem nenhum tipo de viés;
- Provêr aos usuários informação mais atualizada e precisa possível;
- Evitar censura na seleção de materiais informacionais, em sistemas ou filtros;
- Se qualquer tipo de censura ou filtro existir, os usuários devem ser informados sobre suas limitações;
- Separar crenças pessoais de práticas profissionais;

- Manter competências profissionais

Também em 2002, García-Gutiérrez nos apresenta o conceito de ‘transcultural ethics’. De acordo com o autor, nós vivemos um tempo de permanente mutação, o que dificulta definir os limites entre as culturas, as posições se alteram constantemente e sistemas rígidos não podem mais ser aceitos. Nesse sentido, García-Gutiérrez sugere o uso de uma epistemografia interativa, em que redes semânticas são construídas de maneira horizontal e aberta, em oposição aos sistemas tradicionais, que se caracterizam por suas posições verticais e hierárquicas.

Dessa forma, aplicando uma ética transcultural, as categorias serão aceitas de maneira mais ampla, com regras e políticas bem definidas para que os profissionais do campo evitem preconceitos e tendenciosidades. Segundo García-Gutierrez (2002), elaborar ferramentas específicas para grupos marginalizados poderia isolar esses grupos, além de os estereotipar. Portanto, torna-se uma melhor opção o uso de sistemas de representação interativos e abertos para aceitar a diversidade de comunidades culturais.

Outra autora que merece destaque nas publicações sobre a temática Ética em Organização do Conhecimento, é Beghtol (2002, 2005) e seu conceito de garantia cultural. O pano de fundo das pesquisas de Beghtol são as mudanças causadas pela tecnologia e como profissionais da informação podem lidar com esse novo paradigma. Tendo isso em mente, a autora propõe os conceitos de garantia cultural e hospitabilidade cultural, refletindo que diferentes culturas que se utilizam de um mesmo sistema de informação, devem ser representadas de maneira igualitária pelo sistema. Nesse sentido, necessidades informacionais específicas serão representadas, permitindo escolhas individuais ou múltiplas.

Para que esses conceitos sejam de fato garantidos, a autora propõe uma tomada de decisão ética, que são as decisões ou questões éticas que surgem a partir das atividades de organização do conhecimento. Para Behgtol, os usuários que não sentirem que seus aspectos culturais estão sendo de fato representados pelo sistema, vão evitar utilizar a unidade informacional e se sentirão excluídos daquele universo.

Nesse sentido, agir baseando-se a partir de tomadas de decisão éticas é o mesmo que identificar dilemas éticos que podem ocorrer e tomar ações previamente, de maneira a auxiliar na solução de problemas de maneira mais efetiva. Para a autora, há uma falta de políticas e códigos que podem ser utilizados diante desses dilemas e que ajudem a

responder questionamentos como: de que modo vieses culturais podem ser reduzidos; como podemos criar hospitalidade cultural considerando diferentes usuários; qual a melhor forma de reanalisar as decisões de representação do conhecimento após um tempo.

Pode-se perceber nesse conjunto de artigos uma convergência nas preocupações relativas a aspectos como críticas à ferramentas consideradas universais e no entanto, representam grupos muito específicos da sociedade; crítica à sistemas hierárquicos e fechados, diante de um mundo em que a diversidade faz-se cada vez mais presente e com posições cada vez mais dinâmicas; presença de códigos de ética e políticas que possam auxiliar os profissionais a tomarem decisões baseadas em preceitos éticos.

Floridi (2002) analisa a ética informacional a partir de uma lógica ontológica, partindo do pressuposto que qualquer ação moral pode ser determinada a partir de uma estrutura lógica e variável, com cada um dos elementos desse processo claramente determinados. Para o autor, determinando-se quem é o agente que inicia o processo, o paciente que o recebe e a forma com que esse paciente reage a essa ação – de maneira mais interativa ou não – é possível que análises informacionais sejam realizadas e que se estabeleça a perspectiva ética desses elementos.

López-Huertas e Barité Roqueta (2002) analisaram a partir da perspectiva de gênero como conceitos desse âmbito são refletidos em mecanismos de busca na internet. Comparando os termos descritores de tesouros da área com os descritores utilizados pelos motores de busca, os autores identificaram que esse é um conceito difícil de representar, em especial por conta da multiplicidade de culturas usuárias dessas ferramentas, evidenciando a necessidade de um padrão de representação que possa compreender perspectivas multiculturais dessa temática, ainda que respeitando suas particularidades.

Kublik, Clevette, Ward e Olson (2003) propõem uma base de dados que adapta números de classificação da CDD para um contexto mais feminista e que pode ser aplicado em outros grupos que se sintam marginalizados pela lógica do *mainstream*. Em um primeiro momento, os autores buscaram identificar quais são as lacunas e marginalizações no sistema de classificação, a partir de uma comparação com um tesouro de estudos feministas. Os termos presentes na linguagem controlada foram posteriormente confrontados com os números da CDD, indicando que alguns tópicos

não possuem correspondente no sistema de classificação ou ainda, poderiam ter uma expansão no sistema para que sejam apropriadamente descritos.

Em um contexto global, os autores sugeriram revisões em classes já existentes no esquema, de modo a permitir uma maior inclusão de visões feministas. Como exemplo, os pesquisadores ressaltam o fato de que “enfermeiras pessoais” não estão classificadas como uma subdivisão de “tipos específicos de serviços médicos pessoais”, mas sim, como uma subdivisão de educação e pesquisa. Esse tipo de classificação afeta diretamente o usuário, que não vai encontrar próximo nas estantes assuntos completamente relacionados, marginalizando documentos que tratem sobre os serviços de enfermeiras pessoais.

Outra sugestão apontada pelos autores é alteração do nome da classe “Problemas e serviços sociais” para algo como “Questões e serviços sociais”, aliviando o peso de grupos marginalizados serem classificados enquanto problemas para sociedade. Essa preocupação torna-se ainda mais evidente para os autores quando leva-se em consideração a subdivisão da referida classe “mães solteiras”, que da forma como está descrito atualmente, levam a ser consideradas como problemas sociais.

Os autores também evidenciam a questionável classe 305.42, que inclui todos os assuntos ligados a discussões feministas. A partir da comparação com o tesauro utilizado para análise, os autores identificaram que 130 termos dispostos na linguagem encontram-se representados nessa única classe, demonstrando falta de especificidade do esquema de classificação. Os autores sugerem que uma nova classe deve ser criada, como subdivisão da classe 140, para separar discussões sobre teorias feministas de discussões sobre mulheres enquanto um grupo social.

Outra problemática destacada pelos autores é a classe 616.8, que se refere a doenças do sistema nervosa. A principal questão dessa classe é que ela se utiliza de linguagem já ultrapassada para representar distúrbios mentais e que nitidamente, é advinda da área médica, sem considerar o contexto social dessas doenças.

Esses e outros destaques feitos pelos autores foram incluídos em uma base de dados, com o objetivo de armazenar termos do âmbito feminista; armazenar propostas de novas classes bibliográficas; relacionar os termos e classes; facilitar na construção de novas classificações; e atuar como uma interface de desenvolvimento e testes. Na referida base de dados, continha-se vocabulários representados pelo *Women's Thesaurus* e termos dispostos no Índice da CDD; números de classes da CDD com links

para termos do tesouro; propostas de novos termos para classes ou de expansão para classe já existentes.

Análise geral do período

Esse primeiro período analisado tem como início uma pesquisa da líder da comunidade epistêmica Hope Olson que já em 1994, alertava sobre problemas em sistemas de classificação considerados universais. A produtividade do período revela-se no compartilhamento de temáticas entre os membros da comunidade, revelando valores e preocupações semelhantes.

O primeiro destaque que merece ser feito é a crítica aos discursos dominantes praticados por instituições responsáveis pela elaboração, manutenção e revisão de sistemas de organização do conhecimento. Esses sistemas foram concebidos a partir do *mainstream* ocidental, masculino e branco; e amplamente utilizados em unidades informacionais de contextos completamente diferentes. Os discursos preconizados por essas instituições são difundidos a partir da utilização de suas ferramentas, impondo seus pontos de vista e formas de ver o mundo, o que representa o poder mantido por essas entidades.

Outra crítica compartilhada pelos membros da comunidade é a objeção a sistemas ditos universais, baseados em um sistema hierárquico e fechados para inclusão ou ampliação de classes. Para os pesquisadores, sistemas assim não conseguem abranger todas as comunidades e culturas, marginalizando grupos que são considerados fora da concepção do que é normal, negligenciando indivíduos na representação que podem sentir-se excluídos da unidade informacional como um todo.

Um exemplo dessas marginalizações que foi ressaltada pela comunidade de maneira mais expressiva é a má representação de temáticas feministas e outras associadas à mulheres. Nos sistemas de classificação analisados, a mulher é vista como oposição ao homem, geralmente ligada a questões emocionais e passivas, enquanto o homem é a norma e objetividade. Essa mesma compreensão é visualizada em sistemas de busca na internet, o que pode ser justificado pela interdisciplinariedade desses temas. Uma marginalização também evidenciada pela comunidade, embora de maneira mais discreta até o momento, é a representação da homossexualidade em sistemas de representação e no acervo, que muitas vezes limita o gênero literário apropriado para esse grupo.

Dois conceitos são compartilhados pela comunidade considerados como primordiais na construção de sistemas de organização do conhecimento: o conceito de garantia ao usuário e garantia cultural. Para os pesquisadores, os sistemas devem ser centrados no usuário, focando nas necessidades informacionais e vocabulários utilizados por esses indivíduos. Deve-se ainda garantir que todas as culturas usuárias daquele sistema sintam-se devidamente representadas por ele, garantindo que os termos utilizados acompanhem a dinamicidade de alteração de vocabulário e contextos de aplicação.

A evolução tecnológica também está presente nas discussões investigadas pelos membros da comunidade epistêmica. Embora a utilização de documentos digitais ainda estivessem no início de sua disseminação, os autores já puderam identificar problemas relativos a identidade digital, barreiras idiomáticas e linguagem utilizada.

Também é enfatizado pelos pesquisadores a elaboração de políticas e códigos de ética, que respaldem a decisões tomadas em processos de organização do conhecimento e também busquem uma estabilidade na forma com que esses processos são desenvolvidos, ainda que análise caso a caso seja necessária.

2º período (2004-2008)

Esse período inicia-se com Campbell (2004) analisando as classificações facetadas, especialmente no contexto da representação do conhecimento em recursos digitais, e como essas ferramentas podem ser elaboradas de forma a melhor compreender o universo gay. Segundo o autor, esses recursos estão cada vez mais comuns e é um desafio elaborar uma plataforma amigável, que compreenda todos os indivíduos, sem cair na falácia da universalização. Da mesma forma, é um risco elaborar ferramentas para comunidades específicas, sem que de fato se esteja inserido nessa comunidade.

Dessa forma, o autor sugere que ao elaborar ferramentas de representação para o universo digital, primeiro seja analisado a forma com que comunidades específicas categorizam elas mesmas e seus domínios de conhecimento em seu cotidiano. Assim, Campbell entrevista um grupo de 20 pessoas – 10 homens e 10 mulheres, que foram questionados sobre a primeira vez que se depararam com o conceito de homossexualidade e como gradualmente foram aprendendo mais sobre esse tema; as

fontes de informação que utilizaram durante esse processo e quais são seus padrões de informação atuais.

Como resultados, Campbell pode identificar que os indivíduos eram sensíveis a “espaços gays”: lugares onde eles se sentiam confortáveis para buscarem informação sobre sexualidade sem que fossem julgados. Esses lugares podem ser compreendidos sob a perspectiva física, como livrarias ou bares, como também sob a perspectiva social, como a casa de um vizinho ou um colega de quarto, lugares que esses indivíduos se sentiam amados e confiantes.

Além disso, o autor identificou que a temática gay pode ser assimilada a partir de um sentido mais amplo, em que esses temas não eram elementos conscientes ou objeto de pesquisa inicial, mas em que foi identificada uma relação enquanto outros assuntos eram pesquisados. Como exemplo, Campbell cita que uma das entrevistadas estava lendo um livro que gostou muito e, quando descobriu que a autora era gay, isso lhe deu um interesse extra na publicação.

A partir dessa análise e tendo por base a classificação facetada, o autor aponta três facetas em que os conteúdos gays podem assumir dimensões: tipos, partes e processos. Relativo aos tipos, os participantes frequentemente referiam-se a “tipos de bar”, “tipos de pessoas”, “tipos de livros”, etc., em que é possível perceber que nesse contexto, tipos relaciona-se a encontrar “tipos” de pessoas que possuem os mesmos interesses, demonstrando que não estão sozinhos e reforçando um senso de comunidade.

Em relação a “partes”, demonstra um senso oposto, de separação: materiais que poderiam ser relevantes para essas pessoas encontram-se em seções separadas em livrarias ou bibliotecas, dando uma sensação não de gênero literário ou tipos de livro, mas como “partes” separadas da literatura. Já a respeito da faceta “processo”, os participantes referiam-se ao processos que assumiram sua sexualidade, como momento formativo e decisivo em suas vidas. Como sugestão, Campbell traz que esse momento poderia ser incluído na classe 751.8 da CDD, que descreve o “ciclo dos estágios da vida”, como nascimento, infância e casamento.

Campbell também identificou que o espaço e tempo também são bem definidos para essa comunidade, que divide espaços físicos de acordo com a representatividade para o movimento gay, como vizinhanças específicas e também tempos no espaço que foram significativos para suas lutas, como a era de Stoneage ou o período pré e pós Aids.

Como conclusões, Campbell sugere duas opções aos designers de ferramentas web: adequar os materiais relacionados com a sexualidade gay e lésbica à estrutura lógica das facetas utilizadas pela comunidade, de forma que esses materiais apareçam de maneira lógica e de acordo com a forma com que essa comunidade visualiza o conhecimento e também, utilizar-se de filtros de pesquisa generalizados, como um campo de controle do MARC, que possa marcar todos os materiais que sejam de interesse para essa comunidade e possam ser recuperados na busca.

Furner e Dunbar (2004) também criticam a Classificação Decimal de Dewey, em especial os conceitos acerca de raça expostos em sua tabela auxiliar. Para os autores, os classificadores enfrentam três principais problemas: o primeiro diz respeito ao fato de que classificações são basicamente construções sociais, como o exemplo têm-se o conceito de “raça”, que não é precisamente definido por características biológicas ou genéticas, mas construído a partir dos interesses de determinados grupos sociais. Outra dificuldade relaciona-se com a intersecção entre essas categorias, que depende muito do ponto de vista do classificador para determinar a ordem de importância das classes na representação. Uma última dificuldade reside na continuidade dos atributos dessas categorias e os valores que estão inseridos nas diversas possibilidades de representação das relações sociais.

Os autores utilizam-se da Teoria Racial Crítica para analisar o conceito de “misturas de raças” na CDD. A referida teoria tem seu surgimento na década de 80 e busca refletir sobre o racismo sistêmico institucionalizado, a partir de uma observação empírica sobre como o mundo é e as recomendações normativas para compreender ele dessa forma. O racismo fonte de preocupação da teoria pode ser encontrado na aceitação casual de que “raça” é um conceito objetivo, ao invés de uma construção social utilizada para manter relações de poder e opressão; nos suportes legais da segregação social a partir de características de raça; na crença de que determinados grupos são superiores por critérios de raça; e ainda, na aceitação da discriminação entre grupos sociais a partir de características de suas raças. De acordo com a Teoria Racial Crítica, o racismo é intrinsecamente institucional e deve ser considerado segundo essa característica, mais do que enquanto ações de indivíduos isoladamente.

Nesse espectro, o autor critica a forma como “raças mistas” foi abordada na CDD. Inicialmente, a linguagem apresentou raças consideradas mais “básicas” – caucasianos, mongóis e negróides – que eram compreendidas como mais importantes do

que outras além delas e, de maneira ainda mais ofensiva, mais importante do que as misturas dessas raças. Embora nas últimas versões a tabela auxiliar tenha sido modificada para termos mais aceitáveis, as categorias ainda se baseiam em critérios continentais, excluindo a pluralidade de povos que dividem o mesmo continente.

López-Huertas (2006) realizou uma análise de domínio da temática de gênero nas publicações uruguaias. A partir de 600 referências do período de 1990-2005, a autora conseguiu identificar áreas em que o domínio se correlaciona, dentro e fora do domínio. A partir dos termos significativos semanticamente dos documentos – como título e palavras-chave – a autora identificou que os estudos de gênero estão fortemente relacionados a outras temáticas como direito, trabalho, política, família e saúde. De maneira mais abrangente, as principais categorias interdisciplinares com a área de gênero são perspectivas sociais e de direitos, saúde e higiene e economia e negócios.

Capurro (2006) traz o conceito de fundamento ontológico para ética informacional, baseado na concepção de *parhesia* que afirma que a verdade diz respeito não apenas ao que de fato é verdade, mas implica uma perspectiva social e um compromisso público para essa crença. O conhecimento sobre a verdade está diretamente relacionado com a experiência do indivíduo e portanto, torna-se um imperativo moral de acordo com o contexto em que está inserida.

A partir dessa perspectiva, o autor afirma que a ontologia não pode ser definida enquanto uma disciplina distinta da ética, mas enquanto ética no sentido original do termo e a partir dessa concepção no ambiente digital, compreender que a revolução informacional preocupa-se não apenas com a influência do universo digital na filosofia, como também a perspectiva de que as coisas só existem no mundo a partir do momento que podem ser digitalizadas.

Floridi (2006) apresenta quatro desafios relacionados à privacidade informacional, no contexto da ética da informação. O primeiro deles diz respeito às abordagens não ocidentais do conceito de privacidade, uma vez que diferentes linguagens não necessariamente compartilham a mesma concepção desse conceito, com ainda mais diferenças significativas quando se trata de privacidade informacional. Como possíveis soluções para esse desafio, o autor propõe a utilização da teoria da ontologia, que evita assumir uma concepção local e culturalmente ocidental do termo, para buscar uma neutralidade modelada a partir de concepções interculturais. Além disso, a teoria da ontologia leva em consideração novas gerações, que sentem-se mais a

vontade com o mundo digital do que com o mundo físico, construindo uma linguagem padronizada e compreensível independente do seu idioma local.

Um segundo desafio apontado pelo autor é o individualismo e a antropologia da privacidade informacional. Para Floridi, o conceito de individualismo ocidental pode ser compreendido como um paroquialismo – uma tendência em limitar necessidades e desejos a uma esfera puramente local, baseada nos indivíduos dessa sociedade, que é largamente orientada ao mercado. Como sugestão, o autor aponta que as sociedades orientais poderiam elaborar seus conceitos de privacidade, para que haja uma análise das similaridades, em especial no que diz respeito à responsabilidade pessoal.

Outro desafio indicado pelo autor são as limitações da privacidade informacional. Não está claro ainda os limites entre a intimidade dos indivíduos e o uso desses dados para utilização do mercado e para Floridi o principal ponto dessa questão não é a quantidade ou o tipo de informação compartilhada, mas o cuidado que os detentores dessa informação irão ter e é essa relação de cuidado que irá ditar o que e quanto será compartilhado. Essa relação de cuidado é exemplificada pelo autor como a quantidade de informação recebida por um médico pelo paciente ou a relação entre vizinhos, de auxílio mútuo com alguma intercorrência em suas residências. Se todos os casos de acesso à informação tornarem-se violação dessa informação, essas relações serão também prejudicadas, evidenciando a nebulosidade do limite entre ser informado sobre algo e infringir a privacidade informacional.

O último desafio demonstrado pelo autor é a privacidade da informação pública, passiva e ativa. De acordo com Floridi, deve-se abondar a dicotomia ingênua entre as esferas públicas e privadas, o grau de privacidade não é medido a partir de situações definidas, mas a partir de expectativas do uso dessa informação – a maioria das pessoas se sentiria ofendida com o vazamento de uma foto íntima, mas se sente a vontade ao tomar banho com outros estranhos em uma academia, por exemplo. Sendo assim, o grau de privacidade da informação deve ser mensurado de acordo com o contexto social e a partir da distinção entre informações sensíveis – como registros médicos e outras informações pessoais, de informações públicas – como gênero ou raça.

Em 2007, o autor apresenta o conceito de ética informacional global e como ela pode colaborar no mundo globalizado atual, em que a informação é disseminada com cada vez menos barreiras. Inicialmente, Floridi demonstra seis conceitos chaves para entender o fenômeno da globalização: **contração** – as relações sociais e os fluxos

informacionais encontram-se em um espaço físico estrito e uma vida condensada, dando a impressão de um mundo menor; **expansão** – o ambiente digital está constantemente se expandindo e tornando-se cada vez mais diverso; **porosidade** – entre o mundo virtual e físico, uma vez que há dificuldade em definir onde um começa e o outro termina; **híbridez** – as atividades cotidianas encontram-se cada vez mais interativas, em um contexto wireless, pervasivo e distribuído; **sincronização** - os gostos se sincronizam, independente da localização dos indivíduos: lêem os mesmos livros, utilizam as mesmas roupas e gostam do mesmo tipo de música ou comida; e por fim, **correlação** – redes de relacionamento entre indivíduos do mundo todo, em que não é possível definir o que é global e o que é local.

A partir desses processos, é possível identificar novos agentes de informação, novos valores que estão surgindo enquanto outros estão sendo remodelados, contextos culturais que possuem afinidades se aproximam e o ambiente natural se altera, o que faz com que desafios éticos sem precedentes surjam. Nesse contexto, a Ética Informacional pode desempenhar uma nova abordagem para lidar com esses novos desafios (FLORIDI, 2007).

O autor apresenta então o conceito de ética informacional global, que pode ser compreendida como uma ética de comunicação global, utilizada para favorecer condições propícias que favorecem o diálogo, a negociação e a práticas de consenso entre pessoas de diferentes culturas e gerações. De acordo com Floridi, essa abordagem interessa-se em problemas novos e futuros, causados por comunicações globais acelerados que afetam os fluxos informacionais.

Ainda segundo o autor, uma comunicação inter-cultural só é possível se os interlocutores compartilharem uma ontologia em comum, que é compreendida por Floridi como uma variedade de processos que permitem que um agente dê contexto (ordem e compreensão) e semântica (significado) a seu ambiente. De maneira resumida, ontologia é a forma com que o agente compreende o mundo que ele interage e diferentes agentes podem comunicar-se entre si se compartilham algum nível de ontologia ancorada em uma realidade comum. Isso significa que os agentes não precisam necessariamente possuir o mesmo idioma ou empatias, mas precisam ter uma apropriação e semantização mínima de seu ambiente em comum, para que haja interações morais.

Como auxílio da Ética Informacional para esses processos de Globalização, Floridi apresenta as seguintes vantagens: envolver-se na nova ontologia informacional, compreendendo que a informação é o meio e que essa abordagem pode garantir práticas advindas dos valores e fenômenos morais atuais; dividir uma ontologia mínima e horizontal, conveniente, tolerante e interfaciável com outras ontologias locais; um ambiente informacional, em que todos os agentes – humanos, digitais ou híbridos – dividem a mesma ontologia e vocabulário; e por fim, identificar as fontes e alvos de interações morais, em que a ética informacional auxilia na comunicação e interação entre diferentes pensamentos e ontologias verticais, abordando os problemas de uma maneira mais próxima da neutralidade.

Furner (2007) traz críticas à representação racial nas classificações bibliográficas. O autor utiliza-se da Teoria Crítica Racial como abordagem para a análise da CDD, refletindo sobre a legitimação da ideologia dominante por esquemas de classificação que pode justificar o baixo nível de usuários negros em unidades informacionais devido ao fato de eles não se sentirem representados por esses esquemas, ademais a essas unidades não se encontrarem predominantemente em regiões pobres e suburbanas. Por essas circunstâncias, a teoria crítica racial seria de grande valia para bibliotecários: pelo comprometimento social dessas instituições e pela potencial aplicabilidade dessa teoria nesses espaços, de maneira a evitar ao máximo o racismo institucionalizado.

Nas bibliotecas, o racismo institucionalizado pode se manifestar por ações como ignorar sua presença ou negar que seja um problema, pela indiferença quando de atitudes racistas no ambiente do trabalho, pela distribuição desigual de brancos e negros entre a equipe de trabalho da unidade, ou mesmo pela falta de recursos e serviços que apoiem a diversidade da comunidade na biblioteca. Assim, ao fazer referência a um serviço justo de biblioteca, Furner (2007) cita alguns objetivos – ou valores éticos – que devem ser perseguidos pela equipe da unidade, tais como: a satisfação do usuário, o amparo aos usuários, a equidade de oportunidades, a divulgação dos serviços oferecidos, a liberdade de escolha, as recomendações de qualidade, a responsabilidade na prestação de contas, a eficiência, a diversidade, conformidade com as normas e padrões e a busca pela estabilidade, evitando-se a opressão, de tal modo que uma biblioteca justa possa ser aquela em que os recursos são utilizados de maneira ativa, de

forma a dar suporte às mudanças sociais e reconhecendo os direitos dos grupos oprimidos.

A principal crítica do autor no que tange aos sistemas de organização do conhecimento residem na Tabela Auxiliar de grupos étnicos e nacionais da CDD, que remete o termo “raça” somente a grupos étnicos, sem o valor social desse conceito. Ademais, a previsão de uma subdivisão de assunto denominada “raças básicas” como norma e marginalizando outros grupos raciais que nela não se encaixam evidencia discriminação, o que se acentua pela subdivisão “raças misturadas” (FURNER, 2007).

De uma perspectiva feminista, Olson (2007) analisa a forma como o conhecimento é descrito nos sistemas de organização do conhecimento utilizados nas bibliotecas atualmente. De acordo com a autora, a organização enquanto atividade profissional é baseada na lógica Aristotélica e busca uma representação linear, hierárquica e multi-exclusiva. Nesse modelo de representação, baseado no silogismo, a hierarquia é dada à classe posterior, que deve necessariamente pertencer às classes precedentes.

Nessa mesma lógica, o objeto do conhecimento é tradicionalmente visto no masculino, apresentado como a “razão”, enquanto a mulher demonstra ser o binômio oposto, representada como a “emoção”. Essa visão de oposição entre homem e mulher reforça a exclusão, como pode ser verificado em classes como “Mulheres no trabalho” ou “Mulheres astronautas”, sem a devida correspondência para homens, ou seja, a perspectiva masculina é a norma e a feminina, a excessão (OLSON, 2007).

Tendo essa análise em mente, Olson propõe a utilização de modelos alternativos de representação do conhecimento, que não são baseados na lógica Aristotélica. Esses modelos fundamentam-se em uma perspectiva feminina, mas podem ser aplicados na representação de outros grupos marginalizados, como por exemplo, a população indígena. A sugestão da autora é incluir a mulher na lógica tradicional, rejeitando a visão aceita até então e adotando um modelo mais “feminino” que rejeite qualquer dicotomia meramente racional.

Como exemplo, a autora cita algumas ferramentas e processos da Organização do Conhecimento que já adotam essa perspectiva, como as relações associativas nos tesouros e listas de cabeçalhos de assunto; a classificação facetada; o modelo de entidade-relacionamento encontrado no FRBR; e a indexação colaborativa por meio de tags no ambiente Web, conhecida como Folksonomia.

Também sob a ótica da questão de gênero, López-Huertas e Torres Ramírez (2007) analisam como esse domínio interdisciplinar se constitui a partir de suas estruturas terminológicas. Para tanto, as autoras analisaram linguagem de indexação de maneira comparativa, de forma a identificar padrões entre diferentes ferramentas. Posteriormente, essas linguagens foram comparadas com o léxico de fontes de informação na área, para verificar se os termos utilizados são similares e se há possíveis *biases* preconceitos nas ferramentas, em especial no que diz respeito ao corpo e imagem da mulher na sociedade.

Como resultados, as autoras identificaram que, diferente do que se esperava, os termos relativos a corpo e imagem feminino correspondem a apenas 33% do total de termos presentes nos tesouros, o que acaba revelando que os pesquisadores espanhóis ainda possuem uma atenção limitada a esses aspectos, uma vez que para construção de ferramentas de indexação utiliza-se da premissa de garantia literária. Nesse sentido, os autores sugerem que um novo olhar para essas questões deve ser utilizado pelos profissionais que elaboram essas linguagens.

Guimarães et al. (2007) identificam um grupo de valores éticos essenciais às atividades de representação do conhecimento. Segundo os autores, no universo ético esses valores podem ser considerados o reflexo dos aspectos morais, buscando o bom convívio em sociedade. Esses valores não são estáticos, dependem do contexto e do que aquela cultura declara como aceitável naquele determinado período de tempo e portanto, devem ser constantemente avaliados, reinterpretados e adaptados.

No contexto profissional, esses valores são declarados por meio de códigos de ética, em que são expressas as responsabilidades desses profissionais e a credibilidade de seu campo. Alguns valores devem ser considerados aquilo que Kant denominou como “imperativos categóricos”, valores que são aceitos em qualquer cultura e continuam atuais em qualquer tempo. Nesse sentido, os autores buscaram identificar quais esses supervalores no universo da Organização do Conhecimento.

O primeiro deles são os conceitos de hospitalidade e garantia cultural propostos por Beghtol, em que os sistemas reconhecem a complexidade entre os diversos usuários das unidades informacionais e agem de acordo com essa diversidade. Dessa forma, os sistemas promovem a visibilidade dessas culturas, com novos conceitos e novas relações semânticas entre os conceitos. Nesse mesmo sentido, o conceito de “ética transcultural” também é destacado por Guimarães et al. (2007) como um importante

valor da área, proporcionando o design de sistemas de maneira vertical e aberta, ao invés da utilização de ferramentas rígidas e que não permitem inclusão de novas perspectivas.

Os autores também destacam a reflexão teórica de Van der Waalt a respeito da Ética aplicada a processos de indexação e classificação e como essas atividades implicam valores de responsabilidade social; definição de comportamentos anti-éticos e como eles ocorrem; passos para evitar esses comportamentos e como promover o respeito aos autores e usuários. Guimarães et al. (2007) também consideram os desafios destacados por Olson no contexto desses processos informacionais, em especial a falta de neutralidade dos catálogos e como eles expressam as visões de mundo da sociedade em que estão inseridos.

O design de sistemas multilingues, conforme Bair e Hudón declaram em seus artigos, também é considerado por Guimarães et al. (2007) como um importante valor a ser considerado na área. Ferramentas construídas a partir de conceitos multilingues representam o conhecimento de maneira mais leal e reduzem danos à comunidade usuária, uma vez que além de meras traduções dos termos, essas ferramentas carregam os aspectos culturais dessas representações. Nesse contexto, os catálogos devem ser construídos a partir desses conceitos, além de princípios como justiça, liberdade, imparcialidade e precisão.

O conceito de domínios do conhecimento, proposto por Thelefsen and Thelefsen, também é destacado pelos autores para uma organização do conhecimento mais ética e justa. A construção de termos de representação partindo do pressuposto dos termos de especialidade e discurso daquela comunidade, permite uma representação mais fidedigna e que se propõe a de fato, representar o conhecimento compartilhado e utilizado pela comunidade usuária daquela ferramenta.

De maneira mais específica, Guimarães et al. (2008) buscam identificar os valores mais específicos, que ajudam a de fato perseguir os supervalores citados anteriormente. Para tanto, os autores analisaram uma série de artigos na área que continham termos relativos a conceitos éticos, no período de 1995 a 2004 e chegaram aos seguintes grupos de valores:

Valores superiores que devem guiar todas as atividades de informação: respeito a privacidade; direitos autorais; acessibilidade; liberdade; segurança; equidade; diversidade e minimização de riscos.

Valores antes vistos como exigências profissionais, por serem essenciais aos processos: competência; eficiência; flexibilidade; efficiency; flexibility; confiabilidade; reconhecimento profissional; atualidade; autonomia; consciência de poder e cooperação.

Valores previamente considerados apenas como medidas de recuperação da informação, mas atualmente reconhecidos como parte de um universo axiológico: precisão; garantia cultural; exaustividade; consistência; usabilidade e hospitalidade.

No mesmo sentido, os autores buscaram identificar problemas éticos no campo, ou seja, ações que causam dano aos usuários e impedem o acesso à informação. Os problemas identificados por Guimarães et al. (2008) foram:

Problemas que não são específicos ao contexto da Organização do Conhecimento, mas são onipresentes no mundo atual: seguregação digital; pornografia; lixo eletrônico; profissional sendo substituído pela tecnologia e violência.

Problemas que possuem relação direta com atividades profissionais de Organização do Conhecimento: vigilância; censura; falta de garantia cultural; negligência; direção informacional; ineficiência profissional; má-representação; racismo; ambiguidade; marginalização; imparcialidade ou crença na neutralidade; idiosincrasia; inacessibilidade informacional; tendenciosidade na terminologia; traduções inadequadas.

De forma a distribuir esses valores e problemas em grupos, Guimarães, Milani e Pinho (2008) sistematizam e os relacionam em algumas instâncias de compromissos, conforme pode ser melhor visualizado a seguir:

Compromissos com usuários: garantia cultural; acessibilidade; diversidade informacional; privacidade; direitos autorais; liberdade; segurança informacional; equidade e minimização de riscos. Esses valores são violados pela pornografia; lixo eletrônico e violência.

Compromisso com a informação: precisão; garantia cultural; exaustividade; consistência; flexibilidade; facilidade ao usuário; hospitalidade do sistema. Esses valores são violados pela vigilância; censura; falta de garantia cultural; direcionamento informacional; má representação; racismo; falta de clareza; marginalização; neutralidade; idiosincrasia; inacessibilidade; tendenciosidade ou inadequação terminológica.

Compromisso com a profissão: cooperação

Compromisso com os profissionais: competência profissional; eficiência; confiança; reconhecimento profissional; precisão e autonomia. Alguns problemas que podem violar esses valores são negligência, ineficiência profissional e substituição do profissional pela tecnologia.

De maneira a melhor a estimular pesquisas nesse sentido e melhor representá-las, os autores sugerem uma ampliação da classificação de Dalhbergh, utilizada para representação de artigos publicados no periódico Knowledge Organization, com a inclusão de uma classe específica para estudos éticos no campo.

Análise do período

Nesse período, algumas questões voltam a ser preocupação da comunidade, como a questão da representação de gênero tanto em sistemas de classificação como em sistemas de busca na internet. A partir das investigações, é possível perceber que o vocabulário utilizado em tesouros da área de estudos de gênero não são compatíveis com os termos utilizados nos ditos sistemas. A representação homoafetiva em linguagens de classificação também é mais uma vez objeto de pesquisa de Campbell.

No período anterior, foram evidenciados problemas, neste período, além dos problemas serem novamente salientados, algumas soluções são apresentadas. Merece destaque a sugestão dos pesquisadores pela utilização de sistemas facetados, mais adequadas para representar a diversidade cultural. Com essa sugestão, fica-se claro que os sistemas de classificação tradicionalmente utilizados não estão cumprindo sua função de representação adequada dos registros informacionais e que mesmo havendo outras opções estruturadas de maneira mais abrangente, elas continuam a não ser amplamente utilizadas.

Outras temáticas de pesquisa surgem nesse período, como os preconceitos de raça presentes na CDD, que revelam um racismo institucionalizado difundido pela ferramenta de classificação e o conceito de privacidade informacional no contexto digital e globalizado, em que a ética informacional pode ser utilizada para favorecer o diálogo, a negociação e práticas de consenso entre diferentes culturas. Também há a introdução de um contexto axiológico, permeado por valores e problemas éticos que regem as atividades de organização do conhecimento, dizendo o que moralmente deve ser realizado e o que deve ser evitado.

É relevante também a preocupação com questões profissionais e relativas a deontologia do campo, com valores e problemas encontrados na área sendo ressaltados por meio da análise de literatura.

3º período (2009-2013)

O período se inicia com artigo de Furner (2009), intitulado “Interrogating ‘identity’: a philosophical approach to an enduring issue in Knowledge Organization”. Para o autor, uma importante característica do campo é a responsabilidade que os pesquisadores possuem na construção de ferramentas e qual a melhor forma de se determinar como esses sistemas irão agir. Alguns questionamentos são sugeridos pelo autor: como a melhor forma de lidar com questões de identidade em representações, entre classes de documentos ou de grupos sociais. Essas questões assumem duas dimensões, uma mais voltada para como esses sistemas representam e como eles auxiliam os profissionais no momento da representação.

De forma a determinar como esses sistemas representam as identidades, o autor busca definir o que de fato são essas identidades, a partir de duas concepções: **identidade como relação**, considerando dois itens, quanto eles podem ser considerados instâncias do mesmo trabalho e **identidade social e pessoal**, conjunto de propriedades que um indivíduo possui que o caracteriza como membro de um grupo social ou o diferencia de outras pessoas. Para Furner (2009), identidade é um processo de auto-categorização e os indivíduos possuem por direito escolher entre qual identidade desejam fazer parte. O grande desafio para KO é então, garantir que essas diferentes expressões de identidades estejam incluídas no sistema.

De acordo com Furner (2009), os sistemas de KO não são um suporte para o desenvolvimento de atividades e sim, produto desse campo. Nesse sentido, deve-se

questionar quão bem esses produtos representam assuntos e relações e como esses sistemas devem ser avaliados para identificar se estão de fato representando a diversidade de identidades. Para tanto, o autor reflete sobre algumas concepções ligadas a esses sistemas.

De maneira mais tradicional, o autor aponta a **visão centrada no documento**, em que indexadores representam o conteúdo de acordo com o conteúdo do documento e a **visão centrada no usuário**, em que os indexadores representam os itens considerando a forma como eles vão ser buscados pelo usuário. No entanto, o autor ainda sugere outras duas concepções: **visão orientada a descrição**, em que o sistema auxilia os indexadores a produzir representações confiáveis; e a **visão orientada a recuperação**, que diz respeito ao grau de recuperação dos documentos por meio do sistema.

Também em 2009, Keilty critica a forma com que o universo *queer* é representado, sempre relacionado ao âmbito do sexo e da perversão. O estudo de Keilty parte do pressuposto que um conceito crucial na classificação é o de “pertencimento”: agrupar coisas semelhantes ao local que pertencem e o porquê desses itens pertencerem a uma classe e não a outra. No entanto, os limites desse pertencer não estão claramente definidos, muitos dos assuntos podem se reconhecer dentro de mais de uma classe, o que é comum por exemplo, no universo *queer*. Segundo o autor, o termo *queer* possui seu conceito em constante mudança ao longo das décadas, e que não pode ser utilizado para definir apenas questões de gênero, como também outros assuntos se correlacionam: raça, etnia, colonialismo, nacionalidade, etc.

A partir de sua análise, Keilty (2009) demonstra que a classificação tem uma força repressiva para o universo *queer*, determinando tanto como os termos desse domínio devem ser utilizados no âmbito institucional e conseqüentemente, na sociedade; como também enquanto forças produtivas, uma vez que dá visibilidade a essa comunidade. Utilizando-se como exemplo a classificação de sexo e desejo, da Tabela de Ulrich, o autor revela que há uma hierarquia das relações sociais constituídas em espaços de informação, mesmo os contemporâneos. Uma forma de quebrar essa hierarquia é evidenciar os problemas e perigos que esses fenômenos classificatórios provocam, não apenas a partir do questionamento de suas estruturas, como também na discussão sobre essas forças de resistência no âmbito acadêmico.

Em artigo de Smiraglia (2009), o autor faz uma crítica a sistemas de representação focados em documentos como livros, considerando outros suportes como

exceções. De acordo com o autor, embora as regras de catalogação pareçam pragmáticas, são na verdade elaboradas e administradas pelas instituições que elaboram esses códigos, o que permite uma visão enviesada e centrada naquilo que essas instituições consideram ser pertinentes.

Para Smiraglia, o que é necessário é um compromisso teórico, em que o catalogador deve exercer um julgamento independente e tomando cuidado com as regras expressas pelos códigos. O catalogador deve atuar como força de sinergia, entre um catálogo bem desenvolvido e a conveniência da ferramenta para o público. Quando os catálogos são construídos apenas visando um tipo específico de suporte informacional, como no caso dos livros, há uma implicação ética que pode impedir a recuperação de itens considerados mais apropriados para a necessidade informacional do usuário.

Como exemplo, o autor cita o caso de um músico buscando por uma partitura musical. Como os documentos são descritos usando a lógica bibliocêntrica, isso dita a usabilidade de itens que não estariam bem descritos a partir dessa lógica, não por conta da pertinência do item, mas sim por conta dos elementos descritivos do documento. De acordo com o autor, os sistemas são elaborados para violar a garantia cultural e portanto, os usuários já são educados a esperar esse tipo de tendenciosidade.

O artigo ainda analisa três obras em um mesmo catálogo, que possuem títulos similares e no entanto, uma dizia respeito a bibliografia do president Roosevelt, outra com a transcrição de discursos ocorridos na White House e a terceira, sobre a vida de Jesus Cristo. Embora as três obras sejam muito diferentes entre si, as descrições nos catálogos eram muito similares. Embora o traço caracterizador seja relativo ao assunto, registros catalográficos semelhantes podem confundir o usuário no momento da busca informacional.

Outro elemento que Smiraglia (2009) critica é a inclusão da Designação Geral do Material (DGM) na descrição de materiais não-livros. Embora a utilização desse elemento seja justificada para distinção de tipos de materiais, na área digital pode ser compreendida enquanto um aviso de que o material não é um livro, condicionando a seleção de materiais.

Uma sugestão dada pelo autor para minimizar a ocorrência dessas consequências danosas é a utilização do novo código de catalogação RDA. Embora a ferramenta ainda

possua algumas limitações substanciais, pode ser considerada menos rígida que o AACR2, permitindo descrições analíticas e distinções mais completas e fidedignas.

Adler (2009) busca comparar a forma como livros de assuntos transgêneros são tratados a partir linguagens controladas tradicionais em comparação a em folksonomias. Para tanto, a autora analisa a forma como o catálogo cooperativo WordlCat, que utiliza-se do cabeçalho de assunto da Biblioteca do Congresso, representa livros na temática trans e como esses mesmos documentos são representados na ferramenta LibraryThing, que utiliza-se da folksonomia para que os próprios usuários determinem a forma como aqueles documentos devem ser recuperados.

Olson (2010) faz uma crítica a progressão linear do conhecimento encontrada nas classificações bibliográficas, baseadas na teleologia de Hegel. Os três estágios do conhecimento propostos pelo filósofo são usados amplamente nas principais classificações bibliográficas utilizadas na atualidade – a CDD e sua derivada, CDU. Embora essas classificações tenham tido suas origens atribuídas a Bacon, estudos na área comprovam que na verdade, são aplicações dos estágios de Hegel.

Segundo a autora, um dos princípios das classificações é organizar tópicos de maneira linear a partir de uma sequência lógica. No entanto, a problemática reside na forma com que essas classes são ordenadas e quais são as proximidades estabelecidas entre elas. Como exemplo, Olson cita as classes de ciência e tecnologia, que são dispostas próximas, uma vez que a tecnologia é uma aplicação da ciência. Porém, essa lógica não pode ser facilmente percebida quando os assunto relativos à filologia e literatura foram dispostos de maneira separada na CDD, sendo que são estudados de maneira conjunta. Essa discrepância foi depois alterada na CDU, o que comprova como essa ordem lógica é importante para as classificações bibliográficas.

Os três estágios de Hegel são fundamentados na progressão do desenvolvimento do conhecimento: ser – essência – ideia. Essa lógica vai do lógico ao abstrato, noção que foi posteriormente invertida na Classificação de Harris, a qual Dewey baseou-se para construir a CDD. Aplicado a um contexto cultural, esse desenvolvimento cronológico sugere um avanço pré-definido do conhecimento, o que pode marginalizar assuntos que não se encaixam nessa progressão.

Para Olson, o grande problema dessa concepção lógica é o fato de que Hegel era um homem inserido em uma cultura e sociedade específicas, que seguiu os passos da lógica aristotélica, que visualizava o desenvolvimento de culturas ocorrida de maneira

separada uma da outra, não considerando as ramificações desses avanços. Na atualidade, essas visões não se adequam mais, embora ainda sejam utilizadas para representar o conhecimento registrado do mundo e a forma com que as pessoas compreendem a sociedade.

Guimarães e Fernández-Molina (2010) fazem uma reflexão sobre os estudos éticos em Organização do Conhecimento. Segundo os autores, a atual sociedade da informação tem possibilitado uma diversidade nas produções e nas formas de acesso à novas informações, caracterizado por elementos como a globalização, que quebra barreiras antes existentes e usuários cada vez mais exigentes, que conhecem os recursos disponíveis.

Segundo os autores, a partir dos anos 90, uma série de estudos são desenvolvidos no âmbito da ética em Ciência da Informação, voltados para aspectos como o acesso à informação digital, a privacidade dos registros de busca, direitos do usuário e do autor, dentre outros aspectos. Pouco se atentou aos aspectos éticos relacionados às atividades de Organização do Conhecimento, possivelmente por serem vistas enquanto atividades de natureza técnica.

Os autores fazem então uma revisão de literatura sobre as pesquisas desenvolvidas nesse contexto, de modo a disseminar quais eram os estudos que estavam sendo realizados. Como destaque, os autores citam o evento da ISKO Internacional do ano de 2002, ocorrido em Granada, em que diversas apresentações tiveram como tema os aspectos sociais em Organização do Conhecimento, além de ter ocorrido uma mesa redonda na temática.

Milani e Guimarães (2010) fazem uma reflexão sobre a presença de *bias* na organização do conhecimento, especialmente no que tange à representação do universo feminino. Para os autores, a representação do conhecimento é um processo de tomadas de decisão que se não for realizada corretamente, pode favorecer certos grupos em detrimento de outros – o que representaria uma “*biased representation*”, ou seja, tendenciosidade ou vieses na representação. A partir de uma revisão de literatura, os autores destacaram os principais trabalhos sobre como a mulher é vista e representada nas linguagens de classificação e indexação.

Guimarães e Pinho (2011) analisam a representação da homossexualidade masculina em linguagens de indexação e como a utilização de figuras de linguagem nesse contexto pode afetar uma representação sem *bias*. A *bias* é compreendida pelos

autores como representação deturpada ou tendenciosa, um desvio utilizado para representar comunidades discursivas que fogem à regra da normalidade. Por essa lógica, os autores compreendem a homossexualidade enquanto um desvio da heteronormatividade, passível de ser representada inadequadamente, refletindo posteriormente na recuperação informacional.

Essa tendenciosidade geralmente ocorre na representação de assuntos considerados polêmicos, contrapostos às opiniões pessoais do indexador ou pouco conhecidos por ele, o que irá afetar a qualidade do índice. Além desses desafios, os autores ainda acrescentam o fato de que o vocabulário utilizado por essa comunidade discursiva é repleto de linguagens figuradas, o que dificulta a definição de conceitos e posterior tradução para termos controlados. Essas figuras são ainda comumente concebidas de maneira pejorativa por aqueles fora do domínio, possuindo uma linha tênue entre a ofensa ou o sentimento de representação da comunidade pela linguagem.

A partir de uma análise de artigos científicos em periódicos que trabalham com temáticas ligadas a homossexualidade masculina, os autores chegaram a 93 termos que possuem em comum cinco aspectos: traduções do inglês para o português, o que exige uma adaptação e tratamento igualitário entre os idiomas; utilização de termos sem que haja tradução, o que é permitido pelo contexto linguístico cultural; termos que são específicos da comunidade discursiva; presença de figuras de linguagem e termos que representam grupos específicos na comunidade, construindo identidades dentro da comunidade.

Como sugestões para melhor compreender esse universo, os autores sugerem uma maior investigação em como essas figuras de linguagem são utilizadas no vocabulário da comunidade discursiva analisada e quais influências elas podem ter sob as linguagens de indexação. Os autores também sugerem estudos terminológicos nesse sentido, buscando um adequado agrupamento desses termos.

Fox (2011) faz uma crítica às teorias clássicas do conceito, muito utilizadas para elaboração de classificações bibliográficas e sugere o uso de teorias baseadas em protótipos. Conforme a autora, essas teorias clássicas que baseiam-se na lógica aristotélica, são muito criticadas por classificadores, feministas ou pesquisadores de causas das minorias, por conta da rigidez de suas estruturas hierárquicas, que reforçam padrões de papéis dominantes e subordinados. Ainda que duramente criticada por esses

grupos, elas continuam sendo amplamente utilizadas para elaboração de instrumentos de classificação.

A autora sugere então a utilização da Teoria de Protótipo como uma possível solução para esses problemas. Essa teoria surge no escopo da psicologia cognitiva e afirma que o contexto deve ser considerado ao se estipular uma categoria, ou seja, deve ser analisado como essa palavra é utilizada no contexto em que está sendo representado, algo próximo do que Wittgenstein chamava de “jogo de palavras”. Além disso, essa teoria determina que embora os membros dessas classes devam compartilhar similaridades em suas propriedades, isso não significa que todas as suas características devam ser compartilhadas por todos os membros do grupo – essas qualidades são acidentais, não essenciais.

Como exemplo da aplicação dessa teoria, a autora sugere os conceitos de sexo e gênero. A justificativa dá-se por, uma vez que feministas e pesquisadores da teoria queer criticam classificações hierárquicas que os tratam como subordinados a outras classes que eles não se reconhecem, uma forma de sanar esse problema seria utilizando uma teoria que desaprova o essencialismo e mútua exclusividade. Assim, a utilização da lógica binária seria rejeitada e concepções que envolvem o conceito de “mulher” não seriam necessariamente estáveis e consideradas universais – como por exemplo, a presença ou não do sexo feminino pode ou não implicar no reconhecimento do indivíduo enquanto mulher e isso deve ser refletido nos sistemas de organização do conhecimento.

No entanto, Fox reconhece que a teoria possui suas limitações quando considerado o domínio bibliográfico, principalmente pelo fato de que a teoria aborda majoritariamente a noção de conjunto, não sendo tão efetiva para representação de individualidades. Assim, para tornar-se inclusivo, é necessário que o protótipo seja baseado em modelos fornecidos pelos grupos que estão sendo representados, para que suas individualidades sejam evidenciadas mesmo quando contempladas em conjunto, evitando e neutralizando padrões dominantes.

Em artigo de 2012, Tennis critica o uso de sistemas de informação baseados em hierarquias e demonstra como esse tipo de esquema pode ser considerado danoso aos usuários desses sistemas. De acordo com o autor, a hierarquia pode ser compreendida enquanto ranking, com mais itens em áreas mais gerais do que em áreas mais

específicas, o que deixa nítido o caráter dominante desse tipo de paradigma. Essa compreensão é definida pelo autor como argumento funcional.

Tennis vê a Organização do Conhecimento enquanto uma intervenção, que deve funcionar corretamente, de modo a causar o menos dano possível. Para atuar desse modo, esses aspectos devem ser considerados no desenvolvimento, implementação e avaliação desses sistemas. Para identificar qual é a intenção e ação dos sistemas, uma forma é refletir sobre a semântica e as estruturas dos sistemas de organização do conhecimento.

Para o autor, a única maneira de analisar as classificações hierárquicas é a partir da associação do argumento funcional com o campo contingente (estrutura e semântica separadas). Tennis (2012) afirma que se essas ferramentas são construídas para serem usadas por todos, então é necessário que todos tenham acesso à “caixa de ferramentas”. Essa concepção abre espaço para análise de diferentes formas e estruturas a serem usadas, em especial quando considerados os diferentes propósitos da representação.

Fox e Reece (2012) buscam propor um modelo ético para organização da informação. Segundo os autores, os sistemas utilizados na atualidade são conhecidos pelo estímulo de violência conceitual, que é o dano que pode ocorrer através de má representação linguística ou estrutural. As ferramentas de organização do conhecimento são potenciais atuantes dessa violência uma vez que são gerenciados por comitês e corporações, que são criadas dentro de um contexto e possuem vozes que falam “mais alto” do que outras.

Para construção de um modelo ético para esse universo, os autores analisam algumas vertentes teóricas, como o modelo utilitário, em que só as consequências dos atos importam; deontologia, em que a ética é realizada por meio do dever, considerando imperativos categóricos; e justiça ética, que se baseia naquilo que é puramente justo.

O modelo proposto pelos autores é um conjunto dessas dimensões éticas, e consiste em: um dever para se preocupar; sistemas hospitalares; consequências dirigidas por meio de ações; ênfase na melhora da prática; tratar pessoas como focos finais, com direitos básicos e responsabilidades; e por fim, prevêr ações que são sabidamente erradas.

Keilty (2012a) reflete sobre os limites da temática sexual, a partir da perspectiva histórica, buscando compreender como esse assunto é encarado pelas classificações. Segundo o autor, essas representações estão cerceadas por mecanismos de poder, de

acordo com uma perspectiva Foucaultiana, e perspectivas sobre sexualidade não são sempre *top-down* ou *bottom-up*. De outro modo, essas perspectivas são construídas por meio dos membros dessa comunidade (ou subcultura, conforme denominado pelo autor), revelando muitas vezes a relação com uma outra cultura dominante.

Referindo-se aos estudos de Foucault, Keilty demonstra que as compreensões de termos relacionados ao universo sexual foram construídas especialmente no século XIX, a partir do discurso médico legal, e não a partir da comunidade representada. Fundamentado nesses discursos, o conceito de homossexualidade é percebido meramente como uma orientação sexual, com origem biológica ou fisiológica, designando esses indivíduos como pervertidos sexuais e naturalmente diferentes de outros.

Mencionando trabalhos nessa perspectiva na Organização do Conhecimento, Keilty aponta que as temáticas circundam sobre a maneira que classificações bibliográficas amplamente utilizadas, como a da Biblioteca do Congresso ou a Classificação Decimal de Dewey, não refletem a forma como a comunidade queer deseja ser representada. Essa falta de interlocução resulta em consequências como a restrição dessa subcultura no acesso à informação e também os força a utilizar termos considerados ofensivos por eles no momento de busca a recursos informacionais.

Embora parte desses estudos sugerem que as folksonomias sejam uma maneira adequada de representação de assunto, uma vez que são elaboradas pelos próprios usuários daquela informação, Keilty (2012a) ressalta que esse processo classificatório não é livre de forças disciplinadoras, que promovem o controle dos termos. Embora as folksonomias possam neutralizar a autoridade institucional no ato de classificar, elas ainda revelam a forma com que os termos são socialmente vistos, a partir de forças reguladoras que não nos permitem escolher livremente como esses termos são concebidos ou compreendidos.

Também nesse mesmo contexto, Keilty (2012b) analisa os limites traçados para representação dos termos relativos à esfera queer no website Xtube, definido pelo autor como um “youtube para pornografia”, que permite a seus usuários submeter e indexar vídeos caseiros de sexo. De acordo com o autor, analisar a forma como são feitas tags nesses sites podem auxiliar na construção de linguagens controladas porque revelam como os membros dessa comunidade se enxergam e como são vistos pelos outros participantes. Uma vez que a pornografia é representativa, ela permite que questões

sociais de gênero sejam refletidas, e investigar as tags nomeadas nesse âmbito admite uma reflexão sobre como ocorre as nomenclaturas e organização social nesse contexto.

Para o autor, essas tags revelam uma multiplicidade de termos e organização social, que no entanto, não são completamente particulares ou idiosincráticas. Esses termos são regulados por convenções sociais de linguagem e de ideologia, uma vez que são desenvolvidas a partir de um vocabulário compartilhado pelos membros, e esse “poder de nomear” que lhes é dado permite que se descrevam de maneira estruturada de acordo com o que se identificam e também a relacionar com outros termos que podem ser compreendidos de maneira associativa. Além disso, a participação desses membros na representação desse conhecimento determina quais serão as tags utilizadas, o que também influencia em uma padronização da organização social. Embora essa representação tenha o propósito prático de descrever os vídeos, ela influencia a forma com que essas práticas serão referenciadas na vida em sociedade, de forma a estruturar sua identidade de gênero e sexual.

Além desses aspectos, os membros que desejam submeter seus vídeos devem indexá-los de uma maneira que sejam recuperados pelos outros usuários, o que resulta no que Keilty denomina como “disciplina horizontal”, uma vez que esses termos são consolidados em um mesmo nível hierárquico. Esses termos são alcançam ainda um nível de estabilidade durante um período, o que não significa que não irão se alterar no decorrer no tempo, mas que naquele espaço de tempo são considerados semanticamente significativos e que suas alterações ocorrerão de maneira consensual entre os membros da comunidade.

De acordo com o autor, embora essas tags não possam ser consideradas uma linguagem controlada no sentido estrito do conceito – uma vez que não controlam sinônimos ou relações pré-estabelecidas – elas revelam um alto nível linguístico entre os membros dessa comunidade e também evidencia relacionamentos a partir de cocitações. Cada um dos termos utilizados na representação está ligado a uma nuvem de termos que foram citados de maneira conjunta em outros vídeos e cada um deles pode estar contido em uma variedade de nuvens. Esses arranjos representam o que poderia ser denominado como índice dessas tags, o que também revelaria uma rede de relacionamentos que essa organização social se constitui.

Alguns desses relacionamentos podem ser considerados mais familiares – como o relacionamento do termo “*bear*” com o termo “*gay*”, que poderia ser estabelecido

quase como uma relação de gênero-espécie – enquanto outros são mais ambíguos – como o termo “*Japanese*” e “*worship*”, em que não se tem nítido em qual contexto essa interação se estabeleceu – ou ainda, considerados pejorativos – como os termos sexistas como “*slut*” ou “*bitch*” ligados a “*dominance*” e “*humiliation*”. Esse último tipo de relacionamento evidencia como essa comunidade ainda age de acordo com uma cultura dominante, o que revela as forças de poder que ainda constituem a vida social desses indivíduos, demonstrando uma heteronormatividade sexista.

No mesmo universo *queer*, Pinho e Guimarães (2012) fazem uma análise de tesouros de ampla utilização no Brasil, buscando verificar como os assuntos relativos à homossexualidade masculina são representados. Os autores recorrem ao conceito de bias enquanto um desvio em atividade e produtos, que demonstram a compreensão de uma comunidade dominante, que controla e prejudica outras comunidades.

A partir da análise de periódicos acadêmicos do âmbito da homossexualidade masculina e a comparação com linguagens documentárias utilizadas em âmbito brasileiro, os autores puderem identificar problemas como traduções sem a apropriada adaptação em português; termos que são melhor aceitos em determinadas linguagens e que não possuem boa conotação em português; termos considerados ofensivos, sem notas explicativas que justifiquem seu uso; e o uso de termos relacionados com patologias.

Adler e Tennis (2013) buscaram investigar como as ferramentas de Organização do Conhecimento podem causar dano nas comunidades usuárias. Segundo os autores, as ações realizadas pelos profissionais da informações podem ser medidas de acordo com o potencial dano que elas podem causar e para tanto, é necessário identificar quando esse dano é intencional, acidental, inederente às atividades desenvolvidas ou um mal inevitável. As classificações sempre vão causar algum tipo de dano, mas é fundamental que se tenha a responsabilidade de causar o menor dano possível.

De acordo com os autores, os instrumentos de classificação carregam um “poder disciplinatório”, além de evidenciar sua posição diante daqueles que são classificados. Esse poder está presente quanto nomeamos os documentos e organizamos o universo de conhecimento produzido, o que em algum nível, deve ser considerado um ato coercitivo.

Algumas práticas que os autores destacam como danosas às comunidades usuárias são: **tratar um tópico como exceção**, o representando como algo de fora da

norma aceitável; **marginalização**, que diz respeito ao ato de marginalizar ou isolar um tópico ao invés de integrá-lo; **omitir um tópico**, que pode ser a falta de tratamento a determinado assunto, como também uma suposição subjacente a outro tópico; e **rasura**, que é remover ou cobrir algo que uma vez esteve ali, ao invés de simplesmente deixar como está.

Para realizar essas atividades de uma forma mais ética, os autores sugerem que deve-se reconhecer se há alguma intencionalidade nas más ações realizadas, quais são as implicações dessas ações, quem participa e de quem deve ser a responsabilidade dessas práticas e principalmente, quem são os afetados por esses comportamentos.

Mai (2013) busca refletir sobre os valores éticos e a moralidade nas classificações bibliográficas. Segundo o autor, as classificações são reflexo da realidade, que por sua vez, é enviesada, injusta e cheia de contradições. Na mesma linha de pensamento do artigo de Adler e Tennis (2013), Mai afirma que devemos buscar sistemas de classificação que menos causam danos.

Embora as classificações tenham sido construídas sob o princípio da universalidade e objetividade, Mai (2013) declara que na verdade, elas são “relativas, ligadas restrições temporais e espaciais”. Diante disso, o autor questiona como podemos agir perante a esse relativismos e como podemos manter as classificações construídas a a um tempo atrás na sociedade moderna. Para tanto, Mai propõe uma estrutura para atuar eticamente nos processos de classificação, abandonando uma perspectiva de neutralidade e ferramentas rígidas para uma nova concepção, em que the suposições são expostas e exploradas em um universo de conhecimento múltiplo.

Nessa abordagem, o autor enfatiza a utilização de códigos de ética, para guiar os profissionais da informação diante dos dilemas que podem ser enfrentados nas atividades diárias. Além disso, a representação deve ser feita a partir de uma análise de domínio, ou seja, o contexto e os usuários devem ser considerados no momento de produção e utilização das ferramentas de organização do conhecimento. A premissa “faça a coisa certa” deve ser a principal premissa nos processos de representação do conhecimento, considerando as específicas culturas e períodos de tempo.

As classificações bibliográficas e suas pretensões universais também são objeto de crítica de Martínez-Avila e Guimarães (2013). Para os autores, essas classificações refletem e influenciam pontos de vista da sociedade, moldando a realidade a partir de práticas como mudar o contexto erroneamente ou isolar indivíduos considerados fora da

normatividade. Essa visão do *mainstream* e do politicamente incorreto são refletidos nas ferramentas não por um erro, mas porque é a forma como aqueles considerados maioria pensam.

Segundo os autores, essas ferramentas têm sido alvo de investigação há algumas décadas, em especial nos trabalhos de Foskett sobre a utilização do *mainstream* em sistemas de representação do conhecimento. No entanto, mesmo a partir da crítica, Foskett não oferece nenhuma solução ao problema que fuja à lógica universalista. De acordo com Martínez-Avila and Guimarães (2013), um sistema racista, monoteísta ou homofóbico é tão enviesado quanto um sistema feminista ou *gay-friendly*. O real problema não as biases dos sistemas e sim, suas pretensões de neutralidade e universalidade.

Fox (2013) busca analisar a folksonomia utilizada pelos usuários do LibraryThing e se há alguma discrepância de gênero entre as *tags*. Segundo a autora, considerando que esses rótulos sociais são utilizados para dar voz à comunidade, é importante analisar se relações de poder são expressas por eles, como termos que evocam subordinação e insegurança por parte das mulheres. Além disso, a pesquisadora busca analisar se de fato, a amostra de usuários que representa os materiais por meio das folksonomias pode ser considerado representativo da comunidade discursiva que compõe esse universo.

Como resultados, Fox verificou que homens e mulheres representaram de maneira muito similar os livros definidos como corpus da pesquisa, com aumento discreto na frequência de *tags* escolhidas por mulheres e o fato de que os termos escolhidos pelos homens eram considerados mais descritivos e os definidos por mulheres, eram considerados mais afetuosos. Considerando a comunidade de prática observada, a autora afirma que a amostra ainda é pequena para definir toda a comunidade, uma vez que o fato de um número pequeno de pessoas ser responsável por um grande número de *tags*, pode se dever ao fato dos itens ainda não terem sido lidos ou porque a avaliação não faz parte dos hábitos dos usuários.

No mesmo ano, Fox (2013) analisa como o discurso médico influenciou a representação de sexo e gênero ambíguo na Classificação Decimal de Dewey ao longo de suas edições. Analisando o contexto da primeira e segunda edição e posteriormente, após a metade do século XX, a autora identificou que a classificação binária e a postura

da mulher como exceção à norma masculina, é um reflexo do discurso médico legal da época.

Também em 2013, García-Gutiérrez sugere a utilização da dialética nos processos e ferramentas de Organização do Conhecimento, focando em instrumentos de diálogo entre os argumentos. Segundo o autor, atualmente esses processos estão relacionados a conceitos como verdade, objetividade, cultura, ética, dignidade, colonialism, democracia, pluralismo, emancipação e ambiente digital, e portanto, demonstra-se necessária a prática do diálogo entre esses conceitos e as atividades de representação do conhecimento.

García-Gutierrez declara que com a nova era digital, surgem novas formas de conservação, organização e definição de informações, além de outras narrativas e mediações, o que o autor define como ‘exomemória’. Essas novas concepções detém um poder que não é garantido de maneira natural e neutra pelos cidadãos, pelo contrário, implica em uma ‘normalização’ que domina a lógica das culturas da sociedade em que está inserida.

Diante desse novo cenário, as atividades profissionais em Ciência da Informação estão em completa mutação, uma vez que esses indivíduos passam de meros usuários desses espaços, para atuarem também como administradores desse universo, a partir de uma responsabilidade social nesse contexto. Segundo García-Gutiérrez, se a Web pode ser considerada um espaço político, então suas dimensões ideológicas também devem ser ponderadas.

Nesse contexto, o autor sugere a utilização de vigilância e auto-monitoramento no momento dos processos de representação do conhecimento, de maneira a identificar possíveis estratégias efetivas de atuação nesse cenário digital.

O autor sugere ainda a utilização do que ele conceitua como “universalismo parcial”, que se baseia em concordar com um certo nível de universalidade inferior a todas as culturas ao invés de forçar um universalismo geral e absoluto, regulamentando uma hegemonia cultural. Outro conceito apresentado pelo autor é de “democracia digital do conhecimento”, em que há a inclusão de todas as possíveis posições que se relacionam a determinado assunto no momento da organização.

Temas representativos nesse período de análise giram em torno das responsabilidades que os profissionais da informação possuem ao representar os documentos, de acordo com a multipluralidade de seus usuários e das culturas inseridas

nas sociedades atuais. Embora haja uma forte crítica realizada a sistemas considerados universais, neutros ou baseados em um único tipo de suporte documental; também há a posição de García-Gutierrez utilização de um conceito de universalidade considerado pelo autor como mais brando.

Drabinski (2013) reflete sobre como classificações são elaboradas de maneira incorreta, concebidas para alcançar uma objetividade e neutralidade inatingíveis. A autora inicia refletindo sobre como a linguagem é importante para a biblioteca: muitos dos materiais contidos nos acervos são compostos por palavras – livros, artigos, zines – além disso, esses recursos são controlados por meio de termos, que irão descrever o conteúdo desses documentos, além de fixá-los em determinado espaço nas estantes. Nesse contexto, Drabinski reflete sobre o poder disciplinador da linguagem nesses espaços: essas ferramentas são lecionadas nas universidades, doutrinando os futuros profissionais em unidades informacionais, além de serem posteriormente instruídas aos usuários dessas unidades, a partir do serviço de referência ou do processamento técnico.

Para análise, a autora se utiliza da Teoria Queer, que diferente de outras teorias, acredita que abordagens meramente recuperativas podem ser prejudiciais, pois congelam e delimitam identidades, além de encará-las como universais, ignorando perspectivas de espaço e tempo. Para a Teoria Queer, as identidades são contextuais e alteram-se ao longo do tempo e o que deve ser objeto de interesse é como seus discursos se constroem socialmente e quais são seus espaços no mundo. Analisar as classificações de acordo com a teoria queer significa que as rupturas devem ser exploradas e destacadas, buscando uma resistência ao invés de uma expansão.

Keilty (2013) busca mais uma vez analisar como as categorias escolhidas para representar vídeos pornográficos no Xtube revelam a forma como esses indivíduos desejam ser vistos e compreendem semanticamente seu universo. Ao buscar por registros na base de vídeos, o usuário consegue reconhecer uma estrutura lógica regularizada e disciplinada, construída a partir de noções de sexo e desejo. Essa representação é de alguma forma institucionalizada, uma vez que as categorias iniciais são previamente definidas pelo próprio website, buscando refletir uma estabilidade, ainda que os sentimentos dos usuários possam ultrapassar esses limites.

A multiplicidade de *tags* definidas pelos usuários para representar seus conteúdos indicam um alto nível de organização social, considerada pelo autor não apenas particular e idiosincrática, mas regulamentada por convenções sociais

linguísticas e ideológicas. Quando um indivíduo decide quais serão as formas que será dado acesso a seu conteúdo, ele possui um certo nível de poder, descrevendo e estruturando sentimentos a partir de semelhanças coerentes e formas sociais particulares, relativas com a forma com que ele quer que seus desejos sejam vistos em sociedade.

O autor também apresenta alguns fenômenos utilizados por essa comunidade no momento da representação de seus conteúdos, como “*tag bombing*”, que ocorre quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos buscam etiquetar massivamente determinado item com rótulos que irão influenciar os algoritmos de busca; “*super taggers*”, que são aqueles responsáveis por um grande número de *tags* em determinada base de dados e “*guerrilla tagging*”, que é uma forma de determinar rótulos com objetivos políticos ou sociais, como um ativismo nas redes sociais. Um exemplo desse último fenômeno é apresentado pelo autor na utilização de termos em idioma espanhol nas *tags* do Xtube, buscando quebrar uma barreira linguística predominantemente inglês e permitindo o acesso por um número maior de usuários.

A partir da filosofia encontrada nos movimentos artísticos do século XX, aliado à crítica da organização do conhecimento e na filosofia do budismo, Tennis (2013) sugere uma “organização do conhecimento eticamente comprometida”, em que processos de representação do conhecimento possam ser compreendidos como além de sua natureza técnica, mas como trabalhos artísticos, tendo em mente que a industrialização e produção em massa podem influenciar negativamente na sua elaboração. Esses processos devem ser realizados tendo em mente decisões responsáveis e quando isso não ocorre, um ato de violência é praticado contra os usuários. Para exemplificar esses atos, o autor recorre à pesquisa de Slavoj Žižek e sua sistematização de violência objetiva – aquela presente em linguagens institucionalizadas e também em sistemas políticos e econômicos – e que é comum em ferramentas de controle de vocabulário, que justifica a prática de indexação comprometida com ações corretas e responsáveis (TENNIS, 2013).

Nesse contexto, a intenção do indexador também deve ser considerada – o indivíduo pode optar por agir de maneira a beneficiar seus usuários ou a prejudicá-los. Para mensurar essa intencionalidade, o autor propõe cinco níveis: um ato praticado sem intenção nenhuma de prejudicar alguém – como pisar acidentalmente em um inseto; agir de maneira incorreta mesmo sabendo os possíveis danos, quando está fora do controle

de si, como bêbado ou apaixonado; realizar um ato prejudicial, quando se está enganado sobre a parte prejudicada; agir de maneira incorreta mesmo consciente sobre o que está fazendo e de maneira premeditada; e o último nível é semelhante ao primeiro, mas, nesse caso, o autor da ação não reconhece que está agindo de modo danoso.

Tendo esses conceitos em mente, Tennis (2013) propõe uma série de variáveis que devem ser levadas em conta para uma organização do conhecimento ética fundamentada na concepção do Budismo Engajado:

- Vínculo à doutrina: não agir de maneira dogmática ou presa a nenhuma doutrina, teoria ou ideologia, mesmo que profissional.
- O conhecimento se transforma: se atos de violência forem identificados em ferramentas de organização do conhecimento, estas devem ser prontamente alteradas;
- Prejuízo na organização do conhecimento: a organização do conhecimento deve educar, mas somente por meio do diálogo e evitando a intolerância;
- Agindo porque possui conhecimento: deve-se estar ciente dos possíveis atos de violência na organização do conhecimento, não os ignorando.
- Dividir e se conectar com todos: o foco da organização do conhecimento deve ser dividir o conhecimento entre todos e melhorar cada vez mais nossas atividades;
- Alegregar-se na função naquele momento: deve-se se sentir bem e alegre durante a realização do trabalho e liderar pelo exemplo.
- Linguagem correta: o discurso e a linguagem são fatores importantes e, portanto, deve-se falar de maneira verdadeira e evitando conflitos. Além disso, as linguagens documentárias e seu poder encontram-se contempladas por esse preceito.
- Boa vocação: relacionado aos pesquisadores em organização do conhecimento e como eles devem estar comprometidos em benefício da área.
- Recursos escassos: deve-se prezar por todo o potencial disponível na interação entre o indexador e o documento.

Análise do período

O primeiro destaque que merece ser realizado é a explosão de artigos nesse período: mais que o dobro encontrado no período anterior. Uma possível justificativa

para aumento de pesquisas nesse âmbito, é o fato da ocorrência de dois Seminários em Ética em Organização do Conhecimento, realizado em Milwaukee em 2009 (organizado por Hope Olson) e 2012 (organizado por Richard Smiraglia). Esses congressos foram um grande espaço institucionalizado e acadêmico de trocas de conhecimento e ideias por membros da comunidade epistêmica.

Nesse terceiro período, as temáticas relativas à representação da mulher e representação homoafetiva continuam a ser tópicos de pesquisa. No entanto, a representação da comunidade homossexual que havia sido mais discreta nos períodos anteriores, agora possui mais pesquisadores voltados para essas temáticas, em diferentes contextos. Como exemplo, há a categorização de materiais de cunho sexual e o estigma de termos ligados a repressão e pornografia, visualizando essas pessoas apenas como objeto de desejo. Também há a presença da preocupação com pessoas trans e intersexuais e sobre o preconceito sofrido por esses indivíduo nas classificações.

Outra temática que aparece pela primeira vez é o “bibliocentrismo” – a representação descritiva voltada para itens do tipo livros, negligenciando a representação de outros suportes informacionais. Conforme já havia ocorrido no período anterior, mais uma vez são sugeridas ferramentas que já se encontram em uso no universo bibliográfico que possam evitar essa centralidade no suporte do material, como o novo código de catalogação RDA, que é baseado nas tarefas do usuário ao buscar a informação em catálogos.

Além da sugestão do novo código, a comunidade novamente reforça a utilização de folksonomias para representação de conteúdo. Para os pesquisadores, permitir que a própria comunidade discursiva se rotule, permite que possíveis vieses e tendenciosidades sejam evitados. Ainda que se reconheça que mesmo a folksonomia é considerada controladora e disciplinatória, permitir que os vocabulários utilizados pela comunidade sejam ouvidos, faz com que se sintam recebidos e abrangidos pelo sistema.

A crítica a esquemas rígidos, hierárquicos e universais também está mais uma vez presente. Além disso, os pesquisadores ainda ressaltam os preconceitos institucionalizados difundidos por essas agências responsáveis pela elaboração e manutenção desses sistemas que, por terem sido desenvolvidos há mais de um século, claramente não se encaixam mais no mundo moderno, ainda que pequenas mudanças sejam realizadas em suas classes – é necessário que toda a lógica seja revista. Outra crítica realizada a essas ferramentas é a utilização do discurso médico legal na definição

de termos, com a justificativa da “garantia literária”, mas que na verdade excluem os materiais e marginalizam grupos específicos – como por exemplo, os intersexuais – que são representados apenas em classes ligadas à saúde e não em seus contextos sociais.

Nesse período é possível perceber o foco da classificação como ato de poder – conforme a compreensão de Olson do “poder de nomear” que o indexador possui – e que é potencialmente danoso. Reconhecer essa relação de poder e os possíveis danos éticos que podem ocorrer durante a representação do material, pode auxiliar a evita-los ou ao menos amenizá-los. A neutralidade e objetividade é inalcançável, o ato classificatório depende de uma escolha, de uma opção que eventualmente irá desprivilegiar um outro grupo, no entanto, é necessário que tenha-se em mente essa perspectiva e que seja amplamente informada aos usuários sob qual ponto de vista a classificação está sendo realizada.

Embora quando se trate de Organização do Conhecimento, tenha-se em mente que ela é dividida em representação descritiva e representação temática do material, é apenas neste período que um trabalho sobre catalogação é realizado pela comunidade epistêmica analisada. Isso reflete que embora hajam potenciais problemas ocorridos no desenvolvimento desse processo, os danos causados pela representação temática são considerados ainda mais prejudiciais para os usuários de acordo com os membros da comunidade.

4º período (2014-2019)

Esse período se inicia com publicação de Rego et al. (2014), relativa aos aspectos éticos na organização do conhecimento arquivístico. Nesse sentido, os autores refletem sobre como as transformações tecnológicas influenciaram as atividades informacionais e que portanto, agora os profissionais necessitam de um olhar mais ético no desenvolvimento dessas atividades, em especial na regulamentação de condutas éticas por meio de códigos e políticas.

Nesse contexto, os autores buscam analisar três Códigos de Ética internacionais da área de Arquivologia, de modo a identificar valores comuns compartilhados pelos documentos. Sete valores foram sistematizados pelos autores: respeito ao princípio da proveniência; integridade do documento; performance imparcial; comunicabilidade

documental; autenticidade do documento; acesso e confidencialidade dos documentos; relacionamento profissional.

Pode-se perceber que os valores encontrados relacionam-se por meio de duas dimensões: àqueles relacionados à atividades de organização de conhecimento e um segundo grupo, relativo aos profissionais enquanto indivíduos. Embora os códigos não façam referência direta às atividades de classificação e descrição no contexto arquivístico, os autores puderam identificar como essas sendo o núcleo das atividades desenvolvidas pelo arquivistas para prover acesso informacional.

Em artigo de Porra, Hirschheim e Parks (2014), os autores realizam uma análise da historicidade dos estudos em sistemas de informação, como forma de melhor compreender como esses estudos se construíram academicamente. A partir da análise histórica dos registros, é possível identificar preocupações de pesquisa contemporâneas. Para tanto, os autores se utilizam do “método histórico”, que inclui considerações gerais filosóficas e análise de técnicas de pesquisa específicas da escrita. Os autores se utilizaram de quatro níveis de abstração para suas análises: paradigmas filosóficos, abordagens, métodos específicos e técnicas.

Tennis (2014) faz um estudo dos sistemas de classificação enquanto estruturas espaço-temporais, a partir da análise de dois esquemas. O primeiro deles é a classificação de Billings, concebida de maneira utilitária para classificação de materiais na biblioteca pública de Nova York, o que para o autor a caracteriza como “suporte de carga”, uma vez que sua concepção estava intrinsecamente relacionada a disposição de materiais na estante apenas. Outra característica desse sistema é o seu contexto de surgimento – a classificação foi concebida na Era Progressista da cidade (na primeira década do século XX), o que revela traços distintivos como eficiência e explicação científica.

O outro esquema de classificação analisado pelo autor é a utilizada na Morgan Library and Museum, denominada PML. O sistema surge na década de 20 e a ocorrência da primeira guerra mundial alterou o contexto da cidade de Nova York. Esse tempo é marcado por um patriotismo fervoroso aliado ao avanço de tecnologias e contextos culturais específicos – como a popularização do Jazz e os jovens da “geração perdida”; houve a Grande Depressão e alguns anos depois, o desenvolvimento armamentista tornou os Estados Unidos a grande potência mundial. De acordo com

Tennis, todo esse contexto histórico social influenciou o sistema de classificação, a partir de uma perspectiva de aumento da classe média e concepção de raça.

Tennis propõe então a metáfora do edifício para a classificação e como sua natureza pode ser melhor compreendida quando considerados seus contextos de espaço e tempo. Reforçando a classificação de Billings como suporte de carga, o autor considera que o bibliotecário queria que sua classificação fosse resistente e potente, como o prédio da biblioteca recém-formada. Outras figuras de linguagem utilizadas por Tennis é a comparação das pedras e mármore do prédio com o senso de estabilidade e clareza atribuído ao sistema de classificação.

Já a segunda classificação, possui metáforas relacionadas aos novos bairros que apareciam na cidade na época e nos prédios, ornamentados e requintados, de acordo com a ascensão da população da cidade. O acervo da Biblioteca de Morgan remonta a um internacionalismo emergente, com foco em manuscritos, e sua classificação foi construída para representar um elemento de poder e em memória do tesouro dos Estados Unidos.

A comparação realizada por Tennis expressa que a classificação não deve ser considerada um sistema universal, uma vez que sua estrutura e semântica está sempre associada a um tempo e lugar. Da mesma forma que é possível analisar por meio da arquitetura o ethos de uma época, isso também deve ocorrer nas estruturas de organização do conhecimento, refletindo sobre o discurso de determinada época.

Graff e Smiraglia (2015) analisaram a Enciclopédia de Milwaukee enquanto um domínio, centrando-se de maneira mais específica no capítulo sobre raça e etnia. A partir das 526 referências contidas nesse capítulo, os autores verificaram que grande parte das publicações são produzidas na década de 60, em que ocorreram importantes movimentos sociais a favor da causa negra e que os assuntos correlatos são política, legislação e governança.

Arboit and Guimarães (2015) buscaram analisar os preceitos éticos em Organização do Conhecimento a partir da teoria Bakhtiniana. Os autores refletem que há uma tendência na área de abandono da lógica hegemônica, racionalista e idealista, em detrimento de uma perspectiva mais voltada para comunidades específicas e seus contextos de produção e uso da informação. Dessa forma, não apenas as peculiaridades dos assuntos devem ser abordados na representação, mas também as características histórico sociais de suas comunidades usuárias.

Os autores apresentam então, uma abordagem dialógica entre o contexto da Organização do Conhecimento e os conceitos do universo bahktiniano de consciência; atos responsáveis; compreensão responsável e polifonia. Arboit e Guimarães (2015) afirmam que essa abordagem dialógica permite a troca entre indivíduos a partir de um processo contínuo de construção de pensamentos e conhecimentos, motivando o diálogo entre as linguagens.

Em um contexto mais específico, a partir das atividades de classificação e descrição arquivística, Silva, Guimarães and Tognoli (2015) buscam identificar valores éticos referentes a essas atividades em códigos de ética de 16 associações profissionais da área. Para os autores, esses dois processos são nucleares no desenvolvimento das atividades arquivísticas e faz-se necessário identificar o “porquê” e “para quê” dessas ações.

Esses processos informativos são realizados por um “agente classificatório”, que possui uma série de habilidades necessárias para as práticas profissionais e também, uma série de valores morais individuais, que baseiam-se em elementos sociais, econômicos e religiosos. Considerando essa subjetividade, faz-se necessário identificar os valores propostos pela área para o desenvolvimento das atividades profissionais, de maneira a auxiliar esses indivíduos diante de dilemas éticos.

Nesse sentido, os autores identificaram valores como acesso a informação; respeito à proveniência e respeito pela ordem original; preservação física e conservação do registro; respeito pela preservação do valor arquivístico do registro; confiabilidade; custódia; segurança da informação; imparcialidade; autenticidade; confidencialidade; acesso e uso.

De maneira similar – e de forma a atualizar quadro proposto por Guimarães et al. (2008) – Guimarães, Milani e Evangelista (2015) buscam identificar quais são os valores e problemas encontrados nas ferramentas e processos de Organização do Conhecimento, em especial no contexto das bibliotecas. Os autores evidenciam que as práticas profissionais são permeadas pela dicotomia entre a não neutralidade dos processos e o compromisso de representar de maneira fidedigna os materiais, buscando corresponder às necessidades informacionais de maneira rápida e precisa.

Analisando a literatura da área, que em conjunto com a pesquisa anterior de Guimarães et al. (2008) totalizaram cerca de duas décadas de estudo (1990-2012), os

autores puderam chegar a um novo grupo de valores e problemas a serem incluídos a partir do quadro do estudo anterior.

Os novos valores encontrados foram: respeito ao propósito das linguagens de indexação; multiculturalismo; compromisso com as bases filosóficas da Organização do Conhecimento; postura mediadora nos processos de Organização do Conhecimento. Já no que diz respeito aos problemas éticos desse universo, puderam ser identificados também: *bias* na representação temática; falta de compromisso com a catalogação descritiva; distorção informacional; e categorias remanescentes gerando obstáculos ao fluxo informacional.

Preocupando-se com o conceito de Ciência da Informação diante da multiplicidade de significados na área, Furner (2015) busca definir a ideia de ‘informação’ a partir de diferentes perspectivas. Para o autor, Ciência da Informação não de ver considerada uma ciência e nem possuir a informação como seu elemento central, uma vez que preocupa-se com aspectos além disso, como de que maneira pessoas promovem o acesso, buscam por informação; julgar o valor da informação e elaborar políticas sobre. Além disso, o campo não possui um grupo de teorias comprovadas, o que seria esperado em um domínio científico.

Segundo Furner, as definições para o campo de Ciência da Informação irão falhar em algum sentido, uma vez que elas são alvo de interpretação por profissionais, pesquisadores e pessoas fora do campo. Essas interpretações irão guiar uma compreensão desses indivíduos sobre o campo e sobre a forma como as pesquisas são desenvolvidas nesse âmbito.

Nesse sentido, o autor define o conceito de informação nas seguintes perspectivas: como **informação como dado**, que pode ser considerado qualquer objeto, evento ou propriedade em format material e que transmite algum significado; **informação como conteúdo proposional**, que se caracteriza como qualquer classe abstrata desses materiais, objetos, eventos ou propriedades cujo significado compartilhado é uma afirmação sobre os fatos; **informação como conhecimento**, qualquer classe abstrata desses materiais, objetos, eventos ou propriedades cujo significado compartilhado corresponde aos fatos; **informação como notícia**, cuja interpretação causa mudança no conjunto de crenças pelo intérprete.

Furner (2015) busca então definir Informação em diferentes contextos, como comportamento informacional ou recuperação informacional. Destaca-se aqui, a

concepção do autor sobre Ética Informacional. Nessa compreensão, a informação é utilizada para formular princípios que irão posteriormente, servir como guia em decisões e ações na produção, descrição e acesso dessa informação. Esses princípios geralmente estão relacionados a conceitos como propriedade informacional, liberdade intelectual e equidade de acesso informacional. Segundo o autor, o fundamentamento da Ética Informacional não deve ser apenas a informação por si só, mas o conceito relacionado com o tipo de informação que se terá acesso e o nível de liberdade para publicação e descrição desses dados.

Smiraglia (2015) faz uma reflexão sobre os dois eventos em Ética em Organização do Conhecimento ocorridos até então, realizados na University of Wisconsin – Milwaukee. Os eventos tinham por objetivo debater os imperativos culturais intrínsecos nas decisões éticas no momento da representação da informação, tanto em suas questões teóricas como em seus aspectos práticos. Outra ideia comum nos eventos era a crítica à neutralidade e objetividade nessas atividades, uma vez que expressam conceitos e envolvem preceitos éticos e subjetivos.

O autor então propõe uma análise de domínio dos trabalhos apresentados nos dois primeiros eventos – em 2009 e 2012, buscando identificar a intencionalidade das pesquisas no domínio. Essa intencionalidade foi baseada a partir de dois critérios de extensão: os conceitos de garantia literária e garantia cultural.

Como resultado da análise, o autor destaca a forte presença de autores canadenses e norte-americanos – o que é justificável, uma vez que os eventos ocorreram nos Estados Unidos, e a presença de brasileiros, enquanto participantes de locais mais distantes. Enquanto temáticas de pesquisa, Smiraglia (2015) evidencia que há uma diversidade de pensamentos e focos de pesquisa, geralmente voltados para a construção de padrões para Organização do Conhecimento. Nesse sentido, de maneira mais geral, considera-se decisões éticas em relação ao usuários e de maneira mais específica, o reconhecimento de múltiplas identidades culturais, a nível nacional, regional e social.

A partir de uma nuvem de autores citados, Smiraglia (2015) reconhece um grupo de autores como Bair (Códigos de Ética em catalogação), Berman (Preconceitos em cabeçalhos de assunto) and Guimarães and Pinho (homossexualidade em sistemas de organização do conhecimento). Esse frente de pesquisa possui uma forte relação com trabalhos de Olson, Mai, Tennis e Beghtol. Outra frente, mais relative com ética computacional e realidade virtual, baseia-se nas pesquisas de Hjørland e Brey.

No mesmo ano, Smiraglia analisa como os sistemas de organização do conhecimento são pervasivos – globalmente difundidos, a diferentes culturas e em diferentes épocas. Essa ampla disseminação implica efeitos sociais e traz consequências advindas desses sistemas de classificação, o que torna primordial que se investigue sobre as posições das teorias do conceito e modelos de ordenamento. De acordo com o autor, os registros de conhecimento devem ser compreendidos como além de apenas textos, mas também como experiências vividas e considerar que os sistemas de organização desse conhecimento funcionam como um controle social dessas experiências e responsáveis por sua disseminação.

Para analisar esses sistemas, o autor propõe três questões. A primeira delas diz respeito a como podemos interpretar essa difusão cultural, a partir de suas influências culturais e ideológicas. Uma possível solução é assumir o aspecto social implícito a essas ferramentas, responsabilizando-se pelos possíveis danos que elas podem causar, uma vez que a partir do momento que reconhecem-se esses danos, é possível criar uma consciência sobre como evitá-los.

Outra questão ressaltada por Smiraglia concerne a até que ponto esses sistemas podem restringir a entrada de novas ideias. Considerando que esses sistemas são considerados “universais”, como eles agem quando novos pontos de vista não previstos em seus sistemas seus são expressos na literatura. Como solução, o autor propõe de que sejam estudados os limites propostos nos domínios do conhecimento e que os sistemas acompanhem esses limites de acordo com o domínio e não a partir de sua própria percepção.

A terceira questão proposta por Smiraglia é acerca da temporalidade e ontogenia desses sistemas. O desenvolvimento temporal desses sistemas é uma característica de seu discurso, deve-se ter em mente até que ponto essa temporalidade pode ser considerada opressora, a partir de uma evolução considerada regular e lógica, o que leva novamente à questão principal que é a análise dessas estruturas de representação do conhecimento a partir de suas influências sociais e culturais.

Também em 2015, Smiraglia volta a criticar a utilização do bibliocentrismo na representação descritiva de materiais. Segundo o autor, a catalogação preocupa-se mais com uma “lista de livros” do que de fato sobre o que dizem respeito, prestando muita a atenção a elementos de autoridade como a autoria como característica da qualidade dos materiais. Nessa concepção, livros são privilegiados na descrição e materiais não-livro

acabam por não ter descrições completas, que possam conter todos os elementos necessários para identificar artefatos específicos.

Para o autor, o novo código de catalogação RDA, baseado no modelo conceitual FRBR, pode suprir essas demandas. Como o código representa a partir de manifestações de um item, registros como traduções ou registros sonoros podem ser apropriadamente descritos como itens do acervo. Ainda que o código possua algumas limitações – como a dificuldade em evitar a ambiguidade dos registros ou como descrever elementos similares das manifestações -, essa ainda é a melhor opção para registros de formatos não-livro.

Analisando as publicações acadêmicas na temática Ética em Organização do Conhecimento, Martínez-Ávila et al. (2015) buscam verificar a representatividade dessas temáticas nas bases de dados Web of Science e Library and Information Science Technology Abstracts – LISTA. Os autores também refletem sobre a importância das conferências em Ethical in Knowledge Organization como um espaço de divulgação e memória das pesquisas sobre esse tema e a forma com que serão representados os artigos provenientes dessas e outras conferências em base de dados, pode afetar a forma como a temática é vista por usuários leigos no assunto.

Guimarães, Pinho e Milani (2016) buscaram fazer um diálogo teórico entre as ideias de García-Gutiérrez, Hudon, Beghtol and Olson, em especial no que diz respeito aos aspectos ético sociais de suas pesquisas. Segundo os autores, na sociedade atual o foco das discussões no campo de Organização do Conhecimento deve ir além de concepções meramente técnicas - “como fazer” – para uma visão que parte do “porquê” e “para quê”, o que revela a necessidade de uma ética profissional no campo. Nesse contexto, os autores também destacam a importância do evento Ethics in Knowledge Organization para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito.

De acordo com Guimarães, Milani e Pinho (2016) uma reflexão sobre as ideias de García-Gutiérrez, Michéle Hudon, Clare Beghtol e Hope Olson pode levar a sistematização de um conjunto de princípios que poderia auxiliar diante dos desafios éticos encarados nos processos de Organização do Conhecimento, a partir de uma visão que respeita a multiplicidade de culturas usuários e formas de conhecimento.

Os autores destacam o conceito de “epistemografia interativa” proposto por García-Gutiérrez, como um estímulo à inclusão de diferentes visões e relacionamentos, determinando o que posteriormente foi definido pelo autor como “ética transcultural de

mediação”. No que diz respeito à Organização do Conhecimento, esses preceitos podem ser utilizados para o desenvolvimento de ferramentas além de uma visão positivista e de grupos dominantes.

No que concerne às ideias de Hudón, o principal ponto crítico são as barreiras linguísticas encontradas na análise de conteúdo e subsequentemente, sua representação. Uma forma proposta pela autora é o desenvolvimento de tesouros multilingues, respeitando as diferentes culturas usuárias da unidade informação por meio de melhores relações semânticas entre os termos de representação e reflexão em traduções de termos em outros idiomas.

Para Guimarães, Pinho e Milani (2016), as ideias de Beghtol sobre garantia cultural merecem destaque. Beghtol reflete sobre a globalização que vivemos nas sociedades atuais, em que diferentes culturas coexistem em um mesmo ambiente e carregam consigo: valores, história, linguagens, memória coletiva, atitudes sociais, preferências, dentre outros.

Os autores também refletem sobre a contribuição de Olson para os estudos éticos em Organização do Conhecimento. Olson afirma que instituições como bibliotecas refletem as marginalizações e exclusões que estão inseridas na sociedade, por meio dos rótulos dados aos documentos. Essa representação pressupõe relações de poder no desenvolvimento de substitutos do documento, o que posteriormente poderá influenciar no acesso à informação pelos indivíduos.

De maneira geral, o diálogo encontrado por Guimarães, Pinho e Milani (2016) entre os autores supracitados pode ser identificado entre o conceito de epistemografia interativa enquanto uma abordagem disciplinar, que considera o pluralismo de culturas e discursos, em especial na construção de ferramentas como tesouros multilingues. Essas ferramentas devem seguir relações semânticas que considerem a diversidade de usuários bem como suas ideologias, em uma abordagem local para global.

Evangelista, Simões e Guimarães (2016) buscaram aprofundar as concepções relativas aos valores éticos, focando em dois valores identificados em pesquisas anteriores: a exaustividade e a especificidade, que até então eram visualizados pela literatura apenas como medidas ou características da indexação.

A partir de uma busca em bases de dados, foi possível identificar algumas variáveis a respeito desses processos: o número de conceitos extraídos de um documento, a forma e o nível de especificidade que são representados são diretamente

proporcionais à informação que pretende representar-se; os níveis de exaustividade e de especificidade concorrem para o impacto na recuperação informacional; elevados níveis de exaustividade concorrem a uma maior atribuição de termos a um documento, que se fará de acordo com o serviço e o usuário; um elevado nível de especificidade concorre para uma maior precisão do documento; a especificidade pode contribuir para a elaboração de uma rede semântica consistente no que diz respeito a relações hierárquicas; um conjunto significativo de termos específicos atribuídos a um documento expressa de forma mais precisa os conceitos; a articulação entre a exaustividade e a especificidade concorre para uma maior recuperação informacional; a exaustividade corresponde a um nível elevado de revocação; a especificidade corresponde a níveis elevados de precisão; a exaustividade traz regularidade e densidade à indexação; e, por fim, as relações semânticas entre termos-conceitos são identificadas de forma mais precisa a partir de meios intelectuais (EVANGELISTA, SIMÕES, GUIMARÃES; 2016).

Martinez-Ávila, Ferreira e Semidão (2016) refletem sobre como as teorias críticas também podem contribuir no design dessas ferramentas. Para os autores, essas teorias seguem instâncias pragmáticas ou pós-estruturalistas que desafiam os conceitos de universalidade, a partir da utilização de ângulos além do *mainstream* imposto pela sociedade. Esse *mainstream* geralmente se baseia na lógica WEBCHAM (*white, ethnically European, bourgeois, Christian/protestant, heterosexual, able-bodied and male*).

Para ser considerada uma teoria crítica, os autores sugerem que devem possuir, de maneira geral, a explicitação de seus atributos metodológicos, epistemológicos e conceituais, que quando compreendidos de maneira conjunta, formam uma estrutura que se opõe às teorias e explicações utilizadas até então, baseadas em conceitos que pregam a universalidade.

Como exemplo de teorias críticas que podem ser utilizadas no contexto da Organização do Conhecimento, os autores citam: epistemologia feminista; teoria queer e teoria crítica de raça. Martínez-Ávila, Ferreira e Semidão (2016) propõem então, os seguintes passos metodológicos para construção dessas estruturas: encontrar as inadequações no contexto de um determinado grupo social nas linguagens de classificação; identificar um elemento teórico que irá considerar esse grupo social; e uma proposta, que irá responsabilizar atitudes anti-éticas que puderem ser encontradas.

De maneira mais específica, Martínez-Avila, Ferreira e Magro (2015) analisam como a Teoria Crítica de Raça pode ser utilizada na construção de ferramentas de Organização do Conhecimento, de forma a elaborar sistemas mais inclusivos. Para os autores, os desafios que comunidades marginalizadas enfrentam não se limitam a possíveis classificações danosas, mas também má representação e difusão ou criação de estereótipos ou invisibilidades.

Essa teoria surge em na década de 70 nos Estados Unidos, liderado por advogados, ativistas e pesquisadores que buscando diminuir preconceitos raciais na sociedade, propuseram novas estratégias e teorias que incluíam revelar os preconceitos institucionalizados e sugerir ações radicais como alternativas.

Como sugestão da utilização dessa teoria nos processos de Organização do Conhecimento, os autores propõem como steps o reconhecimento de que existem *bias* nos sistemas de classificação e que a utilização dos preceitos de neutralidade não irá contribuir de maneira efetiva para seu erradicação. Desenvolvimento de Coleções baseados em expresser diferentes vozes, crenças e pensamentos é também sugerido pelos autores, permitindo que os usuários possam buscar informações sobre figuras de destaque nessas questões. A adoção de critérios padronizados para avaliar as classificações no decorrer do tempo também evita que preconceitos e estereótipos sejam reforçados.

Em uma perspectiva diferente, Ochola et al. (2015) buscam analisar se a forma de ensino das atividades de catalogação e classificação são diferentes entre diferentes culturas e países. Por meio de um questionário, os autores entraram em contato com coordenadores de Escolas de Biblioteconomia e professores dessas disciplinas na África do Sul, Estados Unidos e Brasil.

Como resultados, os autores identificaram que mesmo com o surgimento de diferentes vertentes no âmbito da aplicação das práticas em Ciência da Informação, o ensino de catalogação e classificação ainda demonstra ser de extrema importância. Os conteúdos ensinados nos três países analisados são similares, embora se diferenciem no que diz respeito aos sistemas de classificação utilizados. Como métodos de ensino, é um consenso entre os profissionais analisados que métodos combinados entre teoria e prática demonstram ser mais efetivos no ensino de catalogação e classificação.

Alguns desafios são evidenciados, como falta de reflexão crítica pelos estudantes; preocupações com o idioma das ferramentas (a maioria em inglês, que pode

não ser o idioma dos estudantes); e conteúdo desafiados na aplicação de classificações ou regras de catalogação. Para solução desses desafios, os profissionais sugerem mais exercícios práticos; professores preparados; recursos computacionais; prática de ensino; substituição do AACR2 pelo RDA, mesmo que com o devido cuidado; e mais materiais instrucionais em diferentes idiomas.

Alves, Casarin and Fernández-Molina (2016) analisam as questões éticas no âmbito acadêmico e sua relação com práticas de plágio. De acordo com os autores, essas práticas podem ser analisadas diante de duas perspectivas: a primeira é a legal, que analisa o plágio a partir do âmbito do Direito e que pode aplicar atos punitivos em ações criminais e a segunda, com base nas questões educativas, buscando refletir sobre as causas que levaram à prática do plágio.

Os autores buscam identificar o que é feito nas universidades brasileiras para prevenir as práticas de plágio, em especial no que diz respeito ao papel que as bibliotecas desempenham nesse contexto. Essas instituições são essenciais no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e devem, portanto, promover discussões sobre integridade, honestidade acadêmica e plágio. Alves, Casarin and Fernandez-Molina (2016) ainda alertam para a alteração desses conceitos nos dias atuais, que hoje referem-se também a questões como tecnologia e um grande número de informações disponíveis.

Como resultados, os autores identificaram que a informação sobre plágio nos sites de bibliotecas universitárias brasileiras são restritas e não podem ser consideradas de qualidade. Essas instituições estão preocupadas com questões de Competência Informacional, negligenciando informações sobre métodos de pesquisa, recuperação de dados e sua posterior análise, informações sobre diferentes fontes informacionais e o uso legal/social desses dados.

Adler (2016) propõe o uso de taxonomias reparadoras, como forma de olhar para os espaços em que as classificações podem ser danosas e localizar possibilidades de reparações e compensações pelos danos. Para a autora, a marginalização do outro nas classificações tem contribuído para uma longa privação de direitos e imperialismo cultural e nós como profissionais da informação devemos negociar novas formas de representação da informação e refletir sobre como as taxonomias podem trabalhar para redistribuir o acesso ao conhecimento.

Um critério proposto pela autora como uma forma de reparação é o apresentado por Duff e Harris denominado “descrição libertadora”, que prevê que a transparência é essencial em todos os níveis de descrição do conteúdo, incluindo expor as fragilidades e *biases* do processo e possibilitando que os sistemas sejam “open-ended”, com alterações sendo realizadas quando necessárias e não cumprir mais o propósito a que foram destinadas. Para que esse princípio funcione, é necessário que os usuários e seus contextos sejam levados em consideração, e que os propósitos informacionais são diferentes e alteram-se ao longo do tempo, o que requer diferentes formas de organização.

Como exemplos de reparações ocorridas ao longo da história, Adler (2016) cita o caso dos afro-americanos e o processo de branqueamento que sofreram ao longo da história dos Estados Unidos. Para os pesquisadores e instituições que estudam esse universo, embora a escravidão tenha acabado no país, as consequências dela ainda existem, o que pode ser confirmado pela massiva população prisional de descendência preta. “Remédios reparadores” poderiam incluir um pedido de desculpas oficial por parte do presidente dos Estados Unidos, pagamentos a descendentes de escravos e educação gratuita a todos os afro-americanos.

No contexto da Organização do Conhecimento, as classificações tradicionalmente marginalizam e ofuscam a literatura sobre afro-americanos, disponibilizando trabalhos sobre como os negros eram, escritos por brancos e com o público alvo de usuários brancos – como fontes de pesquisa e de trabalho, ao invés de dar voz à literatura escrita pela população negra e que retratam seu universo a partir de seus pontos de vista.

Um exemplo dado pela autora como forma de reparação na organização da informação é o caso da hashtag #BlackLivesMatter, em que são coletados e organizadas as informações que usuários do twitter possuem sobre o movimento negro, sob um único termo. A questão libertadora desse movimento surge do fato de que a informação é produzida pelos membros dessa comunidade e circulada entre eles, remontando a um conhecimento em torno de uma declaração política e pela demanda de um reconhecimento para vidas que são frequentemente marginalizadas em todos aspectos políticos e culturais, inclusive virtualmente, bem como em estantes de bibliotecas.

Outra questão apresentada por Adler (2016) é representação da comunidade indígena. Para a autora, as ferramentas de organização do conhecimento ocidentais tem

contribuído diretamente para colonialização de comunidades, em especial porque a produção de conhecimento originalmente foi realizada pelos colonialistas, uma vez que eram esses que tinham acesso à academia e universidades ocidentais. Uma forma de reparação identificada pela autora é reconhecer a individualidade dessa população, suas características distintas e a forma como cada uma delas reagiu à colonização.

Em outro artigo de 2016, Adler especifica mais a questão do racismo institucional nos sistemas de organização do conhecimento, em especial no século XIV, em que as principais linguagens foram construídas e que refletiram o momento político e social que os negros viviam. Dessa forma, essas ferramentas foram utilizadas para propagar uma violência sistêmica que se estende até os dias de hoje e esse problema pode ser resolvido a partir da investigação em sistemas classificatórios problemáticos, a partir de uma visão histórica de suas construções.

Segundo a autora, não apenas essas práticas racistas continuam nos dias atuais, como os efeitos são ampliados, uma vez que os termos utilizados tornaram-se naturais e intrínsecos à linguagem. Para Adler, políticas econômicas e sociais influenciam diretamente a forma que a informação será depois organizada em estantes e que essas divisões determinadas há mais de cem anos, ainda delimitam as tecnologias utilizadas hoje para representação do conhecimento. Como exemplo, a autora cita a diferença na recuperação de imagens no Google a partir da busca pelos termos “três adolescentes brancos” – em que fotos de esportistas felizes são recuperados; e pelos termos “três adolescentes negros” – em que se recuperam fotos de gangues ou tiroteios.

A autora então analisa a forma que as seções das classificações bibliográficas foram elaboradas a partir de ideias sobre afro-americanos em oposição ao conceito de desenvolvimento político e social dos americanos. Percebeu-se que essas ferramentas participaram da naturalização de termos ofensivos e que essa violência epistêmica afeta a consciência de raça na sociedade. Essas classificações foram construídas para serem rígidas e baseadas em valores nacionais que hoje já não correspondem. Para Adler, não é correto que se culpe indivíduos isoladamente sobre o racismo sistêmico, mas que instituições, organizações e coletividades sejam responsabilizados.

Uma reparação também necessária é em relação à comunidade *queer*, que sofre com classificações idealizadas em estruturas rígidas e heteronormativas. Uma forma de reparação dessa comunidade no âmbito da Organização do Conhecimento é a linguagem controlada denominada “Homossaurus”, elaborada para o *The Digital Transgender*

Archive e concebida por pessoas queer e trans, refletindo sobre as necessidades informacionais dessa comunidade e que age de maneira direta coletando informações de instituições que produzem conhecimento sobre essa comunidade.

Por fim, a autora afirma que criar taxonomias reparadoras de maneira consciente, buscando desestruturar a visão dominante que hoje circundam as linguagens de organização do conscientemente que causam tanto dano a comunidades consideradas como “outras”. Para que a descrição seja de fato libertadora, ela deve rejeitar qualquer noção de neutralidade e ativamente buscar métodos para remediar as injustiças encontradas no acesso e produção da informação.

Campbell e Cowan (2016) revisitam o conceito de privacidade, conforme especificado no Código de Ética da ALA, de acordo com nosso novo contexto tecnológico. Os autores analisam esse paradoxo principalmente a partir do ponto de vista da comunidade *queer*, uma vez que a linha entre o sigilo e a divulgação de suas intimidades é tênue: a aceitação social necessário para convivência é contrabalanceada com as violações de privacidade que resultam em vidas perdidas.

Para que esse princípio continue sendo cumprido no âmbito das unidades informacionais, os autores propõe algumas sugestões:

- a utilização de Linked Data ao invés de Big Data: os dados disponibilizados pelo Linked Data analisam não as preferências de um único indivíduo, mas de uma comunidade, um domínio como um todo, para que as relações sejam estabelecidas. Ao contrário do Big Data, que analisam as preferências conforme o comportamento do indivíduo na web, promovendo a vigilância e evidenciando práticas que muitas vezes passam despercebidas pelo próprio indivíduo;
- o uso de novos códigos de catalogação, como o RDA: este novo código possui como base o modelo conceitual FRBR, que representa a informação de acordo com as tarefas desempenhadas pelo usuário no momento da busca, o que reflete o comportamento e as preferências de acordo com determinado contexto de busca;
- o uso de Ontologias para representação temática: segundo os autores, classificações rígidas e binárias não encontram mais espaço nesse novo contexto informacional e devem portanto, ser substituídas por ferramentas mais abertas e baseadas no universo informacional do usuário, como é o caso das Ontologias.

Fox (2016) faz uma análise de discurso na literatura legislativa e nas edições da Classificação Decimal de Dewey a respeito de temáticas como a visão da mulher na sociedade e a representação de gênero em documentos a respeito de transexuais e intersexuais. O argumento da autora é que como as classificações são construtos sociais, elas influenciam sobremaneira na forma como as pessoas que são classificadas são enxergadas pela sociedade, indicando como as coisas “são” ou “deveriam ser”. Essas indicações sofrem os riscos de marginalizar camadas da comunidade representadas como minorias nessas ferramentas, por não se encaixarem nas categorias descritas ou não se comportarem da forma como deveriam, dentro de perspectivas binárias.

No primeiro período analisado (1881-1885), a autora identificou que no âmbito legislativo, a mulher é encarada como delicada, frágil, digna de pena e cuidado, que carrega intrinsecamente habilidades maternas e que seria incapaz de atuar no serviço público, considerada em oposição ao homem. No que diz respeito à ferramenta de classificação, embora a segunda edição da CDD ligeiramente inclua o desejo da mulher de ocupar espaços que antes lhe eram proibidos, ainda assim minimiza o papel desse gênero fora das atividades domésticas, como excessões. Nesse período, não há referências à comunidade trans e intersexual no âmbito legal ou na classificação bibliográfica.

Já no segundo período analisado (1958-1965), há a influência do movimento feminista. Ainda assim, a mulher é representada como um problema social ou objeto sexual. A respeito da população trans, a representação desse grupo gira em torno da curiosidade e do reforço à heteronormatividade, protegendo a moralidade e visões tradicionais de gênero. No que tange ao universo intersexual, mutilações efetuadas em intersexuais passam a ser consideradas antiéticas na legislação médica. No entanto, embora ninguém tenha sido acusado e preso por mutilação, o mesmo não ocorreu com indivíduos trans, que eram duramente punidos, uma vez que *cross dressings* eram julgados como “vagabundos”.

No período de 1971 a 1979, a legislação de direitos civis, que equiparava às mulheres aos homens trouxe significativas influências nas representações bibliográficas, apesar de termos sexistas continuarem a ser usados, com a justificativa de “suavização” e “conveniência”; a discriminação velada em locais de trabalho também estava presente. No universo trans, ainda há referências a distúrbios masculinos, utilizando-se termos

como “travestidos” ao invés de “transexualismo”, mais utilizado pela comunidade para representar-se na literatura.

De maneira mais particular, em outro artigo de 2016, Fox analisa especificamente o conceito da representação da comunidade intersexo nas linguagens de classificação. Como justificativa, a autora ressalta que a classificação do termo alterou-se em 14 das 23 edições da CDD, sendo que o termo foi descrito a partir da 12ª edição – ou seja, desde sua primeira aparição, o termo teve sua classificação alterada em todas as edições. Essas alterações vão desde a mudança de classe até a remoção do termo, foi considerado mais específico, mais geral ou tornou-se uma faceta. Fox questiona porquê o termo tornou-se tão instável nas classificações bibliográficas, uma vez que na literatura médica têm-se uma explicação bem definida do que sejam indivíduos intersexuais, justificando que provavelmente essa instabilidade é resultado de uma convenção social que não aceita bem tudo que foge à heteronormatividade.

Para trazer mais consistência a descrição desse termo em classificações, Fox (2016) busca investigar a epistemologia e ontogenia do termo, analisando em que contexto o termo surge e que universo ele representa. Fox define epistemologia como o estudo do conhecimento, que analisa quem sabe sobre determinado tema, quem cria esse conhecimento e que autoridade esses grupos possuem nesse universo. Esse conceito surge de maneira mais intensa na Organização do Conhecimento a partir da segunda metade da década de 90, em que os pesquisadores começaram a reconhecer o caráter social das classificações e como esse conhecimento é legitimado de acordo com certos propósitos.

Se a epistemologia revela como as pessoas legitimam determinado conhecimento em um dado período de tempo, a ontologia demonstra o corpo teórico desse conhecimento, seja por meio da literatura ou de outros meios, como os especialistas do domínio. Ou seja, enquanto a epistemologia analisa os conceitos implícitos em determinado termo, a ontologia verifica os conceitos explícitos naquele conhecimento, por meio da garantia literária. Nesse sentido, a ontologia auxilia a entender qual o significado do termo, ao passo que a epistemologia define como sabemos o significado: o que nós vemos na literatura determina a forma como enxergamos o assunto socialmente (FOX, 2016).

A partir dessa análise epistemológica e ontogênica do termo “intersexo”, a autora pode inferir que esse conceito é historicamente tratado com “medo e suspeita” e

tem enfrentado constantemente medidas heteronormativas, que buscam determinar de maneira forçosa a definição de um único sexo, embora os indivíduos possam conviver normalmente com ambos os sexos. Epistemologicamente, o conceito é encarado enquanto objetos a serem classificados, ao invés de assuntos desse domínio do conhecimento. Além disso, a escolha do termo como sendo o mais utilizado pelas pessoas e nas classificações bibliográficas – após a obsolescência do termo “hermafrodita” a partir do século XX – é vista de maneira prejudicial pela literatura médica, que o considera ambíguo, e pelos pais de crianças intersexo, que o consideram ofensivo (FOX, 2016).

Como consequências dessas visões do termo na bibliografia, há o reflexo na sociedade, que considera essa comunidade fora da normalidade e da moralidade, uma vez que não é uma categoria que se encaixe em uma única e dicotômica classificação. Essa visão desperta ainda percepções de perversão, compreendendo essa comunidade como objetos sexuais que podem ter relações com ambos os genitais. Essas concepções são evidenciadas nas classificações bibliográficas e constante instabilidade do termo, o que prejudica a comunidade representada, marginalizando-a e estimulando preconceitos (FOX, 2016).

Também no ano de 2016, Fox traz a tona o conceito de “interseccionalidade” que deve ser utilizado para construção de linguagens classificatórias, ou seja, a compreensão de pertencer a várias classes, evitando a marginalização de conceitos que também devem ser considerados representativos. Segundo a autora, o conceito de interseccionalidade surge em meio ao movimento feminista, em que as noções de categorização eram criticadas especialmente pelas feministas negras, que pertenciam a dois grupos diferentes que eram constantemente marginalizados: das mulheres e além disso, dos negros. Esse grupo criticava o fato de que feministas brancas ignoravam outras fontes de poder, que incluíam o preconceito racial e de classe, minimizando fontes de privilégio.

Surge então o movimento da interseccionalidade, que na Organização do Conhecimento está muito relacionado à estrutura dos princípios das classificações, à semântica e utilização de termos preferidos. De acordo com Fox, as conotações dadas a esses princípios resultam em limitação de liberdade, o que resulta em má-representação e invisibilidade. Para que se evite esses efeitos, a autora revisita o conceito de universalismo dessas linguagens: não que essas linguagens tenham a pretensão de

representarem todo o conhecimento do mundo, mas que se esforcem para abarcarem todas as visões de mundo que podem ser compreendidas na representação do conhecimento. A autora também sugere a aplicação de uma liberdade de fato, não limitada às compreensões do *mainstream*.

Pinho (2017) analisa os preconceitos disseminados pelos sistemas de organização do conhecimento, em especial ao que diz respeito aos conceitos de gênero e sexualidade, revelando uma dimensão ética nesses estudos. Para o autor, embora os sistemas universais de representação do conhecimento tenham a pretensão de serem universais, na maioria das vezes refletem tendenciosidades e desvios, o que posteriormente será difundido na sociedade, determinando o que deve ou não representar um grupo específico, o que possivelmente irá gerar um constrangimento aos membros que não se sintam de fato representados ou que se sintam ofendidos pelos termos utilizados. Além disso, Pinho declara que há um consenso de que as ferramentas de representação do conhecimento bibliográfico não são neutras e assim, necessitam de reflexão ética em suas aplicações.

O ponto de partida para análise do autor é o fato de que muitos preconceitos e tabus são revelados a partir da utilização de metáforas e figuras de linguagem, no entanto, algumas comunidades discursivas utilizam-se de termos metafóricos para se representarem, como é o caso da comunidade homossexual. Nesse sentido, faz-se necessário um controle polissêmico para que os sistemas de organização do conhecimento utilizem os termos de maneira adequada e contextualizada pela comunidade.

Para tanto, Pinho retirou um grupo de 12 termos metafóricos derivados das palavras-chave de artigos publicados em periódicos na temática homossexual que depois foram apresentados a organizações não-governamentais que representam homossexuais para averiguar se de fato, esses termos eram considerados adequados e utilizados pela comunidade discursiva em quais contextos. Dessa forma, o autor investigou não somente a garantia literária identificada nos artigos científicos, como também a garantia de usuário, por meio da distinção contextual dos termos.

Ainda desse universo, Guimarães, Nascimento e Pinho (2017) investigam como questões de sexualidade e gênero são normalizadas em nossa sociedade por meio de políticas coercitivas e ações que vão de encontro à essas práticas, acabam atuando como forma de resistência. Uma forma de encontrar essa luta nas linguagens documentárias, é

representando comunidades marginalizadas de acordo com os termos utilizados por elas e respeitando suas idiosincrasias.

Para tanto, os autores realizam estudo à partir de minutas de organizações não governamentais de uma região do Brasil denominada Cariri e que é popularmente conhecida enquanto um espaço sagrado e de preceitos religiosos. A partir desse cenário, os autores analisam como a população queer - extremamente marginalizada por ir contra à norma cultural dessa região – representa suas realidades e se utiliza de termos não comumente utilizados por outras comunidades. Para Guimarães, Nascimento e Pinto (2017), comprometer-se com a garantia cultural desses indivíduos pode permitir que eles reconheçam suas identidades no sistema, além de compreender como essas estruturas são construídas.

Nesse mesmo sentido, Campbell et al. relacionaram os resultados da pesquisa anterior sobre a comunidade Cariri com a questão do “poder de se autoneamar”, em alusão ao termo evocado por Olson (2002) “poder de nomear”. Para os autores, esses padrões terminológicos utilizados por essas comunidades reforçam três aspectos: o poder de afirmar sua identidade, o poder de ironizar ou realizar uma crítica social e ainda o poder que evoca a autoproteção dessa população. Esses fatores devem ser considerados no momento da construção de uma linguagem documentária que abarque regiões como a estudada (CAMPBELL et al., 2017).

Silva, Tognoli e Guimarães (2017) mais uma vez reforçam a importância dos processos de descrição e classificação arquivísticos serem vistos a partir de uma perspectiva ética. Adicionalmente ao texto de 2016, os autores ainda identificam que noções de preservação do valor arquivístico do documento, conservação e autenticidade dever também ser considerados como valores éticos relacionados a essas atividades.

A representação de minorias é destacada por Adler e Harper (2018), que investigaram como questões raciais podem ser melhor trabalhadas no currículo de ensino universitário em Organização do Conhecimento. Como exemplo de como essas questões são problemáticas na área, as autoras dão como exemplo o livro “*Where are all the Librarians of Color?: the experiences of people of color in Academia*”, que foi indexado no catálogo da Biblioteca do Congresso com os seguintes termos Minority librarians—United States; Academic librarians—United States; Minorities in higher education—United States e Diversity in the workplace—United States. A partir de uma leitura documentária do item, é nítido que o livro possui como assunto principal

questões raciais. No entanto, mesmo possuindo termos sobre esses aspectos em seu vocabulário, a biblioteca não os inseriu para descrever o livro mencionado.

Para que exemplos como esses não ocorram novamente, as autoras citam alguns exercícios que podem ser utilizados durante as aulas no âmbito da Organização do Conhecimento, que podem auxiliar a reflexão sobre esses aspectos. O primeiro é a partir da análise dos termos da Biblioteca do Congresso, em especial às mudanças ocorridas ao longo do tempo. A partir dessa dinâmica, os alunos podem compreender que os sistemas de organização estão situados em determinado tempo e espaço e que essas ferramentas podem ser utilizadas para reforçar pontos de vista. Compreender a natureza política e os contextos sociais desses sistemas pode colaborar no questionamento e protestos que visam corrigir essas estruturas (ADLER; HARPER, 2018).

Outro exercício sugerido pelas autoras é a análise de livros nas estantes, assimilando como os livros são agrupados e quais títulos são considerados similares pelas unidades informacionais. A forma como esses materiais são organizados nas estantes revela as normas e as posições nas quais as classificações são construídas. A análise de mecanismos de busca também deve ser destacada, uma vez que os termos escolhidos pelos usuários refletem muito sobre a maneira a qual eles referem-se ao seu universo. Uma forma de identificar esses aspectos, seria propôr aos alunos a busca em sites como o Google termos que evocam temas raciais e a partir daí, analisar as páginas recuperadas, se são contrárias ou a favor do termo de busca. Nesse mesmo sentido, também demonstra-se conveniente a análise de hashtags, buscando analisar a recuperação de opiniões contrárias e a favor, mesmo em termos controlados como essas ferramentas (ADLER; HARPER, 2018).

Mai (2019) reflete sobre algumas considerações que devem ser realizadas ao ensinar atividades de Organização do Conhecimento em cursos de Ciência da Informação diante do desenvolvimento tecnológico atual, em que todos trabalham com informação todos os dias. Um dos apontamentos do autor é que o meio para provêr a informação deve ser considerado como ponto principal no incentivo ao acesso de maneira neutra e eficiente, ou seja, não apenas os sistemas de organização devem ser alvo de pesquisa, mas também os meios em que a informação se apresenta.

Outra recomendação dada pelo autor é o abandono da neutralidade enquanto um objetivo a ser alcançado e a consciência de que o campo é inerentemente político e ético. Nesse sentido, deve-se ensinar os alunos que eles devem ser céticos, ponderando

sobre os múltiplos pontos de vista e perspectivas presentes no momento da representação. Professores na área devem ensinar uma leitura atenta dos sistemas, de forma a apresentar os alunos todos os detalhes e características intrínsecos a essas ferramentas e como eles moldam as formas de acesso à informação. Segundo Mai (2019), as classificações devem ser analisadas além de meros sistemas, considerando-os como parte da cultura e da linguagem e mediadores entre a informação e os usuários.

Análise do período

Nesse último período, mais algumas afirmativas foram reforçadas: sistemas de organização do conhecimento são espaço-temporais, dependentes de contexto e do vocabulário utilizado pela comunidade usuária da unidade informacional. As características sociais e culturais do local em que a unidade informacional está inserida deve ser levada em consideração na escolha dos termos de classificação e de indexação dos documentos, que devem respeitar a evolução do vocabulário, permitindo a ampliação de classes e alteração de termos de representação.

Pesquisas em valores éticos também são mais uma vez realizadas, mas dessa vez mais voltados para áreas específicas, como no contexto arquivístico e especialmente no processo de indexação. Se no segundo período essa dimensão axiológica é apresentada, agora no último período há a ocorrência de uma dimensão deontológica, voltada para códigos de ética profissionais, em que esses valores são reforçados de maneira prática, com direcionamentos para prática e passíveis de sanção, quando um problema ético ocorre.

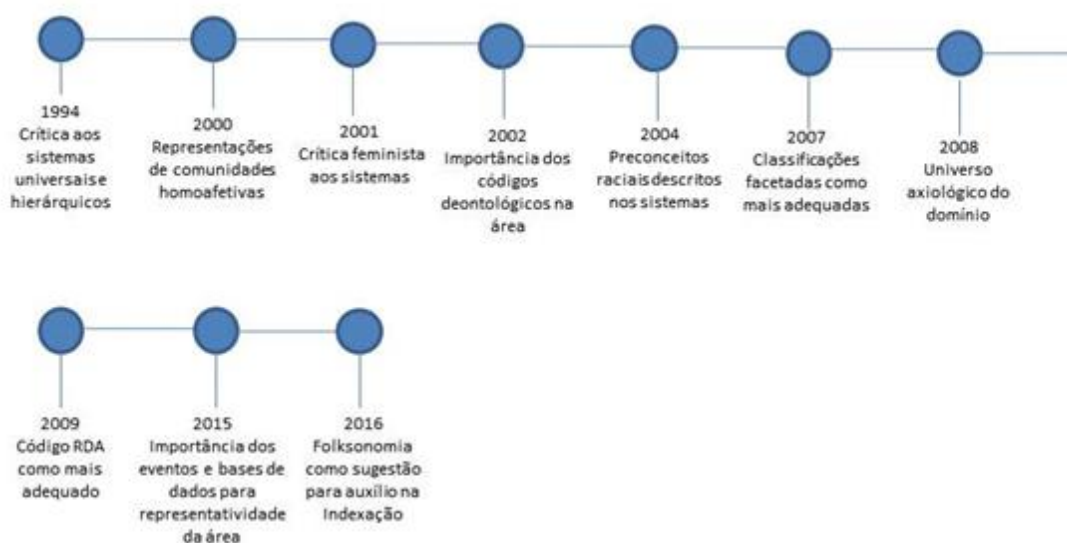
Outras temáticas também se repetem, como a preocupação com a representação homoafetiva, de gênero e de raça – esses temas estão presentes desde o primeiro período analisado e sua forte presença nesse último período demonstra que ainda não se chegou a um consenso sobre a resolução desses problemas, ainda que estejam sendo constantemente pesquisados.

Outro ponto interessante é a presença de pesquisas que reforçam a importância de espaços acadêmicos que disseminam investigações em ética em organização do conhecimento, como eventos na área, bases de dados específicas do domínio e no ensino dessas disciplinas nas universidades. Essa preocupação sedimentada em espaços institucionais fortalecem a comunidade epistêmica, que encontra ambientes propícios

para difusão de suas ideias. É também por meio da análise desses espaços que a área se sedimenta como um domínio – comunidades discursivas que compartilham informações e possuem um comportamento informacional semelhante.

Os marcos teóricos ressaltados pelas pesquisas analisadas podem ser melhor visualizados na linha do tempo a seguir:

Figura 12 – Linha do tempo dos marcos teóricos



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A seguir, como esses marcos podem se aproximar dos conceitos de paradigmas científicos de Kuhn e também enquanto presunções do domínio, conforme evidenciado por Olson.

Paradigmas e Revoluções Científicas em Organização do Conhecimento

De acordo com Kuhn, paradigmas científicos se caracterizam por ser preocupações da comunidade científica, problemas que são sugeridos pela comunidade como pertinentes para pesquisas e soluções. No que diz respeito às Revoluções Científicas, essas podem ser definidas como problemas solucionados e superados pela comunidade ou que deixaram de ser uma preocupação, com alteração para outros focos de pesquisa. Semelhante às ideias de Schlegl e Olson (2001), que buscaram identificar o

panoramos das pesquisas em sistemas de organização do conhecimento para compreender os principais problemas éticos nesse contexto, a presente pesquisa busca identificar onde os autores na temática analisada – Ética em Organização do Conhecimento – investem sua energia, além de reconhecer os temas específicos estudados por ela.

Também recorrendo à literatura, faz-se referência aqui aos Paradigmas da Ciência da Informação propostos por Capurro (2003). Cronologicamente, as pesquisas estudadas encontram-se no *paradigma social*, uma vez que as publicações datam do fim da década de 1990 até atualmente. Esse paradigma critica a informação sendo vista isoladamente, sem considerar as interações e condicionamentos sociais dos indivíduos e tem estreita relação com o conceito de análise de domínio proposto inicialmente por Hjørland e Albrechtsen (1995), em que o estudo de especialidades possui relação intrínseca aos estudos de comunidades discursivas. Nesse paradigma, abandona-se a ideia de “representações ideais” e apoiam o caráter polifônico e polissêmico das linguagens, e o objeto de estudo passa a ser as diferentes perspectivas e pontos de vista de uma comunidade de usuários.

Levando em consideração o exposto, compreende-se que em vez da utilização do termo “paradigma”, conforme proposto por Kuhn, acredita-se que uma maior aproximação é encontrada no termo “presunção”, conforme proposto por Olson (1996), em sua tese de doutorado. Na área de ética em Organização do Conhecimento, essas presunções podem ser compreendidas enquanto princípios inquestionáveis que levam a determinada ação na área e premissas, enquanto questões estudadas por determinado domínio, de forma a verificar sua veracidade perante as investigações.

Uma presunção encontrada pela presente pesquisas é a crítica à neutralidade na representação do conhecimento. As atividades de representação surgem a partir de uma abordagem tecnicista, em que a objetividade e a neutralidade eram buscadas como sinônimo de representações efetivas e fidedignas.

No entanto, conforme demonstrado pela comunidade analisada, essa neutralidade completa é impossível de se atingir, uma vez que a representação do conhecimento é realizada majoritariamente de maneira intelectual, por indivíduos com pontos de vista, valores e vivências intrínsecos. Dessa forma, a busca por neutralidade foi considerada pela comunidade como perigosa, sendo inclusive sugerido que ela seja

evitada nas práticas profissionais – ideia reforçada mesmo no ensino de catalogação e classificação em cursos de graduação.

Outra presunção compartilhada pela comunidade ao longo dos anos analisados é a crítica ao universalismo em detrimento de necessidades locais. Nas atividades de representação, um pequeno número de sistemas de organização do conhecimento é utilizado para representação de um grande número de culturas, indivíduos e sociedades. Essas ferramentas partem do princípio de que são universais, permitindo sua aplicação em qualquer contexto, porém, conforme percebido pela comunidade epistêmica, esses sistemas são baseados em uma lógica branca, ocidental e masculina, tendo as ideologias desse grupo consideradas como o *mainstream* da representação.

Essas ferramentas são amplamente utilizadas, uma vez que para bibliotecas com poucos recursos, a catalogação cooperativa é a única opção, por ser considerada a mais economicamente viável. Nesse sentido, preconceitos institucionalizados – como aqueles disseminados nas linguagens da Biblioteca do Congresso – são refletidos nas mais diversas realidades. Para a comunidade epistêmica, as soluções para essas ocorrências podem ser encontradas em uma lógica não-universal, que não seja rígida e aceite novos olhares e pontos de vista a partir da evolução dos termos em sociedade.

O conceito hierárquico nas ferramentas de representação do conhecimento também é criticado pela comunidade estudada. Os principais sistemas de classificação utilizados amplamente nas bibliotecas ao redor do mundo são baseados nesse princípio: uma classe está sempre dentro da outra e seus conceitos estão sempre relacionados às classes imediatamente anteriores. Essa prática é responsável pela disseminação de diversos preconceitos, estimulando danos aos usuários dessas instituições. Uma premissa nos estudos nesse sentido poderia ser a necessidade de maior reflexão sobre o fato de que essa estrutura hierárquica dos sistemas de organização do conhecimento pode viabilizar preconceitos, impactos na autoimagem de usuários, e inconsistências no tocante às realidades dos usuários e seus meios.

Mais uma temática estudada pela comunidade é a representação de comunidades específicas que fogem a normalidade prevista pelos sistemas de representação do conhecimento. É uma constante, desde o primeiro período analisado, a exposição dos autores de preconceitos contra homoafetivos e intersexuais – sendo vezes posicionado nas classes da saúde ou com o discurso médico legal utilizado como termos de indexação; a representação do universo feminino – sendo visualizada como uma

oposição binária contra o homem, que é visto como norma e força; preconceitos raciais, presentes na de maneira institucionalizada nas ferramentas de representação e que perpetuam preconceitos sociais inseridos na coletividade. Como premissa estudada, tem-se que é necessária uma reflexão sobre de que forma as necessidades e demandas de informação são endereçadas aos sistemas de informação por meio da recuperação da informação por diferentes comunidades de usuários, mais especificamente aquelas que se encontram fora do contexto dominante.

De maneira positiva, os autores sugerem que uma representação baseada nos princípios de garantia cultural e respeitando a multiplicidade e diversidade dos usuários, pode ser uma solução para as possíveis críticas realizadas pela comunidade epistêmica. Nessa perspectiva, os sistemas devem possuir como princípio básico a representação de todas as culturas que se utilizam da unidade informacional, permitindo que seja dado voz à essas indivíduos e evitando marginalizações. Uma maneira de se atingir esse objetivo são sistemas centrados nos usuários, ou seja, que se baseiam nos usuários no momento de sua construção.

A garantia cultural pode ser visualizada, nessa perspectiva, como um metavalor na Organização do Conhecimento, uma vez que envolve toda a justificativa para uma dimensão ética da representação do conhecimento. Organizar e representar em bibliotecas é um ato político, permitir o acesso e evitar censuras e racismos institucionais concorre para uma evolução cultural e científica justa e igualitária para todos os usuários, não favorecendo grupos específicos que sempre estiveram em ênfase na sociedade.

Uma premissa compartilhada pela comunidade que pode ser visto sob uma perspectiva positiva é a necessidade da utilização de códigos de ética no momento das tomadas de decisões nos processos de representação do conhecimento. Para os autores, esses documentos podem atuar como guia desses processos, funcionando enquanto documentos normatizadores baseados em preceitos éticos, que de maneira formal, buscam representar as atitudes que devem ser efetuadas diante de possíveis dilemas éticos. Sendo assim, tem-se o estudo sobre a necessidade do uso de códigos de ética, diretrizes ou orientações éticas ao se pensar e realizar os processos de Organização do Conhecimento, construir ou aplicar os sistemas de organização do conhecimento, bem como construir e disponibilizar seus produtos.

O pano de fundo de todas essas pesquisas são os aspectos tecnológicos. Desde o primeiro período, a tecnologia aparece como motivação para o estudo na dimensão social da Organização do Conhecimento. Os paradigmas nesse universo se alteraram ao longo do tempo, iniciando a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando questões relativas à privacidade informacional no contexto digital e em como a globalização influenciou esses aspectos; e chegando à atualidade, em que há uma preocupação com a forma de representação de materiais no ambiente web, a partir de processos como a folksonomia.

Embora no sentido estrito do conceito preconizado por Thomas Kuhn, as revoluções científicas ocorrem quando um paradigma é superado e isso não tenha sido percebido pela comunidade analisada – não pode se dizer que os problemas identificados nos primeiros artigos analisados, tenham de fato sido solucionados e superados pelas últimas pesquisas –, destaca-se que enquanto um domínio de pesquisa, as tendências de pesquisa dessa comunidade pressupõem continuidade, com reflexões que vão se alterando mediante trocas de conhecimento e novos sistemas e ferramentas desenvolvidas.

Nessa perspectiva, é confirmado pela presente pesquisa que toda essa comunidade epistêmica está inserida em um mesmo paradigma, que não se alterou ao longo do período analisado. Um paradigma científico é composto de teorias, premissas e axiomas; dessa forma, a comunidade epistêmica compartilha teorias críticas como as raciais, feministas e *queer* para analisar fenômenos voltados para axiomas como as críticas a respeito da universalidade, suposta neutralidade e estrutura hierárquicas dos sistemas de organização do conhecimento, a partir de premissas como o estudo de políticas e códigos deontológicos no domínio, além da análise das instituições que elaboram esses sistemas de organização do conhecimento e das necessidades informacionais dos usuários desses sistemas.

Nesse sentido, é verificado que a área dos estudos éticos e sociais em Organização do Conhecimento vem evoluindo conforme a sociedade vai se alterando, em especial em duas dimensões:

- incluindo novas perspectivas relativas à multiplicidade de usuários e dando voz àqueles considerados fora da norma padrão dos sistemas de classificação elaborados em uma lógica *mainstream*;

- se adequando às alterações tecnológicas, em que as formas de acesso à informação se alteraram significativamente, buscando refletir sobre esses aspectos diante dos conceitos de organização, representação e uso desses dados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tinha como principal proposta realizar uma análise do conceito de comunidades epistêmicas no âmbito da Organização do Conhecimento, mais especificamente no âmbito dos estudos éticos nessa área. O conceito de comunidades epistêmicas, que surgiu no âmbito da Sociologia da Ciência, ainda é pouco difundido na área da Ciência da Informação, embora suas contribuições podem auxiliar a compreender melhor quais são as articulações entre domínios de pesquisa, seus principais problemas de pesquisa e espaços institucionais.

A principal justificativa da presente pesquisa surge a partir de uma trajetória investigativa, que identificou que embora a temática Ética em Organização e Representação do Conhecimento esteja se expandindo, cada vez mais presente em temáticas de eventos e em periódicos científicos, a sua pesquisa ainda é incipiente se comparada a outras temáticas na área. Por conta disso, quando um leigo no assunto deseja compreender melhor sobre o tema, ainda não se tinha ao certo uma fonte segura e um corpo teórico distinto que pudesse ser aconselhado para que seu conhecimento fosse aprofundado no assunto.

Nesse sentido, buscou-se identificar quem são os membros da comunidade epistêmica em Ética em Organização do Conhecimento; quais são os relacionamentos entre esses membros, ainda que de maneira não declarada por meio de coautorias ou pesquisas em conjunto; e quais são os impactos de suas pesquisas refletidos em pesquisas de investigadores ainda principiantes na área. Além disso, pretendeu-se avaliar por meio do conceito de paradigma e revolução científica de Kuhn quais foram as temáticas superadas ou que ainda estão consolidadas como tendências de pesquisa no âmbito estudado.

O conceito de comunidades epistêmicas foi proposto pelo sociólogo Burkart Holzner na década de 60, mas sua difusão se dá a partir de fascículo do periódico *International Organization* e dos trabalhos de Peter Haas. A principal concepção do conceito diz respeito a um grupo de pesquisadores experts em determinada temática, que não apenas escrevem de maneira frequente sobre os temas de pesquisa como também influenciam outros pesquisadores recentes na temática. Além disso, o grupo

deve possuir crenças e valores similares, compartilhar espaços acadêmicos e institucionalizados, inclusive a nível internacional.

Essa concepção muito se aproxima dos estudos de Sociologia da Ciência, uma vez que para se determinar esses indivíduos é necessário analisar o comportamento de pesquisa do domínio, identificando autores mais citados, mais produtivos e instituições e fontes de pesquisa receptivas a essas pesquisas. Dessa forma, a concepção de paradigmas e revoluções científicas por Kuhn pode ser de grande valia quando analisada a produção científica dessa comunidade, de uma perspectiva diacrônica, de forma avaliar as tendências de pesquisa superadas ou que ainda persistem em estudo.

No âmbito da Ciência da Informação, pode se definir comunidades epistêmicas em Ética em Organização do Conhecimento como um grupo de pesquisadores, oriundos de áreas relativas aos aspectos informacionais – como profissionais bibliotecários, arquivistas, museólogos, filósofos da informação, desenvolvedores de sistemas informacionais – e que possuem como traços distintivos o compartilhamento de: a) valores morais responsáveis por difundir boas práticas na área; b) políticas informacionais verificadas em códigos deontológicos e manuais de desenvolvimento de processos; c) um léxico similar, em que termos de especialidade são compreendidos a partir dos mesmos conceitos; d) um desejo em resolução de problemas evidenciadas pelas pesquisas e, que embora não sejam necessárias as mesmas sugestões para esse fim, todas concorrem para um bem focado no usuário.

Também destaca-se a semelhança com a evolução do conhecimento suscitado pelas comunidades epistêmicas com o conceito do ciclo helicoidal do conhecimento na Ciência da Informação. A partir do momento que os membros da comunidade dedicam seus esforços científicos na resolução dos problemas, por meio de discussões e pesquisas acadêmicas a nível internacional, novas questões surgem e esse processo não há um fim em si, demonstrando a característica de constante evolução do domínio.

Ademais, essa comunidade epistêmica possui seu componente individual, uma vez que os membros são analisados e tem suas pesquisas referenciadas de maneira particular, como também possuem seu componente globalizante: essas pesquisas possuem seu caráter transnacional, tendo essas pesquisas reconhecidas não apenas localmente, mas também a nível internacional.

Esses traços descritivos são o que diferenciam comunidades epistêmicas de outros tipos de comunidades – como a científica, que refere-se à produção de um

domínio mas que não necessariamente possuem os mesmos componentes éticos, como valores, crenças e políticas; e comunidades discursivas, que focam-se no discurso não registrado, compartilhado de maneira intangível, diferentemente das comunidades epistêmicas, que necessariamente estão vinculadas a publicações acadêmicas e a aspectos de comportamento científico abordados pela Sociologia da Ciência.

Os estudos em Ética em Organização do Conhecimento tem seu início na década de 70, com Sanford Berman e Anthony Foskett evidenciando os preconceitos encontrados em linguagens de cabeçalho de assunto e sistemas de classificação universalmente utilizados. A partir daí, pesquisas foram desenvolvidas nos mais diversos âmbitos, mas sempre tendo como premissa principal a falta de garantia de usuário, hospitalidade cultural e crença na universalidade e em sistemas hierárquicos que discriminam e marginalizam usuários de comunidades fora do *mainstream*.

A partir de uma pesquisa em base de dados utilizando-se de termos da temática ética combinados a termos da organização e representação do conhecimento, foi possível chegar a um grupo de 360 artigos que trabalhavam com assuntos desse âmbito. Desse grupo, foram identificados os autores mais produtivos e que depois foram comparados aos autores mais citados. Os 22 nomes que configuravam tanto quanto mais produtivos (ao menos 2 artigos na temática) quanto mais citados (ao menos 7 vezes, em artigos diferentes), foram considerados os membros da comunidade epistêmica analisada.

Esse grupo possui outra característica que é seu caráter dinâmico e internacional, não focando em um único espaço e cultura. Internacionalmente, a comunidade está distribuída em países⁹ como: **Estados Unidos** (com Hope Olson, Jonathan Furner, Joseph Tennis, Richard Smiraglia, Melodie Fox, Melissa Adler, Emily Drabinski e Rudy Hirschheim); **Brasil** (com José Augusto Chaves Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Fabio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani); **Espanha** (com Antônio García-Gutiérrez, Maria José López-Huertas, Juan Carlos Fernández-Molina); **Canadá** (com Clare Beghtol, D. Grant Campbell, Patrick Keilty e Dennis Ward); **Dinamarca** (com Jens-Erik Mai); **Inglaterra** (com Luciano Floridi) e **Alemanha** (com Rafael Capurro). Em números, os Estados Unidos são responsáveis por 36% da comunidade epistêmica na área, liderando as perspectivas na área.

⁹ Aqui compreende-se os países de atuação mais efetiva dos pesquisadores e não necessariamente suas nações de origem.

Desse grupo, destaca-se o papel de Hope Olson e Clare Beghtol como grandes líderes da comunidade epistêmica identificada. Juntas, elas são responsáveis por quase 30% todas citações recebidas pela comunidade e Hope Olson foi citada em praticamente todos os trabalhos produzidos pela comunidade epistêmica, figurando claramente como influenciadora das pesquisas nesse sentido.

Institucionalmente, também é possível perceber espaços bem definidos, com centros de estudo distribuídos no continente Europeu, América do Sul (com seu único representante o Brasil) e América do Norte – o continente Africano é o único grande continente que não possui representantes na comunidade epistêmica, o que pode revelar que pode ser necessário uma maior frente de pesquisas nesse continente de pesquisa, mas que também pode revelar uma barreira idiomática nesses espaços. Além disso, destaca-se a proeminência da University of Wisconsin-Millwaukee, com três membros da comunidade epistêmica em seu corpo de acadêmicos. Outras três universidades – University of Toronto, University of Western Ontario e Universidad de Granada – possuem dois membros da comunidade entre seus pesquisadores cada.

Também a respeito de aspectos institucionais, mas voltados para fontes de pesquisa, dentre os periódicos que demonstraram ser receptivos a esses assuntos em sua política editorial, destaca-se o ambiente ISKO como o local mais produtivo para publicações que dizem respeito à temática Ética em Organização do Conhecimento, pois 50% dos artigos publicados pela comunidade epistêmica e analisados pela presente pesquisa foram publicados na revista Knowledge Organization ou nos anais dos eventos internacionais e dos capítulos regionais da ISKO. Essa característica do ambiente ISKO tem suas origens no congresso internacional da ISKO realizado em 2002, em Granada, quando pela primeira vez se abordaram as questões culturais da área, aqui inserindo-se as questões éticas. O fato do caráter multilíngue e multicultural da sociedade é outro elemento de destaque desse ambiente científico, uma vez que esses fundamentos proporcionam um incentivo à popularização das publicações nessas fontes.

Tematicamente, salienta-se a presença de um elevado número de pesquisas em sistemas de classificação, o que demonstra o reconhecimento dessa comunidade que essas linguagens encontram-se ultrapassadas e não podem mais cumprir com seus propósitos de representação do conhecimento. Também revela-se que pesquisas no âmbito do gênero e da homoafetividade encontram-se em evidência, o que representa que a possibilidade de que usuários nesse universo podem se sentir excluídos da

unidade informacional como um todo, quando excluídos dos sistemas de representação do conhecimento. Outras áreas que também merecem destaque é o fato de que pesquisas no âmbito arquivístico e na representação descritiva, que ainda se encontram presentes de maneira muito discreta nas pesquisas nesse sentido, o que também revela a necessidade de um amadurecimento em investigações nesse âmbito.

Após uma análise minuciosa a partir da leitura dos artigos que a comunidade epistêmica produziu e foram recuperados pelo corpus, foi possível identificar temáticas e persistentes e outras que vinham evoluindo ao longo dos períodos analisados. Esses períodos foram separados em quinquênios, com exceção do primeiro – que esteve presente um artigo de 1994 e pelo último período, que engloba sete anos. Assim, a literatura analisada ficou dividida da seguinte forma: primeiro período – 1994, 1998 a 2002; segundo período – 2003 a 2007; terceiro período – 2008 a 2012; e quarto e último período – 2013 a 2019.

Já é possível perceber logo no primeiro período de análise que os sistemas de classificação utilizados há mais de um século já se demonstravam prejudiciais a membros de grupos específicos. Essa preocupação se estendeu ao longo de todos os períodos: é consenso entre os membros da comunidade como linguagens consideradas universais de fato representam apenas a lógica branca, masculina, cristã e fisicamente apta. A perpetuação do uso dessas linguagens – em especial a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal – em bibliotecas do mundo todo, marginalizam populações, que não encontram materiais de interesse em uma ordem lógica nas estantes e nem por meio de buscas no catálogo, sem que sintam-se ofendidos pela lógica disposta das classes. Ainda que as instituições responsáveis façam alterações nas subclasses – mudança na localização ou até mesmo exclusão dos termos, a lógica das classes principais permanece a mesma, demonstrando a rigidez do sistema em aceitar diversidades culturais.

Outra característica desses sistemas criticada pela comunidade é o uso da estrutura hierárquica na divisão das classes. Nessa estrutura, toda subclasse é pertencente à classe imediatamente superior e a todas as superiores a ela. No entanto, essa linearidade é inalcançável e especialmente prejudicial a aqueles assuntos considerados fora do *mainstream* exposto acima. Em temas como estudos feministas, de gênero, homoafetivos ou de raça, essa lógica tem sido ofensiva, evidenciando preconceitos e

exclusões que são posteriormente aceitos e encarados com naturalidade na sociedade como um todo.

A busca por neutralidade também é duramente rejeitada pela comunidade. Esses sistemas foram construídos visando uma objetividade no mundo – o que pode ser logo percebido pela estrutura hierárquica de sua construção. Contudo, como demonstrado anteriormente, o mundo não possui uma lógica perfeita, que todos os assuntos podem se encaixar como em peças de um quebra-cabeça – pelo contrário, os assuntos são subjetivos, dependentes de contexto, espaço e tempo. Quando se classifica, assume-se uma posição que deve ser a mais próxima possível dos usuários daquela unidade informacional e que deve ser nítida a todos: é a partir desse ponto de vista que o acervo é representado e isso significa que outros pontos de vista podem não ser contemplados.

Foi possível identificar que a garantia cultural pode ser considerada um metavalor para a comunidade analisada, uma vez que envolve toda a dimensão ética desses processos. Para os pesquisadores, a representação do conhecimento é um ato político que concorre para o acesso igualitário e justo de todos os usuários da unidade informacional, evitando que grupos específicos que sempre estiveram no *mainstream* da representação continuem sendo perpetuados.

Uma questão que não era esperada e foi identificada diz respeito à tecnologia. A hipótese inicial era que em um primeiro momento, as pesquisas em Ética em Organização do Conhecimento centravam-se em aspectos puramente técnicos e profissionais e que ao longo do tempo, fossem identificadas questões mais voltadas para o universo tecnológico. Porém, as preocupações com a alteração dos paradigmas por meios digitais estavam presentes desde o primeiro período analisado, sendo pano de fundo ao longo de todos os intervalos examinados. Isso reflete que a comunidade epistêmica está acompanhando e aceitando as alterações nos processos técnicos provenientes dessa mudança de paradigma, alertando para os possíveis reflexos negativos dessas novas ferramentas.

Outro fator que merece destaque é o número discreto de pesquisas relacionadas aos aspectos da representação descritiva do material e nos processos de organização do conhecimento voltados para área de Arquivologia. Apesar disso, acredita-se que a popularização do novo código de catalogação RDA, a partir do modelo FRBR, em que o contexto do documento é considerado e um ligeiro aumento de produções no âmbito da Arquivologia nos últimos anos, em especial no que diz respeito aos aspectos éticos

dos conceitos de descrição e classificação arquivística, estão contribuindo para mudança desse cenário.

Ressalta-se, em suma, que o grande objetivo dessa pesquisa residiu em mais especificamente definir o conceito de comunidades epistêmicas no âmbito da Ética em Organização do Conhecimento para que, a partir desse domínio como amostra, outras pesquisas nesse sentido possam ser realizadas no contexto da Ciência da Informação, abrindo um novo objeto de pesquisa, em especial no Brasil. Infere-se que o caráter inovador da pesquisa e os critérios metodológicos seguidos e detalhadamente descritos, podem auxiliar no desenvolvimento de futuras pesquisas e servir como base para novos investigadores, tanto no sentido de contribuir metodologicamente como para busca de referenciais teóricos no domínio analisado.

Além disso, e embora esta pesquisa tenha se comprometido com os aspectos aplicados do desenvolvimento de estudos em comunidade epistêmica, partindo de uma análise em um domínio específico, efetivou-se um estudo de prova de que esses aspectos metodológicos podem ser aplicados na Ciência da Informação e inseridos na concepção metodológica de Análise de Domínio.

Limitações foram encontradas ao longo da pesquisa. Por questões metodológicas e relativos ao tempo disponível para desenvolvimento da pesquisa, seria inviável que a literatura produzida pelos integrantes da comunidade epistêmica ao longo de toda sua trajetória fosse descrita na presente pesquisa, razão pela qual pautou-se na literatura disponibilizada pelas bases de dados analisadas. Barreiras idiomáticas e de fontes de pesquisa não indexadas pelas bases utilizadas para recuperação do corpus também podem ser considerados obstáculos. Sendo assim, acredita-se que haja outros relevantes trabalhos a respeito da temática analisada e que merecem investigações posteriores. Todavia, espera-se que a pesquisa ora desenvolvida tenha demonstrado um panorama de pesquisa que pode ser utilizado em futuras investigações e que possa servir de base para início de investigações nesse sentido, como um arcabouço teórico de importantes matrizes e artigos na área.

Por fim, sugere-se que a temática relativa às comunidades epistêmicas em Ética em Organização do Conhecimento seja objeto de investigação contínua, de modo a evidenciar os movimentos que naturalmente ocorrerão nessa comunidade ao longo do tempo e espaço.

Referências

ADLER, Emanuel; HAAS, Peter M. Conclusion: epistemic communities, world order, and the creation of a reflective research program. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 1, 1992, p. 367-390.

ADLER, Emanuel. The emergence of cooperation: national epistemic communities and the international evolution of the idea of nuclear arms control. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 1, 1992, p. 101-145.

ADLER, Melissa A. Disciplining knowledge at the Library of Congress. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 370-376, 2012.

ADLER, Melissa; TENNIS, Joseph T. Toward a taxonomy of harm in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 40, n. 4, p. 266-272, 2013.

ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The ethics of knowledge organization and eepresentation from a Bakhtinian perspective. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 324-331, 2015.

BADE, David. Ethos, Logos, Pathos or Sender, Message, Receiver?: a problematological rhetoric for information technologies. **Cataloging and Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 07, p. 612-630.

BAIR, S. C. Toward a code of ethics. **Technical Services Quarterly**, New York, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.

BARJAK, Franz. The role of the internet in informal scholarly communication. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Nova York, v. 57, n. 10, p. 1350-1367, 2006.

BEAK, Jihee. Where is childrens' voice in KO?. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 284-289, 2015.

BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEALL, Julianne. Racially mixed people, DDC Table 5 Ethnic and National Groups, and MARC 21 Bibliographic Format Field 083. **Cataloging and Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 07, p. 657-670.

BELL, Hazel. Bias in indexing and loaded language. **The Indexer**, Sheffield, v. 17, n. 03, 1991, p. 173-177.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: a tract of Library of Congress Subjects Headings concerning people**. Metuchen: Scarecrow Press, 1971.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, p.2-3, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001. Tradução de Pedro Elói Duarte.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, Washington, v.19, n.1, p.3-5, 1968.

BUFREM, Leilah Santiago; BREDA, Sonia Maria; SORRIBAS, Tidra Viana; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Ética e formação profissional: uma leitura da produção científica em Ciência da Infomação (1970-2006). **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, 2008, p. 225-232.

BUNGE, Charles A. Ethics and the reference librarian. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

CAMPBELL, Grant. Queer theory and the creation of contextual subject access tools for gay and lesbian communities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 27, n. 03, p. 122-131, 2000.

CAMPBELL, Grant et al. The terminological polyhedron in LGBTQ terminology: self-naming as a power to empower in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 44, n. 08, p. 586-591, 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COPE, Jonathan. Librarianship as intellectual craft: the ethics of classification in the realms of leisure and waged labor. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 356-362, 2012.

CRONIN, B.; SHAW, D. Identity-creators and image-makers: Using citation analysis and thick description to put authors in their place. **Scientometrics**, v. 54, n. 1, p. 31-49, 2002.

CROSS, Mai'a K. Davis. **Security integration in Europe**: how knowledge-based networks are transforming the European Union. Michigan: University of Michigan Press, 2011.

DAHLBERG, Ingetraut. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. **International Classification**, Frankfurt, v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DOLE, Wanda V.; HURYCH, Jika M.; KOEHLER, Wallace C. Values for librarians in the information age: an expanded examination. **Library Management**, v. 21, n. 06, 2000, p.285-297.

FOX, Melodie J.; REECE, Austin. Which Ethics? Whose Morality?: an analysis of ethical standards for information organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, n. 39, v. 5, p. 377-383, 2012.

EVANGELISTA, Isadora Victorino. **A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação**: aspectos conceituais e deontológicos. 2016. 142 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2016.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; SIMÕES, Maria Graça Melo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação: uma análise baseada na literatura disponibilizada em Portugal. **Páginas A&B**, Porto, v. 3, n. 5, p. 58-75, 2016.

FEINBERG, Melanie. Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated knowledges. **Proceedings of the sixth International Conference on Conceptions of Library and Information Science – "Featuring the future"**, v. 12, n. 04, 2007.

FERNANDEZ MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZHUERTAS, M. M. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the twenty first century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.

FOSKETT, A. C. Better dead than read: further studies in critical classification. **Library Resources & Technical Services**, Illinois, v. 28, n. 04, p.346-359, 1984.

FOSKETT, A. C. Misogynists all: a study in critical classification. **Library Resources & Technical Services**, Illinois, v. 15, n. 2, p. 117 - 121, 1971.

FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. (Ed.). **New worlds in information and documentation**. Amsterdam: Elsevier, 1994. p. 459-470.

FURNER, Jonathan. Dewey deracialized: a critical race-theoretic perspective. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 34, n. 3, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.M. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GILLILAND, Anne J. Contemplating co-creator rights in archival description. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 340-346, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélica. Sobre normas e algoritmos: os critérios de validade da ciência e da informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB**, 14., Florianópolis, 2013. Anais eletrônicos... Florianópolis, 2013.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Validade científica: da epistemologia à política e à ética. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 339-359, 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GROSS, Tina. Naming and reframing: a taxonomy of attacks on knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 263-268, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 340-346.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; ALVES, Bruno Henrique. Epistemic communities in knowledge organization: an analysis of research trends in the Knowledge Organization Journal. In: **International Society for Knowledge Organization – Chapter United Kingdom**, Londres, Julho 13-14, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 19-32, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Francisco Arrais; PINHO, Fabio Assis. The metaphorical dimension of LGBTQ information: challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.27, n.3, p. 49-57, 2017.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). **Profissionais da informação: formação e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

HAAS, Peter M. Do regimes matter: epistemic communities and Mediterranean pollution control. **International Organization**, Cambridge, v. 43, n. 3, 1989, p. 377-403.

HAAS, Peter M. Epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 01-35, 1992.

HÅKANSON, Lars. The firm as an epistemic community: the knowledge based view revisited. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 19, n. 06, 2010.

HOFFMAN, Gretchen. Meeting users' needs in cataloging: what is the right thing to do?. **Cataloging and Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 07, p. 631-641.

HOMAN, Philip A. Library catalog notes for "Bad Books": ethics vs. responsibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 347-355.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v.24, n.2, p. 84-91, 1997.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

JARVIE, Ian; AGASSI, Joseph. Por uma sociologia crítica da ciência. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, 2011, p. 44-83.

JUDGE, A. **Anti-developmental biases in thesaurus design**, 1981. Disponível em: <http://www.laetusinpraesens.org/docs/antidev.php>. Acesso em: 6 ago. 2018.

KEILTY, Patrick. Tagging and Sexual Boundaries. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 320-324, 2012.

KIPP, Margaret E. I.; BEAK, Jihee; GRAF, Ann M. Tagging of banned and challenged books. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 276-283, 2015.

KOEHLER, Wallace C.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. **Journal of Information Ethics**, Dordrecht, v. 9, n. 1, p. 26-54, 2000.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira.

LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. Tradução de Angela Ramalho Viana.

LAWRENCE, Emily. Everything is a recommendation: netflix, altgenres and the construction of taste. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 358-364, 2015.

LEE, Wan-Chen. Culture and classification: an introduction to thinking about ethical issues of adopting global classification standards to local environments. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.

MAI, J.-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 1, p. 39-48, 2004.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; FOX, Melodie J. The representation of ethics and knowledge organization in the WoS and LISTA databases. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 269-275, 2015.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, GUIMARÃES, José Augusto Chaves; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Epistemic communities in Knowledge Organization: an analysis of the NASKO meetings proceedings. In: **NASKO 2017: Visualizing Knowledge Organization: Bringing Focus to Abstract Realities**, the iSchool at Illinois, University of Illinois at Urbana-Champaign, jun. 15–16, 2017.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; EVANGELISTA, Isadora Victorino; GUIMARÃES, Jose Augusto Chaves; SIMÕES, Maria Graça de Melo. Epistemic communities, domain analysis, and Kuhn: dialogs and intersections in knowledge organization. In: RIBEIRO, Fernanda (org.). **Challenges and opportunities for Knowledge Organization in the digital age**. Würzburg: ERGON Verlag, 2018.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; KIPP, Margaret E. I.; OLSON, Hope A. DDC or BISAC: the changing balance between corporations and public institutions. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 309-319, 2012.

McCOURRY, Maurine. Domain analytic, and domain analytic-like, studies of catalog needs: addressing the ethical dilemma of catalog codes developed with inadequate knowledge of user needs. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 339-345, 2015.

McQUEEN, Kelli. Ethical issues of knowledge organization in designing a metadata schema for the Leo Kottke Archives. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 332-338, 2015.

McTAVISH, Jill. The ethics of querying and permeating canadian everyday life nutritional classification technologies and processes. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 308-315, 2015.

MERTON, Robert. **Ensaio de Sociologia da Ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2013. Organização de Anne Marcovich e Terry Shin. Tradução de Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda.

MEYER, Morgan; MOLYNEUX-HODGSON, Susan. Introduction: the dynamics of epistemic communities. **Sociological Research Online**, Guildford, v. 15, n. 2, 2010.

MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentárias brasileiras**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Knowledge Representation and Orthophemism: a reflection aiming to a concept. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 377-393, 2012.

MORRISON, Samuel F. The ethics of access: towards an equal slice of the pie. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

OLSON, H. A. **The power to name: marginalizations and exclusions of subject representation in library catalogues.** 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Library and Information Studies) - University of Wisconsin-Madison, Madison, Wisconsin, United States, 1996.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ORAVEC, Jo Ann. The moral imagination in an Era of “Gaming Academia”: implications of emerging reputational issues in scholarly activities for knowledge organization practices. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 316-323, 2015.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol.** 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras.** 2010. 149 f. Tese (Doutor em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2010.

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Male homosexuality in brazilian indexing languages: some ethical questions. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 5, p. 363-369, 2012.

PEREZ PULIDO, Margarida. Codigos de ética de los bibliotecarios y otros profesionales de la informacion: comentario y análisis comparativo. **Boletín de la ANABAD**, v. 51, n. 3, 2001, p. 37-58.

RUBIN, R. E. Ethical issues in library personnel management. **Journal of Library Administration**, New York, v.14, n.4, p.1-16, 1991.

RUBIN, R. E.; FROELICH, T. J. Ethical aspects of library and information science. In: KENT, A. (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science.** New York: Marcel Dekker, 1996. p. 33-52.

SEEMAN, Dean. Naming names: the ethics of identification in digital library metadata. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 5, p. 325-331, 2012.

SHIELDS, Gerald R. The FBI creates an awareness of librarian ethics: an opinionated historical review. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

SHOEMAKER, Elizabeth. No one can whistle a symphony: seeking a catalogers' code of ethics. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 353-357, 2015.

SILVA, Andrieli Pachú; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Ethical values in archival arrangement and description: an analysis of professional codes of ethics. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 346-352, 2015.

SILVA, Andrieli Pachu da; TOGNOLI, Natalia Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Studies: research trends**, Marília, v. 11, n. 1, p. 44-53, 2017.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Ética e deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SMIRAGLIA, Richard. Bibliocentrism, cultural warrant, and the ethics of resource description: a case study. **Cataloging and Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 07, p. 671-686, 2009.

SMIRAGLIA, Richard P. Bibliocentrism revisited: RDA and FRBRoo. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 296-301, 2015.

TENNIS, Joseph T. A convenient verisimilitude or oppressive internalization?: characterizing the ethical augments surrounding hierarchical structures in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 394-397, 2012.

TENNIS, Joseph. Ethos and ideology of knowledge organization: toward precepts for an engaged knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2013.

UNSWORTH, Kristene. Ethical Concerns of Information Policy and Organization in National Security. **Cataloging and Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 07, p. 642-656.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é Ética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

WALT, Martin Van der. Ethics in indexing classification. In: **International Society for Knowledge Organization - Germany**, 9., 2004, Duisburg. Proceedings... Duisburg: Universität Duisburg, 2004. Exposição oral.

WEISSENBERGER, Lynnsey K. Traditional musics and ethical considerations of knowledge and documentation processes. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 290-295, 2015.

WESSELS, Michael B. Feeding the hand that bites you. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

WHITE, Herbert S. Teaching professional ethics to students of library and information Science. In: LANCASTER, F. W (Ed.). **Ethics and the librarian**. Illinois: University of Illinois, 1991.

WHITE, H. D. Toward ego-centered citation analysis. In: CRONIN, B.; ATKINS H.B. (eds.). **The Web of Knowledge**, Medford: ASIST Monograph Series, p. 475–496, 2000.

WOLFRAM, D. The power to influence: an informetric analysis of the works of Hope Olson. **Knowledge Organization**, Würzburg, v.43, n. 5, 2016.

ZHANG, Jane. Archival context, digital content, and the ethics of digital archival representation. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 332-339, 2012.

Apêndice 1 – Ranking mais citados

(12.185 autores = 110 após Lei de Elitismo de Price = 124 autores citados ao menos 06 vezes)

Posição	Nome autor	Número de artigos em que foi citado
1.	Olson, Hope A.	86
2.	Hjørland, Birger	56
3.	Star, Susan Leigh	46
4.	Bowker, Geoffrey C.	44
5.	Beghtol, Clare	42
6.	Berman, Sanford	36
7.	Foucault, Michel	30
8.	Mai, Jens-Erik	30
9.	Furner, Jonathan	28
10.	Tennis, Joseph T.	28
11.	Smiraglia, Richard P.	23
12.	Floridi, Luciano	22
13.	Fox, Melodie J.	20
14.	Adler, Melissa	20
15.	Albrechtsen, Hanne	19
16.	Guimarães, José Augusto	19
17.	Drabinski, Emily	18
18.	Campbell, D. Grant	18
19.	Foskett, Antony Charles	17
20.	Dahlberg, Ingetraut	17
21.	Cutter, Charles A.	17
22.	Greenblatt, Ellen	16
23.	García-Gutiérrez, Antônio	16
24.	Ward, Dennis B.	15
25.	López-Huertas, Maria J.	15
26.	Feinberg, Melanie	15
27.	Bair, Sheila C.	15
28.	Sedgwick, Eve Kososky	14
29.	Pinho, Fabio Assis	14
30.	Jacob, Elin K.	14
31.	Capurro, Rafael	14
32.	Ranganathan, Shiyali R.	13
33.	Chan, Louis Mai	13
34.	Milani, Suellen Oliveira	12
35.	Miksa, Francis L.	12
36.	Green, Rebecca	12
37.	Frohmann, Bernd	12
38.	Schlegl, Rose	11
39.	Kant, Immanuel	11
40.	Intner, Sheila S.	11
41.	Hudon, Michele	11
42.	Budd, John M.	11
43.	Buckland, Michael Keeble	11
44.	Smith, Linda Tuhiwai	11

45.	Reece, Austin M.	10
46.	Nissenbaum, Helen	10
47.	Kuhn, Thomas S.	10
48.	Keilty, Patrick	10
49.	Halberstam, Judith.	10
50.	Dewey, Melvil.	10
51.	Derrida, Jacques	10
52.	Butler, Judith P.	10
53.	Tenopir C.	09
54.	Christensen, Ben	09
55.	Fernández-Molina, J-C	09
56.	Froehlich, Thomas J.	09
57.	Habermas, Jurgen	09
58.	Haraway, Donna.	09
59.	Lakoff, George.	09
60.	Latour, Bruno	09
61.	Mason, Richard O.	09
62.	Svenonius, Elaine	09
63.	Wiegand, Wayne A.	09
64.	Hirschheim, Rudy	08
65.	Searle, John R.	08
66.	Day, Ronald E.	08
67.	Bade, David	08
68.	Andersen, Jack	08
69.	Barité, Mario	08
70.	Borgman, Christine L.	08
71.	Giddens, Anthony	08
72.	Gorman, Michael	08
73.	Hacking, Ian.	08
74.	Heidegger, Martin	08
75.	Hoffman, Gretchen L.	08
76.	Hulme, Edward W.	08
77.	Johnson, D.G.	08
78.	Marshall, Joan K.	08
79.	Williamson, Nancy J.	08
80.	Wilson, Patrick	08
81.	Bates, Marcia J.	07
82.	Blackburn, Simon	07
83.	Cook, Terry	07
84.	Crawford, Kate	07
85.	Culnan, Mary J.	07
86.	Doyle, Ann Mary	07
87.	Dunbar, Anthony W.	07
88.	Kipp, Margaret E.I.	07
89.	Lee, Hur-Li.	07
90.	Martínez-Ávila, Daniel	07
91.	Moor, James H.	07
92.	Pemberton, J.M.	07
93.	Roberto, K. R.	07
94.	Saracevic, Tefko.	07
95.	Wenger, Etienne	07
96.	Wittgenstein, Ludwig	07

97.	Boyd, Danah	06
98.	Schrader, Alvin M.	06
99.	Afolabi, Michael	06
100.	Aristotle	06
101.	Beak, Jihee	06
102.	Belarde-Lewis, Miranda	06
103.	Caswell, Michelle	06
104.	Christen, Kimberly	06
105.	Code, Lorraine	06
106.	Duarte, Marisa Elena	06
107.	Ess, Charles	06
108.	Ferris, Anna M.	06
109.	Gilliland, Anne J.	06
110.	Gnoli, Claudio	06
111.	Harris, Roma M.	06
112.	Harris, Verne	06
113.	Knowlton, Steven A.	06
114.	Malhotra, N.K.	06
115.	Rafferty, Pauline	06
116.	Rawls, John	06
117.	Shirky, Clay	06
118.	Straub, D.W.	06
119.	Szotak, Rick	06
120.	Tálamo, M. de Fatima	06
121.	Taylor, Arlene G.	06
122.	Trant, Jennifer	06
123.	Yakel, Elizabeth	06
124.	Klein, Heinz, K.	06

Apêndice 2 – Elite de pesquisa

Autor	Artigos na temática
Guimarães, J. A. C.	17
Pinho, F. de A.	9
Olson, H.	9
Fox, M.	8
Martinez-Ávila, D.	6
Milani, S. de O.	5
López-Huertas, M-J.	5
Adler, M.	5
Smiraglia, R.	5
Furner, J.	4
Tennis, J.	4
Beghtol, C.	4
Campbell, D. G.	4
Keilty, P.	4
Floridi, L.	4
Fernandez-Molina, J-C.	3
Silva, A. P. da	3
Tognoli, N. B.	3
Silva, M. F.	3
Evangelista, I. V.	3
Mai, J-E.	2
Dobreski, B.	2
Kawasnik, B. H.	2
Moraes, J. B. E.	2
Nascimento, F. A.	2
Joo, S.	2
Drabrinski, E.	2
García-Gutierrez, A.	2
Almeida, C.	2
Snow, K.	2
Bullard, J.	2
Wang, S.	2
Ochola, D. N.	2
Gadd, Elizabeth	2
Gaunt, H.	2
Ward, D.	2
Szostak, R.	2
Buchanan, R.	2
Capurro, R.	2
Torres, I. de	2
Iivari, J.	2
Hirschheim, R.	2

Iliadis, A.	2
Onyancha, O. B.	2

Apêndice 3 – Lista de artigos da comunidade epistêmica

ADLER, Melissa; HARPER, Lindsay. Race and Ethnicity in Classification Systems: Teaching Knowledge Organization from a Social Justice Perspective. **Library Trends**, v. 67, n. 1, p. 52-75, 2008.

ADLER, Melissa. Transcending Library Catalogs: A Comparative Study of Controlled Terms in Library of Congress Subject Headings and User-Generated Tags in LibraryThing for Transgender Books. **Journal of Web Librarianship**, v. 3, n. 4, p. 309-331 2009.

ADLER, Melissa; TENNIS, Joseph T. Toward a Taxonomy of Harm in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 04, p. 266-272, 2013.

ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 08, p. 630-640, 2016.

ADLER, Melissa. Classification along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 1, p. 01-32, 2017.

ALVES, Ana Paula Menezes; CASARIN, Helen de Castro Silva; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan-Carlos. Uso ético da informação e combate ao plágio: olhares para as bibliotecas universitárias brasileiras. **Informação e Sociedade**, v. 26, n. 01, p. 115-130, 2016.

ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The Ethics of Knowledge Organization and Representation from a Bakhtinian Perspective. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 05, p. 324-331, 2015.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BEGHTOL, Clare. Professional Values and Ethics in Knowledge Organization and Cataloguing. **Journal of Information Ethics**, v. 17, n. 01, p. 12-19, 2008.

CAMPBELL, D. Grant. Queer Theory and the Creation of Contextual Subject Access Tools for Gay and Lesbian Communities. **Knowledge Organization**, v. 27, n. 03, p. 122-131, 2000.

CAMPBELL, D. Grant. A queer eye for the faceted guy: how a universal classification principle can be applied to a distinct subculture. In: MCILWAYNE, Ia C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society**. Würzburg: ERGON Verlag, 2004. p. 109-113.

CAMPBELL, D. Grant; COWAN, Scott R. The Paradox of Privacy: Revisiting a Core Library Value in an Age of Big Data and Linked Data. **Library Trends**, v. 64, n. 3, p. 492-511, 2016.

CAMPBELL, D. Grant et al. The Terminological Polyhedron in LGBTQ Terminology: Self-Naming as a Power to Empower in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 08, p. 586-591, 2017.

CAPURRO, Rafael. Ethical Challenges of the Information Society in the 21st Century. **International Information and Library Review**, v. 32, p. 257-276, 2000.

CAPURRO, Rafael; PINGEL, Christoph. Ethical issues of online communication research. **Ethics and Information Technology**, v. 4, p. 189-194, 2002.

CAPURRO, Rafael. Towards an ontological foundation of information ethics. **Ethics and Information Technology**, v. 8, p. 175-186, 2006.

DRABINSKI, Emily. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **The Library Quarterly**, v. 83, n. 2, p. 94-111, 2013.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; SIMÕES, Maria da Graça Melo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação: uma análise baseada na literatura disponibilizada em Portugal. **Páginas A&B**, v. 3, n. 5, p. 58-75, 2016.

FLORIDI, Luciano; SANDERS, J. W. Artificial evil and the foundation of computer ethics. **Ethics and Information Technology**, v. 3, p. 55-66, 2001.

FLORIDI, Luciano. On the intrinsic value of information objects and the infosphere. **Ethics and Information Technology**, v. 4, p. 287-304, 2002.

FLORIDI, Luciano. Four challenges for a theory of informational privacy. **Ethics and Information Technology**, v. 8, p. 109-119, 2006.

FLORIDI, Luciano. Global Information Ethics: The Importance of Being Environmentally Earnest. **International Journal of Technology and Human Interaction**, 2007.

FERNANDEZ MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZHUERTAS, M. M. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the twenty first century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.

FOX, Melodie. Prototype Theory: an Alternative Concept Theory for Categorizing Sex and Gender?. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 4, p. 328-334, 2011.

FOX, Melodie. Communities of Practice, Gender and Social Tagging. In: NEELAMEGHAN, A.; RAGHAVAN, K.S. (Ed.). **Categories, Contexts and Relations in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2012, p. 352-358.

FOX, Melodie. Medical Discourse's Epistemic Influence on Gender Classification in Three Editions of the Dewey Decimal Classification. In: BABIK, Wieslaw. **Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2014, p. 228-235.

FOX, Melodie J.; REECE, Austin. Which Ethics? Whose Morality?: an Analysis of Ethical Standards for Information Organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 05, p. 377-383, 2015.

FOX, Melodie. Legal Discourse's Epistemic Interplay with Sex and Gender Classification in the Dewey Decimal Classification System. **Library Trends**, v. 64, n. 4, p. 687-713, 2016.

FOX, Melodie. "Priorities of Arrangement" or a "Hierarchy of Oppressions?": Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 05, p. 373-383, 2016.

FOX, Melodie. Subjects in Doubt: The Ontogeny of Intersex in the Dewey Decimal Classification. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 08, p. 581-593, 2016.

FURNER, Jonathan; DUNBAR, Anthony W. The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical racetheoretic approach. In: MCILWAYNE, Ia C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2004. p. 115-120.

FURNER, Jonathan. Dewey Deracialized: a Critical Race-Theoretic Perspective. **Knowledge Organization**, v. 34, n. 03, p. 144-168, 2007.

FURNER, Jonathan. Interrogating "Identity": a Philosophical Approach to an Enduring Issue in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 36, n. 01, p. 03-16, 2009.

FURNER, Jonathan. Information Science is neither. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 362-377, 2015.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, Antonio. Contribuciones de la dialéctica a la organización del conocimiento. **Scire**, v. 20, n. 01, p. 33-51, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.M. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GRAFF, Ann M.; SMIRAGLIA, Richard P. Race & Ethnicity in the Encyclopedia of Milwaukee: a Case Study in the Use of Domain Analysis. In: BABIK, Wieslaw (Ed.). **Between Historical Patterns and Future Prospects**. Würzburg: ERGON Verlag, 2014, p. 114-120.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves et al. Ethics in the knowledge organization environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008, p. 340-346.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Aspectos Éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**, n. 25, p. 124-135, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, v. 20, n. 1, p. 19-32, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Francisco Arrais; PINHO, Fabio Assis. The metaphorical dimension of LGBTQ information: challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.27, n.3, p. 49-57, 2017.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MILANI, Suellen Oliveira. Theoretical Dialogs About Ethical Issues in Knowledge Organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 05, p. 338-350, 2016.

KEILTY, Patrick. Tabulating Queer: Space, Perversion, and Belonging. **Knowledge Organization**, v. 36, n. 04, p. 240-248, 2009.

KEILTY, Patrick. Tagging and Sexual Boundaries. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 05, p. 320-324, 2012.

KEILTY, Patrick. Sexual Boundaries and Subcultural Discipline. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 06, p. 417-431, 2012.

KEILTY, Patrick. Tagging in the Development of Sexual Nomenclature and Social Organization Online. **Advances In Classification Research Online**, v. 23, n. 1, p. 17-20, 2013.

KUBLIK, Angela et. al. Adapting Dominant Classifications to Particular Contexts. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 37, n. 1-2, p. 13-31, 2003.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José; BARITÉ ROQUETA, Mario-Guido. Knowledge Representation and Organization of Gender Studies on the Internet: Towards Integration. In: LÓPEZ-HUERTAS, Maria J.; MUNOZ-FÉRNANDEZ, Francisco J. (Eds.) **Challenges in Knowledge Representation and Organization for the 21st**

Century: Integration of Knowledge across Boundaries. Würzburg: ERGON Verlag, 2002, p. 393-403.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José; TORRES RAMIREZ, Isabel; BARITÉ, Mario. Terminological representation of specialized areas in conceptual structures: the case of gender studies. In: MCILWAYNE, Ia C. (Ed). **Knowledge Organization and the Global Information Society.** Würzburg: ERGON Verlag, 2004, p. 35-39.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José. Thematic map of interdisciplinary domains based on their terminological representation: the Gender Studies. In: BUDIN, Gerhard; SWERTZ, Christian; MITGUTSCH, Konstantin. **Knowledge Organization for a Global Learning Society.** Würzburg: ERGON Verlag, 2006, p. 331-337.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José; TORRES RAMIREZ, Isabel. Gender Terminology and Indexing Systems: The Case of Woman's Body, Image and Visualization. **Libri**, v. 57, p. 34-44, 2007.

MAI, Jens-Erik. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 04, p. 242-253, 2013.

MAI, Jens-Erik. Be Slow, Skeptical, and Classify: Recommendations for LIS Education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 60, n. 02, p. 152-167, 2019.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. **Scire**, v. 19, n. 02, p. 21-26, 2013.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; FERREIRA, Marcio; MAGRO, José L. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire**, v. 21, n. 02, p. 27-33, 2015.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 02, p. 118-125, 2016.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel et al. The Representation of Ethics and Knowledge Organization in the WoS and LISTA Databases. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 05, p. 269-275, 2015.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Bias in the indexing languages: theoretical approaches about feminine issues. In: GNOLI, Claudio; MAZZOCCHI, Fulvio (Eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization.** Würzburg: ERGON Verlag, 2010, p. 424-429.

OLSON, Hope A. Universal Models: a History of the Organization of Knowledge. In: ALBRECHTSEN, Hanne; OERNAGER, Susanne (Eds.). **Knowledge Organization and Quality Management.** Würzburg: ERGON Verlag, 1994, p. 424-429.

OLSON, Hope A.; WARD, Dennis B. Charting a Journey Across Knowledge Domains: Feminism in the Dewey Decimal Classification. In: EL-HADI, Widad Mustafa (Ed.). **Structures and Relations in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 1998, p. 238-244.

OLSON, Hope A. Patriarchal Structures of Subject Access and Subversive Techniques for Change. **The Canadian Journal of Information and Library Science**, v. 26, n. 2/3, 2001.

OLSON, Hope A.; SCHLEGL, Rose. Standardization, Objectivity, and User Focus: a Meta-Analysis of Subject Access Critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

OLSON, Hope A. How We Construct Subjects: a Feminist Analysis. **Library Trends**, v. 56, n. 2, p. 509-541, 2007. In: GNOLI, Claudio; MAZZOCCHI, Fulvio (Eds.). **Paradigms and conceptual systems in knowledge organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2010, p. 23-30.

OLSON, Hope A. Hegel's epistemograph, classification, and Spivak's postcolonial reason

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Male homosexuality in brazilian indexing languages: some ethical questions. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 5, p. 363-369, 2012.

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera (Orgs.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, p. 143-146, 2012.

PINHO, Fabio Assis. Percurso Investigativo para Contextualização de Metáforas Relativas à Gênero e Sexualidade em Linguagens Documentais. **Informação e Informação**, v. 22, n. 2, p. 117-143, 2017.

PORRA, Jaana; HIRSCHHEIM, Rudy; PARKS, Michael S. The Historical Research Method and Information Systems Research. **Journal of the Association Information System**, v. 15, n. 9, p. 536-576, 2014.

REGO, Laura Maria et al. Aspectos éticos na organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. **Scire**, v. 20, n. 2, p. 37-42, 2014.

SILVA, Andrieli Pachú da; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Ethical Values in Archival Arrangement and Description: an Analysis of Professional Codes of Ethics. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 05, p. 346-352, 2015.

SILVA, Andrieli Pachu da; TOGNOLI, Natalia Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico.

Brazilian Journal of Information Studies: research trends, Marília, v. 11, n. 1, p. 44-53, 2017.

SMIRAGLIA, Richard P. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: a Case Study. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 47, n. 7, p. 671-686, 2009.

SMIRAGLIA, Richard P. Ethics in Knowledge Organization: Two Conferences Point to a New Core in the Domain. **Encontros Bibli**, v. 20, n. 01, p. 01-18, 2015.

SMIRAGLIA, Richard P. Cultural Pervasiveness or Objective Violence?: Three Questions about KOS as Cultural Arbiters. **Advances in Classification Research**, v. 07, p. 09-13, 2015.

SMIRAGLIA, Richard P. Bibliocentrism Revisited: RDA and FRBRoo. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 05, p. 296-301, 2015.

TENNIS, Joseph T. A Convenient Verisimilitude or Oppressive Internalization?: Characterizing the Ethical Augments Surrounding Hierarchical Structures in Knowledge Organization Systems. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 05, p. 394-397, 2012.

TENNIS, Joseph T. Ethos and Ideology of Knowledge Organization: Toward Precepts for an Engaged Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 01, p. 42-49, 2013.

TENNIS, Joseph T. Load Bearing or Levittown? The Edifice Metaphor in Conceptualizing the Ethos of Classification Work. In: BABIK, Wieslaw. **Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects**. Würzburg: ERGON-Verlag, 2014, p. 222-227.